



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado

**“O MUNDO RURAL NO HORIZONTE DOS JOVENS:
o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC”**

Por
Valmir Luiz Stropasolas

Orientadora Profa. Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo
Co-orientador Prof. Dr. Bernard Roux

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente e aprovada em sua forma final no dia 11 de abril de 2002, atendendo as normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis - Coordenador do Programa

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo - Presidente

Profa. Dra. Angela Duarte Damasceno Ferreira

Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe

Dr. Luiz Toresan

Florianópolis, 11 de abril de 2002.

...In memoriam de meu pai, que torceu para que o filho migrante vencesse no jogo da vida...

Agradecimentos

Ao se finalizar um trabalho com a dimensão de uma tese de doutorado, o roteiro percorrido para a realização de tal finalidade percorre instantaneamente a memória e, como num filme de longa-metragem, chega o momento de realizar os créditos para os personagens que participaram da sua produção. Neste percurso, fatos, pessoas, grupos sociais e instituições deixaram a sua marca no resultado final, cuja contribuição nem sempre pode ser retribuída com simples agradecimentos. Se porventura esqueço alguém pelo meio do caminho, ainda que esteja ausente deste registro, certamente está guardado no meu coração. Assim, pedindo compreensão para as possíveis omissões, agradeço:

- Ao CNPq, que me concedeu uma bolsa de 9 meses, possibilitando a realização de um doutorado sanduíche na Université Paris X-Nanterre e INRA, na França;

- À Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura e à Cidasc pela liberação para a realização do curso de doutorado, particularmente ao Otto Luiz Kiehn, Fernando Driessen, Álvaro Dourado, Moacir Beth e Maurélio C. da Silva. Aos integrantes do grupo tarefa do Projeto Microbacias 2 (Geraldo Buogo, Alcides José Molinari e Marcelo Alexandre de Sá) e a todos os funcionários que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu pudesse me afastar durante o período de realização do curso;

- Ao professor Bernard Roux (Institut National de la Recherche Agronomique e Institut National Agronomique-Paris/Grignon), co-orientador deste trabalho, pelas discussões realizadas no processo de elaboração da tese e pelo valioso apoio recebido durante a realização do “sanduíche” na França;

- À Hughes Lamarche, coordenador do Ladyss/Université Paris X/Nanterre, pela discussão do tema do trabalho e pelo apoio que recebi durante o estágio; e aos pesquisadores e funcionários pela acolhida nesta instituição;

- À Afrânio F. Garcia Junior, pelas sugestões recebidas e por ter possibilitado a minha participação nas reuniões do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain;

- À Marc Henri Piauxt, pelas orientações de como utilizar os recursos da antropologia visual no trabalho com jovens e pela oportunidade de realizar um seminário nesta área na École de Hautes Études en Sciences Sociales;

- Às professoras Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Maria José Carneiro, pelas sugestões recebidas durante a realização do seminário “Agriculture e ruralité au Brésil”, realizado na França;

- Aos pesquisadores do CPPP/Epagri, e ao Deser por terem me proporcionado os resultados preliminares de suas pesquisas sobre juventude rural;
- Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, aos colegas do doutorado pelo ambiente de discussão e à Liana pela capacidade de trabalho e solicitude no atendimento;
- À Tabajara Marcondes, pelo inestimável apoio recebido enquanto estive afastado do país;
- À Joarez Segalin, pela competente revisão gramatical e pelas sugestões recebidas;
- À Elaine, Valdete e Marco Aurélio, do Núcleo de Agricultura Familiar da UFSC, pela assessoria na editoração deste trabalho;
- À Suzana pela transcrição das entrevistas;
- Aos profissionais do setor público que trabalham na localidade de Ouro e aos representantes das secretarias municipais, pelo apoio recebido durante a realização da pesquisa de campo;
- Aos agricultores familiares das comunidades rurais de Ouro/SC e, particularmente, às crianças, moças e rapazes, verdadeiros protagonistas deste trabalho;
- À Maria Ignez Silveira Paulilo, por sua capacidade intelectual e afetiva de promover um ambiente de trabalho que não se restringe apenas ao rigor acadêmico, abrindo espaço também para a descontração, a alegria e a amizade, fatores importantes para se exercer com liberdade o processo de criação intelectual;
- À Vilênia, por incentivar a crença na originalidade e na pertinência do objeto de estudo, construído após longas discussões, e pela compreensão demonstrada quando das “neuras” que acompanham a realização de um trabalho com essa amplitude;
- A Lucas e Pedro, por compreenderem a importância de finalizar este jogo acadêmico, ainda que isto representasse horas a menos nos campos de futebol.

O Adolescente

A vida é tão bela que chega a dar medo.

Não o medo que paralisa e gela,
estátua súbita,
mas

esse medo fascinante e fremente de curiosidade que faz
o jovem felino seguir para a frente farejando o vento
ao sair, a primeira vez, da gruta.

Medo que ofusca: luz!

Cumplicemente,
as folhas contam-te um segredo
velho como o mundo:

Adolescente, olha! A vida é nova...
A vida é nova e anda nua
- vestida apenas com o teu desejo!

Mário Quintana

Resumo

Este estudo coloca em relevo o que representa o rural na perspectiva dos jovens. A partir do resgate das concepções teóricas que afirmam a pertinência da adoção do conceito de rural para pensar as mudanças em curso na sociedade contemporânea, e que ressaltam a ruralidade como resultado de construções sociais em conflito, analiso as representações dos grupos sociais “esquecidos” no espaço rural, dos “outros” na agricultura familiar, particularmente mulheres e jovens. Para isso realizo um estudo de caso na localidade de Curo, Santa Catarina, dando vez e voz aos filhos e filhas de agricultores familiares.

Parto da hipótese de que o movimento migratório e reivindicatório dos jovens explicita problemas estruturais da sociedade que repercutem nas diversas dimensões do processo de desenvolvimento rural, e não se explicam, exclusivamente, com variáveis econômicas. Ele indica, também, o questionamento das noções homogêneas e harmônicas de família, casamento e juventude, entre outras, e a redefinição de modelos culturais hegemônicos do que seja o rural, que reproduzem hierarquias e desigualdades de gênero e geração, prejudicando as iniciativas e aspirações dos jovens.

Como resultado desta pesquisa, constato que, em busca de direitos de cidadania, os filhos(as) de agricultores familiares transitam entre diferentes espaços sociais da sociedade, construindo uma matriz valorativa diversa e, muitas vezes contraditória. Em decorrência, ampliam o conceito de rural até a sede das pequenas cidades e complexificam, para quem vê de fora, os conceitos tradicionalmente atribuídos ao rural e ao urbano; sobretudo pelos agentes e instituições externas.

Abstract

This study focuses on what rural means from the perspective of young people. I use theoretical concepts that affirm the pertinence of adopting the concept of rural to think about the changes occurring in contemporary society and that emphasize rurality as the result of conflicting social constructions. I analyze the representations of "forgotten" social groups within the rural space, of "the others" in family agriculture, in particular of women and young people. To this end I do a case study in Ouro, a village in Santa Catarina, in which I give their right to voice to sons and daughters of rural families.

I start from the hypothesis that the migratory and contestatory movement of young people translates structural societal problems which influence several dimensions of the rural development process, and cannot be understood with mere economical variables. This movement also points to the questioning of the homogeneous and harmonious notions of family, marriage and youth, among others, and the redefinition of hegemonious cultural models for what rural is, models that reproduce hierarchies and gender and generational inequalities and prevent initiatives and aspirations of young people.

As a result of this research I note that, while striving for their citizens' rights the sons and daughters of peasant families move across different spaces within society, as they construct a value matrix of diverse and often contradictory contents. As a consequence they open up the concept of rural to include the seat of small cities and render more complex, for those looking from outside, the traditional concepts of rural and urban especially those attributed by external agents and institutions.

Sumário

<i>Introdução Geral</i>	<u>1</u>
 <i>Capítulo 1 - Um Modo de Pensar o Rural: O Modelo de Análise</i> ..	<u>17</u>
 <i>Capítulo 2 - As Representações de Rural no Pensamento Social Contemporâneo</i>	<u>43</u>
2.1) O "Renascimento" Rural.....	<u>48</u>
2.2) Neo-Rural...Novo Rural...Nova Ruralidade.....	<u>51</u>
2.3) O Continuum Rurbano.....	<u>56</u>
2.4) A Proposição da Pluriatividade.....	<u>60</u>
2.5) O Enfoque de Localidade.....	<u>67</u>
2.6) O Mercado no Ambiente Cultural Rural.....	<u>75</u>
2.7) O Conceito de Capital Social.....	<u>83</u>
 <i>Capítulo 3 - A Agricultura Familiar "Moderna"</i>	<u>94</u>
3.1) Teorias do Camponato e Atualidade.....	<u>100</u>
3.2) Camponato e Categorias Capitalistas.....	<u>105</u>
3.3) Camponato, Herança e Mobilidade.....	<u>108</u>
3.4) As representações nucleantes da agricultura familiar	<u>111</u>
3.4.1) Comunidade.....	<u>112</u>
3.4.2) Terra, trabalho e família.....	<u>115</u>
3.4.3) O casamento.....	<u>122</u>
3.5) Os "esquecidos" no mundo rural.....	<u>127</u>
3.5.1) As mulheres.....	<u>138</u>
3.5.2) Os jovens.....	<u>142</u>
 <i>Capítulo 4 - O Rural na Perspectiva dos Jovens</i>	<u>147</u>
4.1) O conceito de juventude.....	<u>149</u>
4.2) Os(as) filhos(as) de agricultores familiares de Ouro.	<u>158</u>
4.3) O espaço do lúdico no tempo da juventude rural.....	<u>169</u>
4.4) O Trabalho no Cotidiano dos Jovens.....	<u>176</u>
 <i>Capítulo 5 - Visões de Mundo rural em Conflito</i>	<u>200</u>
5.1) Os significados do casamento para moças e rapazes....	<u>218</u>

5.2) A educação como estratégia para "mudar" de vida.....	<u>232</u>
<i>Considerações Finais</i>	<u>250</u>
<i>Referências Bibliográficas</i>	<u>264</u>
<i>Anexos</i>	<u>275</u>

Introdução Geral

O mundo rural, embora nunca tenha estado ausente, por ser um dos componentes singulares da sociedade contemporânea, ressurgiu e, num ritmo estranho ao costumeiro, tornou-se o foco das atenções dos mais diversos olhares de atores sociais globais ou locais, adquirindo um brilho que, à medida que não se colocam em relevo as suas diferentes tonalidades, ofusca a visão dos observadores.

No momento atual da sociedade, em que o modelo urbano-industrial está sendo questionado, o rural adquire importância enquanto maneira de se pensar desenvolvimento, de refletir sobre a sociedade. Assim, as questões da ruralidade voltam, a galope, para o cerne das ciências sociais. E as discussões em torno da agricultura familiar - espaço, meio ambiente, desemprego, exclusão, modo de vida, entre outras temáticas - se encontram nas encruzilhadas do rural.

A opção pela agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural vem adquirindo uma unanimidade que se baseia, de maneira geral, em análises que lhe atribuem uma situação mais favorável em relação à agricultura patronal, particularmente por sua potencialidade em termos de “sustentabilidade” e por sua capacidade de gerar emprego e renda no meio rural. O relatório técnico elaborado pelo Projeto de Cooperação Incri/FAO, no ano 2000, ilustra, com uma riqueza de dados, esta constatação. Além disso, alega-se o papel central que o caráter familiar da produção adquiriu na agricultura capitalista contemporânea dos países desenvolvidos. Para Abramovay (1990), é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas.

Enquanto unidade analítica e de intervenção, a agricultura familiar adquire um espaço conceitual e político importante, firmando-se, no entanto, a partir de um discurso ideológico e de uma visão normativa de homogeneidade e harmonia, livre das tensões, das desigualdades e dos desvios no cumprimento de regras idealizadas. Nesses termos, os valores éticos atribuídos ao termo abstrato *agricultura familiar* e suas generalizações simbólicas são afirmados enquanto paradigma, referência para o comportamento de seus membros, modelo a ser consolidado pelas políticas.

Sua afirmação desmedida - muitas vezes idealizada a partir de experiências de contextos societários dos países desenvolvidos -, incorporando e/ou substituindo outras denominações, tais como “pequena produção agrícola”, “produtor simples de mercadorias”,

“agricultor de subsistência”, “campesinato”, sem uma análise mais criteriosa de seus significados e implicações, vem acarretando uma homogeneização de grupos diferenciados dentro de uma mesma construção analítica; criando um mito de harmonia e funcionalidade que se enquadra, sem resistências, nas políticas “públicas” e “participativas” formuladas através de um enfoque generalizante de agricultura familiar.

O recrudescimento do processo de exclusão social de segmentos expressivos da agricultura familiar, a emergência de novos atores sociais e a mobilização de diversos grupos sociais rurais - entre os quais o movimento das mulheres agricultoras e da juventude rural - indicam conflitos e problemas estruturais que começam a atingir a esfera pública, pondo em risco a sustentabilidade social das políticas de desenvolvimento orientadas para o mundo rural, tendo em vista que ainda se ignora essa heterogeneidade social.

Pesquisa realizada recentemente pelo Instituto Cepa/SC (1998) sobre migração rural e estrutura agrária, no oeste catarinense, não confirma para esta região a tese, levantada por alguns estudiosos da agricultura brasileira, de que o êxodo rural sofreu um certo arrefecimento, os quais sugerem, inclusive, a existência de uma volta ao campo. Esta tese pode ser verificada, por exemplo, em Veiga (1996).

Ao contrário, a região oeste catarinense experimenta um expressivo êxodo rural durante a década de 80, momento que se intensifica no primeiro quinquênio da década de 90. Este processo de desruralização do território regional tende a continuar nos próximos anos, podendo tornar-se ainda mais intenso (ICEPA, 1998). Entre os fatores apontados que inviabilizam a permanência dos indivíduos na propriedade, destacam-se a baixa rentabilidade das explorações, a ausência de políticas agrícolas direcionadas à agricultura familiar e o reduzido tamanho das propriedades.

Segundo dados do IBGE (1996), a população rural dessa região, que era de 591 mil habitantes em 1980, passou para 471 mil em 1996. Entre 1991 e 1996, a taxa anual de crescimento da população rural foi negativa (-2% a.a.) e a da população total, próxima de zero (0,4% a.a.).

Os dados revelam um agravamento contínuo da exclusão socioeconômica nessa região. Além disso, os migrantes rurais são cada vez mais jovens; entre eles, é tendencialmente crescente a proporção de mulheres. O fato de o êxodo rural estar aumentando, particularmente entre os mais jovens - concluem os pesquisadores - tem ameaçado o próprio “desenvolvimento” da região, sendo notório o processo de envelhecimento relativo da população que permanece no campo.

Pesquisa realizada no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura/SC, através do Projeto Microbacias/Bird¹, em 2000, englobando o processo de avaliação conclusiva dos seus alcances, aponta também uma tendência progressiva de migração de jovens nas microbacias trabalhadas, inclusive entre famílias rurais consideradas economicamente consolidadas.

Um estudo sobre os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar do oeste catarinense, realizado em 2001 pelo Centro de Pesquisa para a Pequena Propriedade (CPPP), vinculado à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), de Chapecó, indica a existência de um êxodo rural e regional, especialmente de jovens. Dados esses que têm levado os pesquisadores a concluir que a magnitude do movimento migratório está gerando vazios demográficos que “destroem” o tecido social, comprometendo a continuidade da agricultura familiar e a construção de projetos de desenvolvimento regional.

Por outro lado, vem-se afirmando que os jovens rurais “garantem a sustentabilidade” do desenvolvimento (CEPAL, 1996). Esta noção encontra ressonância, atualmente, na medida que se visualiza em determinados projetos de desenvolvimento local uma ênfase na inclusão da juventude como público prioritário das ações previstas, tendo em vista sua potencialidade de tornar efetivo, no longo prazo, o enfoque de sustentabilidade concebido nas políticas e sua capacidade “empreendedora” e mobilizadora do espírito cívico nas comunidades rurais. Cabe salientar que durante as décadas de 60 e 70, entre as estratégias adotadas para a implementação da modernização da agricultura em Santa Catarina, entre os marcos da “revolução verde” destacaram-se os clubes 4S, que buscaram o envolvimento dos jovens nas ações desencadeadas nas comunidades rurais. Neste sentido, a tentativa de mobilização da juventude, embora num outro contexto e com características diversas, não é uma prerrogativa do momento presente. Por outro lado, diversos trabalhos indicam a participação dos jovens rurais no processo de modernização da agricultura em alguns países europeus, particularmente na França (KAYSER, 1990; MENDRAS, 1986).

Constata-se, de maneira geral, um eixo propositivo comum nos projetos e diretrizes de desenvolvimento rural, formulados pelos mais diversos atores governamentais ou

¹ O Projeto Microbacias/Bird concluiu sua primeira etapa em 1999, com suas ações voltadas à recuperação, ao manejo e à preservação dos recursos naturais em 534 microbacias hidrográficas de Santa Catarina. Atualmente, começa a execução de uma segunda etapa - o Projeto Microbacias 2 -, que contempla, além da ampliação da dimensão ambiental trabalhada no “Microbacias 1”, ações voltadas à agregação de valor aos produtos da agricultura familiar (envolvendo principalmente os grupos sociais caracterizados como “periféricos” ou “descapitalizados”), à geração de oportunidades de ocupação e renda e à organização e mobilização comunitária, buscando, sobretudo, reduzir a pobreza nas 879 microbacias a serem trabalhadas, incluindo praticamente todos os municípios de Santa Catarina.

não-governamentais, como sindicalistas, políticos, intelectuais, entre outros, que afirmam a agricultura familiar como “mola propulsora” desse desenvolvimento, ou seja: as ações devem ser orientadas para a ampliação das oportunidades de geração de renda agrícola e não-agrícola no meio rural. Nessas análises, as unidades de produção tornam-se o centro privilegiado da observação, e a relação entre os agricultores familiares e o mercado constitui-se no quebra-cabeça a ser encarado pelas políticas, visando, em última instância, à agregação de valores nos produtos gerados por estes produtores.

A caracterização dos beneficiários das políticas é feita levando em consideração a “promessa” de competitividade das unidades de produção, sua capacidade de alcançar diretrizes, tecnologias e informações de um “novo” mundo rural. Vem-se apontando o caráter excludente dessas análises, que acabam por selecionar como agricultores “viáveis” um número reduzido de produtores, que se enquadram nessa perspectiva produtivista, deixando de lado uma grande massa, considerada, em termos oficiais, como “atrasada”, “marginal” ou “periférica” (GODELIER, 1991).

A visão de uma agricultura familiar como “atrasada”, mas “com potencialidade”, tem levado à formulação de propostas políticas que se limitam à modernização tecnológica e ao acesso à informação sobre o mercado e a formas “modernas” de produção. Partindo-se da premissa de uma maior eficiência produtiva dessa forma de produção que não desenvolveu toda a sua potencialidade, orientam-se as propostas políticas ao segmento que apresenta melhores condições (materiais e subjetivas) de superar esse “atraso” (Id. Ibid.).

Em nível governamental, reconhece-se a capacidade competitiva da agricultura familiar; no entanto, elegem-se como público-alvo os agricultores chamados “em transição”. São os que apresentariam condições de serem transformados em “empresas familiares viáveis”, através da incorporação de tecnologia e do desenvolvimento de uma racionalidade econômica competitiva, voltadas para as demandas do mercado (CARNEIRO, 1999).

Assim, o enfoque de desenvolvimento adotado, de maneira geral, na gestão das políticas públicas revela um forte viés de mercado, reduzindo à lógica do econômico as relações sociais que se estabelecem entre os agricultores, as instituições e a sociedade. De um ponto de vista diverso, Polany (1980) afirma que nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens. Entretanto, isto não implica a existência de instituições econômicas separadas. Isto é, normalmente a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida.

Para Cazella (2000, p. 343), a diversidade social das explorações agrícolas familiares é negligenciada no desenvolvimento local. As formas sociais que não se ajustam ao

modelo de agricultura reconhecida como profissional, seja porque produzem de outra maneira, seja porque o exercício de sua atividade agrícola é considerado precário ou secundário, permanecem mais ou menos descartadas, por vezes mesmo desconsideradas pela maioria das instituições locais de desenvolvimento. O autor considera que os processos de desenvolvimento local no Brasil, animados por atores sociais locais em parceria com as ONG's, são inovadores mas mantêm-se elitistas. Afirma que estas experiências buscam superar o desenvolvimento agrícola *stricto sensu* e incluir no debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro temas novos, tais como o agroturismo, a transformação e a venda direta, as preocupações ambientais, a qualidade agrícola e as atividades rurais de caráter não-agrícola². De acordo com este ponto de vista, essas iniciativas tornam-se elitistas porque, no que concerne à agricultura familiar, elas se orientam para uma franja intermediária. Ou seja, uma forma de redefinição dos excluídos é assim operada com vistas ao fortalecimento das unidades agrícolas familiares que se encontram mais ou menos integradas ao mercado.

No âmbito das organizações não-governamentais, verifica-se nos depoimentos dos seus técnicos a seletividade na definição do público-alvo dos seus projetos, tendo em vista que se priorizam, “entre os que precisam, aqueles que querem participar”; afirmação esta constatada em entrevista recente com representantes de algumas ONG's que trabalham com grupos de agricultores familiares em regiões de Santa Catarina. Bryceson (2000), ao relativizar a intervenção de agências externas que visam à formação de capital social no interior de comunidades camponesas, afirma que estas iniciativas são um eco de pressuposições modernizantes, muitas vezes formuladas por ONG's cuja função seria de dinamizar a população local através de lideranças treinadas em rede, processo que culminaria na criação de novas hierarquias. De acordo com essa perspectiva, haveria uma aspiração em desenvolver laços associacionais funcionais horizontais dentro da comunidade, e capital social fortalecido por elos de solidariedade juntando esses esforços para os níveis de Estado e mercado, operando além da comunidade para melhorar o acesso local aos recursos. O otimismo desta literatura é temperado por Fox (1997), que se acautela contra as pressuposições de que as agências de intervenção externas melhoram, sempre, o acesso aos recursos, pois, ao contrário, projetos estimulados externamente podem, mais do que construir, desagregar o capital social local pela introdução de mecanismos que desvalorizam os recursos

2 Este mesmo autor, ao analisar a proposição da agroecologia como principal alternativa para a agricultura familiar (particularmente num debate sobre agricultura familiar, realizado nos quadros do Fórum Habitat 2001, em Florianópolis), indica que o conceito vem sendo adotado por um segmento muito específico de agricultores, que detêm capital social e econômico, permitindo, assim, o acesso à agroecologia. Ressalta, também, o número bastante reduzido de estudos de caso, em Santa Catarina, que enfocam na diversidade social da agricultura familiar.

existentes, daí restringindo as bases de recursos da comunidade camponesa e geralmente intensificando a competição pelos recursos externos.

Assim, embora a dimensão econômica seja um fator decisivo no processo de reprodução social da agricultura familiar, implicando em sua consideração nas investigações relativas ao meio rural, verifica-se que o acesso à renda e à remuneração “adequada” do trabalho agrícola familiar se restringe a uma pequena parcela das famílias de agricultores. Por isso, não se alteram, fundamentalmente, nas diversas comunidades, o processo de exclusão social e a condição de desigualdade cultural que afetam segmentos expressivos de grupos sociais rurais, possivelmente condicionando e desestimulando jovens e moças, em particular, a realizar projetos de vida nos espaços restritos às comunidades rurais.

Cabe ilustrar que, de acordo com os dados dos censos agropecuários realizados pela Epagri em 11 municípios da região oeste catarinense, através dos quais se tipificaram as famílias rurais por sua situação econômica, 40% das propriedades agrícolas são enquadradas como descapitalizadas (ou periféricas, conceito também utilizado para caracterizar as famílias rurais). Esta situação indica a existência de um enorme contingente da agricultura familiar que permanece à margem das políticas e projetos vigentes na sociedade regional, seja porque não se enquadram nos padrões dominantes, seja porque enfrentam enormes dificuldades para acessar os recursos disponibilizados pelas instituições.

A concentração verificada nas cadeias produtivas da suinocultura, avicultura e, mais recentemente, na bovinocultura de leite, por exemplo, ilustram este processo. Segundo depoimento de Paulilo (ao participar do evento “Habitat 2001”, acima referido), pautada em Polany (1980), as políticas neoliberais que incentivam o mercado auto-regulável, por um lado, e, contraditoriamente, renegociam as dívidas de grandes produtores rurais, por outro, criam padrões fictícios de competência, destruindo padrões sociais de reprodução entre os agricultores familiares. Em decorrência, grandes segmentos agroindustriais, ou mesmo cooperativas, afirmam que os agricultores são ineficientes; no entanto omite-se, por exemplo, que o leite que entra no Brasil do exterior chega ao nosso território altamente subsidiado, inviabilizando a permanência no mercado de um número expressivo de famílias rurais. Sobre a política de subsídios na União Européia, ver Abramovay (1996) e Jank (1991; 1995).

Inseridos nesse quadro e contrariando as teorias que afirmam a pluriatividade como característica marcante do “novo” mundo rural, os dados disponibilizados pelos censos acima referidos indicam a insignificância das rendas não-agrícolas entre as famílias de agricultores da região, demonstrando a importância do rendimento dos produtos agrícolas para a sobrevivência do grupo doméstico, como também a relevância e a permanência

(embora diversas teorias projetem o contrário) da agricultura e dos agricultores como fonte de dinamismo da economia e da vida social nas diversas localidades da região³. Esta permanência, contudo, não deixa de ser plena de conflitos e especificidades, tendo em vista a explicitação, pelos jovens, de desigualdades de gênero e geração, entre outros. Esta evidência sugere a investigação dos fatores culturais presentes na produção agrícola familiar (entre os quais destaca-se a valorização da produção de alimentos), que traçam o rumo das escolhas e complexificam o processo decisório no espaço rural, “retardando” o sucesso das iniciativas que buscam a introdução, sem problematização e de forma sobreposta às atividades preexistentes, de novas funções no meio rural. Talvez a “ansiedade” de se apresentar alternativas que possam “viabilizar” a agricultura familiar acarrete uma insuficiente consideração da heterogeneidade e dos conflitos internos e externos vivenciados pelos grupos sociais rurais, fruto, muitas vezes, de diagnósticos que apenas “passam os olhos” nas estratégias elaboradas pelas famílias rurais visando à sua reprodução social.

Cabe salientar que a presença da pluriatividade está sendo supervalorizada, e não só no Brasil. Sampedro Gallego (1996, p. 193) salienta que a conceituação de “mercado de trabalho local” é confusa, havendo uma tendência implícita nos estudiosos a pressupor que as localidades mais periféricas são localidades-dormitório, fornecendo “commuters” para os grandes centros. Ao estudar o emprego rural na Espanha, a autora afirma que “este tipo de consideraciones há conducido en la práctica a obviar el peso cada vez mayor de las actividades no agrícolas en los mercados de trabajo rurales, a ignorar la gran variedad de situaciones locales que pueden integrar-se en una misma área de commuting y a minimizar el peso de los activos no móviles dentro de los mercados de trabajo rurales”.

No que diz respeito à ocorrência de desigualdades e hierarquias na agricultura familiar, os resultados de uma pesquisa realizada em dois municípios de Santa Catarina – Mafra e Otacílio Costa – explicitam algumas relações de poder entre os membros do grupo doméstico. A partir das iniciativas de pequenos produtores de leite dessas localidades, que se uniram e construíram duas miniusinas, houve uma melhoria na qualidade do produto, bem como no controle sobre a comercialização. Aparentemente, poder-se-ia sugerir que mudanças favoráveis nos sistemas produtivos, sobretudo nos aspectos econômicos, alcançariam o conjunto da família de agricultores; porém, constatações dessa pesquisa demonstram que são

3 Com isso não estou querendo dizer, absolutamente, que a introdução de atividades não-agrícolas nos espaços rurais não seja importante fator de desenvolvimento local, inclusive para o Oeste catarinense, mesmo porque em outras regiões elas se fazem presentes desde muito tempo (Vale do Itajaí e Sul do Estado, em Santa Catarina), ou apresentam tendência de crescimento, como é o caso da Região Sudeste do Brasil, de acordo com as pesquisas (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

os homens os sócios do empreendimento com direito a voz e voto nas reuniões decisórias. As mulheres sentem-se marginalizadas e também sobrecarregadas, pois as exigências quanto ao cuidado dos animais e no manuseio diário do produto aumentaram (PAULILO; DE GRANDI E SILVA, 2000, p. 26 e 27).

A tentativa de se consolidar modelos competitivos no espaço rural - nem sempre restrita às políticas dos grandes grupos empresariais no contexto de globalização dos mercados, pois perpassa também inúmeros projetos “alternativos” de desenvolvimento - implica uma percepção evolucionista (e dualista) de mudança social, opondo tradição a modernidade, com o agravante de instituir esta última onde ela não existe. Pensar o agricultor como “um profissional como outro qualquer”, que almeja padrões de produtividade e eficiência construídos com parâmetros semelhantes aos da lógica empresarial, enquadrando-o em um modelo único, de fato implica negar ou não levar na devida consideração os componentes culturais dos estilos de vida dos agricultores familiares que normalmente se associam às práticas econômicas (CARNEIRO, 1997). Assim, ao reduzir todos os demais princípios e regras que orientam a prática social à racionalidade econômica, reduz-se também a capacidade de captar as múltiplas racionalidades coexistentes no interior do universo familiar (NEVES, 1993).

Polany (1980), ao analisar o papel da economia nas sociedades que não apresentam relações tipicamente capitalistas, afirma que a descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ou seja,

Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais; ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico está dirigido por motivações não-econômicas (POLANY, 1980, p. 61-62).

Embora diversos projetos de desenvolvimento local afirmem a importância da geração de renda como fonte de dinamismo social, raros são os que incorporam na análise os problemas estruturais que afetam a renda dos agricultores familiares. Cabe ilustrar que, de acordo com dados disponibilizados pelo Epagri/CPMP (2001), nestes últimos anos houve um significativo decréscimo na renda dos agricultores familiares, aprofundando o processo histórico de apropriação do valor gerado pela agricultura familiar por outros segmentos

sociais, particularmente as agroindústrias e o sistema financeiro. Embora considerando que a “exaltação das dificuldades” seja uma característica cultural recorrente entre os agricultores familiares, particularmente os de origem italiana, não se podem subestimar as repetidas e generalizadas queixas verificadas nos diversos depoimentos de pais e jovens quanto à desvalorização dos produtos dos colonos e à elevação dos insumos e financiamentos agrícolas. No caso dos agricultores integrados no sistema agroindustrial de produção de suínos e aves, reclama-se que as agroindústrias exigem constantemente novos investimentos em equipamentos e instalações, comprometendo a renda advinda da remuneração dos lotes de animais entregues às empresas. Assim, é instigante que, embora esta apropriação da maior parte dos valores gerados pelos produtos agrícolas se constitua na principal queixa dos agricultores, poucos são os projetos orientados para a agregação de renda que incorporam este problema estrutural, que afeta sobremaneira a reprodução social da agricultura familiar.

De acordo com os próprios dados do Banco Mundial de 1995, em 1870, a média da renda per capita nos países ricos era 11 vezes maior do que a renda nos países pobres; em 1960, a média levantou para 38, e, em 1985, ela era 52 vezes maior. Segundo Bryceson (2000), o alijamento do trabalho camponês na escala em que agora está ocorrendo nos países pobres está contribuindo para o alargamento do hiato nas rendas.

Num cenário de escassez de recursos, essa expropriação “renovada” dos valores gerados na agricultura familiar torna-se um agravante, impedindo novos investimentos e dificultando a colocação profissional e a remuneração dos filhos(as) dos agricultores, acarretando o acirramento dos conflitos de gênero e geração já existentes, dos quais o problema sucessório é a maior expressão. Este processo gera um descontentamento no seio da família, com implicações para os jovens e, de maneira especial, para as moças, segmento social mais afetado pelas mudanças, por sua condição desigual na sociedade, de maneira geral, e na agricultura familiar, em especial.

Para Paulilo (2000, p. 4), há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Este padrão, para a autora, comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra, enquanto as mulheres se tornaram agricultoras por casamento. Mais precisamente, elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais até que eles morram. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos ou quando os pais têm propriedades grandes. Assim, se for preciso excluir alguém, as mulheres o serão por primeiro. Elas são sempre consideradas como “filhas ou esposas de

agricultor”, termo que identifica tanto as que trabalham nos campos como as que não o fazem. Também quando a terra pertence à mulher por herança, o marido é considerado o responsável.

Nesta linha, Woortmann (1995, p. 193-194) considera que a sucessão aparentemente se modifica quando as mulheres passam a ter direito à terra, além do tradicional dote. Na prática, porém, verifica-se que a sua terra passa para o domínio de seu marido. Assim,

A mulher herda em quantidade menor que seus irmãos que, quando herdam – pois o mais freqüente é irem embora – recebem menos que o sucessor, e “vendem-lhe” sua parte... Não deixa de ser paradoxal que antes, quando a mulher era excluída do cálculo da herança, o seu dote – gado bovino, cavalos, porcos – lhe possibilitava desenvolver, com o tempo, uma esfera de produção própria que lhe gerava uma renda significativa. Ela própria comercializava essa produção, sem interferência do marido. Essa renda, à medida que se acumulava, iria contribuir para o enxoval das filhas. Agora, ela perde essa esfera de produção autônoma, ao mesmo tempo em que a terra passa de seu pai para seu marido, que irá deliberar sobre seu uso. *A mulher, que antes usufruía o produto de seu dote, agora não usufrui o produto de sua herança* (grifos da autora).

Outra prática, também apontada pela autora, passa a ser acionada: a transferência de terra que caberia à mulher para um irmão, em troca de dinheiro, que será empregado por seu marido para comprar terra, possivelmente de sua irmã, ou insumos que elevem a produtividade da terra já possuída. Novamente, a herança não chega às mãos da mulher, mas constitui uma circulação entre homens, em que a mulher é um elemento de cálculo, de intermediação.

Constatações advindas da sua experiência com pesquisas de campo no meio rural catarinense indicam, para Paulilo (2000, p. 4), que este problema quase nunca é citado espontaneamente, o que dá a falsa impressão de que, para as mulheres, o alijamento da posse da terra é considerado natural e, portanto, aceitável. Porém,

Em momentos de descontração e não havendo homens presentes, fomos surpreendida mais de uma vez por manifestações de profunda revolta por parte mesmo de mulheres já idosas. Elas alegam que ‘trabalharam tanto quanto seus irmãos na terra dos pais’, alegação que só faz sentido se atentarmos para o fato de que a herança está associada ao pagamento dos serviços prestados na terra, tanto assim que os filhos que receberam apoio financeiro para estudar já se sabem de antemão excluídos da partilha dos bens. O alijamento das mulheres significa que seu trabalho não é reconhecido como tal.

Explicando as possíveis reações dos entrevistados no momento da pesquisa e ressaltando a importância de se utilizar métodos qualitativos no processo de investigação, entre os quais a observação participante, Becker (1993) lembra que as pessoas que o pesquisador de campo observa sentem-se, em geral, constrangidas a agir como não o fariam na ausência do pesquisador, pelas próprias restrições sociais cujos efeitos interessam a ele;

conseqüentemente, ele tem pouca chance, em comparação com os que utilizam outros métodos, de influenciar o que os observados fazem, pois há forças mais poderosas em operação. Já o pesquisador de campo, ao observar participativamente, devido à sua presença contínua, coleta muito mais dados e, num certo sentido, faz e tem condição de fazer mais testes de suas hipóteses do que os pesquisadores que usam métodos mais formais.

Um conjunto de estratégias é considerado pelas famílias visando à sua reprodução social. A busca de colocação para os filhos(as) fora da agricultura se apresenta como a alternativa mais promissora, que compatibiliza a vontade dos jovens - de estudar, de ter sua própria fonte de renda sem depender dos pais e de “mudar de vida” – com a necessidade dos pais de “protelar” o problema sucessório e de suplementar a renda dos que ficam na propriedade. Cabe salientar que a incorporação de renda externa se constitui na segunda principal fonte de renda não-agrícola das famílias rurais, e que se materializa no dinheiro enviado pelos filhos que trabalham e residem na cidade, de acordo com dados regionais obtidos junto ao Epagri/CPFP (2001).

Neste sentido, a migração de jovens não é a causa imediata do possível comprometimento social da agricultura familiar, mas coloca em relevo as contradições e os conflitos, externos e internos, que resultam da forma singular e desigual de interação do rural com a sociedade global, expressando, também, a busca por mudanças que não se restringem apenas aos aspectos econômicos, mas que visam a redefinir o próprio sistema cultural que reproduz a agricultura familiar. As diversas visões das moças e rapazes no tocante ao casamento, à família, ao trabalho, à terra, ao estudo, ao lazer, ao futuro profissional, entre outros, indicam o questionamento dos papéis tradicionalmente assumidos no interior da agricultura familiar e a explicitação de novas expectativas e demandas, muitas vezes não discutidas nas organizações sociais locais nem suficientemente reconhecidas pelos agentes externos.

Embora pouco explicitados nos relatórios oficiais ou mesmo nos estudos acadêmicos, os recorrentes depoimentos, dos próprios jovens ou mesmo de técnicos e pesquisadores, indicam o descontentamento das moças – mais explícito entre as filhas de agricultores empobrecidos, mas não menos importante entre as filhas de agricultores capitalizados - e sua recusa em casar e constituir família com filhos de agricultores, bem como a sua procura por estudo e trabalho na cidade para “mudar de vida”. Este fato vem preocupando os rapazes que permanecem nas comunidades rurais e começa a entrar na pauta das lideranças representativas. Além de pouco estudado, este fenômeno não tem sido ainda

considerado em toda a sua dimensão pelas instituições que trabalham com a agricultura familiar.

Ao analisar o celibato no espaço rural francês, Bourdieu (1962, p. 64 e 65) coloca em relevo a lógica das relações entre os sexos. Segundo essa lógica, o primado e a supremacia pertencem aos homens, particularmente na gestão dos negócios familiares. Indica que o aparecimento de fenômenos anormais revela que o sistema de trocas matrimoniais, em seu conjunto, tem sofrido uma mudança profunda e que é preciso identificar as suas causas essenciais. Para esse autor, decresce a dependência das trocas matrimoniais em relação aos aspectos econômicos ou, mais exatamente, muda de forma: em lugar de a situação na hierarquia social ser definida pelo patrimônio fundiário, é muito mais o estatuto social – e mais precisamente o estilo de vida correlato – que aparece como ligado ao casamento. Ao desmoronamento da base econômica do sistema, vincula-se uma verdadeira transformação dos valores. Em primeiro lugar, a autoridade dos antigos, que repousava, em última instância, sobre o poder de deserdar (excluir da herança), enfraquece, parte por razões econômicas, parte sob a influência da educação e de novas idéias. Assim, os pais que quiseram manifestar sua autoridade ameaçando as crianças com o deserdamento, provocaram a desagregação de sua família, tendo os jovens partido para a cidade. Isto é verdadeiro sobretudo para as moças, anteriormente presas à casa e constrangidas a aceitar as decisões de seus pais. Com a instrução, a maior parte delas busca um emprego na cidade, recusando o casamento e a vida social vinculados à agricultura.

Embora sua investigação se refira a uma sociedade com características diferentes das da região pesquisada, cabe ressaltar a constatação de que a sociedade contemporânea é dominada por sistemas de valores divergentes. Ao lado dos valores propriamente rurais aparecem valores incorporados do mundo urbano e adotados sobretudo pelas mulheres. O fato marcante é que esta sociedade, anteriormente relativamente fechada sobre si, torna-se aberta ao exterior. Mas o êxodo é, para Bourdieu (1962, p.66-67), essencialmente resultado do fato de as mulheres serem mais bem preparadas que anteriormente para enfrentar a vida urbana, passando a questionar o que é visto como servidão na vida camponesa. Este mesmo autor constata, naquele contexto, que as moças não querem mais ser camponesas. Menos ligadas à terra que os rapazes, quando providas de um mínimo de instrução indispensável para se adaptar ao mundo urbano, parcialmente liberadas das restrições familiares em razão do enfraquecimento das tradições, mais prontas a adotar os modelos de comportamento urbano, as filhas dos agricultores podem ganhar as cidades ou os “burgos” mais facilmente que os rapazes.

Para o nosso caso, alguns trabalhos de pesquisa constataam a “destruição” do tecido social nas comunidades rurais, associando-se de maneira causal a desagregação do ambiente cultural ao esvaziamento demográfico, particularmente de jovens, sendo o processo migratório visto como um movimento de via única e determinado, sobretudo, por causas externas, causalidade que estamos pondo em questão. Ilustra-se este fenômeno com o fechamento de sedes, instalações e equipamentos comunitários, escolas, entre outros. Afirma-se, inclusive, a perda de costumes tradicionais, como as relações de vizinhança, mutirões, “serões” entre famílias, as reuniões religiosas com a utilização simbólica das “capelinhas”, algumas manifestações lúdicas, entre outros. Por outro lado, indica-se que o aumento das intrigas e competições entre as famílias por status e pelo acesso aos bens materiais enfraquece o espírito comunitário e a participação na vida social local. Embora seja importante fazer a ressalva da existência, também, de um sentimento de idealização do passado, representação presente nas famílias ao pensar o presente (processo já analisado por outros autores), cabe enfatizar a necessidade de se ter em conta o papel do mercado na desagregação do ambiente cultural nas comunidades rurais.

Outra evidência indica que as famílias integradas ao sistema agroindustrial dispõem de menos tempo para participar das atividades comunitárias. No entanto, os diversos depoimentos demonstram que a desagregação do tecido social e a pouca participação dos membros das famílias nos eventos que dinamizam a vida social comunitária, embora sejam influenciados pelo esvaziamento demográfico, antecedem o acirramento do processo migratório, indicando a necessidade de uma abordagem mais precisa dos processos sociais e culturais que dão forma a este problema.

Enfim, evidencia-se uma problemática social de abrangência regional, expressa no recrudescimento do movimento migratório de jovens, e que demanda a busca de explicações não exclusivamente restritas ao campo econômico. Na busca da compreensão deste fenômeno, há uma questão, objeto deste estudo, que perpassa o debate atual, ou seja: o que representa o rural na perspectiva dos jovens?

Para relativizar a associação causal de via única, comumente verificada em diversos trabalhos que analisam a agricultura familiar, entre diminuição da renda, esvaziamento demográfico de jovens e “destruição” do capital social, resgato Polany (1980, p. 160) no intuito de pensar as causas da degradação nas comunidades rurais. Para esse autor:

A causa da degradação não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima. O processo econômico pode, naturalmente, fornecer o veículo da destruição, e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais

fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica – ela está no ferimento letal infligido às instituições nas quais a sua existência social está inserida. O resultado é a perda do auto-respeito e dos padrões, seja a unidade, um povo ou uma classe, quer o processo resulte do assim chamado ‘conflito cultural’ ou de uma mudança na posição de uma classe dentro dos limites de uma sociedade.

Os inúmeros depoimentos que falam na perda de auto-estima entre os agricultores, no descontentamento das mulheres e na falta de perspectivas para os jovens, apontam nessa direção.

Raramente consideradas, até recentemente, as representações e demandas dos jovens rurais começam a inquietar as instituições de pesquisa, a esfera pública e as entidades representativas, e a omissão está se tornando desconfortável aos profissionais que trabalham diretamente com esta população, pela falta de perspectivas e espaços nos marcos dos modelos culturais e políticos vigentes nos quadros institucionais oficiais. Afloram, assim, questões instigantes ainda não respondidas de uma forma mais abrangente sobre o significado das mudanças vivenciadas e expressas pela juventude rural e suas implicações na construção de uma nova ruralidade.

Parto da constatação de um problema: a migração de jovens rurais, colocado em relevo nas diversas pesquisas, nos depoimentos de intelectuais, de lideranças representativas ou mesmo de políticos. Por que este é um problema? Para quem? O movimento (migratório) não seria também, para as famílias e para os jovens, uma das estratégias possíveis em busca de solução para os seus problemas e expectativas? O conceito de rural é ainda pertinente para pensar as mudanças em curso na sociedade, particularmente em nível local? É ainda relevante para analisar as redefinições na agricultura familiar e para abordar as representações que vêm sendo construídas, sobre o rural, pelos filhos(as) de agricultores familiares?

Visando dinamizar o debate, organizei um modelo de análise pautado em alguns conceitos que ajudam a pensar o que representa o rural hoje para a sociedade, para as famílias de agricultores, para os pesquisadores e, especificamente, a partir do presente estudo de caso, para ver o que representa o rural para moças e rapazes. Levanto algumas hipóteses para nortear o trabalho analítico: 1) considerando o rural como um encontro de construções sociais em conflito, procuro desvendar a visão dos “esquecidos” no espaço rural, os “outros” na agricultura familiar, particularmente jovens e mulheres; 2) o conceito de rural ainda tem pertinência como fio condutor: para pensar as mudanças em curso nas pequenas localidades e na agricultura familiar, bem como para compreender os grupos sociais tradicionalmente excluídos na sociedade rural, como as mulheres e os jovens, mas é preciso redefini-lo segundo novos parâmetros; 3) para os jovens, o mundo rural se amplia até a sede das pequenas

idades, para permitir a realização de estratégias que visem “mudar a vida”, incorporando cidadania e conquistas próprias da modernidade; 4) assim, a saída significa também uma das estratégias, senão a principal, para buscar a solução dos problemas vividos pelos diversos integrantes da família, sendo vista, neste sentido, como uma solução e não como um problema; 5) o movimento migratório é a resultante das inúmeras, contínuas e pequenas iniciativas que buscam a construção de uma identidade social - redefinida, conflituosa e ampliada - de jovem, que integra valores “urbanos” sem deixar de ser rural, representa a possibilidade de um filho(a) de agricultor familiar viver com mais plenitude a qualidade de “ser” jovem; e 6) o fato de os jovens migrantes buscarem mudanças que questionam valores nucleares da agricultura familiar, redefine mas não anula o papel do ambiente cultural rural no processo de socialização e no comportamento futuro desta juventude.

No capítulo 1, organizei um modelo teórico-metodológico amparado em conceitos e representações que circulam em torno da pertinência da utilização da noção de rural para pensar as mudanças em curso na sociedade atual, particularmente aquelas que afetam os agricultores(as) familiares e os jovens. Visando debater o sentido dessas redefinições coloquei em relevo as representações formuladas em torno desta noção na perspectiva, na voz e nas atitudes plurais e conflituosas dos filhos(as) de agricultores familiares.

No capítulo 2 desta tese discute as principais representações de rural no pensamento social contemporâneo e analiso os principais conceitos que estão sendo adotados para pensar as mudanças no rural, quem elabora estas noções e a relevância de sua utilização no contexto pesquisado, quais sejam: renascimento rural, neo-rural, novo rural, nova ruralidade, *continuum* urbano, pluriatividade e localidade. Destaco as vertentes teóricas que vêem o rural como uma construção social, buscando valorizar as representações do rural feitas pelos grupos sociais que tradicionalmente ficam de lado, que são esquecidos. Finalmente, discuto as consequências do mercado no ambiente cultural rural, bem como as implicações da adoção do conceito de capital social neste espaço.

Vendo o rural como construções sociais em conflito, levanto ponderações, no capítulo 3, às concepções que vêem a agricultura familiar de forma homogênea e harmônica. Para isso, resgato algumas teorias do campesinato como forma de incorporar no debate alguns conceitos nucleares que influenciam a reprodução dos grupos sociais rurais, visando fazer um contraponto à proposição da agricultura familiar “moderna” como modelo cultural de uma nova ruralidade e, ao mesmo tempo, colocar em evidência os fatores, externos e internos, que conformam o processo de exclusão social. Nesse sentido, abordo os conceitos de comunidade, terra, trabalho e família, bem como evidencio as interpretações em torno do casamento.

Finalmente, ressalto a presença dos “outros” no espaço rural, particularmente as representações das mulheres e dos jovens, que nem sempre são as mesmas daquelas elaboradas por quem os está vendo “de fora”.

Nos capítulos 4 e 5 deste estudo faço uma problematização da emergência da categoria juventude rural no cenário teórico e conceitual, como forma de fazer aparecer a heterogeneidade de manifestações que são aglutinadas em torno da noção genérica de juventude. Complementando dialeticamente esse modelo de análise, realizo um estudo de caso na cidade de Ouro/SC, mostrando quem são os filhos(as) de agricultores familiares dessa localidade e o que representa o rural nas suas vidas. Resgato as memórias e representações que eles constroem referentes à infância no espaço rural, particularmente relacionadas ao lúdico, à transmissão do saber no trabalho, à escola e ao ambiente cultural. Discuto o que significa o trabalho no cotidiano destes jovens. Abordo a educação como uma estratégia elaborada pelos filhos(as) de agricultores familiares para “mudar” de vida. Enfim, explicito a diversidade de interesses e os conflitos de gênero e geração expressos nas representações destes jovens no que se refere ao mundo rural, à educação, à família ou mesmo ao casamento. Abordo o problema da migração como resultado da emergência de questionamentos em torno das representações hegemônicas do que seja o rural, manifesta nas noções, demandas e atitudes que conformam as visões de mundo, materializadas em forma de estratégias que objetivam redefinir conceitos, relações sociais de produção, padrões culturais e estruturas de poder que os prejudicam.

Constato que os integrantes dessa categoria social, embora referenciados numa matriz valorativa que os identifica em determinados aspectos, e que eles mesmos procuram redefinir no seu cotidiano, explicitam projetos de vida com sentidos muitas vezes divergentes entre si. Em suma, acredito que o enfoque de rural é pertinente para pensar as mudanças em curso na sociedade atual, no contexto pesquisado e, particularmente, para compreender os interesses e as expectativas de inclusão social que são colocados em relevo nas representações e práticas cotidianas dos filhos(as) de agricultores familiares.

Capítulo 1 – Um Modo de Pensar o Rural: O Modelo de Análise

Tem-se afirmado, corretamente, que “o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância” (SHANIN, 1980). Partindo do princípio de que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências humanas e que é pelo trabalho cotidiano de pesquisa, de programas e ações políticas reais que as utilizações de um conceito devem ser julgadas, para pensar a realidade pesquisada tenho procurado me guiar por alguns conceitos que, por sua relevância e pertinência na abordagem da economia e da cultura dos(as) agricultores(as) familiares, ainda não esgotaram a sua capacidade de ajudar a compreender as questões fundamentais da sua realidade social. Por outro lado, também é preciso levar em conta as noções e representações colocadas em relevo por esses grupos na vida cotidiana.

Para autores como Murdoch e Marsden (1994), a necessidade urgente de uma nova estrutura conceitual aparece não apenas por causa da natureza e da significância das mudanças em curso, mas também porque as discussões rurais têm sido historicamente marginalizadas nas ciências sociais. Pesquisas anteriores seriam inadequadas como pontos de partida. Os estudos de comunidades rurais dos anos 1950 e 1960 falharam ao tentar *engajar* esses espaços sociais com o restante do mundo, além de primarem por um viés harmônico, de cunho funcionalista, dos grupos sociais. Já a economia política marxista dos anos 70 tratou a população rural como se fosse constituída por segmentos sociais meramente receptivos dos caprichos das forças nacionais e internacionais. Mais, nas academias e departamentos governamentais e não-governamentais, o estudo da economia rural tem sido, segundo esses autores, quase exclusivamente restrito a uma visão interna, micro da agricultura. Tais estudos abordavam os negócios familiares rurais com base em princípios neoclássicos, como se eles pudessem ser perfeitamente compreendidos por essa ótica. Com isto, estas análises têm produzido uma visão parcial das influências externas, minimizando o papel intervencionista das sociedades capitalistas avançadas.

No campo da sociologia rural – palco onde “jogam” os diversos conceitos presentes neste estudo – e no espaço privilegiado em que se debateram as principais vertentes do pensamento social rural contemporâneo, o X Congresso Mundial da Associação Internacional de Sociologia Rural, realizado em agosto de 2000 no Rio de Janeiro, o reconhecido sociólogo José de Souza Martins coloca no centro da sua reflexão de

encerramento deste congresso o tema do desencontro entre a sociologia rural e as populações rurais a cujo estudo esta se dedica. Ressalta o referido autor que nenhum campo da sociologia ficou tão obstinadamente preso à suposição de que as populações rurais são populações retardatárias do desenvolvimento econômico e da história, como se fossem ilhas de primitivismo no pretense paraíso da modernidade. Lembra, também, que por muito tempo e para muitos, a sociologia rural foi mais uma ciência da ocupação agrícola e da produtividade do que uma sociologia propriamente rural. Mais uma sociologia das perturbações do agrícola pelo rural do que uma sociologia de um modo de ser e de um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico.

No âmbito da sociologia rural, porém, e coincidindo com a abertura política realizada no Brasil a partir do início dos anos 80 do século passado, produz-se sua própria crítica. Este processo foi impulsionado sobretudo pelo efervescente e crítico debate teórico produzido no interior dessa ciência em algumas universidades brasileiras. Estreitamente vinculado, também, ao debate das questões agrárias em curso nos movimentos sociais e no cenário político brasileiro, alguns programas de pós-graduação em sociologia rural alinharam-se com a perspectiva de resgatar e afirmar socialmente as problemáticas e as expectativas das populações rurais.

Os representantes da vertente inglesa do pensamento social rural contemporâneo sugerem que os sociólogos rurais deveriam ir além das preocupações agrárias tradicionais, restritas aos processos produtivos agrícolas, e abraçar as representações e processos que caracterizam a população rural e refletir sobre a noção de ruralidade na sociedade contemporânea. Ao indicarem que hoje elas seriam essenciais nas ciências sociais, perguntam: que tipo de estrutura metodológica e conceitual seria mais apropriada para novos estudos?

Postulam a necessidade de abandonar o lugar marginal que se outorgava tradicionalmente aos estudos rurais para integrá-los às problemáticas centrais da ciência social contemporânea. Enfocam os deslocamentos da população até o campo. Isto se liga a uma valorização dos espaços abertos e seu consumo, o que mostra a persistência de uma concepção arcaica dos campos, muito britânica, que séculos de industrialização não conseguiram ofuscar. No século XX, existe na Inglaterra quase uma proporção inversa entre a importância declinante da economia rural (e da sociologia rural) e o crescente peso cultural das idéias rurais.

Nada obscurece mais a nossa visão social do que o preconceito econômico (POLANY, 1980). A hegemonia de um enfoque essencialmente produtivo das políticas para a agricultura, que vinculava o desenvolvimento rural às potencialidades do setor agrícola, gerou

um grave problema de exclusão, tanto de territórios como de grupos sociais, marginalizados deste processo. As sociedades modernas enfrentam hoje, sob formas e intensidades diferentes, uma “questão rural”, ou seja, a necessidade de inserir plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna e de assegurar a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural, como um patrimônio de toda a sociedade (WANDERLEY, 2000, p. 24).

Juntamente com Philo (1992), considero que os estudiosos do mundo rural, ao tecer a narrativa modernista, têm negligenciado certos grupos sociais, culturas e identidades. Argumento pela necessidade de se investigar as mudanças em curso nos espaços rurais a partir das representações daqueles que, tradicionalmente, são “esquecidos” nas políticas ou nas academias. Neste sentido, incorporo contribuições de autores como Murdoch e Pratt (1993), que vêm explicitando a necessidade de uma retomada fundamental na abordagem científica sobre o rural dos “outros”, dos que são deixados de lado. Embora céticos quanto à proposição de que entramos recentemente numa sociedade pós-moderna, porque consideram a pós-modernidade como a maneira que a sociedade (moderna) encontrou para criticar a si mesma sem entrar em um novo estágio, estes autores entendem que, para resgatar os “outros” que não são vistos pelos focos “convencionais”, torna-se importante incorporar a perspectiva trabalhada pela ciência pós-moderna, especificamente a que possibilita desconstruir a noção de rural, colocando em relevo as suas múltiplas construções, particularmente aquelas não-hegemônicas.

Embora sem esquecer o “lembrete” de Philo (1992) de que o pós-modernismo desconstrói, desconstrói e no fim nada resta, incorporo no trabalho, parcialmente, alguns procedimentos da sociologia da pós-modernidade quando, especificamente, ela alerta para a feitura do rural como um conceito em construção e não um lugar cristalizado e com “virtudes” essencialistas; quando ela afirma que as visões de rural que se impõem são resultantes de forças sociais que, muitas vezes, divergem na concepção do que é ou deva ser a ruralidade; quando ela se preocupa, enfim, com a visão de mundo (rural) dos “excluídos”. Cabe indicar também que, pelo fato de acreditar na possibilidade de se construir um sentido de unidade na busca do reconhecimento e da afirmação social e cultural dos anseios dos grupos sociais rurais excluídos, recuso as concepções teóricas que visualizam o relativismo total nas representações sociais.

Passo a colocar em relevo o campo conceitual que preparei para alimentar o esforço analítico desenvolvido neste trabalho. Organizei o debate conceitual num espaço híbrido (CARRARA, 1994; PAULILO, M. A. S., 1998), considerando as disciplinas

envolvidas, embora o objeto de estudo esteja recortado no campo da sociologia rural. Isto se justifica pela complexidade do tema e pela compreensão mais ampla, e ao mesmo tempo mais profunda, que o objeto exige, demandando a interlocução com outras áreas do conhecimento: agronomia, geografia, economia, história, antropologia e sociologia. É, portanto, na interface dessas diferentes ciências que se situa o presente trabalho.

Todavia, não tão simples como vem se apregoando, a iniciativa de construção interdisciplinar do conhecimento sobre as interrelações sociedade/espço rural/meio ambiente constitui-se em um projeto complexo, “cuja implementação deverá pressupor a maturação de novos princípios de organização das comunidades científicas, para além das práticas usuais fundadas em excessiva compartimentação disciplinar” (VIEIRA, 1992).

Objetivando superar o simples somatório de estudos monodisciplinares característicos dos planos e programas direcionados à temática da ruralidade, que apresentam uma série de debilidades para a compreensão das interdependências entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (aspectos sociais, econômicos, ambientais, etc), a interdisciplinariedade vem se tornando um procedimento importante para o alcance da interação entre os vários campos de conhecimento. Com a ressalva de que o esforço de integração das várias áreas seja permeado por uma problemática comum, um fio condutor dos trabalhos.

Não obstante a divergência das visões desde onde se observa a problemática rural, tem existido um acordo bastante generalizado para assinalar como uma de suas causas o processo histórico que deu lugar à diferenciação das ciências, o fracionamento do conhecimento e a compartimentação das questões rurais em campos disciplinares confinados, com o propósito de incrementar a eficiência da cadeia tecnológica de produção. A partir dessa premissa, tem-se iniciado a busca (o retorno ideológico) de um método capaz de reintegrar esses conhecimentos dispersos em um campo interdisciplinar unificado (LEFF, 1993).

A interdisciplinariedade não só é proclamada como um método para a produção de conhecimentos práticos e para a integração operativa de diversos conhecimentos na resolução e explicação de uma problemática comum, senão que aparece com a pretensão de promover intercâmbios teóricos entre as ciências, de integrar e formalizar as homologias estruturais entre diferentes campos do conhecimento e de fundar novos objetos científicos. Entretanto, a interdisciplinariedade teórica, entendida não como o tratamento comum de uma temática por diversas disciplinas senão como a construção de um “novo objeto científico” a partir de sua colaboração, é um processo que se tem consumado só em alguns casos da história das ciências. Esses casos não são generalizáveis como uma metodologia aplicável

para produzir efeitos similares em outros campos do conhecimento e da investigação científica.

A intenção da interdisciplinariedade introduz algumas alterações na análise epistemológica tradicional. Segundo Cupani (1998), a introdução da perspectiva interdisciplinar altera as noções do esquema tradicional, pois o sujeito do conhecimento – anteriormente concebido como individual – passa a ser agora a comunidade de pesquisadores. Os meios de conhecimento envolvem dificuldades novas, como a de compatibilizar pressuposições ontológicas diversas, a de aprender a “ver” diferentes mundos, e a de lidar com noções que podem ser incomensuráveis, e o objeto de conhecimento, costumeiramente entendido como uma “perspectiva” ou “aspecto”, teoricamente formulado ou “construído”, do mundo real, parece exigir agora uma integração de perspectivas ou aspectos.

Embora persista, ainda, um longo caminho a ser trilhado para a interação dialógica entre as interfaces do conhecimento, os avanços nessa direção começam a se fazer presente no cotidiano e na agenda de pessoas e instituições. Assim, à luz da formação acadêmica, do debate interdisciplinar realizado nos eventos científicos que participei e das experiências profissionais que tive a oportunidade de vivenciar, realizo, neste trabalho, um esforço no sentido de realizar uma interação entre diferentes disciplinas, visando abordar o objeto deste estudo com o “olhar” e a contribuição de diferentes campos do conhecimento científico.

A aplicação da ciência moderna serve, em sua maior parte, especialmente às perspectivas de valor e aos projetos morais que têm em alta estima o interesse em ampliar nossa capacidade de controlar a natureza (LACEY, 1997). Para este autor – que adota a imparcialidade mas recusa a neutralidade na ciência –, as práticas de controle da natureza, no momento atual, estão nas mãos dos defensores do neoliberalismo e, assim, servem a determinados valores e não a outros. Isto é, servem ao individualismo em vez de à solidariedade; à propriedade particular e ao lucro em vez de aos bens sociais; ao mercado em vez de ao bem-estar de todas as pessoas; à utilidade em vez de ao fortalecimento da pluralidade de valores; à liberdade individual e à eficácia econômica em vez de à libertação humana (LACEY, 1997, p. 8).

Diante desta posição, não perco de vista o pressuposto de que o componente ideológico é inseparável de todo conhecimento científico, particularmente nas ciências sociais em que a concepção de mundo do pesquisador e do pesquisado penetram todo o processo de conhecimento desde sua concepção até o resultado final da pesquisa.

As ciências não vivem num vazio ideológico. Seja por sua constituição, a partir das ideologias teóricas e das visões práticas de mundo que moldam o terreno confitivo das

práticas sociais dos homens, seja pelas transformações sociais e tecnológicas que se abrem a partir dos efeitos possíveis do conhecimento científico e por suas condições econômicas, políticas e institucionais de aplicação, as ciências estão inseridas dentro de formações ideológicas e processos discursivos que o saber se debate contraditoriamente, regido pela luta de interesses opostos de classes, grupos sociais, culturas e nações (LEFF, 1994).

Considerando que a realidade transcende a visão compartimentada da ciência, ultrapassando a mera tipificação dos sujeitos pesquisados em modelos reducionistas, incluo na análise uma crítica ao crescimento generalizado de classificações baseadas em dados estatísticos, muitas vezes pautadas em aspectos econômicos, para qualificar os diversos grupos sociais rurais. Desse modo, o propósito deste estudo é visualizar - e buscar compreender - o rural na perspectiva, na voz e nas atitudes plurais e conflituosas dos filhos(as) de agricultores familiares, visando a debater o sentido das mudanças em curso nos espaços rurais.

Surge, preliminarmente, uma questão que vem sendo debatida por diversos autores, seja no Brasil ou no exterior, que perguntam: até que ponto a categoria rural é, ainda, pertinente para pensar as mudanças em curso na sociedade contemporânea?

Algumas vertentes atuais do pensamento social vêm considerando problemática a utilização da categoria rural para pensar as transformações verificadas no espaço local, porque carregaria uma influência muito forte da maneira como foram construídos o rural e a sociologia rural nas décadas passadas no Brasil, que considerava o rural como agrícola e as populações rurais como retardatárias do desenvolvimento da sociedade, numa oposição muito forte ao urbano. Neste sentido, este conceito não daria conta dos territórios em que existe uma relação intensa entre os símbolos e valores rurais e urbanos, tendo em vista que as trocas simbólicas e culturais que, em nível local, estão ocorrendo entre o rural e o urbano implicam a elaboração de outras categorias analíticas. Em decorrência, coloca-se em relevo o termo “localidade” como o mais apropriado.

Fazendo algumas reflexões sobre métodos utilizados na comparação do enfoque de localidade no Brasil e na França, Carneiro (2001) questiona se as categorias rural e urbano ainda são pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas. Ressalta que, segundo o IBGE, a classificação rural é muito negativa, isto é, compreende todas as residências situadas fora dos limites urbanos. Percebe que a definição de rural que orienta as estatísticas à nossa disposição é dominada por uma imagem do rural como de estabelecimentos pobres, atrasados, onde falta tudo. Além disso, ela engloba numa mesma categoria uma diversidade enorme de realidades. Dessa maneira, para Carneiro, a categoria

“rural” torna-se inútil a partir do momento em que, segundo as últimas projeções, 80% da população brasileira será urbana ao fim do século XX.

Já Wanderley (2001) sugere que as categorias adotadas pelo IBGE devem ser repensadas, pois elas não contribuem para a compreensão do movimento da população rural nas pequenas cidades; por outro lado, transformando em “cidade” os pequenos espaços que se beneficiam de políticas públicas de “urbanização”, acabam por acentuar a percepção de perda de substância do meio rural. Em conseqüência, é grande a dificuldade de fazer da problemática “rural” um objeto legítimo de interferência do Estado, desqualificando-o em termos de prioridade. Assim, toda iniciativa que tenha como objeto a promoção do desenvolvimento rural será, na visão dessa autora, “registrada” como “urbana”, reforçando ainda mais o hiato construído entre o campo e a cidade.

Nos países desenvolvidos o interesse crescente pelas questões ambientais, as representações do território nacional e o papel atual da agricultura no desenvolvimento, a procura de soluções às crises sociais, em particular associadas ao emprego e às transformações da agricultura, contribuíram para recolocar a problemática da “ruralidade” no contexto das sociedades modernas. A sociedade brasileira percebe atualmente o meio rural - sempre considerado como fonte de problemas, entre os quais, êxodo, miséria, isolamento - como portador de soluções, de alternativas ao problema do emprego, de melhoria na qualidade de vida, a partir de contatos mais diretos e intensos com a natureza e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, consideradas como predominantes entre os habitantes do campo (WANDERLEY, 2001).

Segundo este ponto de vista, nas sociedades modernas avançadas a crise do modelo de sociedade, com o crescimento do desemprego e da violência urbana, a diminuição do êxodo campo-cidade, a referência explícita a uma identidade que se pretende rural e às novas exigências relativas à cidadania, todos esses elementos remetem à ordem do dia o interesse pelo desenvolvimento rural, isto não só nos países ricos, como também nas diversas regiões brasileiras, e impõem uma reflexão sobre o que representa o rural na atualidade e sobre o que é (ou se identifica com) o rural no Brasil hoje.

Do ponto de vista de Pratt (1996), o rural é um conceito que se recusa a “deitar e morrer”. De acordo com sua perspectiva, se um termo se nega a desaparecer é porque mostra que ainda tem pertinência; se as pessoas continuam a utilizá-lo é por sua relevância e ressonância na sociedade atual. No caso pesquisado, em que as influências de um “modelo” singular de ruralidade - com fortes traços camponeses - se estendem muito além das fronteiras do que foi estabelecido por institutos oficiais como “meio rural”, estando presentes

também nas representações e no modo de vida de um segmento expressivo de cidadãos, a localidade de Ouro/SC, adotou-se a noção de rural, e a perspectiva dos jovens, para pensar as redefinições em curso, inclusive a interação, nada harmônica, entre símbolos e valores rurais e urbanos.

As profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais - urbanização, industrialização, modernização da agricultura - não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais (WANDERLEY, 2000, p. 3). A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política do espaço local. Segundo este ponto de vista, mesmo o agricultor familiar considerado “moderno”, assim construído socialmente nos países desenvolvidos, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados. Alio-me, assim, a esta vertente teórica, que trabalha com a hipótese de que o recorte rural-urbano, redefinido e incorporando as especificidades dos contextos analisados, permanece como um recurso analítico pertinente para compreender as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas.

Explicitando um pouco as representações que circulam em torno desta perspectiva analítica, cabe indicar que, quando me refiro ao mundo rural, concebo um universo que interage, nas mais diversas dimensões, com o conjunto da sociedade brasileira e mantém relações que se estabelecem no cenário global. Não visualizo, assim, um espaço rural autônomo em relação ao conjunto da sociedade, que se caracterizaria por uma lógica própria e independente de reprodução social. Importa salientar, entretanto, que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.

Na perspectiva aqui elaborada, o rural torna-se uma categoria de pensamento do mundo social. Através dela torna-se possível compreender determinadas mudanças em andamento na sociedade. Para isso, utilizo como recurso teórico as vertentes de pensamento que acreditam que as representações sociais geram fatos sociais, fazem emergir identidades sociais, mobilizam e organizam socialmente pessoas e grupos em torno de reivindicações específicas, redefinindo a história e a dinâmica das sociedades.

Em síntese, o rural não é uma ficção ou uma mistificação; é produto necessário de um modo de construir a realidade social. Mas, de onde vêm essas várias construções? De acordo com a representação aqui elaborada, existem no momento várias concepções do rural,

que não vêm exclusivamente da cabeça das pessoas, não são gratuitas; são forças sociais em conflito que condicionam suas diferentes versões.

Esses conflitos expressam visões diferentes do que pode vir a ser o rural e dos possíveis usos atribuídos aos seus recursos, isto é, um campo de disputas entre distintos atores sociais que buscam controlar os espaços decisórios das instituições e da vida social local.

Se há uma “verdade”, a “verdade” do mundo social é que ele se constitui num jogo de lutas, pois as representações que os grupos fazem deles mesmos, e de outros segmentos sociais, contribuem no processo de formação dos próprios grupos (BOURDIEU, 1977). Assim, para este autor, a representação do mundo social não é um dado ou, o que é o mesmo, um registro, um reflexo, mas o produto de inúmeras ações de “construção” que são sempre já feitas e estão sempre a se refazer. Logo, a construção social da realidade é pautada nas inúmeras ações, antagônicas, que os agentes operam, a cada momento, nas suas lutas individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, para impor a representação do mundo social que seja mais adequada a seus interesses.

Importa explicitar em que termos se utiliza o conceito de representações sociais para analisar a perspectiva dos jovens, atores sociais escolhidos para esta pesquisa para pensar as mudanças em curso no espaço rural. A adoção de um enfoque que busca o entendimento da ruralidade como uma construção social implica a investigação de como tais representações se transformam e de que maneira interagem nas práticas cotidianas dos grupos sociais rurais.

Representar uma coisa não é simplesmente duplicá-la, repeti-la ou reproduzi-la, mas reconstruí-la (FARR, 1993). Para Maria Ângela Paulilo (1998, p. 88-89), as representações fazem circular e reunir experiências, vocabulários, conceitos, condutas que provêm de origens muito diversas. Dessa forma, ela reduz e rearranja os aspectos desconexos do real, dando-lhes sentido. As representações sociais são formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos – imagens, conceitos, categorias, teorias – mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos (SPINK, 1993, p. 300). Elas são socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuindo para a construção de uma realidade comum que possibilita a comunicação. Neste sentido, as representações são fenômenos sociais que, embora mobilizados a partir de um conteúdo cognitivo, devem ser compreendidos através de seu contexto de produção; isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.

Se as representações devem ser utilizadas regularmente como um instrumento para a abordagem da mudança social, elas devem exibir algum nível de estabilidade e capacitar as pessoas a terem noção de seus mundos. O enfoque de representações sociais pode

ser utilizado em situações específicas, pois permite uma interação entre a ação local e os processos econômicos e políticos que estão além da localidade e que possuem uma influência importante. Assim, este conceito se constitui num meio privilegiado para o exame da mudança social.

Todas as representações estão sujeitas à reconstrução e à rejeição, pois estão submetidas a contínuo conflito e renegociação. De particular importância é como os atores constroem seus interesses, como eles representam suas visões de mundo e quão efetivas elas são na realização de seus fins preestabelecidos. Mobilizando os recursos que se encontram à sua disposição, aqueles que produzem e dividem a mesma representação tentam, do que aqueles que não as contestam, torná-la mais forte.

Uma das dimensões fundamentais do processo de dominação reside no fato de que os dominados, muitas vezes, incorporam uma verdade objetiva de sua classe que eles não fizeram, uma *classe-pour-autrui*, que se impõe a eles como uma essência, um destino. Sem cessar, são convidados a tomar sobre eles mesmos o ponto de vista dos outros, a ter sobre si um olhar e um julgamento alheios, sempre expostos a se tornar estranhos a si mesmos, a cessar de serem os sujeitos do julgamento que eles conduzem sobre sua realidade, a deixar de serem o centro produtor das perspectivas representativas de seu mundo. Entre todos os grupos dominados, para Bourdieu (1977, p. 4), a classe camponesa, - porque ela jamais se deu ou jamais lhe deram o contra-discurso capaz de a constituir em sujeito de sua própria verdade - é, sem dúvida, o exemplo por excelência da classe objeto.

De uma maneira ou de outra, confrontados com uma objetivação que lhes diz o que são ou aquilo que eles vão ser, os “dominados” ou “classes inferiores” não têm outra escolha senão retomar por sua conta a definição que lhes é imposta ou de se definir em reação contra ela. As representações sobre a família, o casamento, o trabalho, a economia, entre outras, elaboradas por agentes e instituições externas que interagem com os diversos grupos sociais rurais, aparecem no discurso dominado, na língua mesma com a qual ele fala e se pensa. Para Bourdieu (1977), a folclorização, que coloca a *paysannerie* no museu e que converte os últimos camponeses em guardiães de uma natureza transformada em paisagem para cidadãos, presente nas entrelinhas de algumas construções vigentes sobre o rural, é o acompanhamento necessário da despossessão e da expulsão.

Com um enfoque diverso, algumas abordagens entendem que as “classes inferiores” não são simples fatalidade da história, de processos externos e determinantes, mas ativas e essenciais na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural. Tedesco (1999), Paulilo (1990a) e Ferreira (1995) colocam em relevo a presença de

valores culturais na relação mercantil estabelecida entre os agricultores integrados e as agroindústrias, materializados no saber-fazer e nas formas de organizar seu processo de trabalho e de vida. Aqui, além de se explicitar os conflitos, percebe-se o “colono” como personagem ativo, procurando-se ver os dissensos e consensos que caracterizam as relações sociais rurais. Esta vertente se constrói na contramão daquilo que Becker (1993) critica, isto é, a “predileção substancial dos cientistas sociais por teorias de consenso e não de conflitos”.

Mormont (1996) tem sido um dos pesquisadores precursores na adoção de procedimentos analíticos que enfatizam os conflitos no estudo da mudança rural. Ele os aborda no processo de proposição de representações da natureza e ruralidade, observando como as representações dos grupos competitivos configuram o espaço social. Na discussão da noção de ruralidade, sugere que deveríamos partir da hipótese segundo a qual a oposição rural-urbana está socialmente construída; propõe, ainda, a noção de rural como pressuposto básico para analisar a construção social do espaço. Por outro lado, Murdoch e Marsden (1994), ao debater com essa visão de Mormont, complementam o raciocínio do autor sugerindo o estudo dos procedimentos, através dos quais a construção social do rural é constituída nas representações. Entendem que as representações não são relações sociais livres, mas negociadas pelos atores que detêm posições de poder e aptos a utilizar diferentes recursos - materiais, culturais e simbólicos, entre outros - para impor seus interesses. É importante reter aqui o enfoque de localidade trabalhado por esses autores - embora eu considere o conceito de rural como mais apropriado para dialogar com os sujeitos desta pesquisa - que vêem o local como uma “arena” de representações diversas, muitas vezes em conflito, posto que o que se produz nas relações estabelecidas entre os atores sociais é uma resultante, não um consenso, do processo que define os interesses em jogo, afirmando algumas representações em detrimento de outras. São justamente as construções daqueles que, normalmente, são deixados de lado, que interessam a esses autores (e a mim) explicitar.

Nas sociedades modernas avançadas, como a hegemonia da produção agrícola diminui, novos papéis e funções surgem para os espaços rurais, como, por exemplo, lazer, conservação ambiental, produção de biomassa, extração mineral, entre outros. Tais mudanças criam novas oportunidades de acumulação de capitais em nível local, tornando as áreas rurais uma arena de novos conflitos políticos e sociais. Murdoch e Marsden (1994) chamam a atenção para o poder do simbolismo e a significância ideológica contida dentro da noção de “rural”, entendido hoje mais como uma parte ativa das “representações” baseadas na competição e nos freqüentes conflitos ligados a estilos de vida, trabalho e recreação. Inserido nesta perspectiva, está o fato de que as mudanças culturais e espaciais têm aumentado a

significância do consumo, em contraposição à função produtiva principal do mundo rural, como uma fonte de identidade e interesse político.

As propostas de reestruturação do espaço rural, com a introdução de novas funções, geram dependência de altos níveis de serviços e despesas públicas, infra-estrutura, entre outros, tornando estas ações vulneráveis aos cortes dos gastos públicos impulsionados pelas políticas neoliberais. Ou seja, uma superconfiança no alcance destas atividades, combinada com uma política macroeconômica neoliberal direcionada à desregulação e remoção nacional das barreiras tarifárias, pode expor ainda mais as áreas rurais à competição internacional dos mercados, pois, de acordo com este ponto de vista, o aumento da integração das áreas rurais na economia mundial tem aumentado sua vulnerabilidade aos caprichos dos mercados internacionais, aos ciclos de negócios, às mudanças tecnológicas e, eventualmente, às práticas de trabalho, gerando conseqüências sociais e incremento da pobreza rural.

As implicações desta exposição das unidades de produção agrícolas familiares às redefinições no mercado e, para o comércio, na política internacional, excluindo dos circuitos produtivos um contingente enorme da população rural e amparando (com fortes subsídios) os que, tradicionalmente, sempre foram incluídos, vêm sendo explicitadas em trabalhos de pesquisa e por porta-vozes de movimentos sociais rurais. O processo de concentração e o deslocamento dos agricultores familiares, particularmente nas cadeias produtivas da suinocultura e da bovinocultura de leite, ilustram este fenômeno.

Importa reter aqui, para o debate, a representação de que não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. Num certo sentido, esta seria uma tendência geral que se diferencia de acordo com a variabilidade das localidades que são objeto de investigação, particularmente quando se conclui que “as implicações do diagnóstico para as políticas agrárias são muitas, em especial para a tão sonhada reforma agrária, que não precisa ser mais essencialmente agrícola, pelo menos no eixo centro-sul do País [...] A criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia capaz de reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar a sua renda” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 29 e 30).

Seguindo-se esta linha de raciocínio, constata-se como fundamental o fato de que as pessoas ocupadas em atividades agrícolas e residentes no meio rural têm hoje uma alternativa cada vez mais importante para aumentarem sua renda sem precisar se mudar para a cidade e mudar de ramo de atividade. No entanto, cabe perguntar até que ponto esta proposição considera as implicações econômicas, sociais, culturais e políticas que intervêm no processo decisório dos(as) agricultores(as) e que dificultam a adoção de uma lógica

essencialmente econômica. Cabe perguntar, também, como se inserem as regiões em que a pluriatividade não é tão decisiva, ou é diferente da do Sudeste. Em Santa Catarina, a pluriatividade já existe há algum tempo, particularmente nas regiões sul e no Vale do Itajaí; contudo, além de possuir características diferenciadas da região sudeste do Brasil, apresenta nestes últimos anos, em virtude da crise enfrentada pelos setores industriais destas regiões (têxtil, minerador, ceramista, entre outros), uma tendência de declínio. Alguns estudos abordam o conceito de pluriatividade nestas regiões, entre os quais os de Volpato (1984) e Seyferth (1983/1984).

Penso ser importante sublinhar o que representam as políticas agrárias e agrícolas para segmentos expressivos de agricultores familiares em espaços rurais não circunscritos à Região Sudeste do Brasil. Para isso, resgato alguns autores que elaboram uma outra linha de raciocínio, que considero essencial para fazer o contraponto neste debate.

A estrutura fundiária ainda inibe o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, fato demonstrado por diversos pesquisadores brasileiros e colocado em relevo particularmente pelos movimentos sociais rurais espalhados nas diversas regiões do País. Por outro lado, apesar dos fatores de crise, Wanderley (2000) ressalta que no Nordeste, como em outras regiões do País, a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a atividade principal, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização. Esta constatação pode ser ilustrada nos resultados da pesquisa feita pelo Epagri/CPMP (2001), especificamente na região Oeste de Santa Catarina, contexto da pesquisa aqui desenvolvida. Nesta mesma direção, para Paulilo; De Grandi e Silva (2000) a pluriatividade é mínima entre os produtores de leite do Vale do Itajaí.

Amparado nos trabalhos de Murdoch e Marsden (1994), faço ressalvas às abordagens que propõem a reestruturação dos espaços rurais a partir de representações e modelos que enfatizam a dimensão econômica e, freqüentemente, empregam procedimentos analíticos derivados de fontes estatísticas acumuladas. Ao subordinar a mudança social e econômica rural a esta perspectiva reducionista, reduz-se as áreas rurais a espaços passivos e uniformes. Em decorrência, a ruralidade é vista como uma categoria marginal e descritiva, com debilidades analíticas, em que a variabilidade e a significância da ação social local são ignoradas. Para ir além destas restrições econômicas é fundamental incluir no debate as esferas ideológicas, políticas e sociais que interagem no espaço rural.

As áreas rurais apresentam uma herança cultural que origina uma relação econômica e social específica que tem a agricultura, e a produção de alimentos, como pano de

fundô das representações que são construídas, sendo a base de um mercado de trabalho distinto. Assim, a predominância de uma agricultura histórica ainda tem uma implicação importante no desenvolvimento das áreas rurais, condicionando a introdução de outras frações do capital.

Alguns autores vêm percebendo que o mercado de terras não contabiliza em suas operações o valor do tecido social, da rede de relações existentes no meio rural, que se extingue quando agricultores familiares são substituídos por outras unidades produtivas, pertencentes a proprietários que ali não residem. Os estudos mais importantes na área de sociologia e economia das instituições nos últimos dez anos vêm mostrando que os vínculos de proximidade e as relações de confiança gerados no espaço rural podem tornar-se fonte decisiva de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000). É exatamente isto que se perde quando se assiste de maneira passiva ao esvaziamento demográfico, econômico, cultural e político das regiões de predomínio da agricultura familiar.

O trabalho e a terra são elementos essenciais da indústria. Todavia, para Polany (1980) estas categorias não são mercadorias, pois considera que o postulado econômico da compra e venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a elas. Cabe destacar a agudeza do raciocínio crítico deste autor, que atualiza questões estruturais que perpassam a meu ver, alguns temas rurais que vêm sendo trabalhados nas pesquisas. Nesse sentido, permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social (POLANY, 1980, p 85).

O resgate desta perspectiva que, de forma brilhante, “antropologiza o mercado” torna-se importante para relativizar as motivações meramente econômicas para explicar a desagregação do tecido social rural. Assim, muitas vezes, o que aparece basicamente como um problema econômico, é essencialmente um problema social. Obviamente, o trabalhador ou o agricultor são explorados em termos econômicos: eles não recebem em troca de seus produtos o que lhes é devido. Todavia, por mais importante que isso seja, não é tudo. Apesar da exploração, financeiramente ele pode estar melhorando sua condição de vida. No entanto, um princípio bastante desfavorável à felicidade individual e geral trabalha na destruição do seu ambiente social, de sua vizinhança, de sua posição na comunidade, de sua profissão, numa palavra, de todas aquelas relações com a natureza e o homem na qual está embutida a sua existência econômica anterior (POLANY, 1980). Em síntese, uma

desarticulação social, em que o problema da pobreza se apresenta, aparentemente, como o aspecto econômico deste acontecimento.

Incorporo, também, nesta maneira de pensar o rural, o conceito de capital social. Na visão de Putnam (1996, p.177), um dos precursores desta noção, capital social diz respeito a características da organização social como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. De acordo com este ponto de vista, os sistemas de participação cívica, com profundas raízes históricas, são uma forma essencial de capital social, e quanto mais desenvolvidos forem estes sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Neste sentido, sua característica mais importante é de que se trata de um bem público, de um conjunto de recursos, inclusive simbólicos, de cuja apropriação depende em grande medida o desenvolvimento de uma localidade.

A noção de capital social tem fornecido um campo fértil para o encontro multidisciplinar, seja entre cientistas sociais, seja entre estes e instituições como o Banco Mundial. No entanto, apesar dos avanços que esta noção proporcionou à política e às pesquisas, sua clareza analítica deveria ser ampliada e definida de maneira mais precisa, devido à rigidez presente no processo de sua construção. Ou seja, se há um consenso geral que capital social se refere ao reino das instituições informais, existe pouco acordo sobre quais delas estejam incluídas neste universo informal.

Considerando a aplicabilidade do conceito de capital social em nível local, torna-se necessário a construção de uma maior precisão analítica, pois os laços associativos de capital social horizontal não podem ser simplesmente assumidos como existentes ou como necessariamente desejáveis. Por outro lado, as características da organização interna da sociedade rural envolvem também relações hierárquicas e desigualdades, de geração, de gênero e de sucessão hereditária. Embora muitas das características destas organizações estejam sendo erodidas, este processo não ocorre de igual maneira em todas as sociedades rurais, existindo, ainda, muitas organizações verticais. Para ter acesso, enfim, ao que está acontecendo nos processos sociais locais e suas implicações no desenvolvimento do capital social, é importante o confronto do termo “capital social” com estudos de caso, visualizando-se a ação de unidades familiares agrícolas vis-à-vis com as comunidades onde elas interagem. Acredito que esta concepção de capital social ajuda a elucidar também as representações em torno do ambiente cultural que vêm sendo construídas pelos jovens, porque leva em consideração as relações de sociabilidade estabelecidas entre os grupos sociais rurais e, particularmente, as relações de poder que são operadas no âmbito do grupo doméstico.

Incluo, também, o conceito de “comunidade” como uma noção que apresenta muitos significados e funções. Assim, por um lado, refiro-me a uma localidade que apresenta densa concentração de relações interpessoais e comumente apresenta normas comportamentais baseadas numa identidade compartilhada, em laços associativos e em suportes mútuos; e, por outro, concebo-a como um espaço no qual ocorrem fatos que nem sempre têm lugar para a harmonia, como muitos apregoam, neles surgindo acordos e conflitos. Além dos conflitos internos, há os vindos de fora. A mobilidade do campesinato, sua exposição ao sistema de valores externos e o aparecimento de conflitos nas normas que configuram seu modo de vida, muitas vezes determinados pela ação do mercado (ou mesmo por agentes externos), podem diminuir mais do que promover a confiança social da comunidade.

Neste espaço, a agricultura familiar ocupa um papel especial. É hoje responsável por aproximadamente 85% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil (INCRA/FAO, 2000). Embora tendo que se adaptar às exigências da modernidade, esta forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem de “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada pelas condições excludentes da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 1996).

No entanto, atualmente fala-se da agricultura familiar como de um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; em decorrência, para estimulá-los, propõem-se políticas fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade econômica e social diferenciada.

Mas afinal, o que vem a ser uma agricultura familiar? Em que ela é diferente do campesinato, do agricultor de subsistência, do pequeno produtor, categorias que até recentemente circulavam com mais frequência nos estudos especializados? Como entender o campesinato brasileiro à luz da teoria clássica?

Considero que o ponto de partida é o conceito de agricultura familiar entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Ainda assim, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

A unidade familiar constitui para os agricultores da região pesquisada um centro aglutinador da sua organização de vida. A solidez do grupo familiar, a organização comunitária, a vida social nelas desenvolvida, a necessidade de fixação em um local, a ética

do trabalho, a sociabilidade comunitária, etc., são elementos que, complementam-se na constituição do vivido dos colonos da Região Sul do Brasil. De acordo com esta perspectiva incorporada na análise, a família, mesmo que redefinida e alterando-se continuamente, o trabalho e a terra formam categorias do *ethos* de colono(a) que se relacionam com o conjunto de suas representações. É neste horizonte, que não é harmônico, mas tenso e conflitual, que se materializam aprendizagens no interior das estruturas normativas e do patrimônio cultural (*habitus*) do colono (TEDESCO, 1999).

O homem e a natureza formam uma unidade na esfera cultural. Isolá-la e com ela formar um mercado foi talvez o empreendimento mais fantástico dos nossos ancestrais. Cabe inserir, também, a dimensão cultural do trabalho que interage, num todo integrado, com a família e a terra. Pautado em resultados de pesquisa que auxiliam no recorte analítico aqui desenvolvido, considero que para os sujeitos da pesquisa, “progresso” não se faz sem “sacrifício”; embora noções aparentemente contraditórias, formam uma unidade que se explica a partir de elementos sócio-culturais expressos nas representações e práticas cotidianas dos grupos sociais rurais.

Para definir alguns elementos que interagem nas relações de gênero e geração entre os segmentos que integram o grupo familiar, grande parte das vezes estabelecidas com fortes características hierárquicas e com implicações excludentes no próprio seio da agricultura familiar, recupero Bourdieu (1999, p.103), para quem o trabalho de reprodução, garantindo a perpetuação da ordem dos gêneros, esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola. Objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. Como resultado de suas pesquisas, o autor indica que à família cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é neste espaço que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima desta divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem.

Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. No que diz respeito à Escola, como veremos posteriormente, há uma redefinição do lugar e do papel ocupado por esta instituição na reprodução social do grupo doméstico, transformando-se numa estratégia importante, particularmente para as mulheres, para “mudar” o modo de vida.

A postura destas instituições influenciou sobremaneira a representação que os(as) agricultores(as) fazem de si mesmos e dos outros. Tal representação se manifesta nas concepções de afetividade, corpo, trabalho, lazer, entre outras categorias que constituem o núcleo cultural dos grupos sociais pesquisados, cujas redefinições serão aqui explicitadas a partir das representações dos filhos(as) de agricultores familiares.

Diversos autores enfatizam o casamento como uma das categorias culturais mais importantes para a análise do campesinato. Para Woortmann (1995, p.157), entre camponeses casar não é uma simples questão de escolha individual, “a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo. Trata-se de um *affaire de famille*”. A constatação de representações conflituosas de moças e rapazes sobre o que significa o casamento na construção dos seus projetos de vida sugere a abordagem das redefinições em curso nesta instituição (casamento), que assume um papel crucial na reprodução social da agricultura familiar.

O processo sucessório e, de certa forma, toda a organização do processo de trabalho são enviesados contra a mulher. A constatação não é nova e consiste no traço verdadeiramente secular das formas familiares de produção em todo o mundo. No entanto, anteriormente - nos moldes que dominaram a reprodução da agricultura familiar até o final dos anos 1960 -, os códigos éticos e morais estimulavam a mulher a permanecer como um elo fundamental da cadeia reprodutiva. Que os pais incentivem hoje a partida em direção à casa de conhecidos, na qualidade de doméstica, por exemplo, isto só é possível por um relaxamento nas normas que vinculam a menina ao núcleo familiar de onde, anteriormente, ela só sairia para a casa do marido, ele também um agricultor. Neste sentido, o processo de saída das moças do campo faz parte do declínio do próprio caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa. O enfraquecimento destas obrigações tradicionais não é acompanhado por mudança importante no papel das moças no interior das famílias (ABRAMOVAY, 1997, p. 35).

Se, de maneira geral, a família, ao ingressar na modernização, no processo mais abrangente da acumulação, não rompe com os padrões tradicionais de submissão feminina, por outro lado, torna-se essencial incorporar a importância dos movimentos de mulheres no questionamento desta submissão e sua repercussão nas políticas e nas pesquisas rurais. No caso específico da academia, a influência dos movimentos feministas sobre a sociologia rural não se limitou apenas a tornar mais visível o trabalho das mulheres no campo, mas trouxe pelo menos outras duas contribuições importantes (PAULILO; DE GRANDI e SILVA, 2000, p. 22). Uma delas é questionar a pressuposição de que a família rural se comporta como se

fosse uma única pessoa, tal a identidade de valores e práticas entre seus membros, embora seja importante manter a idéia de 'família produtiva', para diferenciar esta forma de trabalho da forma assalariada, em que o trabalhador está individualizado.

A outra contribuição do feminismo é questionar a associação quase automática que se faz entre o que é "moderno", incluindo a modernização agrícola, e a independência feminina. Ou seja, a utilização de novas máquinas e tecnologias não significa mudança nas relações de poder entre os cônjuges. O que está por trás desta associação é a visão da mulher em primeiro lugar como dona de casa, só trabalhando na terra para "ajudar" o marido.

A vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é, assim, um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo. Ou, como se refere Bourdieu (1979, p.24), "os agentes que opõem a mais fraca resistência às forças de atração externas, que percebem mais cedo e melhor que os outros as vantagens associadas à emigração, são os menos ligados objetiva e subjetivamente à terra e à casa pelo fato de serem mulheres, filhos caçulas ou pobres". Trabalho recente da Cepal (1996, p. 27) estabelece de maneira explícita esta vinculação entre o viés de gênero dos processos sucessórios e a migração seletiva no campo. Para os interlocutores desta instituição, a vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Se aqueles herdaram terra ou têm apoio para levar adiante atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à emigração para a cidade. Para as moças, entretanto, uma vida como esposa camponesa – conhecendo outras alternativas possíveis – pode ser rejeitada ou objeto de resistência, frente a aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional.

Contudo, penso que para explicar a desigualdade e a exclusão, além dos fatores internos, é necessário incorporar as determinações externas ao mundo rural, que repercutem no universo familiar. Para tal finalidade, o rural visto na perspectiva dos(as) filhos(as) de agricultores familiares – tanto os que migraram quanto os que permaneceram - se constitui no fio condutor da pesquisa; neste processo, o movimento migratório é incorporado, especificamente, como indicador e expressão das mudanças em curso.

Visando compreender na e a partir da sociedade pesquisada o "modelo" de ruralidade que vem emergindo através das redefinições por que passa a agricultura familiar, expressa nas representações construídas pelos jovens, realizamos diversas entradas e saídas no campo delimitado pela problemática da pesquisa, num movimento dialético que busca o diálogo e a confrontação entre os resultados específicos do estudo de caso e as proposições de ruralidade feitas nas sociedades contemporâneas.

Shanin (1980, p.50) propõe uma abordagem que me auxiliou na busca de uma maior proximidade com as noções e práticas, muitas vezes contraditórias, que interagem na realidade pesquisada. Sugere a análise epistemológica das relações estabelecidas entre a totalidade e suas subunidades. Juntamente com este autor, fiz um esforço no sentido de recusar conceitos genéricos (ou totalidades) resultantes da mera soma de elementos (ou subunidades) artificialmente reunidos, e superar o reducionismo oposto, caracterizado pela tentativa de redução das subunidades a partir das determinações do todo, representado por uma verdade geral. Assim, seguindo suas orientações, construiu-se um “modelo” para dialogar com as questões pesquisadas que procuram apreender, através de uma relação dialética, a interação do todo e suas partes, nas suas características específicas, diferentes e relacionadas, a dinâmica muitas vezes conflituosa, tanto da totalidade quanto de suas unidades. É de acordo com esta perspectiva que realizo um mergulho no estudo de caso, não deixando de respirar os ares - feito brisas ou tempestades - que perpassam e movem as representações e ações construídas pelos sujeitos que dão forma à pesquisa.

Nesta via, Ianni (1990, p. 97), no campo da sociologia, ressalta os momentos lógicos que integram a reflexão sociológica. Indica a existência de algumas características presentes simultaneamente, de forma aparentemente contraditória, no processo de investigação do real. Entre elas, destaca: totalidade e parte; essência e aparência; quantidade e qualidade; sincrônico e diacrônico; universal e singular; sujeito e objeto. Para a delimitação de um modelo de análise que evite a mera descrição dos fenômenos, alguns momentos e categorias acima apontados são privilegiados, enquanto outros podem ficar em segundo plano, dependendo do recorte e dos objetivos estabelecidos pelo pesquisador e pelo objeto analisado. A ênfase diversa conferida aos momentos lógicos da reflexão distingue as diferentes teorias e concepções epistemológicas selecionadas pelos diversos autores. Particularmente, o recorte e a utilização de categorias de inspiração dialética, que influenciam o “modelo” adotado nesta pesquisa, possibilitam, a meu ver, trabalhar a heterogeneidade, a reciprocidade e o conflito, que caracterizam a inserção singular da ruralidade na sociedade global e em suas relações sociais específicas.

Busco compreender o rural como uma unidade na diversidade, resultado de múltiplas determinações, cuja dinâmica, muitas vezes contraditórias, produzem uma síntese, um todo em movimento. Através da abordagem de uma categoria que acredito ser privilegiada para pensar as transformações na sociedade rural, a juventude, colocando-se em relevo as visões de mundo diversas entre os(as) filhos(as) de agricultores familiares, realizei um estudo de caso na localidade de Ouro/SC; os procedimentos metodológicos serão expostos a seguir .

A escolha do município de Ouro - localizado no Vale do Rio do Peixe, no Meio Oeste catarinense (ver mapa nos anexos da tese), a 450 quilômetros da capital do estado de Santa Catarina (Florianópolis) – deu-se pelo fato desta localidade, assim como grande parte de outros municípios da região Oeste, caracterizar-se pela influência muito forte de valores rurais na população que vive na cidade e uma interação também importante dos colonos(as) com valores e símbolos “urbanos”. No entanto, diferentemente da média regional, apresenta uma qualidade singular: muitas de suas comunidades rurais são consideradas colônias fortes. Contudo, a falta de perspectivas, o descontentamento, a vontade de mudar e a migração, embora com características e intensidades diferenciadas, estão presentes mesmo nestas localidades, não sendo problemas exclusivos das famílias empobrecidas economicamente, complexificando a investigação e dificultando a mera utilização de variáveis econômicas para explicar o problema. Estas constatações, que muitas vezes não são suficientemente consideradas nos estudos sobre o rural, impõem a necessidade de ampliação do conceito de ruralidade visando incluir as redefinições sociais e culturais que vêm ocorrendo nas comunidades em que predomina a agricultura familiar, cuja reprodução pode estar sendo comprometida (segundo projetam os analistas regionais), tendo em vista o forte movimento migratório de jovens.

Este movimento de saída não deixa de ser pleno de conflitos, cujas nuances busco explicitar a partir das representações e estratégias formuladas pelos diversos integrantes da agricultura familiar e, particularmente, pelos jovens. Coloco em evidência as tensões vividas por moças e rapazes ao transitarem por diferentes espaços sociais desta localidade. Indico a forma diversa com que os jovens lidam com valores, noções e práticas construídas no cotidiano destes espaços. Em alguns casos vivenciam rupturas com padrões culturais pré-estabelecidos enquanto em outros reproduzem estes mesmos modelos. Ou seja, uma situação ambígua de continuidade e descontinuidade aflora nos depoimentos e expectativas destes jovens rurais, particularmente quando se referem ao modo de vida, à família, ao processo sucessório na propriedade, ao casamento, ao trabalho, à educação, etc. A partir destas tensões e ambigüidades procuro pensar o que representa o rural na perspectiva dos jovens, residindo aí as questões e o fio condutor que orientam esta pesquisa.

Para realizar o presente trabalho, fiz uma interação de técnicas e instrumentos de pesquisa. Isto se justifica pela tentativa de reconstrução sociológica da realidade, cujo desafio está em perceber a realidade social como totalidade, ao ter presente a multiplicidade de suas dimensões num contexto específico. Para compreender o sentido das práticas a partir dos agentes que a realizam, restituindo-lhes palavras e atos, adotou-se uma estratégia que

possibilita, por um lado, valorizar redes e cadeias de intercâmbio e interconhecimento, unidades sociais “invisíveis”, em que muitas vezes operam as adaptações às pressões econômicas e se elaboram respostas, projetos e rearticulações (NEVES, 1992), e, por outro, fazer emergir a heterogeneidade, as contradições e as demandas específicas que resultam dos “modelos” de ruralidade em jogo.

O estudo de caso, adaptado da tradição médica, tornou-se uma das principais modalidades analíticas das ciências sociais (Becker, 1993). Para este autor, e isto me auxilia na elaboração dos recursos adotados na pesquisa, o cientista social que realiza um estudo de caso de uma comunidade ou de uma organização típica faz uso do método de observação participante em uma de suas muitas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados, tais como entrevistas. Seguindo esta orientação, procurei observar, registrar e muitas vezes vivenciar o cotidiano dos(as) entrevistados(as), participando de uma série de eventos nos quais costumam estar presentes os filhos(as) de agricultores familiares, como festas, jogos, bailes, cultos, reuniões, atividades escolares, produtivas, entre outros.

O estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: quem são seus membros? Mais precisamente, de que jovens rurais estamos falando? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e relativamente estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras? Particularmente, como os diferentes segmentos da juventude rural se relacionam entre si e com a sociedade englobante? Ao mesmo tempo, o estudo de caso possibilita a (re)elaboração de noções teóricas mais gerais sobre regularidades no processo observado e suas correlações com as estruturas sociais, embora se considere utópico supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de tudo. Os investigadores acabam concentrando-se em alguns poucos problemas que parecem ser de maior importância no grupo estudado – por se ligarem a muitos aspectos da vida e da estrutura do grupo.

Minha familiaridade com o campo de estudo e, particularmente, com os sujeitos da pesquisa, foi construída nas diversas relações estabelecidas com as famílias de agricultores das comunidades rurais do município de Ouro/SC, quando trabalhei como extensionista da Epagri, durante os anos de 1991 e 1992, especificamente no projeto de administração rural. Na verdade, os vínculos são também de outra natureza, já que esta localidade - onde nasci, me criei e ainda jovem “migrei” para estudar - guarda laços valorativos e afetivos que se revelam, apesar de toda a vigilância epistemológica, nas entrelinhas de cada página redigida.

Como observador participante, tive a oportunidade de obter um conhecimento preliminar das principais características socioeconômicas e ambientais que definem esta

localidade e os grupos sociais nela residentes. As informações foram adquiridas através da participação na vida cotidiana destas populações, seja durante as atividades profissionais, seja no tempo destinado à realização da pesquisa propriamente dita. Tive a possibilidade de interagir em determinadas situações com que se deparam normalmente as pessoas pesquisadas e observar como se comportam diante delas. Nestas oportunidades, registrei as representações que as famílias de agricultores, e particularmente os jovens, (re)elaboram para explicar os acontecimentos e os problemas que aparecem. No entanto, cabe explicitar que, embora tenha mantido contato diversas vezes com as comunidades pesquisadas, procurei me esforçar para trabalhar a noção de que o muito que pensava saber a respeito dos moradores era pouco para elaborar conceitos ou conclusões. Por isto, somente o trabalho de pesquisa poderia criar as condições para tal empreendimento. Como sugere Becker (1993), os pesquisadores se esforçam para dar um sentido teórico a suas pesquisas, mas presumem que *a priori* não conhecem o bastante sobre a organização (ou comunidade pesquisada) para identificar problemas e hipóteses relevantes, e que precisam descobri-los no decorrer de sua pesquisa.

Conheci a realidade regional em diversas oportunidades através da condição de funcionário da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc - inicialmente, e, posteriormente, como técnico à disposição da Epagri, do Instituto Cepa (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina) e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura – SDA -, quando participei de trabalhos, pesquisas e projetos vinculados à agricultura familiar, entre os quais cabe destacar o Projeto Microbacias Hidrográficas/Bird.

Em suma, o número muito grande de observações e tipos de dados que um observador pode coletar, como também a possibilidade de experimentar uma variedade de procedimentos para coletá-los, significa que suas conclusões finais podem ser testadas mais freqüentemente e em mais sentidos do que é comum em outras formas de pesquisa. Conseqüentemente, penso, juntamente com Becker, que agi corretamente quando depusitei grande confiança nas evidências do trabalho de campo. Ou seja, de maneira geral, as observações múltiplas nos convencem de que nossas conclusões não estão baseadas em alguma expressão momentânea e passageira das pessoas que estudamos, sujeitas a circunstâncias efêmeras e incomuns. Assim, ao fazer numerosas observações, “nós nos vemos diante dos principais traços da atividade coletiva que estudamos de modo repetido e [...] explícito, de tal forma que é pouco provável que inconscientemente evitemos registrar questões importantes. Por este motivo, depositamos corretamente confiança nas evidências dos pesquisadores de campo” (BECKER, 1993).

A elaboração do projeto de pesquisa, e a realização do doutorado - complementado com um doutorado-sanduíche na Université Paris X-Nanterre - criaram as condições para o necessário “estranhamento” entre pesquisador e objeto da pesquisa, e para a incorporação das representações em torno do rural debatidas no pensamento social contemporâneo, bem como de algumas alternativas epistemológicas aos procedimentos de pesquisa comumente utilizados no trabalho de campo. A retomada do diálogo com os(as) jovens pesquisados se deu, inicialmente, quando da realização de algumas conversas informais com lideranças representativas visando à escolha das comunidades para a realização das entrevistas. Este trabalho foi facilitado pelos técnicos e lideranças municipais que, prontamente, me abriram as portas do município. Para o trabalho de reconhecimento sistemático da realidade rural realizei entrevistas com responsáveis pelas secretarias municipais de Agricultura, Educação, Cultura e Saúde.

Junto ao IBGE regional busquei informações censitárias para fundamentar a pesquisa com dados demográficos, sociais e econômicos. A Epagri e o Icepta me disponibilizaram informações diversas sobre a condição socioeconômica e ambiental nas comunidades rurais, além de trabalhos e pesquisas vinculados à problemática analisada. Os pesquisadores do Centro de Pesquisa para a Pequena Propriedade, vinculados à Epagri de Chapecó, forneceram os resultados de sua pesquisa sobre os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar, envolvendo jovens rurais da região oeste de Santa Catarina, que foram muito úteis para enriquecer as informações trabalhadas na pesquisa. O Deser (2000) disponibilizou a sistematização final da pesquisa que analisa as perspectivas de vida e trabalho da juventude rural na Região Sul do Brasil, o que trouxe contribuições importantes para o estudo realizado.

Posteriormente, retornei a campo para a realização de algumas entrevistas abertas, envolvendo crianças, moças, rapazes, pais, mães e algumas pessoas mais idosas, com o objetivo de melhor delimitar a problemática e definir o público a ser entrevistado. Nesse momento, verifiquei que algumas questões trabalhadas nas entrevistas, por tocar em laços afetivos e valorativos, geravam um certo constrangimento quando os indagados eram os jovens e os pais compartilhavam da entrevista, posto que em alguns momentos todos se sentiam pouco à vontade.

Para pensar este problema e encaminhar alternativas, busquei, novamente, o amparo em Becker (1993), que nas suas pesquisas já havia observado diferenças entre os dados obtidos das pessoas no campo quando elas estão na companhia de outros e quando estão a sós com o pesquisador. Segundo este autor, os observadores relatam que as pessoas

dizem uma coisa e fazem outra, ou dizem uma coisa em um ambiente e outra coisa em outro. Mais especificamente, podem emitir uma opinião “pública” em público, quer eles a pratiquem ou não, e outra opinião bem diferente quando falam em caráter privado com o pesquisador. Quanto mais pública a situação, lembra o autor, mais a pessoa se conforma à “norma” da casa. Assim, erraríamos se interpretássemos uma ou outra destas expressões como a “real”, pondo de lado a outra como mera dissimulação.

Em decorrência das muitas observações e pautado na perspectiva deste autor, optei por centrar as entrevistas nos filhos(as) de agricultores familiares que saíram das comunidades selecionadas, para morar nas cidades de Ouro, principalmente, e Capinzal, divididas geograficamente pelo Rio do Peixe, que corta, de forma sinuosa, as duas cidades. Esta decisão de priorizar as entrevistas com os(as) jovens “migrantes” permitiu aos filhos (as) de agricultores familiares, que estão distantes - mas não muito - dos laços afetivos familiares, expressarem com mais liberdade suas opiniões, expectativas, sentimentos, descontentamentos, projetos de vida. Em algumas oportunidades, foi possível reunir grupos de até cinco entrevistados, rapazes ou moças, para realizar um verdadeiro e enriquecedor debate sobre as questões trabalhadas.

Em outros momentos, as entrevistas foram oportunizadas pela participação destes jovens, residentes na cidade, nos eventos culturais comunitários, tais como cultos religiosos, jogos de futebol, matinês, festas, entre outros. Para viabilizar as entrevistas, muitas vezes utilizaram-se os espaços públicos de escolas, igrejas e pavilhões comunitários. Cabe salientar, no entanto, que a base da coleta das informações foram as entrevistas semi-abertas, com algumas questões dirigidas, aplicadas ora de forma individual, ora de maneira grupal. Isto se justifica, por um lado, porque um informante pode, enquanto está sozinho com o observador, dizer ou fazer coisas que reflitam com exatidão sua perspectiva, mas que seriam inibidas pela presença do grupo; por outro, em virtude de a presença de outros poder estimular comportamentos que revelam mais exatamente a perspectiva da pessoa, mas que não se verificariam exclusivamente na presença do observador (BECKER, 1993). Nesta mesma linha de raciocínio, M. Ângela Paulilo (1998) ressalta que as representações situam-se na interface entre o individual e o coletivo, elas articulam elementos individuais e sociais e, desta maneira, não podem ser reduzidas a um evento no qual o individual sobrepuje o social, nem permitir que o social predomine sobre o individual.

Assim, as representações não são produzidas por sujeitos isolados. Os indivíduos que as produzem interagem com outros indivíduos, são criados dentro de determinadas culturas, próprias de determinados lugares. Isto significa que o indivíduo que as elabora é,

também, um sujeito social que pertence a um determinado grupo e cuja história é pessoal e social ao mesmo tempo. Ou seja, as respostas individuais expressam sempre, conseqüentemente, tanto a singularidade do sujeito que as propõe como as referências culturais do grupo do qual ele participa. Para compreender tais especificidades, torna-se necessário empreender, em determinados casos, diferentes técnicas de pesquisa, e o estudo de caso aqui desenvolvido não deixa de ser uma iniciativa que procura caminhar nesta direção.

O acesso às informações de programas e projetos desenvolvidos pelo setor público agrícola na região estudada foi facilitado pelos técnicos do Projeto Microbacias (de cuja equipe técnica sou integrante), coordenado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura, tendo sido implementado nos principais municípios da região. De forma complementar, nas entrevistas de caráter qualitativo com os jovens desta localidade utilizei a perspectiva da antropologia visual – expressa no trabalho de Piault (2000) – e, especificamente, a técnica do vídeo, visando ao acesso às informações não verbalizadas, muitas vezes fundamentais para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Realizei um total de 40 entrevistas (durante o primeiro semestre de 2000), sendo na sua grande maioria feita com filhos(as) de agricultores familiares que já saíram das comunidades rurais do município, residindo atualmente na sede das cidades de Ouro e Capinzal. De forma complementar, foram feitas algumas entrevistas com crianças, jovens, pais, mães e avós residentes nas comunidades pesquisadas. As comunidades rurais de origem destes jovens “migrantes” estão identificadas e registradas nos próprios depoimentos feitos por este grupo, no corpo da tese. As entrevistas foram realizadas, de maneira geral, nas comunidades de Linha Bonita, Linha Pinheiro Alto e Linha Pinheiro Baixo, representativas do município e da problemática pesquisada. As identidades das pessoas pesquisadas foram preservadas, utilizando-se, desta maneira, nomes fictícios para identificá-las. O mapa social dos entrevistados pode ser visualizado nos anexos desta tese.

Para os jovens selecionados, optou-se pela faixa etária de 15 a 25 anos. Este intervalo de idade se justifica pelo fato de a maior parte das pesquisas, de âmbito nacional e internacional, adotar este parâmetro para qualificar a juventude rural, permitindo, assim, o debate numa perspectiva comparativa – entre diversos pesquisadores, com procedimentos diferentes e em contextos variados – mas não se restringindo a ela e possibilitando também a elaboração de conclusões e sugestões que promovam a implementação de políticas, no sentido da inclusão social da juventude rural. Por outro lado, para dar conta dos diversos interesses e expectativas e das visões de mundo em conflito de moças e rapazes, a amostra foi selecionada a partir da adoção de clivagens de gênero, renda e distância da sede municipal.

Capítulo 2

As Representações de Rural no Pensamento Social Contemporâneo

Neste capítulo analiso as principais construções de rural elaboradas por correntes do pensamento social contemporâneo, bem como discuto alguns conceitos que vêm sendo propostos para pensar o rural, entre os quais, “renascimento” rural, neo-rural, novo rural, nova ruralidade, continuum urbano, pluriatividade e localidade. Abordo também as implicações do mercado no ambiente cultural rural e, finalmente, faço algumas ponderações quanto à utilização do conceito de capital social.

As principais concepções nas ciências sociais, desde as clássicas de Durkheim, Marx e Weber até as de teóricos mais recentes, haviam previsto um paulatino desaparecimento das sociedades camponesas tradicionais, e dos espaços rurais, em decorrência de uma urbanização progressiva, bem como projetaram a transformação da agricultura em mais um ramo da indústria. Porém, presenciamos, atualmente, mudanças políticas e econômicas nas sociedades contemporâneas que não vão nesta direção. Nesse sentido, um esforço intelectual suplementar é demandado no sentido de se estabelecer novas noções e procedimentos a serem seguidos. Particularmente, enfatiza-se a importância de se incluir nas investigações e nas pesquisas processos sociais “negligenciados” nos paradigmas anteriores e colocar-se em relevo a necessidade de, nos estudos rurais e nas políticas públicas, realizar a inclusão dos segmentos sociais rurais tradicionalmente “esquecidos” nas estratégias hegemônicas conduzidas até recentemente.

A modernidade sempre construiu o sentido rural-urbano da mudança social. A continuidade foi sempre esta, pressupondo que o movimento deveria se dar, necessariamente, na direção do campo para a cidade. Muitas correntes de pensamento, nas décadas anteriores, foram influenciadas por esta perspectiva. Por outro lado, toda uma linha de pensamento se pautou na pressuposição de que o rural existe, omitindo nas investigações a problematização do rural enquanto categoria social. Uma outra vertente teórica com forte influência na academia brasileira, particularmente na Antropologia, estuda, no rural, o campesinato como uma classe subordinada, explorada (referenciados em autores como Wolf, Redfield, Godelier, entre outros). Vendo o rural do ponto de vista da diferenciação interna capitalistas e assalariados rurais, outros autores, sobretudo sociólogos, sublinham o desaparecimento do

campesinato, fundamentados nos trabalhos de Lênin e Kautski, elaborando categorias como proletarianização do campo e trabalhadores para o capital.

Em decorrência destas representações, reforça-se a perspectiva dualista na abordagem do rural, na medida em que se verifica, nestas linhas de pensamento, uma omissão dos pontos intermediários que não são nem capitalistas nem proletários, pois o que não cabia nos modelos era considerado como sobrevivência de formas pré-capitalistas, modelos em transição ou formas subordinadas formalmente ao capital. Os conceitos de subsunção formal e real ao capital são discutidos no capítulo VI, inédito, de *O Capital* (MARX, 1985).

Inspirados no debate dos pós-estruturalistas e pós-modernistas, surge, mais recentemente, a representação que busca rejeitar a idéia de ponto de origem – “o rural é isso” – propondo a noção de que existem múltiplos rurais, muitas situações que podem ser consideradas rurais. Cabe fazer a ressalva de que muitos estudiosos, ao criticar o rural como auto-evidente, com virtudes essencialistas, passaram para uma relativização total e absoluta, em que todo rural é construído, todo discurso é válido, tudo é conceito. É com o objetivo de fazer um contraponto a estas posturas que busco recuperar alguns passos intermediários do raciocínio, que ficaram perdidos, e particularmente resgatar as representações do rural na perspectiva dos grupos sociais que foram “esquecidos” pelo meio do caminho. No entanto, para pensar o rural na perspectiva dos grupos sociais tradicionalmente “esquecidos”, particularmente mulheres e jovens, cabe discutir, preliminarmente, uma questão mais geral, que repercute no processo de inclusão social destes grupos, ou seja: a pertinência da adoção do conceito de rural para pensar a mudança social.

Embora a agricultura possa não mais dominar a economia em muitas áreas rurais na Europa ou mesmo nos Estados Unidos, a atualização contemporânea da confiança, histórica, depositada sobre o setor agrícola, mesmo que freqüentemente sustentado de forma artificial pelo Estado, constitui-se num fator determinante para novos ciclos de investimentos. Isto demonstra a existência de uma significância ideológica e política, muitas vezes desproporcional à importância relativa da agricultura na economia, com um elevado poder na representação dos interesses que definem as mudanças econômicas e sociais, através da intervenção organizada de entidades associativas e representativas dos segmentos sociais hegemônicos no espaço rural, afirmando, assim, as representações que buscam reproduzir os seus interesses.

Enfatizando a realização de estudos que busquem compreender as mudanças de perspectiva na proposição de novas funções para o rural, Murdoch e Marsden (1994) consideram que as pesquisas deverão incluir análises que englobem a mobilidade crescente do

capital, métodos de produção mais flexíveis, relações complexas entre a tecnologia e o meio ambiente, a eficiência de um interesse consumidor articulado e a (des)regulação das estruturas políticas e econômicas.

As mudanças observadas recentemente nos espaços rurais não são oriundas, exclusivamente, de fatores externos, mas também das redefinições sociais e econômicas operadas no seu interior. Por um lado, verifica-se a incorporação nestes territórios das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como de melhorias no sistema de transportes, além da internalização de novas relações sociais de produção, resultantes de um mundo cada vez mais internacionalizado. Para Wanderley (2000), estes processos mais gerais são a globalização da economia, a presença cada vez maior das instâncias internacionais – ou macrorregionais – na regulação da produção e do comércio agrícolas ; a profunda crise do emprego que atingiu as sociedades modernas ; as transformações pós-fordistas das relações de trabalho e as novas formas de sua regulação. No seu interior, diversos indicadores vêm expressando modificações nos comportamentos e expectativas da população rural, a partir de uma maior interação com os valores e símbolos urbanos, particularmente entre os jovens, emergindo conflito de interesses entre os diversos grupos sociais rurais. Segundo a autora, o meio rural sofrerá internamente um profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade.

De acordo com esta perspectiva, a dinâmica social do meio rural é o resultado da convergência de diversos fatores. Acima de todos, a descentralização econômica. Com efeito, o desenvolvimento industrial e comercial, bem como a disseminação espacial dos serviços (processos que não são recentes, mas se aprofundam na atual fase pós-fordista do desenvolvimento das sociedades modernas), cria as condições para que plantas industriais e centros comerciais se instalem em certos espaços rurais, beneficiando-se, precisamente, de vantagens locacionais, de caráter econômico e social.

Do ponto de vista da produção, o espaço rural é com frequência atrativo do capital, sendo menos sobrecarregado pelos processos trabalhistas clássicos, oferecendo também lugares mais agradáveis para trabalhar e viver do que as cidades modernas e os subúrbios; está se tornando mais acessível como resultado dos investimentos nas telecomunicações e meios de transporte. Nos países desenvolvidos, as áreas rurais têm sido utilizadas também como alternativas às pequenas empresas, que vêem nelas um potencial para a inovação econômica, particularmente a biotecnologia. Assim, de forma crescente, nas regiões mais urbanizadas os serviços e as atividades comerciais se têm direcionado para as

áreas rurais, então acentuando o modelo de emprego já fortemente presente no setor terciário. Outra inovação pós-guerra tem sido a realocação de grandes plantas industriais ou a expansão das atividades do setor público, entre as quais a indústria de defesa e as estações de energia nuclear.

Alguns autores referem-se à descentralização político-administrativa como um dos fatores que influenciam a dinâmica das mudanças rurais. A partir da percepção das oportunidades oferecidas pelos espaços rurais, indica-se a necessidade de se construir um enfoque alternativo que busque a descentralização das políticas e dos recursos, investindo-se no desenvolvimento regional e local - estratégia adotada em países como a Itália, França e Espanha, e trabalhada teoricamente por autores como Putnam, Marsden, Murdoch, entre outros -, superando a dicotomia urbano-rural e abrindo a possibilidade de criação de oportunidades e serviços antes escassos nos pequenos municípios, bem como investimentos em empregos não-agrícolas, pequenas unidades agroindustriais, educação, saúde, cultura, lazer, entre outros. Organismos internacionais de desenvolvimento, como, por exemplo, a FAO, o BIRD e a OEA, também enfatizam a priorização e a participação das populações rurais e locais na gestão dos projetos como forma de assegurar a efetividade na aplicação dos recursos.

Uma vertente do pensamento social vem propondo a “urbanização” do campo - extensão ao campo dos benefícios do progresso civilizatório e cívico das cidades - e ao mesmo tempo a “ruralização” das cidades, desde o estímulo à agricultura intra-urbana até a recuperação dos ambientes naturais (SACHS e ABRAMOVAY, 1996). Para este ponto de vista, a mobilidade espacial da população brasileira hoje - especialmente dos jovens - não permite que se pense em qualquer forma de “fixação do homem ao campo”: a revitalização do meio rural brasileiro passa, ao contrário, pela abertura, pela intensificação dos contatos econômicos, sociais e culturais com as cidades (ABRAMOVAY, 1997).

Levando em consideração as categorias rurais e urbanas como representações sociais, Carneiro (2001) indica que também é possível reconhecer experiências e relações sociais vistas como rurais nas cidades. Aponta a “cultura *country*”, por exemplo, como uma forma de inserção particular do rural no mundo em geral, através de uma reelaboração simbólica. Para a autora, esta cultura se constitui de uma expressão da modernidade e da modernização do rural, de uma maneira totalmente distinta do que se estava habituado a caracterizar como “rural” no Brasil (vestimentas de “*cowboy*”, rodeios, etc.).

Contudo, alguns analistas constataam que as sociedades contemporâneas têm sido pouco capazes de aproveitar o potencial de desenvolvimento que as áreas rurais têm ainda

hoje a oferecer, sobretudo a oportunidade de luta contra a exclusão social e a geração de emprego (SACHS e ABRAMOVAY, 1996), podendo levar a um modelo de desenvolvimento que não se restringe ao investimento nos aspectos estritamente agrícolas, incorporando o universo não-agrícola no meio rural e a possibilidade de acesso aos bens públicos “urbanos” (isto é, conquistados nas cidades em consequência de lutas sociais), como saúde, educação, comunicação, lazer, entre outros. Diretrizes começam a ser produzidas, neste mesmo campo conceitual consensual, pelos mais diversos representantes de instituições financiadoras internacionais, formuladores de políticas públicas governamentais, representantes de organizações não-governamentais, intelectuais, políticos.

Com a crise do modelo urbano-industrial, o rural passa a ser visto, por algumas tendências de pensamento, de uma forma mais valorizada, ou seja, uma representação mais positiva do papel e do espaço ocupado pela ruralidade na sociedade contemporânea. Na perspectiva de Cazella e Roux (2000, p. 66), a nova dinâmica da agricultura se insere num movimento maior de questionamento dos modelos de desenvolvimento agrícola e rural. Por um lado, consideram que as crises ligadas à alimentação, após os casos da “vaca louca”, dos alimentos contaminados por dioxina e dos produtos transgênicos, aumentaram as exigências dos consumidores quanto à qualidade dos alimentos e legitimaram definitivamente as formas de agricultura que não seguem os preceitos produtivistas. Por outro, explicitam que a crise do modelo de desenvolvimento urbano, que se traduz principalmente pelo desemprego e pela marginalização de uma parcela importante da população, tende a revalorizar o meio rural enquanto espaço de vida e de trabalho.

Ferreira e Zanoni (2001, p. 21-22), ao exporem suas idéias sobre a importância de uma outra agricultura e a reconstrução da ruralidade, no âmbito do seminário “O desenvolvimento de uma outra agricultura: acesso à terra e aos meios de produção, a questão da fome e da integração social”, realizado na Universidade Federal do Paraná, introduzem um ponto que considero importante destacar. Para essas autoras, e para os participantes do seminário, são as escolhas da sociedade que determinam as formas privilegiadas de agricultura. Colocam, ainda, a questão de um desenvolvimento rural fundado sobre outros modelos, permitindo a integração da agricultura e a reprodução de seus segmentos articulados com a questão da reforma agrária e do combate à fome e à pobreza, não somente na zona rural, mas igualmente no espaço reconhecido como urbano (em razão da mobilidade espacial de segmentos que transitam do rural ao urbano, do urbano ao urbano, de região para região). Percebe-se aqui a ampliação do enfoque, que deixa de ser meramente um “problema rural”, mas uma “questão de sociedade”, e é neste contexto que a reflexão sobre uma “outra

agricultura” pode ser empreendida para avaliar particularmente a construção de novos espaços e novas possibilidades de reprodução e integração social.

No caso do Brasil, afirma-se a necessidade de se resgatar as potencialidades naturais e agrícolas dos espaços rurais, cujos recursos ambientais e culturais são apontados, pelos interlocutores, como características que se diferenciam no cenário internacional, afirmando-se, particularmente, o desenvolvimento destes espaços como uma estratégia privilegiada na busca de soluções para a espantosa dívida socioambiental que acompanha, como um fantasma, os passos dos indivíduos que decidem as políticas públicas. No contexto europeu, na Inglaterra, por exemplo, a agricultura familiar é vista como uma categoria social que existe; ao contrário de outros momentos, não se concebe mais o seu desaparecimento. Na França, visualiza-se o “renascimento” rural.

Assim, tomando como pressuposto a noção de que as representações não são neutras ou passivas mas sempre ativas e investidas de uma multiplicidade de significados, dos quais uns são reforçados e incorporados, enquanto outros não, importa ressaltar os principais conceitos propostos pelas principais vertentes contemporâneas do pensamento social para pensar a ruralidade.

2.1) O “Renascimento” Rural

Alguns autores vêm afirmando que nas sociedades modernas avançadas e na França, em particular, diminuíram as diferenças entre as condições de vida dos habitantes rurais e urbanos, processo que tornou mais atrativa a vida no campo para cidadãos oriundos das cidades. Esta “paridade” econômica e social expressa a expansão das cidades, facilitando o acesso da população rural aos serviços e progressos da modernidade, além da conquista de níveis de renda mais próximos aos dos habitantes citadinos, fatores que, no conjunto, têm levado os pesquisadores a indicar como tendência uma uniformização dos modos de vida. Marcel Jollivet (1997) refere-se à “modernização rural” para indicar as transformações ocorridas nas condições de vida dos habitantes do campo. Este processo, reforçado pela “crise” do modo de vida urbano, assumiu, na maioria destes países, uma tal proporção que conseguiu reverter a tendência histórica de esvaziamento econômico e social do meio rural, sendo identificado a um processo de “renascimento rural” (KAYSER, 1990) e mesmo a uma “extraordinária vitalidade reencontrada das localidades rurais” (MENDRAS, 1984).

Com a população não-agrícola em ascensão, destaca Wanderley (2000), ao mesmo tempo em que se reduz a população ocupada na agricultura, a diversidade econômica se

FRANÇA

acompanha de uma diversidade no perfil social dos espaços rurais, nos quais convivem categorias sociais distintas, entre as quais os agricultores são freqüentemente minoritários e a agricultura deixa de ser um fator de povoamento. Este fenômeno é estudado por autores como Jollivet (1997) e Mendras (1984). Este último prevê a redução dos agricultores no campo, tendo em vista as constatações, nas pesquisas, de que a população agrícola ativa diminui num ritmo mais acelerado do que a população rural.

Esta “nova vitalidade social” é observada por Mendras (1984) mesmo nos municípios que apresentam menor dimensão. Ele vai mais longe ao afirmar que este dinamismo é capaz de atrair a juventude, oferecendo alternativas de lazer e, particularmente, oportunidades de emprego em nível local. Segundo este ponto de vista, o renascimento da vida rural foi promovida por jovens rurais que se recusaram a deixar seu “village”, encontrando os meios de viver no local ou optando por trabalhar nas cidades vizinhas sem mudar de residência. O autor refere-se, especialmente, aos jovens rurais da Bretanha, região que, historicamente, foi ponto de origem de forte êxodo rural. Ao mesmo tempo, cabe salientar que estas pesquisas constataam a presença de um número expressivo de aposentados que passam a residir no espaço rural, boa parte dos quais reencontrando suas origens.

Neste processo de dinamização do espaço rural, cabe colocar em evidência a ajuda oferecida, nos quadros da política agrícola francesa, aos jovens para a sua instalação como agricultores nas diversas regiões deste país. Desde a instituição da dotação para instalação dos jovens agricultores (DJA), em 1973, até a criação do fundo para a instalação na agricultura (FIA), em 1998, as preocupações dos diferentes governos orientam-se para a renovação e modernização das explorações agrícolas. De acordo com Benjamin, Roux e Phirnister (1998, p. 1), a intenção de desenvolver uma política de valorização do espaço rural passa pela manutenção de um tecido social rural dinâmico e durável. Assim, para estes autores, a instalação de jovens agricultores é um dos meios para atingir tal objetivo.

Referindo-se ao contexto das sociedades modernas avançadas, Wanderley (2000) considera fértil a idéia de que, mesmo quando se atinja uma certa homogeneidade no que se refere aos modos de vida e à chamada “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos continuam mantendo diferenças significativas, com repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. Para esta autora, o mais importante a se registrar é que estas diferenças se dão não mais ao nível do acesso aos bens materiais e sociais, que seriam, então, de uma certa forma, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo e os da cidade, nem mesmo no que se refere ao modo de vida de uns e outros. As diferenças vão se manifestar, então, no

plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna “um ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e “inscrito num campo ampliado de trocas sociais”. Em síntese, a afirmação da permanência do rural, enquanto espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se levam em conta as representações sociais a respeito do meio rural.

Contudo, a paridade social e econômica está longe de ter sido alcançada de forma homogênea, inclusive nas sociedades de capitalismo avançado, pois parte significativa do espaço rural corresponde, freqüentemente, às zonas mais fragilizadas dos territórios nacionais, que ainda se diferenciam do urbano por suas condições de inferioridade no que se refere, precisamente, ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais. Um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor.

A perda de vitalidade dos espaços rurais, que gera a chamada “questão rural” na atualidade, emerge precisamente quando se ampliam os espaços socialmente vazios. Na maioria dos países considerados de capitalismo avançado, isto vem acontecendo onde a população rural, particularmente a parcela vinculada à atividade agrícola, tem a constituição ou a reprodução do seu patrimônio ameaçado e onde as condições de vida dos que vivem no campo, sejam ou não agricultores, não asseguram a “paridade” socioeconômica em relação à população urbana, ou pelo menos a redução da distância social ente os cidadãos rurais e urbanos.

No Brasil, os espaços vazios são, antes de mais nada, a consequência direta da predominância da grande propriedade patronal. Para perceber a significação deste processo, basta considerar a dimensão das áreas “improdutivas”, associada à quantidade de trabalhadores agrícolas, antes residentes nas grandes fazendas, que foram expulsos do campo nas últimas décadas. O grau de influência da grande propriedade patronal sobre a dinâmica da vida local poderia ser utilizado, segundo Wanderley (2001), como uma das variáveis a considerar para a elaboração de uma tipologia dos espaços rurais.

Pode-se ir além e visualizar as heterogeneidades e desigualdades verificadas nas condições sociais e econômicas dos diversos “rurais” existentes no Brasil; basta projetar o foco analítico comparativo ou mesmo fazer diferentes estudos de caso. Estas discrepâncias, diga-se de passagem, são constantemente alimentadas pelos grupos hegemônicos, para que se mantenham. Avançando um pouco mais, poder-se-iam alcançar e colocar em relevo as hierarquias sociais e culturais presentes no âmago dos grupos sociais rurais, particularmente

na agricultura familiar, em que as relações de gênero e geração são fontes permanentes de conflito e exclusão.

Reconhecendo a deterioração das condições de vida nos espaços rurais, diversos esforços de desenvolvimento vêm propondo alternativas e estratégias para dinamizar a subsistência e a “sobrevivência” destas populações. Estas iniciativas são bastante influenciadas pelas representações e conceitos elaborados e propostos no contexto das sociedades modernas avançadas. Neste cenário, as representações em torno de um “novo mundo rural” são expressivas, trazendo implicações importantes para o debate brasileiro. Vejamos em que termos se constroem estas diferentes concepções de rural.

2.2) Neo-Rural...Novo Rural...Nova Ruralidade

O conceito de neo-rural surgiu na França, sobretudo após os acontecimentos políticos de maio de 1968. A partir da metade da década de 70 do século passado, diversas regiões de montanha francesas, que sofreram um forte êxodo rural após a Segunda Guerra, registram um aumento da população graças aos migrantes de origem urbana ou mesmo de origem rural que têm uma passagem pelo meio urbano. Um estudo de caso realizado numa zona de montanha do sul da França, feito por Ravnigan (1996), revela que a agricultura ocupa aproximadamente 20% destes indivíduos, observando que mais de dois terços deles nunca exerceram esta atividade no passado. De acordo com Cazella e Roux (2000, p. 64), a inserção na profissão de agricultor esbarra não só nas barreiras impostas pela própria categoria e pelas normas institucionais, mas também na dificuldade de reconhecimento e aceitabilidade pela sociedade local. Assim, a inclusão destes neo-rurais, e suas idéias, provindos particularmente dos segmentos intermediários da sociedade, não deixa de criar novos conflitos nestas localidades.

No intuito de representar o movimento que buscava reverter o processo que centralizava na cidade o papel hegemônico na definição do modelo de modo de vida a ser seguido pela sociedade, este conceito genérico, não muito preciso, expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estivessem em vias de extinção, passa por certa revigoração e começa a ganhar a adesão de pessoas da cidade (GIULIANI,1990, p. 59). Neste sentido, a representação da ruralidade é construída por um segmento expressivo de pessoas que, ao questionar as relações de trabalho e emprego vigentes no contexto urbano, decidem mudar-se para o campo, passando a desenvolver atividades vinculadas à agricultura ou à pecuária.

Na França atribuíam-se ao neo-ruralismo uma dimensão crítica e de ruptura com a mentalidade moderno-desenvolvimentista, redefinindo o campo mais além da conhecida oposição tradicional-moderno. Ratier (2000) vê nesta nostalgia do rústico não uma concepção reacionária em elaboração, mas uma posição que busca superar os estereótipos vigentes sobre o camponês, ora considerado primitivo e resistente às mudanças, ora visto como depositário da mais pura essência nacional. Por outro lado, a preocupação sanitária e ecológica frente aos alimentos produzidos com insumos químicos ou hormonais e a conseqüente valorização da agricultura orgânica ou a criação natural de animais, fundamentam e difundem os argumentos dos que apregoam esta “volta ao campo”. Entre os camponeses, surgem reivindicações de melhorias nas relações de trabalho e ampliação do tempo livre, incorporando demandas trabalhistas e sociais que eram vistas, anteriormente, como urbanas. Este processo se expande, posteriormente, através da ação organizada de entidades sindicais e representativas que buscam uma maior visibilidade social das demandas específicas dos camponeses franceses.

Esta reconstrução cultural de valores camponeses, busca expressar características do modo de vida rural em contraposição aos valores urbanos, colocando-se em relevo noções positivas do mundo camponês em relação ao tempo, ao espaço, ao trabalho e à sociabilidade.

O conceito de neo-rural representa, até certo ponto, a etapa que se tem chamado pós-industrial e pós-fordista, ou mesmo pós-rural (RATIER, 2000). De acordo com esta representação do rural, estaríamos diante de um novo paradigma, superador daquele que os clássicos viam como enfrentamento de classes, possivelmente caracterizado, agora, como um conflito entre diferentes visões e interesses do que possa vir a ser os espaços, os “lugares”. Sobre esta base, Graziano da Silva (1996) analisa a situação europeia e norte-americana, em que aparecem novas categorias sociais nos espaços rurais, assinalando a existência de situações similares no Brasil, em particular na região sudeste e no estado de São Paulo. Assim, algumas particularidades são elaboradas por esta corrente de pensamento para caracterizar este fenômeno; entre elas, o emprego rural (que tende a mudar em prejuízo do agrícola), o surgimento da categoria dos caseiros de sítios, o progresso nos transportes rurais-urbanos, o uso menos intensivo do solo e da água (em moldes ecológico-conservacionistas), e o aparecimento de empreendimentos novos, semelhantes aos que Ratier (2000) chama de “neo-rurais propriamente ditos”.

As chácaras de fim de semana representam, para Graziano da Silva, uma versão “terceiro-mundista” da política europeia das “duas velocidades”, que procura atribuir aos pequenos produtores das regiões desfavorecidas a tarefa de guardiões da natureza, reservando às grandes explorações o papel produtivo clássico. O autor apresenta uma visão bastante

otimista do que pode vir a ser esta nova atividade, desde que, em termos de políticas públicas, devidamente direcionada. Assinala o impacto desta nova função no emprego, isto é, “bem ou mal, o contingente de caseiros representa hoje um segmento expressivo dos trabalhadores domésticos (quase 8% da PEA rural paulista), que está por merecer atenção específica da legislação trabalhista brasileira” (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Segundo este ponto de vista, o impacto da proliferação das chácaras de fim de semana tem sido notável sobre a paisagem rural. Explica a contribuição destas “chácaras” na manutenção das áreas de preservação do que restou da flora local, processo reforçado pelas iniciativas de reflorestamento em curso, que mesclam espécies exóticas e nativas. Em decorrência desta nova função conservacionista, expulsam-se dos espaços peri-urbanos, as “grandes culturas”, cultivadas a partir da utilização intensiva de agroquímicos e maquinaria pesada. Uma última contribuição desta nova atividade refere-se à outra função que passa a ser atribuída às terras antes ocupadas com a pequena agricultura familiar, nas palavras do autor: “inclusive assalariando antigos posseiros e moradores do local como “caseiros”, jardineiros e principalmente guardiões do patrimônio aí imobilizado na ausência dos proprietários” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 16).

Estas novas atividades rurais, altamente intensivas e de pequena escala, adquirem, segundo esta entusiasta corrente do “novo rural”, um status privilegiado na medida em que propiciam novas oportunidades para o conjunto de pequenos produtores que, segundo este ponto de vista, já não se pode chamar de agricultores ou pecuaristas; e que muitas vezes nem são produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas.

As explorações médias, antes exclusivamente agrícolas, abrem espaços de lazer para pessoas da cidade (CARNEIRO, 2001). Esta autora cita como exemplos o surgimento de restaurantes, passeios a cavalo, criação de peixes em viveiro para a pesca de lazer (pesque-pague), que se constituem em alternativas de renda para as pequenas explorações, muitas vezes mais importante que a renda gerada exclusivamente na agricultura. Em decorrência deste processo, a função agricultura tende a se orientar especificamente ao consumo familiar e à preservação do ambiente “rural” desejado pelos turistas. Esta mesma autora também visualiza o surgimento de novas alternativas de emprego, entre os quais, aparecem: jardineiros, caseiros, mulheres domésticas, empregos nos pequenos hotéis e bares, carpinteiros. Em algumas propriedades, o turismo, pouco a pouco, coloca a agricultura em segundo plano e torna-se, em termos de política agrícola orientada aos pequenos, uma espécie de panacéia nacional.

Neste processo de redefinição das condições atuais da produção agropecuária e do desenvolvimento rural, em que a busca de novas alternativas e funções se posiciona no centro das atenções, “inflacionando” o debate, vem-se construindo um novo perfil de “agricultor”, que muitas vezes integra em si mesmo “verdadeiros sistemas profissionais” (MULLER, 1989, p.27). Estes teriam como principais características a aplicação, através de empresas rurais, de “estratégias empresariais complexas”, dentre as quais o exercício da função comercial, juntamente com a função produtiva, obrigando o agricultor a adquirir competência para gerir seu empreendimento e controlar um sistema que associa diversas atividades.

Este mesmo caráter polivalente levou autores como Therry Marsden a afirmar que a agricultura pode vir a ser um padrão prototípico para o trabalho flexível e para as relações multidimensionais e simbólicas entre capital e trabalho, agrário e não-agrário. Estabelece-se, assim, um conflito entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos segmentos sociais, materializado através de algumas questões fundamentais: priorização da agricultura x investimentos em atividades não-agrícolas; utilização econômica dos recursos x preservação ambiental ; espaço de produção x espaço de lazer, entre outras.

Três posições principais participam deste jogo. Uma primeira, que atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural. Uma segunda, vincula o meio rural ao conjunto da sociedade, especificamente aos cidadãos das grandes metrópoles, que buscam uma melhor qualidade de vida. Assim, os espaços rurais perderiam sua função básica produtiva para se tornarem um espaço de consumo, incorporando funções de residência e de lazer, indo desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias. Com esta inflexão, os espaços rurais deixariam de ser percebidos como um objeto de interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tornarem um “patrimônio” da sociedade, acessível a todos. Finalmente, uma terceira representação vê também a ruralidade como um bem coletivo, não apenas como um lugar de habitação, mas sobretudo como um patrimônio ambiental a ser preservado, limitando, assim, as atividades que possam degradar os seus recursos (WANDERLEY, 2000, p.33).

Cabe destacar que seria difícil associar cada uma destas proposições a um determinado segmento da sociedade. É importante perceber, neste campo de forças, que os interesses e os projetos particulares não se originam exclusivamente da área rural. Ou seja, certas concepções a respeito do meio rural podem também ser gestadas no meio urbano e ser reivindicadas por grupos cidadãos.

Abordando o tema da ruralidade como lugar de encontro de redes de relações sociais não necessariamente encerradas em fronteiras geográficas, Murdoch e Marsden (1994) afirmam o progressivo deslocamento até as áreas rurais de uma classe média que se torna dominante, analisando como esta classe vai modificando e conformando este espaço, em interação com poderes públicos, empresas privadas e órgãos de planejamento. De acordo com estes autores, os atores sociais moldam suas concepções no espaço, apóiam ou combatem planos de desenvolvimento com marcos preservacionistas, excluindo destas construções outros atores, exercendo uma discriminação social em nome dos velhos valores camponeses. Assim, uma classe dominante crescente procura apropriar-se do espaço rural e reconstituí-lo em seu benefício. Para Ratier (2000), este fenômeno recente de apropriação do campo, analisado pelos autores ingleses, é batizado como contra-urbanização. Este avanço na apropriação do poder local explicaria a existência de medidas de exclusão social que permitiriam manter nos campos formas de convivência consideradas tipicamente britânicas, em comunidades étnica e socialmente homogêneas.

Constata-se, assim, uma influência crescente da classe média urbana na proposição de novas funções para o rural. Profissionais liberais, intelectuais, funcionários públicos, entre outras categorias sociais, elaboram um discurso idealizado sobre o rural que não deixa de influir na elaboração de projetos e políticas de desenvolvimento, vendo a natureza e a vida comunitária como noções cujas relações são livres de tensões ou de interesses diversos, como forma de se expandir novas funções para o meio rural, voltadas à geração de atividades não-agrícolas, ao lazer e aos espaços residenciais, sobretudo. Em decorrência deste processo, um novo “modelo” de agricultor é construído.

Em diversos foros latino-americanos, verifica-se a adoção do conceito de *nova ruralidade*. Ávila Sanchez (1999) aborda os efeitos da economia neoliberal sobre os espaços rurais, onde uma agricultura “moderna”, que produz para exportar, convive com os velhos estratos camponeses. Menciona as estratégias de sobrevivência destes últimos em tão complicada situação. Qualifica a “nova ruralidade” como o conjunto de políticas econômicas e sociais mediante as quais tem lugar uma série de transformações na existência e dinâmica dos territórios rurais. De acordo com esta perspectiva, o neoliberalismo procuraria impulsionar a nova ruralidade a partir de estruturas mercantis e empresariais; estas, entretanto, distintas da existente na Europa, onde se reajustam os espaços rurais, vinculados com a agroindústria, apresentando novas atividades (segunda residência, turismo) ligadas à contra-urbanização. Ou seja, a nova ruralidade no continente latino-americano consistiria na

imposição de determinadas políticas influenciadas pelas concepções globalizantes neoliberais; de nenhum modo reúne movimentos populacionais novos ou mudanças sociais notáveis.

Por outro lado, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) define a “nova ruralidade” como “uma leitura renovada do rural”, baseada em documentos internacionais como os produzidos na Cúpula da Terra e na das Américas. A visão de uma “nova ruralidade” objetiva modificar os enfoques dominantes e avançar até um processo articulado entre o econômico, o meio ambiente, a estrutura social, a conformação sociocultural, as estruturas político-institucionais, os novos movimentos e atores sociais que habitam o meio rural. A “nova ruralidade” aparece aqui como uma política nova, a construir. Um *desideratum* (IICA apud RATIER, 2000).

Em suma, cabe destacar algumas diferenças verificadas na abordagem destes conceitos por algumas correntes que buscam pensar o rural, no Brasil. A forma com que vem sendo adotado o conceito de novo rural tende a valorizar mais o novo do que propriamente o rural, e enfatizar as atividades não agrícolas em detrimento das funções próprias da agricultura, colocando esta em segundo plano nas políticas de desenvolvimento. Por outro lado, a proposição da nova ruralidade busca resgatar e colocar em relevo a importância que adquirem o espaço rural, as atividades agrícolas e as populações aí residentes, buscando valorizá-los nas políticas de desenvolvimento.

2.3) O *Continuum* Rurbano

A representação, associada à noção de urbanização, que vê uma crescente aproximação entre o campo e a cidade, propõe à população rural o acesso ao conjunto de serviços e bens disponíveis na sociedade, visando a uma maior integração dos processos sociais rurais à sociedade englobante, na medida em que passa a ocorrer uma maior interação entre os diferentes espaços sociais, com maior semelhança em termos de condutas e expectativas. Elaborar-se, assim, a tese da existência de um *continuum* entre o meio rural e o meio urbano, que supõe reconhecer que a passagem de uma comunidade (rural) para outra (urbana) se realiza de maneira gradual, de tal modo que entre o urbano e a ruralidade não há uma ruptura e sim uma continuidade. Por outro lado, o caráter inovador da abordagem do *continuum* consiste no fato de que ela indica, claramente, o fim das formas tradicionais da dicotomia rural-urbano, as que são definidas pelo isolamento e pela oposição radical entre campo e cidade.

Chamando a atenção para o que há de novo no meio rural brasileiro, Graziano da Silva (1996) afirma que está se tornando progressivamente mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Entende que a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Para o autor, o rural hoje só pode ser visto como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

O *continuum* rural-urbano adquire diferentes matizes à medida que se colocam em relevo os diversos autores que trabalham com esta noção. Em alguns trabalhos, este conceito – assim como o de urbanização do campo – corresponde a uma visão “urbano-centrada”, em que se verifica que o pólo urbano do *continuum* aparece como a fonte do progresso e dos valores dominantes, impondo-se aos diversos grupos que integram a sociedade. O lado oposto, reservado ao mundo rural e visto como o pólo atrasado, tenderia a ser subsumido pelo urbano, este considerado desenvolvido, num processo visto por Sarraceno (1996) como de “vasos comunicantes”, ou seja, enquanto o principal - o urbano - tende a se “encher”, o outro – o rural – “esvazia-se”. Levada às últimas conseqüências, estabelece Wanderley (2000), esta vertente das teorias da urbanização do campo e do *continuum* rural-urbano apontaria para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das especificidades das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, pelo fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana.

É importante fazer a ressalva da existência de uma diversidade de interpretações em torno deste conceito, assim como nem todos os que se referem ao *continuum* defendem a homogeneização dos espaços e o “fim do rural”. Mathieu (1990) critica de forma incisiva a concepção do *continuum*, por considerá-lo um modelo dialético. Na perspectiva desta autora, as abordagens construídas sob estes prismas rejeitam a dimensão espacial como um recorte próprio para a compreensão da vida social, baseada na percepção de que não é mais possível distinguir o rural do urbano e, portanto, de que não se pode mais falar em descontinuidade espacial entre cidades e campo. Por outro lado, as distinções entre o rural e o urbano, que têm por base as estruturas sociais e as condições de vida, terminariam por serem abolidas, sob o efeito da difusão do modo de vida urbano. Em decorrência, a urbanização, vista desta maneira, torna-se um movimento irreversível, uma “tendência” pesada ou uma verdadeira “lei” do desenvolvimento espacial e, conseqüentemente, levando ao fim do campo pela determinação de um *continuum* urbano-rural. Assim, a noção de rural se apaga, carregando consigo todas as noções a ela ligadas, em particular a noção de natureza.

Fazendo ressalvas à proposição do *continuum*, Wanderley (2001) entende que as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural. Para a autora, estes dois pólos são distintos entre si e encontram-se em intenso processo de mudança em suas relações. Esta abordagem, que considera pertinente o recorte campo-cidade, como forma de apreender as diferenças espaciais e sociais nas sociedades modernas, se enriquece hoje no novo contexto gerado pelos processos de globalização/mundialização e pós-fordismo. Com efeito, a revalorização dos espaços locais, a capacidade de organização e de pressão revelada pelos movimentos sociais que, se reclamam do “rural” e do “agrícola” (distintos na concepção europeia) - particularmente na Europa e os próprios impactos das políticas públicas, nacionais e macroregionais sobre os espaços rurais - reiteram a existência do rural como espaço específico e como ator coletivo.

Ferreira e Zanoni (2001, p. 22) entendem que o debate em torno da ruralidade se amplia atualmente, opondo-se à herança principal dos estudos rurais e agrícolas que profetizaram o fim do rural pela urbanização, o fim da agricultura pela industrialização, o fim dos agricultores pela criação de usinas agrícolas funcionando graças a trabalhadores e máquinas. Para as autoras, o propósito de repensar uma *outra agricultura* e a reconstrução da ruralidade, como possibilidades históricas que se abrem concretamente, como processos em re-criação que ultrapassa a bipolaridade campo-cidade para suas convergências, interpenetrações e complementariedades, e não pela dissolução ou perda de singularidade de um dos dois pólos - o rural e o agrário -, lança o desafio importante da reflexão e da ação para todos os que estão envolvidos nessas questões.

Para criticar a tese do “fim do rural”, Jean (1997) adota em seu estudo argumentos demográficos, morfológicos e culturais. Utiliza os conhecimentos da demografia com o objetivo de explicitar a inversão dos movimentos da população, que significavam o esvaziamento progressivo do meio rural e que, na atualidade, vêm indicando um novo dinamismo dos espaços rurais. Na sua abordagem morfológica, apóia-se na constatação da ausência de homogeneização socioespacial e na permanência dos espaços rurais na dinâmica da evolução das sociedades globais. Finalmente, este mesmo autor questiona o que considera uma homogeneização cultural duvidosa, referindo-se, especialmente, a duas dimensões centrais desta cultura: o consumo e a mídia. Para ele, por um lado, o consumo rural ostentatório não tem as mesmas características do consumo urbano; por outro lado, o acesso à mídia, hoje incontestável entre os “rurais”, não significa, necessariamente, uma homogeneização, mas, freqüentemente, a reiteração das diferenças. Isto acontece quando o

espectador rural assiste a programas da televisão para saber o que se passa na cidade, colocando-se como se estivesse diante de um espetáculo.

Cabe sublinhar, também, a perspectiva de Mormont (1996), antropólogo belga, que propõe a hipótese de que as evoluções demográficas e econômicas e o crescimento da mobilidade não permitem mais opor o rural e o urbano como dois universos sociais, duas “sociedades” distintas, até mesmo opostas. Enfatizando as interações ecológicas e as peculiaridades que caracterizam o rural, este espaço torna-se, na perspectiva deste autor, uma questão de apropriação e de gestão cuja importância tende a englobar as estratégias de desenvolvimento, tanto para a agricultura quanto para outros setores. Assim, na sua perspectiva, o meio ambiente não se superpõe às questões rurais e agrícolas clássicas; ele as reformula e as recompõe.

De acordo com este pensamento, o fim das sociedades rurais tradicionais não significa o fim do rural. Isto é, visualiza-se, nas sociedades modernas, um processo de recomposição do rural e a emergência de uma “nova ruralidade”. Esta perspectiva contesta o desaparecimento das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano e afirma a necessidade de uma nova abordagem que consiga recompor o objeto e repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação. Admitindo que o mundo rural não é mais uma sociedade distinta, mas um segmento da sociedade mais ampla que o engloba, propõe-se uma nova maneira de construir o objeto dos estudos rurais, que considere a substituição do enfoque clássico, centrado nas sociedades rurais tradicionais, e conceba o espaço rural como um “espaço singular”. A pesquisa de Warner (1974) sobre o futuro da agricultura e do meio rural nos Estados Unidos reforça, num certo sentido, a perspectiva de Jean (1997). Embora a era pós-industrial se caracterize pela predominância do setor de serviços e a agricultura perca progressivamente sua importância relativa no meio rural, para Warner (1974) a sociedade rural está longe de ter sido ultrapassada na sociedade americana.

A constatação de que se acentua a interação entre as atividades agrícolas e não-agrícolas em determinados espaços rurais promove, no meio acadêmico, a elaboração de recursos teórico-metodológicos para compreender a ocorrência deste fenômeno nos diferentes contextos. Neste processo, alguns conceitos são propostos com o intuito de analisar a importância e o significado destas novas atividades na vida social rural e nas estratégias dos grupos sociais que integram a agricultura familiar, sugerindo-se, inclusive, a investigação de como estes diversos segmentos sociais percebem as mudanças em curso. Entre as noções

propostas, destaca-se o conceito de pluriatividade, pela recorrência com que aparece nos estudos rurais. Vejamos em que termos ele vem sendo construído neste debate.

2.4) A Proposição da Pluriatividade

À luz dos acontecimentos no “novo mundo rural” dos países desenvolvidos, em que a figura do *part-time* é, de acordo com este enfoque, o elemento fundamental da nova base social da agricultura moderna (MINGIONE e PUGLIESE, 1989), os agricultores em tempo parcial adquirem o status de um novo ator social no cenário rural brasileiro. Lá como aqui,

A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, o *part-time* não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Esta é sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas (Graziano, 1996, p. 5).

Este autor resgata a noção de pluriatividade para explicar a interação entre “velhas” e “novas” funções no espaço que visualiza como um *continuum*, e que designa de “rurbano”. A pluriatividade, segundo esta opinião, pode se configurar de duas formas básicas: a) por meio do mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.); b) por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o “management” das atividades agropecuárias. É justamente esta combinação que atrairia segmentos expressivos de profissionais liberais citadinos, que vislumbram oportunidades para a implantação lucrativa de novos serviços. Indo mais além, Graziano (1996) visualiza a oportunidade para milhões de trabalhadores autônomos e até mesmo trabalhadores rurais assalariados não especializados buscarem formas de prestação de serviços tipicamente urbanas.

Lembrando que a imagem do rural como um espaço essencialmente agrícola é relativamente recente, como mostram os historiadores, Carneiro (2001) afirma que a tradição industrial dos campos é multissecular; atividades diversas, artesanais, indissociáveis da atividade agrícola, constituem um indispensável complemento para a renda da população rural contribuindo ao sempre precário equilíbrio econômico e social dos “*campagnes*”. Esta mesma autora considera que o fenômeno recebe novas dimensões e características no campo

brasileiro, colocando em relevo as novas possibilidades de viver e organizar a produção (agrícola e não-agrícola). Percebe, em particular, que antigas práticas tomam novas significações (novas funções) nos esforços de aumentar a renda familiar de maneira a garantir a manutenção do grupo familiar no campo. Ressalta que não quer limitar a compreensão deste processo, ainda pouco estudado no Brasil, à tendência do fim da agricultura a tempo integral ou, por outro lado, sua inclusão no modelo de exploração da força de trabalho agrícola pelo desenvolvimento capitalista. Observa um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população rural que pode tornar-se uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano e, finalmente, ao modelo de desenvolvimento agrícola dominante, em determinadas regiões.

Partindo do princípio de que as estratégias familiares em torno da organização do trabalho fazem parte, sem dúvida, das dimensões mais importantes que orientam a vida das unidades de produção familiares, Stanek (1997), respaldando o raciocínio de Carneiro, ressalta que em todos os contextos a pluriatividade tem como pano de fundo o bloqueio ou a resistência ao êxodo rural.

Se, por outro lado, faz-se a opção de compreender o significado das atividades não-agrícolas na posição que elas ocupam no conjunto da economia familiar, levando-se em conta as estratégias familiares de reprodução social e o contexto socioeconômico em que se insere, poder-se-ia concluir que o termo pluriatividade não designa um fenômeno específico, nem define uma nova categoria social no meio rural. Para Carneiro (1999), existem diferentes possibilidades de se associar a atividade não-agrícola no interior da unidade agrícola familiar, que implica uma diversidade de significados que este tipo de combinação assumirá na reprodução social e, conseqüentemente, na posição de cada unidade familiar na estrutura social na agricultura. Aponta para a coexistência de processos sociais distintos, a até mesmo contraditórios, definidos pelo campo de possibilidades de realização dos projetos familiares. Nestes termos, delimitação do objeto de estudo pela noção de pluriatividade acabaria por desviar o foco de análise para as práticas ou comportamentos que, apreendidas de maneira isolada, não explicariam o fenômeno em curso. Ao contrário, a autora sustenta que a complexidade do processo de transformação das formas de organização social e da produção, só pode ser entendida se orientarmos a análise para as relações entre os agentes sociais na dinâmica de reprodução social.

De uma certa forma, sublinha Stanek (1997), a pluriatividade traz problemas teóricos incontornáveis. A dificuldade não reside necessariamente na tendência em complementar, fora da agricultura, a renda insuficiente da própria unidade de produção; ela resulta muito mais do fato de que, nos sistemas pluriativos, a abordagem econômica não

consegue explicar satisfatoriamente a persistência de uma estratégia que, muito freqüentemente, deveria impelir rapidamente os produtores ao assalariamento. Uma maior força explicativa é obtida, segundo esta autora, quando se focaliza a influência de um forte resíduo social e cultural, fricção “irracional” do ponto de vista das escolhas econômicas – que é chamada de “apego à terra”, “apego a um modo de vida” – particularmente manifesta naqueles que, mesmo tendo um emprego não-agrícola em tempo integral, permanecem obstinadamente ligados à unidade de produção, ainda que ela seja deficitária.

De acordo com esta perspectiva analítica, o ressurgimento de diversas modalidades de pluriatividade é um fenômeno que, em sua forma atual, parece bastante recente. No âmbito familiar, este estado de coisas é favorecido também por novas imposições do mercado matrimonial; casar fora da profissão torna-se cada vez mais comum, privando a unidade de produção do trabalho feminino “gratuito” que, em vários sistemas produtivos, era considerado indispensável. Embora algumas constatações dos resultados de pesquisas devam ser relativizadas quando se analisam outros contextos societários, cabe colocar em relevo a constatação de Stanek (1997) de que nem os próprios agricultores, nem muito menos suas esposas, são muito entusiastas da idéia de ver suas filhas abraçar a profissão agrícola, e suas estratégias familiares freqüentemente contribuem para estrangular ainda mais a oferta de esposas oriundas do meio agrícola, fenômeno verificado particularmente em países europeus, mas que começa a adquirir o status de problema social em determinadas regiões do sul do Brasil. Para esta autora, a pluriatividade - e a migração de alguns filhos(as) - é o resultado de uma escolha estratégica que, entre outros objetivos, busca assegurar a subsistência da família.

A pluriatividade não constitui, necessariamente, um processo de abandono da agricultura e do meio rural (WANDERLEY, 2001). Muito freqüentemente, a pluriatividade expressa uma estratégia familiar adorada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar. Estas famílias, pluriativas ou não, são as depositárias de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural. Da mesma forma, o “lugar” da família, isto é, o patrimônio fundiário familiar, constitui um elemento de referência e de convergência, mesmo quando ela é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. Daí a importância do patrimônio fundiário familiar e das estratégias para constituí-lo e reproduzi-lo, sobretudo de uma maneira que valorize a identidade territorial. No tocante aos integrados, o fato de trabalharem vinculados a uma agroindústria não os identifica como assalariados disfarçados. Assim, ser pluriativo não significa deixar de ser colono(a). Todas estas facetas são do colono, ele não é mais verdadeiro em uma ou outra; o que muda é a

ênfase dada pelos autores. Não é pelo fato de ele ser integrado à agroindústria, ou mesmo por viver situações diversificadas que ele perde as características importantes de agricultor familiar.

A pesquisa realizada pelo Epagri/CPPP (2001) demonstra a precariedade das fontes não-agrícolas de geração de renda no interior dos estabelecimentos familiares do oeste de Santa Catarina. Os depoimentos dos jovens não mencionam atividades não-agrícolas com base no estabelecimento, nem mesmo a possibilidade de que a unidade familiar se torne um local de residência para um eventual futuro emprego urbano. Os dados indicam basicamente três fontes de renda vindas de fora do estabelecimento, em ordem de importância: a aposentadoria, o envio de dinheiro por parte de filhos que deixaram a propriedade familiar e o trabalho assalariado na própria agricultura (que se faz fora do estabelecimento, mas não fora da agricultura, salientam os pesquisadores).

Confirmando as constatações de outras pesquisas, realizadas em contextos diversos, as rendas provenientes de fontes exteriores ao estabelecimento agropecuário são tanto mais importantes quanto maior a pobreza das famílias. Segundo os autores, as rendas – ao menos tomando-se por base o universo do oeste de Santa Catarina – distanciam-se nitidamente do que se poderia considerar como “novo rural”. Tanto é assim que nos estabelecimentos mais prósperos a renda não-agrícola tem participação bem reduzida. As rendas não-agrícolas e as possibilidades de trabalho fora do estabelecimento estão associadas muito mais à precariedade de condições de vida que a novas alternativas de geração de riqueza para as famílias.

Sob a perspectiva da distribuição mais equânime das oportunidades de renda e da criação de possibilidades concretas para que os jovens (homens e mulheres) possam construir seu futuro profissional no meio rural, o desafio que se coloca é superar o que Reardon *et al.* (1998) chamaram de “paradoxo” das ocupações rurais não-agrícolas. No nível micro, os autores consideram que são os estabelecimentos mais pobres os que mais necessitam de fontes de renda adicionais às que são geradas pela agricultura; porém, são justamente estes que enfrentam as maiores limitações de capital humano e de capital produtivo e dificuldades para oferecer garantias para a obtenção de crédito. Geralmente são também estes estabelecimentos que se encontram mais distantes dos centros consumidores. Por outro lado, como colocam os autores, são os estabelecimentos mais ricos os que têm menos necessidades, porém maiores possibilidades de ganhos com as rendas não-agrícolas (Epagri/CPPP, 2001). No entanto, somente 5% dos agricultores declararam ter parte da renda formada pela venda de produtos frescos ou pela transformação da produção.

É importante salientar que, segundo os dados desta pesquisa, 22% das propriedades – todas pertencentes ao segmento em transição e descapitalizados – têm renda proveniente da aposentadoria e também recebem recursos dos filhos que estão fora. Por ocasião da pesquisa de campo, em conversa com os membros destas famílias, os pesquisadores constatam que a renda da aposentadoria e os recursos financeiros enviados pelos filhos são fundamentais à manutenção familiar, bem como para realizar pequenos investimentos na propriedade, como, por exemplo, a compra de uma vaca, a construção ou ampliação de pequenas instalações e até a aquisição de equipamentos.

A unidade produtiva tampouco tem sido um local de residência para quem exerce atividades urbanas. Em 78% das famílias entrevistadas não havia pessoas trabalhando fora e morando na propriedade. Embora não seja o foco da investigação proposto neste trabalho, verifica-se que na maioria dos municípios da pesquisa são raras as oportunidades de trabalho não-agrícola no meio rural; quando existem, são de natureza precária. Apenas num município, um frigorífico de aves contrata jovens agricultores que vivem em suas comunidades para trabalhar na linha de abate.

Isto não significa, evidentemente, que as atividades não-agrícolas sejam supérfluas ou pouco importantes⁴. Elas, certamente, são decisivas para o desenvolvimento rural. O fato é que, até aqui, elas não parecem fazer parte da experiência regional do oeste de Santa Catarina, ao menos no que se refere às populações que vivem no interior dos estabelecimentos agropecuários (Epagri/CPPP, 2001).

Os dados da pesquisa demonstram que, apesar das evidências da importância das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA e CAMPANHOLA, 2000) e mesmo em Santa Catarina (MATTEI, 1998), os estabelecimentos estudados estão fundamentalmente voltados à produção agrícola e pecuária. Mais precisamente, as atividades não-agrícolas no meio rural não fazem parte da experiência cotidiana dos jovens que vivem nos estabelecimentos agropecuários. No entanto, elas já parecem despertar o interesse de alguns deles como perspectiva de geração de renda, na medida em que, “ao se perguntar aos rapazes que atividades não-agrícolas eles mais gostariam de desenvolver permanecendo no meio rural, 26% deles responderam que gostariam de

4 Há uma controvérsia entre os pesquisadores sobre a representatividade da pluriatividade nos estabelecimentos agrícolas de Santa Catarina. De acordo com dados do último Censo Agropecuário, 1,62% dos estabelecimentos rurais de Santa Catarina apresentam rendas não-agrícolas. Por outro lado, dados do PNAD apontam a existência de 12% de famílias rurais que apresentam rendas não-agrícolas. Diferentemente dos dados do Censo Agropecuário, esta última fonte de dados permite acessar, com mais precisão, as rendas não-agrícolas.

trabalhar com agroindústria rural de pequeno porte; destes, 47% são filhos de agricultores capitalizados” (Epagri/CPPP, 2001).

Neste sentido, por mais relevante que seja o estudo das atividades não-agrícolas no meio rural, ressaltam Sachs e Abramovay (1996), a questão do desenvolvimento não se restringe às possibilidades de sua expansão. Insistir sobre a importância de empregos rurais não-agrícolas não implica subestimar a importância fundamental do fortalecimento da agricultura familiar e do programa nacional de assentamentos como viga mestra da estratégia de desenvolvimento rural.

Algumas correntes do pensamento social rural vêm trabalhando com o conceito de multifuncionalidade como alternativa para a criação de oportunidades de ocupação e renda nos espaços rurais. Considerando que o conjunto de transformações que está em curso na agricultura da União Européia (UE) é tão ou mais importante que o fenômeno da pluriatividade dos agricultores, Cazella e Roux (2000) entendem que o significado desta noção requer uma análise mais precisa. Para eles, a concepção de pluriatividade adotada pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma das instituições internacionais que defendem a liberalização irrestrita do mercado, baseia-se nas formulações sobre o tema desenvolvidas por Fuller (1990). Este autor considera pluriativos todos os agricultores que, além das práticas agrícolas *stricto sensu*, executam a transformação e a venda direta da produção, o agroturismo, a proteção da natureza e a “produção” de paisagens no interior da propriedade, assim como as atividades remuneradas que não estão diretamente ligadas à exploração agrícola.

Entretanto, Cazella e Roux (2000) afirmam que a maior parte destas atividades compõe o caráter “multifuncional” da agricultura, e a diferenciação implícita nesta noção está longe de ser mais uma querela semântica, uma vez que revela duas visões completamente opostas sobre o papel da agricultura nos processos de desenvolvimento rural. O enfoque da pluriatividade reserva um lugar secundário para o setor agrícola na economia e aposta no progresso técnico contínuo para resolver suas crises conjunturais. Já a noção de multifuncionalidade procura chamar a atenção para as funções fundamentais das atividades agrícolas no desenvolvimento sustentável de cada país. Assim, indicam os autores, ao discurso do poder criador do progresso técnico, esta última opção o direito dos povos à segurança alimentar, à qualidade dos alimentos e ao meio ambiente.

No caso francês, de onde se origina o conceito, a proposição da multifuncionalidade vem adquirindo uma dimensão importante, na medida em que a introdução de novas funções constitui uma alternativa para as mulheres, diminuindo sua

migração para a cidade, satisfazendo também os rapazes que encontram dificuldades para encontrar moças que queiram casar e permanecer no meio rural. Por outro lado, uma das múltiplas funções propostas como alternativa de renda no espaço rural da França vem sendo difundida em algumas localidades da região sul do Brasil, e diz respeito às atividades que visam à implantação do agroturismo (ou turismo rural) nas propriedades dos agricultores que apresentam potencialidade para tal finalidade. Impulsionadas principalmente pelas ONGs e, mais recentemente, pelo Estado, estas iniciativas apresentam uma tendência de crescimento, porém, restringem-se ainda a um pequeno número de agricultores.

Mesmo que este processo apresente algumas semelhanças entre as duas realidades, sugerindo o aprofundamento das pesquisas que tratam destas questões, as distâncias essenciais existentes entre as duas realidades – entre o “village”, com séculos de existência, e a “comunidade rural”, com apenas algumas décadas de organização – tornam problemática a generalização das proposições de pluriatividade e multifuncionalidade para algumas regiões do Brasil. Uma abordagem mais sistemática sobre a noção de multifuncionalidade pode ser vista em Cazella (2000).

Enfim, diferentemente de décadas passadas, em que o rural, pela maneira como se o representava, parecia estar destinado a desaparecer, verifica-se hoje na tônica dos discursos, a redescoberta, em diversas regiões, da ruralidade e a confirmação da importância da agricultura e dos agricultores familiares como fonte do dinamismo da vida social e econômica, embora ainda haja enfoques que visualizem o fim do rural, seja na academia ou mesmo nas políticas. Mais que isso, eles ainda poderão tornar-se protagonistas dos processos de desenvolvimento de inúmeras pequenas localidades do interior de nosso país. Até que ponto a mudança foi real e em que medida foi uma mudança de perspectiva? Embora seja difícil perceber, a priori, as sutilezas da interação existente entre ambos, sendo aí o espaço privilegiado do pesquisador de campo e dos estudos de caso, parto do pressuposto de que a maneira como a ruralidade é construída influi no modo como se explica a mudança, definindo o rumo das diferentes possibilidades e tornando hegemônicos alguns interesses em detrimento de outros.

Pelo fato de muitas vezes se prestar mais atenção ao discurso do que propriamente ao contexto onde ele foi produzido, autores como Murdoch e Marsden (1994) afirmam que as lutas sociais constantes na sociedade é que produzem os discursos. Para estes autores, importa, muito mais do que o discurso pronto, é como ele está sendo construído nas relações sociais, importa mais o quanto o rural é importante para as pessoas. Neste sentido, afirmam que o termo ruralidade, embora com múltiplos significados, não deve ser jogado fora como se

fosse caótico, ou substituído por outros. É ainda importante, porque consideram que na sociedade atual é útil para pensar as mudanças em curso.

Por outro lado, e com maior amplitude, são vários os pesquisadores que vêm propondo o enfoque de localidade para abordar as mudanças vigentes nos diversos contextos sociais, sugerindo inclusive que conceitos como “rural” e “urbano” não dariam conta das interações entre os diferentes espaços societários e entre os grupos sociais. Cabe, então, adentrar neste debate e expressar as representações que circulam em torno das diferentes opções conceituais.

2.5) O Enfoque de Localidade

A construção pela modernidade de representações generalizantes de urbanização, industrialização e modernização - incorporadas não só nas teorias científicas e nas tecnologias, como também na própria postura de cientistas e profissionais das ciências sociais, ou mesmo agrárias - influenciou a elaboração de modelos e pacotes tecnológicos aplicados nos mais diversos contextos societários e, na medida em que as particularidades locais não se adequassem ou resistissem às concepções generalizantes, eram consideradas “atrasadas” e buscava-se ajustá-las ao moderno. Este processo desestimulou o conhecimento mais aprofundado das especificidades da vida local. No Brasil, o estudo da localidade, muitas vezes associado aos chamados “estudos de comunidade”, foi desconsiderado, há uns trinta anos, em nome da universalidade do mundo moderno.

Recentemente, uma outra concepção teórica constrói uma representação do rural que busca focalizar as relações entre globalização e agricultura competitiva, capitalizada, colocando em relevo a emergência da categoria social do agricultor familiar “moderno”, visto como um profissional semelhante a outro qualquer. No entanto, diversos autores, entre eles Alier (1992), vêm apontando a existência de inúmeras “agriculturas” e “agricultores” que ficam fora deste modelo, que procura ser hegemônico. Pesquisadores alinhados na perspectiva do pós-modernismo, ao criticar as concepções dominantes e genéricas da modernidade, contribuíram para o resgate do diverso, das especificidades, das localidades.

Murdoch e Marsden (1994), embora com perspectiva diferente dos autores pós-modernos, também criticam a difusão na universidade ou mesmo nas instituições públicas de procedimentos analíticos, pautados sobretudo na utilização de questionários que buscam a construção de uma média, de um “perfil” de agricultor que sirva de modelo para as pesquisas e as políticas. Consideram que na intenção de se estabelecer uma média - que alegam não

existir -, todas as pontas desaparecem, anulam-se, e os mais pobres, os diferentes, os “outros”, acabam não aparecendo. Por outro lado, argumentam que as relações estabelecidas entre o rural e o urbano, nas localidades, não se configuram como um continuum, nem são dicotômicas, e afirmam que existem várias construções em conflito, tornando necessário realizar estudos de caso para explicitar como as pessoas representam as suas localidades, para colocar em relevo as relações de poder que se estabelecem nestas “arenas”, enfim, para dar voz e vez a quem não as possui.

Estou convencido de que é preciso recolocar em debate as questões vinculadas aos processos sociais locais para poder compreender como interagem as perspectivas dos(as) agricultores familiares no espaço local, um dos “locus” privilegiados para a construção de uma identidade de cidadão. No entanto, tendo em vista a vigência, até recentemente, de uma concepção hegemônica que apregoava o “fim” do rural – negligenciando-se na análise as relações complexas estabelecidas entre o campo e a cidade - nos quadros da modernização dos contextos locais, privilegiou-se a concentração urbana de bens e serviços indispensáveis ao conjunto da população, transformando, freqüentemente, o espaço rural em um espaço de precariedade e de desigualdade, dificultando o acesso, pelos grupos sociais rurais, aos bens e serviços a eles necessários.

Considerando que o rural se constrói e se configura de diversas maneiras nas sociedades locais, cabe explicitar como as principais correntes, que enfatizam a importância e a pertinência do conceito de localidade para pensar as mudanças sociais, vêem o espaço rural nas suas abordagens.

Carneiro (2001) entende que noções gerais como rural e urbano são guiadas por visões de mundo muito particulares e diversas e que, em geral, respondem a alguns interesses políticos, reforçando sua inquietude sobre a pertinência de utilizar esta categoria no contexto sociológico ou antropológico. No intuito de colocar a questão de uma maneira mais positiva, sugere o uso possível deste termo no quadro das pesquisas sobre as dinâmicas sociais contemporâneas. Considera que existem dois elementos que participam da mutação dos espaços rurais: crescimento da mobilidade individual, estimulada pela expansão dos meios de transporte, e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação. Estas, por um lado, veiculam junto aos cidadãos valores idealizados sobre a natureza e a vida no campo; de outro, propagam valores da sociedade de consumo entre os habitantes das localidades rurais, sobretudo os jovens.

Visualizando particularmente o contexto de uma sociedade moderna avançada, no caso a França, constata que a *campagne* não passa por um processo de homogeneização que

reduziria a distinção entre o “rural” e o “urbano” a um *continuum* dominado pelo cenário urbano. Isso nos impede, afirma Carneiro (2001), de falar de “ruralidade” como uma abstração, como uma noção genérica. Ao contrário, impõe observar e analisar as diferentes formas de expressão da ruralidade nos contextos culturais, sociais e espaciais heterogêneos, isto é, nas “localidades”. Seria mais o caso, portanto, de falar de “ruralidades”, no plural. Rejeitando, portanto, as dicotomias que acabam por definir um em função do outro, ou por olhar um pólo (a *campagne*) através dos olhos do outro (a cidade), isso que é proposto pelo aporte do *continuum*, a autora considera que a interação verificada entre estes diferentes espaços pode reforçar, ou mesmo engendrar, identidades territoriais, apoiadas sobre um sentimento de pertença a uma “localidade”.

Já para Wanderley (2001), o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano. Neste sentido, um programa de desenvolvimento local não substitui o desenvolvimento rural, mas o integra como parte. O espaço local é, para a autora, o lugar do encontro entre estes dois “mundos”. Nele, porém, as particularidades de cada um não são anuladas; ao contrário, são fonte de integração e cooperação, tanto quanto de tensões e conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do *continuum*, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades. É esta complexidade que constitui o objeto dos estudos rurais.

Assim, a dimensão do “problema rural” é bem maior do que indicam os números da “desruralização” e seu enfrentamento exige tratamentos especiais da relação campo-cidade, especialmente a relação que envolve a pequena cidade em seu conjunto - sede do município e seu entorno rural. Nesta perspectiva, a pequena cidade, apesar de seu caráter “urbano”, desempenha aqui o mesmo papel que os *villages* em outros países de maior tradição camponesa. No nosso caso, como o sentido da mudança apregoado pela modernidade era do rural para o urbano, nada mais lógico, do ponto de vista das representações “modernas” das elites dominantes, do que concentrar os recursos e os investimentos sociais e econômicos na sede “urbana” das localidades, processo este reforçado pela própria iniciativa dos agentes, públicos e privados, que compartilharam destas representações.

A necessidade de manter contatos regulares com a cidade, na medida em que esta concentra as principais instituições e/ou serviços essenciais para as famílias de agricultores, e que não são encontrados nas comunidades rurais onde residem, além da procura por trabalho, estudo, lazer ou mesmo consumo por parte dos jovens, criam as condições para a ampliação do universo de relações estabelecidas entre os grupos sociais que integram o município. A

importância do espaço e dos valores rurais nestas localidades não é alimentada apenas pelo fato de que parcela expressiva da população reside fora do perímetro urbano, mas sobretudo porque um segmento nada desprezível dos habitantes “urbanos” é constituído por pessoas que vieram das comunidades do interior do município, muitas delas recentemente, como é o caso dos jovens.

Por outro lado, embora os conceitos de meio rural ou de sociedade rural, definidos pela sua autonomia relativa, não permitam mais explicar a abertura da localidade, o conceito de sociedade englobante é, ele também, questionável. De acordo com esta perspectiva, não se trata mais de englobar um microcosmo, relativamente autônomo, em um macrocosmo socioeconômico, mas de ultrapassar as fronteiras entre o “local” e o “global” pela experiência de uma cidadania concreta vivida pelos agricultores.

Marsden et alii (1993) ressaltam que, na localidade, cada ator local está também ligado, através de redes, direta ou indiretamente a atores externos. De acordo com esta representação, a localidade é construída socialmente a partir da interação de atores sobre uma variedade de distâncias (local e não-local). Neste sentido, mais importante que a pertença a um dado território ou não, é a forma como se dão as relações sociais entre os agentes locais e entre estes e os de fora.

O território é o resultado de uma construção social e política, no qual pessoas, grupos sociais e instituições interagem articulando interesses, em que o poder se faz presente, tendo em vista que os diferentes agentes buscam constantemente impor as suas representações. Em decorrência desta dinâmica, configura-se um espaço concreto, que muda de valor e papel à medida que a história é construída pelos diversos atores sociais envolvidos. No entanto, uma localidade renasce também como reação à internacionalização ou à globalização que caracteriza o processo econômico e político. Aqui cabe sublinhar o papel das agroindústrias nos pequenos municípios - particularmente em meio ao espaço de produção e de vida dos agricultores familiares, como é o caso da localidade estudada - que trazem novos conceitos (em torno de tempo, espaço, indivíduo, consumo, trabalho e cultura), demandas e interesses originários de processos mais globais, repercutindo diferentemente no grupo doméstico, de forma conflituosa, que reage também de forma diversa, seja internalizando novas representações, seja redefinindo-as a seu modo ou mesmo reagindo a elas através da mobilização e atualização das noções já existentes. Sobre o conceito de espaço ver Santos (1996).

Wanderley e Lourenço (1998) indicam um importante campo de reflexão, ainda pouco analisado, a respeito das particularidades da urbanização nos pequenos municípios, que

apresentam uma influência rural muito forte, com relações intensas entre o campo e a cidade. A pequena dimensão dos municípios e sua estreita dependência do mundo rural são um fato reconhecido no processo de urbanização nacional em seu conjunto e os estudiosos da cidade a ele se referem com termos extremamente expressivos, entre os quais: “vida urbana morta” (Florestan Fernandes); “municípios semi-rurais” (Juarez R. Brandão Lopes); “cidades não urbanas” (Vilmar Faria). A fronteira entre estes espaços e o espaço propriamente urbano também é vista de forma diversa. George Martine, por exemplo, estabelece como limite o patamar da população total não inferior a 20 mil habitantes, enquanto Vilmar Faria propõe uma definição ainda mais restrita da população urbana, correspondendo às pessoas que vivem nas sedes urbanas dos municípios, ao mesmo tempo que considera cidades, apenas as sedes municipais com mais de 20 mil habitantes.

Na tentativa de dinamizar o desenvolvimento local destes pequenos municípios, algumas linhas de pensamento que influenciam sobremaneira a elaboração de políticas públicas ou mesmo as iniciativas de determinadas ONGs promotoras deste enfoque, vêm incorporando em seus projetos noções desenvolvidas nas experiências positivas verificadas em territórios europeus, particularmente na Itália e França. Sem me deter nestas experiências, por não constituírem o objeto da pesquisa, considero importante resgatar algumas representações que resultam deste debate em forma de modelo, com repercussão na elaboração de conceitos como o de “capital social”, e que não deixam de influenciar algumas iniciativas de desenvolvimento local em curso na região focalizada.

Autores como Coulert & Pecqueur (1989), que sublinham a organização das empresas e/ou organizações em redes, desenvolvendo práticas mais territoriais, já apontavam que o desenvolvimento da industrialização difusa, dos sistemas industriais locais e dos conjuntos de redes territoriais, poderiam se transformar em um novo modelo. Luiz F. Paulilo (2000) indica que as proposições de uma lógica territorial de desenvolvimento decorrem de duas perspectivas: a) a dos distritos industriais e b) a do modo de regulação local. No primeiro modelo, apregoa-se o desenvolvimento endógeno por baixo, a partir do conhecimento e da capacidade dos atores locais, isto é, do capital cultural localizado, e retrata os casos dos distritos industriais italianos. Nesta perspectiva, as principais representações que circulam entre os interlocutores são: a importância dos laços não-econômicos da comunidade local, a sociologia de uma população de empresas, a importância dos recursos humanos, o papel da cooperação, a receptividade à mudança tecnológica, etc.

No segundo caso, as representações começam a se desenvolver, num primeiro momento, com as experiências oriundas da relação vertical estabelecida entre a instância

central e as subcentrais dos sistemas industriais locais da França. Neste processo, as articulações dos interesses revelaram que as decisões de caráter político tiveram papel fundamental no desenvolvimento territorial. Luiz F. Paulilo (2000) salienta que o modelo francês a que faz referência é do primeiro sistema de desenvolvimento local na França, que dominou as regiões e os lugares até meados dos anos 80. Posteriormente, desenvolveu-se um sistema horizontal de desenvolvimento local, no qual as regiões apresentaram maior autonomia de gestão enquanto as regras estabelecidas e os intercâmbios entre as regiões promoveram um novo tipo de relação entre elas, permitindo a construção de representações que giraram em torno da troca de experiências e idéias, entre outras. Para este autor, os dois modelos resultam da crise do fordismo, que conduz à emergência de um novo regime de acumulação capitalista: o flexível. Esta mutação se manifesta também por uma nova geografia da acumulação flexível, porque as economias integradas cederam terreno a uma externalização progressiva da estrutura da produção em condições de flexibilidade crescente.

Por outro lado, importa enfatizar a ressalva feita pelo autor de que a lógica territorial dos distritos industriais, e do desenvolvimento endógeno por baixo, sofre uma contraposição sustentada em três aspectos principais. O primeiro ressalta a existência de uma forte pressão da formação de redes transnacionais e de um espaço global de fluxos na economia mundial; o segundo aspecto levanta incertezas quanto à transformação radical de uma sociedade de massa em comunidades flexíveis e, finalmente, questiona-se o precipitado determinismo econômico e organizacional da transformação flexível e da reaglomeração, que as tornam não só desejáveis, mas necessárias.

Cabe sublinhar que, se, por um lado, estas concepções, comumente incorporadas nas ações de agentes externos que buscam realizar a animação dos processos de desenvolvimento local, representam um avanço em termos de envolvimento dos diversos atores sociais locais a partir de um enfoque multidimensional do território, por outro, elas podem reforçar hierarquias sociais e políticas já existentes, quando, nos processos de mobilização acionados, ao aflorarem questões conflituosas vinculadas à disponibilização de recursos (muitos vezes externos à localidade), à heterogeneidade ou mesmo à desigualdade de poder entre os atores, ocorrer uma descontinuidade e até mesmo a interrupção das ações. Em decorrência, corre-se o risco de não se prestar a atenção necessária a espaços e atores que comumente, são deixados de lado nas representações do conceito de desenvolvimento, particularmente no espaço rural, bem como nas demandas específicas dos seus diversos grupos sociais. Este fato vem sendo apontado, embora ainda de forma preliminar, nas avaliações pouco sistemáticas realizadas sobre as experiências de desenvolvimento local.

Assim, alguns autores indicam o forte regresso à política nas análises territoriais, justificando que o espaço é, por natureza, um terreno de interdisciplinaridade (BENKO, 1996) de interação muitas vezes contraditória, das várias dimensões do desenvolvimento.

Se a vida local é o resultado do encontro entre o rural e o urbano, o desenvolvimento local, entendido como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural da sociedade local, não pode supor o fim do rural. Neste sentido, é importante precisar que o desenvolvimento local será tanto mais abrangente e eficaz quanto mais capaz de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento presentes no meio rural local, isto é, o próprio desenvolvimento rural. Esta perspectiva de Wanderley (2001) é de grande pertinência para o tratamento do espaço rural nas “questões locais”. Portanto, não se trata de substituir uma categoria por outra.

Chama a atenção a grande proporção de estudos que desviam os “olhos” analíticos ao se depararem com a existência de conflitos no âmbito da vida social local. Wanderley e Lourenço (1998) lembram que, mesmo entre os agricultores, os conflitos são, muitas vezes, negados. Para estes autores, admitir ou negar a existência de conflitos não significa necessariamente uma maior ou menor inserção na vida local. Supõem que uma maior proximidade pode tornar-se fonte de relações mais tensas, ou que favoreçam a percepção mais aguda das dificuldades. Porém, ressaltam, esta mesma proximidade pode igualmente concretizar-se através de uma certa idealização da vida das pequenas comunidades e provocar uma negação dos conflitos locais. Inversamente, uma maior distância em relação à localidade pode estimular um espírito mais crítico ou uma representação mais positiva do caráter cordial e pacífico das relações locais.

Alguns autores apontam nesse cenário a elaboração de representações, particularmente em determinadas iniciativas impulsionadas por atores externos que buscam o fortalecimento da agricultura familiar, muitas vezes centradas no que se denomina “nichos de mercado”, que se pautam por certa idealização do mercado, desconsiderando as contradições presentes numa sociedade que acelera a competitividade e a seletividade dos mercados em processo de globalização. Seria o caso, principalmente, de algumas ações impulsionadas por ONGs, não se restringindo, porém, a estas instituições.

Visando buscar alternativas para a dinamização do meio rural e, particularmente, para incorporar o grande número de jovens que demonstraram, nos depoimentos coletados no processo de pesquisa, o desejo de construir sua vida profissional no campo, pesquisadores do Epagri/CPMP (2001) afirmam que é necessário, também, fazer esforços no sentido de eliminar as imperfeições de mercado - especialmente preponderantes no meio rural - e buscar uma

situação de igualdade de condições entre as zonas rurais e urbanas, numa realidade que Dirven (2000) denomina de “*a level play field*”, ou seja, um equilíbrio entre ambas as áreas. Acredito na intenção positiva destas iniciativas; no entanto, cabe indagar até que ponto as experiências levadas a cabo nos processos de desenvolvimento local têm representado mudanças efetivas na correlação de forças entre os agentes participantes do mercado. Este tema, certamente, pode se constituir numa pesquisa à parte, mas cabe sublinhar que alguns autores se debruçaram no estudo do papel do mercado nos interstícios do ambiente rural para elaborar algumas representações que contribuam para este polêmico debate.

Um componente dos conflitos manifestos no espaço local, explicitado de forma recorrente nos depoimentos de agricultores e suas famílias, e até por lideranças representativas, também constatado nas entrevistas com os(as) jovens pesquisados(as), diz respeito às relações entre a agricultura familiar e o mercado, este representado mais precisamente pelas grandes empresas agro-industriais. Os primeiros, não se cansam de repetir que os ganhos finais da sua participação na integração agroindustrial não valorizam suficientemente os esforços e os investimentos realizados durante o processo de trabalho. Além disso, como que num desabafo, afirmam com todas as letras e símbolos que fazem parte e/ou dão forma à sua representação que são pressionados pelos agentes, representantes dos interesses das empresas integradoras, a aplicar o que sobra dos rendimentos recebidos em novos investimentos produtivos, como forma de aprimorar a sua competitividade que, por outro lado, se transforma em eficiência e lucro para a agroindústria.

Por que a relutância em incorporar, nas pesquisas e nas políticas, este conflito estrutural que abala, feito uma tempestade de granizo, o teto de um número expressivo de famílias de agricultores? Muitos o justificam afirmando que estes mesmos indivíduos que se queixam encontram-se, hoje, em situação melhor que outrora, tendo em vista a segurança proporcionada por um “mercado estável”, ou mesmo pelos alcances materiais e financeiros que proporcionam a conquista de alguns confortos da vida moderna. Caberia perguntar, porém, se eles não poderiam ter uma situação ainda melhor que a atual. Alguns autores, como Polany (1980), Bourdieu (1998) e Paulilo (1990a) mostram, a partir da adoção de conceitos como exploração e miséria, que a degradação das condições de vida de determinados grupos sociais não se explica por fatores exclusivamente materiais ou econômicos, sugerindo a importância de se incorporar indicadores sociais e culturais para “medir” a qualidade de vida destas populações nos espaços rurais.

Não é minha intenção concentrar demasiadamente a atenção nesta questão, remetendo o leitor a alguns pesquisadores que avançaram nesta direção, entre os quais é

bastante elucidativo ver, por exemplo, os esforços teóricos desenvolvidos por autores como Campos (1987) e Paulilo (1990a), entre outros. No entanto, considero importante colocar em destaque algumas nuances da ação do mercado no tecido social rural e, particularmente, indicar em que medida esta ação ocasiona a desagregação das instituições culturais que organizam as relações estabelecidas entre os diversos segmentos que integram a agricultura familiar. Acredito que para pensar o que representa o rural - e, especificamente, o papel do ambiente cultural no processo de socialização das novas gerações - na perspectiva dos filhos(as) de agricultores familiares, torna-se importante incorporar, no presente estudo, a interação dos fatores externos e internos ao espaço rural e as redefinições daí resultantes. Para isso, cabe inicialmente explicitar a ação do mercado para, posteriormente, penetrar nas relações sociais estabelecidas entre os segmentos da agricultura familiar, visando, no conjunto, pensar as representações assim construídas.

2.6) O Mercado no Ambiente Cultural Rural

O contrato de integração da produção, estabelecido, de maneira geral, nas últimas décadas do século passado entre as famílias de agricultores e as agroindústrias de alimentos, foi (e é) construído a partir de um conjunto de relações culturais e econômicas entre duas visões de mundo, a do agricultor(a) e o da indústria, que buscam participar deste jogo, às vezes compartilhando os resultados, as regras e os interesses mas, sobretudo, entrando em conflito, na medida em que os resultados tendem a favorecer apenas uma das equipes, particularmente aquela que detém, de forma hegemônica, as representações e os instrumentos de poder definidores dos ganhos no mercado. Nesta espiral, que se movimenta de forma contraditória, com continuidades e descontinuidades, há um esforço permanente da parcela empresarial deste círculo socioprodutivo em estabelecer um dinamismo fundamentalmente econômico na relação, deslocando e colocando em primeiro plano a lógica e o ritmo imposto pelo sistema de mercado, objetivo este que afeta, sobremaneira, as instituições e o cotidiano daqueles que, por uma série de motivos, inclusive os econômicos, participam da integração.

Para ilustrar o que representam o sistema de mercado e sua repercussão nas relações sociais e culturais que envolvem os agricultores familiares, cabe elaborar um desenho conceitual traçado por alguns autores, clássicos e contemporâneos, próximos e distantes do cenário focalizado, selecionados pela pertinência, atualidade e proximidade com suas idéias, enriquecendo o debate que busco construir. Procurando não perder de vista todas as particularidades de uma relação contratual estabelecida num sistema agroindustrial na

comparação com sistema industrial propriamente dito, acredito ser pertinente, para fins analíticos, aproximar, para permitir o debate, representações que circulam nestas duas relações.

Nas entrevistas com responsáveis pelo setor de fomento e de assistência técnica das empresas, nos quesitos sobre o papel das categorias terra, trabalho e família na constituição do que denomina “ethos” do colono, Tedesco (1999) percebe que era comum a afirmação de que os elementos essenciais no processo contratual, agroindustrial, são a viabilidade e a garantia de um fluxo de matéria-prima, da qualidade do produto e de índices de competitividade.

Por outro lado, analisando a implantação do sistema de mercado no bojo da revolução industrial acontecida no continente europeu, em que se difundiam as inovações tecnológicas, dinamizadas pela implantação de novas máquinas no processo industrial de produção de mercadorias, Polany (1980) afirma que é com a ajuda do conceito de mercadoria que o mecanismo do mercado se engrena com os vários elementos da vida industrial. Numa sociedade agrícola, tais condições não surgiriam naturalmente; elas deveriam ser criadas; no entanto, o fato de terem sido criadas gradualmente de maneira alguma afeta a natureza surpreendente das mudanças envolvidas.

Já Tedesco (1999) verifica que os colonos da região não foram *tomados de assalto* em nenhum dos formatos do sistema de trabalho e das formas produtivas que hoje se apresentam. No espaço locacional das migrações internas, ilustra o autor, já havia uma dinâmica de produção mercantil, que formava um quadro de comerciantes, comércio e agroindústrias. Os processos e os dinamismos econômicos passaram, apenas por modificações extensivas, às reestruturações dos ramos empresariais em razão da modernização e da maximização de fatores de produção objetivadores de produtividades. Para Campos (1987, p.333), que vê a subordinação da “pequena produção” nas relações de integração, elas só se tornaram efetivas na década de 70, pois, “de forma alguma seriam possíveis nas décadas anteriores, por serem incompatíveis com determinadas relações então vigentes”. Para aflorarem as relações de subordinação, indica o autor, foram necessárias transformações anteriores nas condições gerais de reprodução das unidades familiares.

Assim, segundo este ponto de vista, a subordinação e a conseqüente acumulação agroindustrial com base nestas relações são incompatíveis com uma agricultura tradicional ou com instituições como o *minorato*. A produção de mercadorias constitui-se no primeiro passo para a quebra do isolamento da pequena produção, a base primeira da dominação do capital, da manipulação inicial dos preços relativos. Significa, também, o primeiro passo rumo à

preponderância externa na determinação das relações de produção subjacentes à pequena produção.

Cabe novamente inserir Polany (1980) neste terreno de representações, para dizer que as mercadorias são definidas, empiricamente, como objetos produzidos para a venda no mercado, visto como contatos reais entre compradores e vendedores. Assim, cada componente da indústria aparece como algo produzido para a venda, pois só então pode estar sujeito aos mecanismos da oferta e procura, com a intermediação do preço. Na prática, isto significa que deve haver mercado para cada um dos elementos da indústria, assim como os processos conformadores das relações sociais de produção na agricultura familiar também passam a ser regulados pelo comportamento do mercado. Assim, uma vez que as máquinas utilizadas no processo industrial são dispendiosas, resalta Polany, elas só são rentáveis quando produzem grande quantidade de mercadorias. Elas só podem trabalhar sem prejuízo se a saída de mercadorias for razoavelmente garantida e se a produção não precisar ser interrompida por falta das matérias-primas necessárias para alimentá-las. Para o mercador, isto significa que todos os fatores envolvidos têm que estar à venda, isto é, eles precisam estar disponíveis, nas quantidades necessárias, para quem quer que esteja em condições de pagar por eles. A menos que esta condição seja preenchida, a produção com a ajuda de máquinas especializadas torna-se demasiado arriscada para ser empreendida, tanto do ponto de vista do mercador, que empata seu dinheiro, como da comunidade, que passa a depender de uma produção contínua para conseguir renda, emprego e provisões.

Se se focar a região oeste catarinense e, particularmente, o processo de integração aí vigente, poder-se-á perguntar: o que ele tem a ver com esta formulação teórica desenvolvida por Polany? Visualizando os sistemas de produção intensivos e “modernos” das “culturas” de aves e suínos desta região, organizadas em “cadeia” e com elos que se estendem num *continuum* que vai da propriedade do agricultor (em que, em outros tempos, não muito distantes, estes alimentos, hoje mercadorias, compunham o cardápio de subsistência da família) até a mesa do consumidor (podendo este estar sentado na Ásia, na Europa ou mesmo no Brasil), passando pela indústria processadora destes produtos, sem anular as especificidades dos dois pólos participantes deste processo, percebem-se algumas semelhanças entre os dois casos. Se se mergulhar um pouco mais no cotidiano destas famílias de agricultores, constatar-se-á uma rigorosa divisão social da produção, que busca garantir o cumprimento de metas de produtividade e eficiência, visando, em última instância, alimentar as máquinas beneficiadoras das agroindústrias e o trabalho dos operários(as) - em grande parte filhos(as) de agricultores familiares - contratados(as) para tal finalidade, num ciclo

ininterrupto de fornecimento regular e planejado de matérias-primas. Em suma, fornecimento sistemático de mercadorias para que as máquinas e o lucros industriais não cessem e as “sobras” financeiras das famílias integradas continuem.

Esta dinâmica implica, no entanto, uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro (ou do retorno econômico resultante da entrega da produção animal à indústria, para o agricultor, pois, neste caso, não cabe a utilização da categoria lucro) passa a substituir a motivação da subsistência. Assim, o padrão de mercado, relacionando-se a um motivo peculiar próprio, o motivo da barganha ou da permuta, é capaz de criar uma instituição específica: o mercado. Segundo Polany (1980), o controle do sistema econômico pelo mercado é de consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Ou seja, ao invés de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, e a sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Por outro lado, os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Para isso, os preços devem ter a liberdade de se auto-regularem. É justamente este sistema auto-regulável de mercados que o autor designa de economia de mercado. Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, deve-se-lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa.

Em suma, esta transformação da substância natural e humana da sociedade em mercadorias e a desarticulação causada por tais engenhos resultam na desorganização das relações humanas, ameaçando aniquilar seu “habitat natural”, a sociedade. Penso ser importante incorporar, aqui, as representações de alguns pesquisadores, antropólogos, por sinal bastante elucidativas e plenas de simbolismos, que analisaram o processo de mercantilização da “pequena produção agrícola”. Tais construções são essenciais para pensar o que significa o rural – e a importância do ambiente cultural – para os grupos sociais que integram a agricultura familiar. Vejamos o que dizem, a respeito, autores como Renk (1997) e Woortmann (1995).

O campesinato do sul do Brasil está colado às políticas de imigração para colonização, para “ocupar os espaços vazios”, numa lógica mercantilista, na qual braços representavam lucros e progresso (RENK, 1997). Para esta autora, este imaginário gestou a concepção e idealização da pequena propriedade enquanto padrão de civilização. Nesta mesma linha, Woortmann (1995) afirma que o assentamento de imigrantes europeus, na

região sul do País, feito pelo governo imperial, objetivava o desenvolvimento de núcleos produtores de alimentos para áreas urbanas e abastecedores das tropas militares, envolvidas em conflitos na bacia do Prata. Visava, igualmente, promover a transição da produção escrava para aquela baseada no trabalho livre. Para tanto, foram criadas condições altamente favoráveis ao imigrante: viagem com despesas pagas, naturalização imediata e liberdade de culto, concessão gratuita de terra para a família, fornecimento gratuito de animais, ferramentas e sementes, entre outras. Porém, em 1846 começa a substituição gradativa da colonização oficial pela privada. Em 1850, a Lei de Terras proíbe o acesso gratuito a terras devolutas, instituindo juridicamente a propriedade-mercadoria. Assim, a Lei de Terras e o capital imobiliário privado fizeram da terra um “bem limitado”, uma mercadoria, mediada pelo dinheiro dependente do capital comercial.

Ao meu ver, outro estudo feito por Campos (1987), na região Oeste Catarinense, retrata com clareza, também, a dinâmica da mercantilização da agricultura familiar, bem como o processo de seleção/exclusão de unidades produtivas aí desencadeado e, sobretudo, impulsionado com a modernização da agricultura, colocando em relevo o mecanismo de desagregação de um grande número de unidades produtivas familiares. Embora não seja o objeto da investigação deste autor averiguar a desagregação sociocultural na agricultura familiar - provocada pela organização de um sistema de mercado alicerçado na implantação contínua de normas e metas de eficiência econômicas, materializadas nos novos contratos de integração, que são pensados, na maior parte dos casos, por instituições e agentes externos - entendo que os resultados da sua pesquisa nos propiciam algumas pistas sugestivas para pensar as representações que, de forma recorrente, são trazidas à tona pelos agricultores familiares, e pelos jovens, quando se referem ao esvaziamento social comunitário e à desvalorização econômica de sua função de produtores de alimentos.

A perda do domínio do processo produtivo coincide com o fechamento da fronteira agrícola no oeste catarinense, impossibilitando a continuidade da reprodução “horizontal” da pequena produção. O primeiro reflexo do fechamento da fronteira agrícola, ante uma demanda crescente de terra por parte dos pequenos produtores, é a elevação crescente dos preços da terra. Por outro lado, ao se modernizar, a “pequena produção” diversifica suas relações com distintos capitais que conformam o complexo agroindustrial⁵, passando a assumir relações com o capital financeiro, com a indústria de máquinas e fertilizantes.

5 Para uma visão mais sistemática sobre o conceito de “complexo agroindustrial” ver, entre outros autores, Sorj (1980) e Müller (1978).

Em decorrência, uma parcela dos pequenos produtores eleva sua capacidade produtiva rapidamente, sendo responsável, por quantidades maiores de produção total. Com isso, deslocam quantidades crescentes de pequenos produtores não modernizados. A modernização puxa para cima as condições sociais médias de produção que regulam o mercado. Há agravamento das já difíceis condições enfrentadas pelas unidades não modernizadas. Desloca os menos produtivos, dificultando a sobrevivência das unidades mais atrasadas, aumentando a geração de excedente populacional do Oeste Catarinense (CAMPOS, 1987, p.189).

O deslocamento de “pequenos agricultores” nesta mesma região aparece claramente no caso da suinocultura. Em 1980, existiam 67 mil suinocultores, para os quais a atividade trazia significativa parcela na renda. Na década seguinte, nos anos noventa, a suinocultura é acessível apenas a uma minoria, estimada em vinte mil suinocultores, com tendência a concentração ainda maior. Da anterior escolha de compradores, passa-se a um mercado oligopolizado, em que unicamente as agroindústrias – que determinam o padrão de produção – adquirem os produtos. Isto explica a diminuição do número de suinocultores da região nos últimos anos (TESTA et alii 1996, RENK, 1997).

As estratégias individuais passam a ser, cada vez mais, determinadas pelo conjunto do processo de integração, além de as determinações externas (ou, na representação de Polany, 1980, as instituições econômicas separadas) se tornarem o pólo dominante das relações de produção subjacentes à pequena produção. Ou seja, os preços continuam a espelhar as condições sociais médias de produção, porém estes padrões são impostos pelo capital através da ação do mercado dominado pela agroindústria, da manipulação dos preços pela agroindústria e da ação deliberada dos departamentos de fomento. O aumento da escala de produção como estratégia para prover a reprodução familiar provoca uma grande elevação da intensidade do trabalho e de jornada de trabalho do produtor familiar. Tal situação agrava-se com a redução de parcela de valor que a pequena produção consegue reter para remunerar a força de trabalho familiar, o que implica na redução do número de membros da família que compõe uma unidade familiar (CAMPOS, 1987).

De acordo com este ponto de vista, modificam-se também as relações da pequena produção com a natureza, com o trabalho, com a família, com a terra e as relações de herança. Como indicam as pesquisas sobre o que representa a terra para os agricultores familiares, observa-se que, embora as modificações sejam expressas a partir das dificuldades econômicas para a reprodução do grupo doméstico, a “desvalorização” se manifesta, simultaneamente e com maior amplitude, no questionamento da matriz valorativa, cultural e simbólica, que

consitui e dá forma também à categoria terra, pois, uma vez abalados os alicerces que sustentam estes laços afetivos – a exploração agrícola –, precipita-se o processo de desagregação social de diversos grupos que integram a agricultura familiar, particularmente aqueles cujos laços são mais fáceis de serem rompidos, entre os quais os jovens e, entre estes, as filhas dos agricultores.

O trabalho na terra, por mais que obedeça a exigências das culturas mercantis envolvidas, não está desvinculado das relações sociais que estruturam a família e sua ação *na, com e para* a natureza (TEDESCO, 1999). Seyferth (1992) aponta a idealização da propriedade como traço constitutivo do campesinato que colonizou o sul do Brasil. Para estes colonos, a simples posse de um pedaço de terra não a transforma em colônia; a posse, através de um título de propriedade, significa algo mais, isto é, ‘criar raízes’, ‘estar seguro’. Para Renk (1997), a terra não é meramente uma questão econômica, mas também social: o significado da propriedade é determinado pelas tradições sociais. Para os camponeses, a terra adquire um caráter eminentemente sagrado. Nesta lógica, a partilha, venda ou hipoteca seria um ato de desqualificação, de rebaixamento social. Esta representação da terra expressa-se principalmente na prática da herança, que a deixa indivisa.

É bastante conhecido o debate teórico em torno das “especificidades” que distinguem o campesinato, ou mesmo, que caracterizam as sociedades primitivas. Entre outras interpretações, importa reter a de Malinovsky (apud POLANY, 1980), ao analisar o circuito Kula, da Melanésia ocidental, com base no princípio da reciprocidade, considerado pelo autor como uma das mais complexas transações comerciais já conhecidas pelo homem. O que domina estas relações não é a propensão à barganha, mas a reciprocidade no comportamento social; o resultado, no entanto, é uma realização organizacional estupenda na área econômica, demonstrando a maneira pela qual as conhecidas e recorrentes motivações econômicas, já apontadas, se originam no contexto da vida social. Segundo este ponto de vista, a manutenção dos laços sociais é crucial, primeiro, porque infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo, porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber.

A execução de todos os atos de troca como presentes gratuitos, cuja reciprocidade é aguardada, explica, por si mesma, a ausência da noção de lucro e até mesmo de riqueza, a não ser a que consiste em objetos que ressaltam, tradicionalmente, o prestígio social (POLANY, 1980). Neste sentido, em que a reciprocidade é a regra, os atos de permuta são geralmente inseridos em relações de longo alcance, que implicam aceitação e confiança, uma

situação que tende a obliterar o caráter bilateral da transação, tendo em vista que os fatores limitantes surgem de todos os pontos do compasso sociológico.

Com este esboço dos traços gerais característicos de uma sociedade da Melanésia ocidental, o autor faz questão de ressaltar que, de maneira alguma, se deve concluir que princípios socioeconômicos deste tipo se restringem a produtores primitivos ou a pequenas comunidades, e que uma economia sem lucro e sem mercado deva ser necessariamente simples. Em que medida relações sociais como as explicitadas pelo autor, pautadas na reciprocidade, confiança, interconhecimento, sociabilidade, entre outras, são pertinentes para pensar as representações em torno do rural construídas pelos agricultores familiares no contexto pesquisado?

Considerando a reprodução social, isto é, a continuidade das relações sociais no tempo, autores como Renk (1997) e Goody (1976 p. 1) abordam, em especial, o processo de devolução intergeracional, em que se verifica que a qualidade das relações, as estruturas familiares, os arranjos sociais, os modos de transmissão, está relacionada aos padrões sociais e culturais, às instituições e mentalidades, às estruturas formais e informais que as pessoas praticam ou são forçadas a fazê-lo ao transmitir os direitos. No entanto, o fato de se pressupor que estas relações constituem um círculo de representações que conformam a reprodução social das famílias de agricultores, definindo inclusive o processo decisório das relações produtivas, não significa que se concebiam estas relações como livres de tensões e conflitos, internos ou externos; ao contrário, expressam diversas hierarquias que podem ser vistas no cotidiano dos grupos sociais envolvidos.

Mesmo aqueles que concordam inteiramente que a vida num vázio cultural não é vida parecem esperar que as necessidades econômicas preencham automaticamente aquele vázio e tornem a vida mais suportável sob quaisquer condições. Embora contestado de forma contundente pelo resultado das pesquisas, particularmente aquelas construídas a partir de um enfoque antropológico, este viés econômico não deixa de estar presente em inúmeras representações que buscam pensar alternativas visando conter o processo de desagregação do tecido social rural. É justamente no âmago desta questão que aparece o conceito de “capital social”, incorporado nos estudos por diversas correntes do pensamento social contemporâneo, para dar conta das potencialidades expressas pelos agricultores familiares, e que não se explicam exclusivamente pela variável econômica. Vejamos em que termos é representado e incorporado este conceito na análise das mudanças em curso nos espaços rurais.

2.7) O Conceito de Capital Social

No Brasil, alguns autores apregoam, já há algum tempo, a necessidade de investir no capital humano de todo processo de desenvolvimento. Cabe citar, entre eles, Veiga (1996), que entende que um projeto de desenvolvimento rural só pode ser um projeto de investimento em “capital social”, exatamente “a dimensão do processo de desenvolvimento mais esquecida pela tecnocracia”. Já para Abramovay (1999), a sociedade brasileira não tem dado a devida atenção a um processo molecular, incipiente, de tomada de consciência e de organização, que pode abrir o caminho para uma nova relação com o seu meio rural. Indica a existência de um movimento que o País pouco conhece e não valoriza, ou seja, a proliferação de Conselhos Municipais de Agricultura, a pressão social sobre os recursos dos fundos constitucionais e sobre a própria política agrícola, a construção dos assentamentos e o esforço, que considera inédito, de formação dos agricultores para o exercício da cidadania por parte das próprias organizações que os representam. Partindo do pressuposto de que as instituições rurais vão refletir, na maior parte dos casos, as situações sociais em que se inserem, pergunta: como fazer delas a base para a transformação destas situações sociais? Ou, pautando-se em Durston (1998), como “criar” capital social ali onde ele não existe?

Segundo este mesmo autor, uma vertente contemporânea do pensamento social, muito influente nas organizações internacionais de desenvolvimento e pautada nos trabalhos de James Coleman (1990) e Robert Putnam (1996, p. 177), vem afirmando a noção de “capital social”. Em contraposição à ênfase dominante nos anos 1980 – e, de maneira cada vez mais explicitamente crítica com relação ao ideário do Consenso de Washington, o Banco Mundial (STIGLITZ, 1998), a FAO, a Cepal (DURSTON, 1998) e a Unctad convergem hoje no sentido de colocar em destaque as “condições institucionais” de que depende o desenvolvimento.

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID -, especializados em assuntos latino-americanos. De acordo com Batista (1994), o objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países, também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões desta reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de “Consenso de Washington”.

Na opinião de Matos (2001), virou moda o estudo do conceito de capital social como um dispositivo teórico adotado para explicar e impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Mais precisamente, uma ferramenta que permitiria isolar as variáveis a serem manipuladas para produzir o desenvolvimento, numa perspectiva, considerada por este autor, meramente reducionista. Neste sentido, esta seria a ótica que motiva muitas instituições, inclusive o Banco Mundial, a eleger o capital social como tema prioritário de estudos e publicações, em contraposição à tendência anterior do planejamento participativo que empolgou os consultores e à cooperação multilateral de todo o mundo nas décadas de 70 e 80.

Antes mesmo de se discutir as representações em torno da noção de capital social, cabe recuperar o contexto de onde se origina o conceito da política internacional que acaba influenciando tanto as estratégias das instituições financiadoras para o Brasil, quanto as intervenções de agentes externos ao espaço rural, entre os quais as ONGs e o próprio Estado. As abordagens mais recentes sobre as iniciativas do Banco Mundial evidenciam uma redefinição na política desta instituição financeira, enfatizando os investimentos em capital humano e no desenvolvimento rural. A partir do final da década de 90 do século passado e início da presente década, as estratégias do banco buscam a redução da pobreza, ao contrário do período anterior em que se verificava uma influência neoliberal dominante na política desta entidade, quando as categorias-chave das ações, particularmente para a América Latina, eram a liberalização, a desregulação e a privatização, posto que se afirmava haver uma regulação muito forte do Estado na economia dessa região. Assim, buscando elaborar uma outra representação que fundamente sua intervenção, esta nova política inclui capital social, sociedade civil, redes de segurança, governança, transparência e desenvolvimento institucional, como noções básicas para o desenvolvimento (Higgot, 2000). No entanto, como bem ressalva Furtado (2001), estes conceitos são difundidos de maneira bastante normativa, como se fossem um modelo que serve para todo mundo ('one-model-fits-all').

Cabe salientar que esta "reviravolta" nas representações desta instituição financiadora de projetos de desenvolvimento, que tem presença marcante no Brasil, é fruto também das impressionantes reformas implementadas na América Latina com a "assessoria" do banco, com os países abrindo suas economias para a competição internacional, implementando programas de estabilização e privatização de um grande número de empresas estatais. Na esfera social, um impacto importante da liberalização do comércio tem sido o avassalador incremento no desemprego. Na Argentina, por exemplo, em 1990, o desemprego era de 7,5%; em 2000, sobe para 13%; no Brasil, sobe de 4% para 8%; na Colômbia, de 10%

para 20%. Para se ter uma idéia do que isto representa em termos de crescimento, verifica-se que, em 1986, o Brasil estava em décimo terceiro no ranking mundial do desemprego; em 1999, avança para o quarto lugar (FURTADO, 2001).

O principal elemento da segunda geração de reformas do banco foi a maior ênfase no papel do Estado na economia, tendo em vista que, sobretudo a partir de 1997, o Banco Mundial reconhece o papel desta instituição no desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo em que formula algumas apreciações que apontam a existência de imperfeições no mercado, antes considerado de maneira acrítica. Argumenta-se, então, pela necessidade de uma maior efetividade nas ações coletivas, buscando incrementar as parcerias, de uma maior governabilidade, etc. Partindo do pressuposto de que a democratização na América Latina não tem sido acompanhada por um efetivo crescimento institucional, neste sentido expressando, segundo o banco, uma precária governabilidade, projeta-se a necessidade de investimentos em capital social.

A representação de capital social, formulada por Joseph E. Stiglitz (1998), Prêmio Nobel em economia, vice-presidente sênior e economista chefe do Banco Mundial, é bastante significativa para o debate e simboliza as modificações em curso na política desta instituição. Apontando que um dos setores que merece especial atenção por parte da estratégia de desenvolvimento é o setor público, questiona: “afinal de contas, se o governo não é capaz de gerir seus próprios negócios, o que se pode esperar dele na condução dos negócios de outros?” Indicando discrepâncias nas políticas que enfatizam o mercado, mostra a necessidade de uma revisão das ações de governo, factíveis, que compensem esta falha do mercado, e que vêm “impondo custos tão elevados a milhões e milhões de pessoas”. Assim, esta autoridade visualiza uma outra forma de capital, também essencial para o êxito da transformação, sugerindo a incorporação do capital social e organizacional, que inclui as instituições e as relações que medeiam as transações e que arbitram as disputas, pois considera que as políticas públicas dão pouca atenção a esta forma de riqueza.

Esta auto-crítica expressa o reconhecimento de que o conjunto de recomendações de políticas sobre o qual este consenso estava centrado não era suficiente para o desenvolvimento, pois, muito freqüentemente, confundia meios com fins, considerava a privatização e a liberalização do comércio como fins em si mesmos, em vez de considerá-los como meios para alcançar um crescimento mais sustentável, equânime e democrático. O fato de países como a Argentina, ou mesmo outros, que vêm seguindo “políticas econômicas corretas”, estarem sendo abalados social e economicamente, serviu para desgastar ainda mais a confiança na arquitetura financeira internacional.

Estas constatações reforçam as abordagens elaboradas por este economista, sintetizadas na afirmação de que é necessário formular uma visão mais crítica sobre a coerência intelectual das posições econométricas em favor de argumentos pela liberalização desenfreada dos mercados de capital, posição que está sendo cada vez mais reconhecida como mais ideológica que científica.

Se, por um lado, após o Consenso de Washington, o banco identifica um importante papel jogado pelos atores não-governamentais, reconhecendo, também, a necessidade da participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento, por outro, esta instituição continua aplicando condicionalidades aos países, além de a ênfase das políticas, embora redefinidas, persistir, em última instância, na eficácia do mercado em promover o processo de desenvolvimento. Assim, não se deve ignorar que se trata de um banco, ou seja, nas entrelinhas do Pós-Consenso de Washington continua a ideologia neoliberal, a ideologia individualista liberal.

Um aspecto importante que reforça a adoção – particularmente nos projetos financiados pelo banco - da noção de capital social, na medida em que seus representantes indicam que uma das grandes dificuldades que se interpõem ao êxito do desenvolvimento é a dificuldade de resolver conflitos, é, segundo Stiglitz (2001), sua habilidade de arbitrar disputas. Para este autor, as reformas, muitas vezes, privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. No entanto, pergunta-se: em que medida este conceito é pertinente para incorporar as representações dos “outros” que ficam fora das políticas?

Para alguns pesquisadores, o capital social serve como uma espécie de garantia, assim como o capital convencional, no caso dos mutuários dos empréstimos bancários, que está disponível para os que apresentam uma série de dificuldades para acessar os recursos financeiros. Ou seja, não dispondo de bens e capitais físicos para oferecer em garantia, os mutuários empenham suas relações sociais. Neste sentido, esta espécie de capital, fundamentalmente social, é mobilizada com o objetivo de atingir objetivos muitas vezes centrados nos aspectos econômico-financeiros, que ampliam a eficiência organizativa das pessoas de uma comunidade. Nesta linha, Abramovay (1999, p. 6) ressalta que o capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região. Isto é, os fundos de aval e as cooperativas de crédito são exemplos da substituição de patrimônio e contrapartida por organização, no estabelecimento, das relações entre agricultores e sistema bancário.

Para este autor, a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada, nem sempre

são estritamente egoístas. Assim, vendo as estruturas sociais como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor e, pelo fato de que sua mobilização torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência, é que este tipo de capital é concebido como produtivo. Quando, por exemplo, os agricultores formam um fundo de aval que lhes permite acesso a recursos bancários que individualmente lhes seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser consideradas, segundo o autor, como um ativo social capaz de propiciar geração de renda. O capital social aparece, então, como instrumento para a solução dos dilemas da ação coletiva. No entender de Abramovay (1999, p. 5), este conceito corresponde ao *ethos* de uma certa sociedade. No entanto, pergunta-se o autor: “por que batizar estes atributos sociais com o nome de “capital”? Afinal, a noção de capital envolve, em tese, apropriação privada e, conforme salienta Putnam, a característica central do capital social é que se trata de um bem público”.

Nesta onda de conceitos de capitais em curso, surgem dificuldades para discernir quais características da vida social constituem algum tipo de capital produtivo, já que a própria idéia de capital é problemática em qualquer contexto particular. Na idéia de capital social assim esboçada, isto é, enquanto capital produtivo comparável ao capital físico e humano, percebe-se uma maneira limitada de lidar com a questão, visto que a entidade “capital”, na sociedade capitalista, pressupõe um custo de oportunidade para ser formado/acumulado, o que pode passar a noção equivocada de que em comunidades carentes de capital físico e humano não haveria como construir um capital social que promova seu desenvolvimento, condenando-as ao atraso. Sob um outro ponto de vista, que concebe capital social como um processo de “empoderamento”, isto é, como um processo em que uma coletividade adquire poder à medida que fortalece laços de coesão, os atores sociais capacitam-se e habilitam-se para promover seu autodesenvolvimento.

Esta idéia de capital social tenta abrir uma perspectiva de inclusão efetiva da sociedade civil no processo de proposição e elaboração de políticas públicas, desenhando novas condições institucionais de promoção do desenvolvimento. Não se trata, segundo o autor, de simplesmente reconhecer um papel maior para a sociedade civil no processo de desenvolvimento, como se fosse possível desobrigar o Estado de enfrentar problemas sociais graves. Assim, diferentemente de outras representações, enfatiza o papel relevante do Estado como agente de promoção econômica e regulador de demandas sociais, afirmando, no entanto, a necessidade de fortalecimento da dimensão pública (sociopolítica) e não meramente estatal ou privatista (administrativo-empresarial) do processo de desenvolvimento.

Não considerando suficientemente o papel do Estado em seu modelo analítico e com a preocupação de medir o capital social por meio de indicadores, correlacionando-os com os índices de desenvolvimento econômico e institucional, as idéias de Putnam (1996) derivam para a formulação de uma tese bastante questionável do ponto de vista sociológico, pois deixa transparecer no seu trabalho a existência de um determinismo da história sobre a capacidade atual de organização de um povo. De acordo com esta perspectiva, só conseguem acumular capital social aqueles povos que já têm uma longa tradição de solidariedade, cooperação e associativismo, definidos segundo determinados critérios. Matos (2001) incorpora no seu estudo, em torno da interação entre as representações de capital social e autonomia, as ressalvas formuladas por acadêmicos italianos à pesquisa de Putnam, os quais criticam neste o viés positivista de sua interpretação, a partir da seleção de variáveis quantitativas, deixando de fora do quadro analítico categorias e processos sociais considerados centrais, como poder, conflitos, etnia, gênero, relações público-privado, privilegiando as variáveis com relações significativas do ponto de vista estatístico. Para ilustrar, cabe explicitar as conclusões a que chega Putnam, adotando correlações estatísticas entre um conjunto selecionado de variáveis, de que as regiões da Itália que tinham tradição cívica na vida social foram, particularmente, aquelas que se desenvolveram nos últimos 20 anos, ao contrário das outras, em que estas características eram bastante precárias, que continuam apresentando debilidade no seu desenvolvimento social e econômico.

Chamando a atenção para o determinismo cultural presente na abordagem de Putnam, quando ele enfatiza a cultura política e a história particular como fontes principais do engajamento cívico, Nascimento (2000) trabalha com a hipótese de que a natureza diferenciada do associativismo (horizontal ou vertical) foi forjada por especificidades culturais herdadas que acabariam, de uma certa forma, referendando a superioridade ou inferioridade econômica de um país ou região.

A confiança envolvida no capital social é considerada acumulativa e dependente de uma trajetória, realizando um círculo virtuoso de relacionamentos de cidadãos no Estado e no mercado. Em decorrência, visualiza-se na comunidade e na ordem civil uma harmonia vinculando os diversos níveis societários, civil e político-democrático. No entanto, segundo Bryceson (2000), este enfoque se opõe à trajetória do suprimento de bens e serviços canalizados verticalmente e de maneira clientelista e excludente, que geralmente espalha uma descrença na sociedade e traz corrupção econômica e política. Nesta perspectiva, difunde-se uma crença de que o “fortalecimento do capital social” gera um aumento da liderança cívica, melhores fluxos de informação dentro das redes e entre elas, mais interação democrática e

economia local mais eficiente. Então, investimento em capital social dentro da comunidade rural é visto como um meio de os atores individuais aumentarem sua fonte de acesso, ao mesmo tempo em que eles estão pavimentando o caminho da sustentabilidade ambiental para suas comunidades. Para esta autora, porém, esta concepção e a terminologia que acompanha uma visão tão otimista são reminescentes da mão invisível de Adam Smith, vestindo, metaforicamente, uma luva social mais do que econômica.

As abordagens do modo de vida rural sustentável e do capital social podem alcançar estas ambiciosas metas? O uso de técnicas participativas e um foco na dinâmica política e social da comunidade podem aumentar as chances de vida dos moradores de hoje? Estas questões instigantes, levantadas por Bryceson (2000), sugerem um tratamento analítico especial, que extrapola, infelizmente, os objetivos desta pesquisa.

O economista Stiglitz (2001), em suas considerações críticas sobre as iniciativas de base do Banco Mundial, afirma que algumas pessoas, em seu entusiasmo em prol da legitimidade e da participação, deixam subentendido que os processos participativos, por si sós, seriam suficientes. Mas, em que pese o fato de indivíduos de dentro de uma comunidade poderem participar ativamente do discurso sobre o quê fazer e como fazer, o processo vai além do simples discurso, destaca o autor; para que a participação seja completamente significativa, ela deve estar amparada no conhecimento, daí a justificativa para o resgate da educação, na política da instituição. Em palestra proferida no UNCTAD/Genebra, explica que dentro do Banco Mundial, nas últimas décadas, e dentro da comunidade de desenvolvimento, tem havido uma crescente preocupação com as questões de saúde e educação, aspectos estes que vão além das medidas de PIB, para avaliar as expectativas de vida e as taxas de alfabetização.

Como vice-presidente sênior desta instituição, o autor revela um ponto de vista autocrítico no que diz respeito à construção de arranjos institucionais a partir da concessão de incentivos. Reconhece que as sociedades tradicionais, em geral, apresentam um alto nível de capital social e organizacional, embora afirme, por outro lado, que este capital muitas vezes possui um formato que não facilita as mudanças. Afirma, porém, que nos processos de desenvolvimento este capital social e organizacional é freqüentemente destruído. Além disso, a transformação pode enfraquecer as tradicionais relações de autoridade e os novos padrões de migração que surgem podem esgarçar os laços comunitários. De acordo com este ponto de vista, o problema é que o processo de destruição pode ocorrer antes da criação de um novo capital social e organizacional, privando a sociedade da estrutura institucional necessária ao seu bom funcionamento. Uma das representações mais significativas deste depoimento

materializa-se na afirmação de que o capital social e organizacional não pode ser concedido a um país por agentes externos; deve ser desenvolvido internamente, mesmo que o conhecimento sobre os elementos-chave, que facilitam a criação deste capital social e organizacional, seja adquirido externamente.

Alguns autores constataam uma grande dificuldade de se trabalhar com a noção de capital social, tendo em vista que sua construção, normativa, tende a valorizar sobretudo o lado positivo do conceito, sem considerar as contradições e os conflitos postos pelas situações reais. Na situação de exclusão social, por exemplo, Matos (2001) considera que os comportamentos são historicamente determinados pela busca de alternativas de curto prazo para subsistência, freqüentemente utilizando estratégias individualistas e clientelistas, operando nos limites da lei, dos costumes e da dignidade humana. Mas isto não significa que estas populações estejam impossibilitadas de se organizar coletivamente (e com autonomia local) para enfrentar a luta pela vida e pela dignidade, quando surgem oportunidades efetivas.

A literatura do capital social, de maneira geral, argumenta a superioridade dos laços associativos horizontais sobre os verticais, vendo-os como mais altruístas, abertos e democráticos por natureza, comparados com os laços verticais, como, por exemplo, redes de família e clientela, os quais são caracterizados como excludentes e com menor capacidade de interação com a sociedade mais ampla (BRYCESON, 2000). Questiona a afirmação de que os laços horizontais não têm práticas excludentes, pois vê diversas formas de identidade num mesmo grupo social, que distingue os de dentro e os de fora. Por outro lado, Durston (1998) citando o exemplo de uma sociedade camponesa da Guatemala, aceita a dicotomia entre laços horizontais e verticais, mas argumenta que os laços verticais do campesinato tradicional são blocos básicos de construção para a criação de laços mais democráticos horizontais.

Cabe introduzir no debate o enfoque de capital social construído por Bourdieu (1979), pois sua visão, mais ampla do que representa o conceito, permite visualizar, além dos laços associativos horizontais, as relações verticais que interagem numa dada realidade social. Para este autor, que foi protagonista na abordagem desta noção, o conjunto de recursos e de poderes efetivamente utilizáveis – capital social – caracteriza-se por uma distribuição social necessariamente desigual e dependente da capacidade de apropriação de diferentes grupos. Considera que a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no plano local. Mais, esta espécie de capital constitui o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de inter-reconhecimento, que se vinculam a um grupo. Este é visto como um conjunto de agentes que não somente são

dotadas de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Tais relações são construídas a partir de interações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social, porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas, cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento desta proximidade.

Percebe-se que nesta representação o autor enfatiza tanto a relação de identidade grupal, como base da formação e da posse durável das relações sociais que formam os fundamentos do capital social, quanto a perspectiva dupla destas relações, material e simbólica, colocando barreiras à adoção do conceito a partir de variáveis meramente objetivas e racionais, muitas vezes pautadas em procedimentos quantitativos. Em síntese, para caracterizar o conceito, Bourdieu incorpora na análise os dispositivos de poder, salientando os interesses contraditórios nos agrupamentos sociais. Além disso, como sublinha Matos (2001), reconhece a possibilidade e a necessidade, de um trabalho de instauração e manutenção das relações duráveis, como base de um processo dialético de transformação da sociedade pela constituição de capital social, a partir de um esforço sistemático e estratégico de investimento direcionado ao desenvolvimento das relações grupais.

A abordagem que preconiza o acesso ao capital social fornece um quadro analítico comum a economistas, cientistas políticos, sociólogos, antropólogos, entre outros pesquisadores, no que diz respeito ao entendimento das representações construídas pelas populações rurais. Ao incorporar as relações humanas que se estabelecem nestes espaços, sua abordagem vai além das representações preconizadas pelas políticas neoliberais, oferecendo uma perspectiva de investimento orientada por outros parâmetros que não a produção. Entretanto, a natureza diversa das estratégias em curso no espaço local dificulta a aplicabilidade sem problematização do conceito vigente de capital social, que focaliza as relações no plano horizontal. Utilizado de forma normativa, este termo pode dificultar uma apreciação mais realista da organização interna de uma sociedade rural e do contexto externo em que a comunidade está envolvida; assim, a ênfase na construção do capital social pode ser contraprodutiva, represando as iniciativas desenvolvidas pelos atores locais.

Alguns trabalhos realizados na América Latina nestes últimos anos reconhecem que as metas dos indivíduos e de alguns grupos no interior das comunidades rurais podem não estar direcionados para investimentos na agricultura (BRYCESON, 2000). Isto vale principalmente para localidades que apresentam altas taxas de migração interna e externa, o que dificulta a generalização conceitual do enfoque de capital social, que concebe a comunidade como um conjunto de pessoas com aspirações rurais, resultando numa

pressuposição não realista do espaço em que se busca aplicar este enfoque e investimentos. Tendo em vista a variação entre as famílias no espaço rural, com respeito aos padrões de migração e mercantilização da produção agrícola e não-agrícola, torna-se equivocado pressupor estes agrupamentos rurais como homogêneos. Nestas circunstâncias, a adoção, pelas agências de intervenção externa, de comunidades como áreas-alvo poderia tornar-se problemática, pelo simples fato de que as estratégias vinculadas aos diferentes modos de vida dos camponeses englobam um território geográfico mais amplo que a comunidade local e a vida de seus diferentes grupos sociais reúne metas contingentes mais que permanentes.

As categorias terra, trabalho e capital, vêm sendo substituídas, nas construções analíticas, por um foco no investimento em moradias rurais e em “vantagens de capital”, definidos amplamente para abranger formas de capital natural, físico, financeiro, humano e social. De forma curiosa, ressalta a autora, o mais nebuloso destes capitais, o “capital social”, tem recebido a maior atenção, existindo uma ampla gama de interpretações do seu sentido. As agências de empréstimos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, se balizam pelas idéias de Putnam (1993), que tem uma interpretação normativa do verdadeiro “capital social”, como laços associativos construídos segundo as normas horizontais, culturais de identidade, confiança e reciprocidade. No entanto, nem os laços emocionais da família, nem as redes autoritárias verticais ou de patronagem contam como capital social. Para Bryceson (2000), esta distinção está ligada à representação hegemônica das agências de “doação”, que enfatizam a “boa governança” e a “democratização”. Assim, laços de associação horizontal, pautados na confiança dentro da comunidade, ou o fortalecimento da “sociedade civil” fornecem a base sobre a qual os “custos de transação” das trocas cotidianas econômicas podem ser minimizados.

Até que ponto o conceito de capital social é, então, pertinente para pensar as mudanças vigentes no espaço rural, particularmente aquelas que afetam os agricultores familiares e, entre estes, os jovens? Os depoimentos dos atores sociais que interagem nas comunidades rurais apontam um problema: a migração de jovens, especialmente das moças. É um problema para quem? Os pesquisadores, os formuladores de políticas e os próprios representantes dos agricultores familiares afirmam que a saída de jovens pode comprometer a continuidade da agricultura familiar, porque provoca a desagregação do tecido social e o esvaziamento populacional rural. Para as famílias, e especialmente para os jovens, a saída não seria uma das estratégias para a busca de soluções? Por outro lado, o que representa o rural para muitas famílias de agricultores, para os rapazes e para as moças? Para responder a estas questões, o recurso conceitual do capital social, entre outros, pode ser importante; no entanto,

tendo em vista a diversidade das representações e dos conflitos que envolvem este problema, a aplicação normativa de qualquer conceito pode dificultar a apreensão das nuances e heterogeneidades que mobilizam os grupos sociais rurais na procura de mudanças. Neste sentido, além de ampliar o enfoque deste conceito, considero ser importante incorporar outras categorias no modelo de análise, incluindo algumas que ajudam a pensar as redefinições na agricultura familiar para, posteriormente, colocar em relevo as representações que vêm sendo construídas pelos jovens na sociedade local.

A partir dos anos 90, a agricultura familiar é apontada por alguns autores como a mola propulsora do desenvolvimento rural. Diversos pesquisadores, porém, constatam que se esta afirmação possibilita construir uma unidade política, ela é, ao mesmo tempo, construída de forma genérica, e sua homogeneidade encobre a diversidade e a heterogeneidade das manifestações e interesses presentes no seu interior, e em geral reflete o discurso dominante do chefe da família. Neste sentido, para incorporar os discursos dos “outros” dentro da agricultura familiar (jovens, mulheres) e trabalhar com eles torna-se importante fazer aflorar a heterogeneidade, que é o que vou fazer a seguir, problematizando o uso indiscriminado do conceito “agricultura familiar”.

Capítulo 3

A Agricultura Familiar “Moderna”

Neste capítulo analiso as representações que afirmam a agricultura familiar “moderna” como modelo cultural de uma nova ruralidade. A partir do resgate do conceito de camponês, debato algumas categorias nucleares empregadas para pensar a agricultura familiar, entre as quais destaco a noção de comunidade e as categorias basilares: terra, trabalho e família. Analiso o papel do casamento na reprodução social dos grupos estudados e faço uma crítica às construções que vêem a agricultura familiar de forma homogênea e harmônica. Também destaco o processo de reprodução das desigualdades e hierarquias no espaço rural, implicando a exclusão social de expressivos segmentos da população. Explicito, assim, quem são os grupos sociais “esquecidos”, os “outros” na agricultura familiar, particularmente mulheres e jovens.

Após um período de descrença no futuro da agricultura familiar, há atualmente um resgate da importância desta categoria social – concomitantemente à recuperação do rural no pensamento social contemporâneo – nas sociedades modernas avançadas, particularmente nas européias. Este processo se verifica também em países como o Brasil. A preocupação com o meio ambiente, com a qualidade de vida e com o desemprego nas cidades deram ainda mais força a este resgate, acompanhado por discussões teóricas intensas.

Independentemente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países em que um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações de cuja produção a família participa (Lamarche, 1993). Admite-se, entretanto, uma grande diversidade de situações, pois em alguns lugares a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares ela é mantida, reconhecida como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada. Nesta perspectiva, estas situações particulares são reveladoras da enorme capacidade de adaptação da exploração familiar. Para este autor, a natureza das questões e dos debates em torno de

uma redefinição das formas sociais de produção agrícola apresenta um interesse particularmente atual e geral.

A imensa bibliografia em torno do conceito de agricultura familiar, elevado a este status apenas recentemente, ilustra o calor do debate que há entre os analistas do mundo rural contemporâneo. Nem sempre, porém, é bom frisar, as altas temperaturas argumentativas refletem a investigação interativa de processos sociais concretos em que se debatem para viver os sujeitos que fazem as agriculturas familiares em nosso país.

À luz dos debates e das preocupações suscitadas pela adoção eventual de novas regras para o comércio agrícola internacional, um segmento expressivo de pesquisadores, agrônomos, formuladores de políticas públicas, lideranças representativas ou até mesmo agências internacionais de financiamento, entre outros, enfatizam novamente o caráter familiar dos empreendimentos agrícolas. Reconhecem este modelo como o mais apropriado para preservar a qualidade dos alimentos, que os consumidores exigem e, principalmente, para implementar tecnologias que preservem a fertilidade natural dos solos e a variedade genética dos rebanhos, além de respeitar alguns grandes princípios ecológicos. Para Jean (1997), trata-se de uma condição elementar para reorientar-se em direção à agricultura sustentável, constatando - baseado em suas pesquisas recentes - uma tendência de reconversão, para esta forma de agricultura, em parcela muito importante dos agricultores do Quebec, no Canadá.

No que diz respeito ao contexto brasileiro, a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento do País vem ganhando força nos últimos anos, afirmam os pesquisadores do Projeto Inra/FAO (2000, p. 7), impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Ou seja, a elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem e alimentam este debate na sociedade.

Estas conquistas são oriundas, sobretudo, da mobilização política dos grupos sociais rurais. A partir da unificação do discurso político dos sindicatos e movimentos sociais em torno da noção de agricultura familiar, essa miríade de categorias sociais unificada sob uma mesma denominação, as entidades de representação vislumbraram a demarcação de uma base social numericamente bem mais extensa, o que ofereceria a possibilidade concreta de afirmação e ampliação de sua legitimidade política (Schneider, 1999).

O conceito de agricultura familiar, que é resultado de construções e representações sociais diversas e conflituosas, apresenta diferentes interpretações e significados para os intelectuais, especialistas, técnicos, entidades representativas, etc. Abramovay (1997, p. 03)

concebe a agricultura familiar como sendo aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Porém o próprio autor relativiza dizendo que há outras concepções. Mais precisamente: “Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico”. Segundo este ponto de vista, o importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

Segundo o Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE, existem no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. São 4.139.369 estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares. Os agricultores familiares representam, portanto, 85,2% do total de estabelecimentos no Brasil, ocupando 30,5% da área total. Por outro lado, são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional (VBP), recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura. Cabe salientar, também, que a utilização exclusiva do trabalho familiar, por meio do responsável pelo estabelecimento e demais membros da família não remunerados, ainda é muito forte entre os agricultores familiares, tanto no número de estabelecimentos, quanto na participação percentual do VBP. Entre os agricultores familiares, 76,9% utilizam-se apenas do trabalho familiar em seus estabelecimentos. Estes agricultores ocupam 58,5% da área e produzem 59,2% do VBP da agricultura familiar (Incr/FAO, 2000).

De acordo com os dados disponibilizados por estas instituições, a região sul, em que se situa o caso estudado, é aquela em que se verifica uma presença mais expressiva da agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ou 907.635 agricultores familiares, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do VBP regional. Nesta região, os agricultores familiares ficam com 43,3% do total de financiamentos aplicados. Um dado significativo deste espaço, que se diferencia no contexto nacional, é que, apesar de deter 21,9% dos estabelecimentos familiares e ocupar 18% da área total, os agricultores familiares sulistas são responsáveis por 47,3% do Valor Bruto da Produção da agricultura familiar brasileira (INCRA/FAO, 2000). Entre outros fatores, a maior concentração do crédito rural nesta região (absorvendo 55% dos recursos de crédito rural utilizados pelos agricultores familiares do Brasil) e a existência de um forte sistema agroindustrial amparado nas relações de integração com agricultores, explicam esta

participação importante no VBP, embora, como demonstram inúmeros trabalhos de pesquisa, a maior parte do valor gerado pela produção agrícola familiar escape ao seu controle, sendo apropriado pelos segmentos industriais.

Entre as cinco regiões, indicam os pesquisadores, os agricultores familiares da Região Sul são os que mais se destacam por sua participação no VBP regional, sendo responsáveis por 35% da pecuária de corte, 80% da pecuária de leite, 69% dos suínos, 61% das aves, 83% das bananas, 43% do café, 81% da uva, 59% do algodão, 92% da cebola, 80% do feijão, 98% do fumo, 89% da mandioca, 65% do milho, 51% da soja e 49% do trigo produzidos nesta região (INCRA/FAO, 2000, p.32). Como os próprios dados sugerem, a “função” agrícola de produção de alimentos é, sem sombra de dúvidas, uma especificidade que perpassa o conjunto das famílias de agricultores, com implicações culturais e políticas muitas vezes não perceptíveis por agentes externos.

Esta “força propulsora” da agricultura familiar, vista aparentemente como um bloco homogêneo, começa a ser vista como resultante de um movimento diverso e nada harmonioso, na medida em que se incorporam informações advindas de pesquisas, mesmo que ainda restritas aos rendimentos monetários. Explicando melhor, a renda total dos estabelecimentos demonstra que existe uma diversidade de receita no interior das categorias de agricultores. A grande maioria dos produtores familiares (68,9%), no Brasil, possui uma renda total do estabelecimento localizada no intervalo entre zero e R\$ 3.000,00 ao ano. Segundo as informações disponibilizadas pelos pesquisadores, outros 15,7% possuem renda total entre R\$ 3.000,00 e R\$ 8.000,00 e, apenas, 0,8% dos agricultores familiares têm renda total superior a R\$ 27.500,00 por ano. Por outro lado, as regiões apresentam pequenas variações, novamente com destaque para a Região Sul, em que há um percentual maior de estabelecimentos com renda total superior a R\$ 3.000,00 ao ano, representado por 48,6% dos agricultores familiares (INCRA/FAO, 2000, p.36). Estes dados mostram que há aumento de renda, por um lado, e precariedade, por outro. Neste sentido, de quem se fala quando se está falando em nome da agricultura familiar?

Se comparássemos a agricultura familiar brasileira, de maneira geral, com o campesinato de outros países, particularmente do continente europeu, tarefa um tanto difícil de realizar na prática, veríamos que, como bem destaca Wanderley (1996), a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno em nossa sociedade, constituindo-se num setor historicamente bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e

na sociedade. No Brasil, a construção de um espaço camponês se efetuou, na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social, diferenciando-o, portanto, do campesinato europeu, capaz de fechar o círculo da subsistência.

Em que medida as agriculturas familiares de nosso país apresentam formas sociais residuais do modelo camponês? Parto do princípio de que na região pesquisada se constituiu um modelo singular de ruralidade, em que a agricultura familiar reúne características do sistema original camponês, especificamente dos grupos sociais descendentes de imigrantes europeus não-ibéricos, expresso na afirmação de um ethos de colono, uma identidade cultural fundada em valores como a terra, o trabalho agrícola familiar, a religiosidade, a sociabilidade e o interconhecimento, os alimentos como base da produção, entre outros, combinado com a internalização redefinida de aspectos típicos da modernidade, entre os quais, a busca pela tecnificação, o acesso ao mercado, o consumo externo, a busca de ascensão social e dos direitos de cidadania.

Este modelo apresenta diferentes tonalidades entre as diversas famílias de agricultores, como resultado da diversidade de interesses e expectativas, tornando polêmico o conceito de agricultura familiar e exigindo um tratamento analítico pautado em estudos de caso. Para Paulilo (1990a, p. 38-40), se as concepções de mundo não formam campos homogêneos, é possível, em dado momento histórico, a convivência de valores “camponeses” ou “capitalistas” num mesmo indivíduo. Do confronto de valores repetidos a cada depoimento dos agricultores, esta autora constrói uma matriz valorativa orientadora da ação dos entrevistados, através das regularidades observadas. À luz desta perspectiva e a partir da revisão da literatura sobre o campesinato, selecionaram-se os prováveis valores nucleares das representações e ações dos indivíduos estudados na presente pesquisa.

Woortmann (1995) destaca a importância da organização social dos “colonos” – suas tradições, sobretudo as veiculadas pelo parentesco – como resposta às imposições do capital e do Estado brasileiro em diferentes tempos históricos. Nesta mesma linha, Carneiro (1996, p.277) entende que a maneira como estes colonos pensam a família, a casa e a colônia está impregnada de símbolos que são parte de uma “tradição” cultural, mas que, transformados e constantemente reelaborados, organizam e dão sentido à ordem social que aqui construíram. Reproduzido e modificado no tempo e no espaço, este sistema simbólico é atualizado em cada casamento, em cada ato de partilha do patrimônio familiar, em cada etapa da migração. No entanto, o que interessa registrar, para esta autora, é que as práticas culturais atuais dos diferentes grupos de colonos no sul do País, sejam de ascendência alemã ou

italiana, são vividas como parte de uma tradição que remonta aos hábitos praticados nas regiões de origem há mais de um século. Cabe salientar também que, se, por um lado, há um certo esquecimento destas práticas quando se encontram dificuldades para utilizá-las, por outro, quando isto se torna possível, elas são reforçadas.

Parte da literatura que contempla a categoria agricultura familiar é quase unânime em afirmar que estão presentes alguns pressupostos comuns para caracterizá-la. Dentre estes, destaca Tedesco (1999, p. 33) a diversidade de manifestações e particularidades, a ótica da continuidade-redefinição de formas, valores e tradições, a família como proprietária, trabalhadora e produtora. Estes elementos, aglutinados, dão a especificidade da noção; porém esta particularidade não isenta a agricultura familiar de seu grau de generalidade, pois reflete profundamente a dinâmica da sociedade moderna, que não apresenta tanta linearidade, nem tanta homogeneidade.

Entendendo que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, Wanderley (1996) afirma que o agricultor se profissionaliza e o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. No entanto, levanta a hipótese de que estes “novos personagens” (ou pelo menos uma parte significativa desta categoria social), quando comparados aos camponeses ou a outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade.

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo. Lamarche (1993) refere-se à conservação e transmissão de um patrimônio sociocultural, constituindo um “modelo original”, que exerce um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar. Já Wanderley (1996) levanta uma indagação bastante importante para pensar estas questões: que patrimônio sociocultural se constituiu ao longo da história, servindo hoje como modelo original para a atual geração de agricultores?

São “colonos”, mas diferentes. Partindo deste pressuposto, alguns autores, entre os quais Renk (1997) e Seyferth (1984), buscam visualizar a diversidade de formas sociais que compõem a agricultura familiar, reelaborando representações, muitas vezes construídas pelos próprios agricultores, de colonos fortes e fracos. De acordo com esta perspectiva, as famílias são classificadas numa ou noutra categoria (forte/fraco,) a partir de um conjunto concreto de

características que remetem ao plano econômico das relações sociais: disponibilidades de terras, natureza da ocupação não-agrícola, importância da agricultura no conjunto da renda familiar, formas de comercialização da produção, utilização de crédito bancário e modernização dos meios de produção. Mais precisamente, são representados como agricultores fortes aqueles que se mantêm somente com a agricultura, um nível de vida considerado bom pelos outros produtores; em contrapartida, são vistos como agricultores fracos aqueles que têm que vender força de trabalho familiar ou mesmo que necessitam buscar outras fontes de renda.

No entanto, algumas categorias conformadoras da agricultura familiar passam a ser questionadas, particularmente pelos jovens. Este processo de redefinição cultural já foi apontada por Renk (1997), que indica a emergência de novos significados para algumas categorias nucleantes, tais como a do trabalho, do papel da mulher e da subalternidade da condição de colono. Seguindo esta linha de raciocínio, considero essencial incorporar e analisar alguns conceitos nucleantes que ajudam a pensar as mudanças. Utilizo estas noções no mesmo sentido empregado por Woortmann (1988), ou seja, os núcleos de representações que estão em comunicação uns com os outros, como que formando uma rede de significados. Núcleos de representações seriam, por exemplo, em nossa própria cultura, categorias que nucleiam conjuntos de representações, os quais, em sua comunicação dentro da rede de representações, se articulam e compõem a totalidade que é a cultura.

Visando orientar a análise das principais categorias culturais nucleares (comunidade, terra, trabalho, família e casamento) selecionadas para esta pesquisa, resgato, preliminarmente, as representações que indicam a influência camponesa na agricultura familiar.

3.1) Teorias do Campesinato e Atualidade

Alguns teóricos contemporâneos do campesinato afirmam que, embora não possua mais a expressão e a relevância apresentada nas sociedades tradicionais, o campesinato marca sua presença e ainda se reproduz nas sociedades modernas. Nesta mesma linha, diversas pesquisas e estudos de caso conduzidas nos espaços rurais identificam, nos mais diversos contextos societários, segmentos importantes de formas sociais que reproduzem, nas relações sociais de produção e na vida social comunitária, características camponesas. Este fato fez alguns autores redefinirem suas hipóteses, que projetavam o fim desta forma de agricultura, na medida em que constatam a permanência de um setor camponês residual. Assim, qualquer

que seja a diversidade das regiões e das nações, das civilizações e dos regimes políticos, vê-se sempre a coletividade rural integrar-se à sociedade global, conservando, no entanto, sua autonomia e originalidade (JOLLIVET e MENDRAS, 1971). Sugerindo a existência de um modo de produção camponês, Tepicht (1973) considera que, embora o campesinato não gere uma formação particular, ele se incrusta numa série de formações e se adapta, influencia e deixa a sua marca nas economias.

Em que medida o modelo camponês clássico pode ser generalizado para todas as sociedades em todos os momentos históricos, em particular nas sociedades modernas? Para responder a esta indagação, Wanderley (1996) resgata Mendras (1984, p.19) e sua hipótese de que o conceito pode servir de base de comparação e interpretação em outras regiões do mundo; seria perigoso, porém, vê-lo como um modelo universal, capaz de explicar todas as coletividades agrárias dominadas por uma sociedade mais abrangente. Numerosos estudos serão necessários sobre diferentes sociedades que permitam construir esquemas análogos até que se possa saber se existe um tipo ideal único de campesinato universal e se o camponês europeu, com suas variantes, não é apenas uma espécie dentre outras, em um gênero mais amplo. No entanto, este mundo tradicional, que foi dominante no Ocidente até o final do século passado, sofreu uma profunda transformação em períodos mais recentes, tanto em sua forma de produzir quanto em suas relações sociais.

O que caracteriza, ou melhor, o que distingue a sociedade camponesa de outras formas sociais? Ou, de outro modo, que “traços” camponeses é importante sublinhar, devido à sua “atualidade”, no contexto pesquisado? Para isso, resgato alguns autores que formularam teorias em torno do conceito de camponês, para pensar em que medida elas se aproximam das representações construídas pelos grupos sociais rurais pesquisados.

Mendras (1976), um dos estudiosos desta questão, identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

A partir de tal representação teórica, alguns autores procuraram avançar a compreensão destas categorias nos contextos pesquisados. Nesta via, para Wanderley (1996), haveria uma relação específica destes grupos sociais com a natureza, do que resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc. Já Mendras (1976) constata relações sociais, também diferenciadas, de “interconhecimento”, resultantes da dimensão e da complexidade restrita das coletividades rurais. Uma vida social

intensa, em que cada um conhece as características dos demais; um lugar de vida e trabalho em que se desenvolve uma sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco.

Afirmando a posição subalterna dos camponeses, que explica a abertura de espaço em que a presença de mediadores faz o trânsito para o mundo externo, alguns autores elaboram noções para explicar esta “condição” visualizada no campesinato em relação a outros grupos sociais, entre as quais, a caracterização de “classe-objeto”, o ressentimento de ser dotado de menor capital cultural/escolar, a despossessão lingüística ou mesmo as relações hierárquicas verificadas na economia “moral” camponesa. Renk (1997) encontra estas noções em Grignon (1975), Bourdieu (1977) e Scott (1976), entre outros.

O sistema tradicional de produção camponês é visto como uma associação policultura-pecuária, ou, como se refere Mendras (1984), uma sábia combinação entre diferentes técnicas, processo que foi se aperfeiçoando ao longo do tempo até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal. Este sistema pode ser verificado em diversos países, como, por exemplo, entre os povos chineses, ou mesmo andinos, cujas técnicas milenares de manejo dos recursos naturais e das culturas alimentares ilustram a aplicação deste conhecimento camponês, que foi reproduzido de geração em geração. De acordo com Mendras (1984, p. 85), toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas.

A sustentabilidade deste sistema exige, no entanto, uma rigorosa divisão social do trabalho, com um esforço intensivo de seus membros. Para dar conta desta grande diversidade de competências atuando simultaneamente, intervém uma forma específica e privilegiada de trabalho: o trabalho familiar. Gervais et alii (1965, p. 25 apud Wanderley, 1996) percebe a manifestação destas características entre os agricultores familiares, em que:

sua linha de conduta não pode ser ditada do exterior. Só ele pode apreciar as circunstâncias que sua ação deverá levar em conta. Ele deve poder a todo momento modificar os seus projetos, seu programa de trabalho, para enfrentar um fato novo. Ele tem, assim, a necessidade de ser plenamente responsável. Enfim e, sobretudo, ele é o único que pode impor a si mesmo esta terrível disciplina, estes cuidados minuciosos, esta sujeição de todos os instantes. Assim, o individualismo, de que tanto se acusou o camponês artesanal, antes de ser um traço de caráter, era uma necessidade técnica. (...)

Para enfrentar a variedade de situações que se apresentam hoje e tomar decisões que organizem o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, pois que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos, e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como à maneira como deverá diferir no tempo o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição inspiradora das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local, entre outras.

Trata-se, enfim, de um “*état camponês*” (REBOUL, 1981, p.117). Esta transmissão hereditária do saber tem uma função cultural, além de econômica, em que o monopólio fundiário reforça o monopólio cultural. No contexto estudado pelo autor, a formação familiar estava ameaçada por dois fatores: o primeiro, referia-se à população rural em constante declínio, prestes a desaparecer, juntamente com seu patrimônio cultural agrônômico; o outro, referia-se à formação profissional que estava, simultaneamente, ameaçada no interior do campesinato, com os acontecimentos externos. Para Renk (1997), o patrimônio cultural não traz em si as condições de sua reprodução; devem ser levadas em consideração as condições de existência material.

Mesmo a “prática pura sem teoria” associada ao ensino de um ofício ou de uma “técnica” agrícola exige uma pedagogia (Bourdieu, 1989). Seja nas sociedades sem escrita, seja nas sociedades com escolas ou mesmo nas próprias escolas – numerosos modos de pensamento e de ação – e muitas vezes os mais vitais – transmitem-se de prática a prática, por modos de transmissão totais e práticos, afirmados no contato direto e duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende. Os próprios cientistas têm admitido que, embora aparentemente paradoxal, uma parte importante dos representantes da ciência adquire conhecimentos por meio de aquisições inteiramente práticas.

No que diz respeito à autonomia camponesa, alguns autores consideram que, mesmo nas sociedades rurais tradicionais, a autonomia é sempre relativa, e, nos casos em que se acentuam a interação e as trocas com a sociedade englobante, ocorrem redefinições que implicam a introdução, no próprio interior das relações sociais de produção, de aspectos que questionam, mais ou menos, esta autonomia.

Ao analisar a categoria de pequeno produtor mercantil, Jollivet (2001, p. 250) considera que o princípio fundamental segundo o qual este produtor procura unicamente obter os meios de trabalho-subsistência convém perfeitamente ao modo de produção capitalista, uma vez que ele obriga o pequeno produtor mercantil a produzir. Para o autor, ele pode ser até um excelente meio para a exploração capitalista do trabalho social agrícola, na medida em que

o pequeno produtor mercantil reage a qualquer diminuição de seu nível de vida com um acréscimo de seu esforço produtivo e em que toda intensificação deste gênero permite extrair uma mais-valia crescente sobre seu trabalho. O modo de produção capitalista pode, portanto, apropriar-se do trabalho do trabalhador agrícola que é o camponês, como o faz com todo trabalhador, “pela mediação da troca”, conservando, assim, sua forma de pequeno produtor mercantil.

Em relação aos meios e ao produto do trabalho, este autor entende que, além de não dificultar a penetração do modo de produção capitalista na agricultura, a pequena produção mercantil a facilita consideravelmente, acreditando seus membros que trabalham por conta própria e pelo próprio lucro. Assim, exige-se deles bem mais do que conseguiria a condição assalariada, tendo em vista que a conservação desta forma de produção garante ao modo de produção capitalista uma mobilização eficaz de força de trabalho na agricultura. Esta representação da economia social camponesa, formulada por Jollivet em 1974, gerou uma série de críticas entre os estudiosos.

Visando refletir sobre a utilização do conceito de pequena produção mercantil, na sua análise, simultaneamente retrospectiva e prospectiva, em torno do “ser e o deveria ser” na pequena produção, Paulilo (1990, p. 83) incorpora as críticas aos conceitos que foram formuladas por Graziano da Silva (1981, p. 31) e Lovisoló (1989, p. 60). Segundo o primeiro, a reprodução simples de mercadorias estaria circunscrita a um momento histórico específico. Isso significa que o camponês participa do processo de reprodução ampliada do capital em geral, sendo equivocado associá-lo à reprodução simples sob a alegação de que são produtores mercantis. Uma economia mercantil simples precede historicamente a produção capitalista segundo Marx; o processo de reprodução simples é, entretanto, apenas um passo lógico, didático, no seu raciocínio, visando mostrar que o capital se reproduz, necessariamente, sob a forma ampliada em condições normais.

Para o segundo, o conceito não deveria ser usado sem levar em conta a inserção desta forma de produção no capitalismo. Este autor nega-se a raciocinar como se a produção simples de mercadoria pudesse estar isolada de outros modos de produção, que ela pudesse existir como um modo de produção independente. Da mesma forma, quando faz referência à produção da unidade familiar na agricultura, o autor limita suas afirmações àquelas inseridas no capitalismo.

3.2) Campesinato e Categorias Capitalistas

As abordagens que vêem o campesinato como um componente histórico e ativo nas transformações da agricultura pautam-se pela não-polarização do debate entre uma visão que toma o campesinato como foco de análise e uma outra que centra este foco na sobredeterminação capitalista. Shanin (1980) elabora uma concepção em torno da transitoriedade do campesinato, identificando três tendências para a reprodução social camponesa, que podem ocorrer ao mesmo tempo nos mais diversos contextos societários, ou mesmo num único país. Para este autor, a “diferenciação” camponesa representou um importante papel na transformação da agricultura, verificando uma tendência declinante sem a correspondente ascensão, em que o resultado não é pequenos burgueses e assalariados, mas um processo de “pauperização”, com inúmeros exemplos empíricos atuais.

O capitalismo, por sua vez, tem uma imensa capacidade de tudo explorar em prol da acumulação de capital; porém, não tem a mesma capacidade de transformar tudo à sua semelhança (Campos, 1987). Ou seja, sob certas condições o campesinato não se diferencia, nem mesmo se pauperiza, simplesmente se “marginaliza” dentro da economia.

Partindo do pressuposto de que a evolução da agricultura não se faz, como na indústria, por uma concentração de empresas acompanhada do desenvolvimento de uma classe de assalariados e de uma classe de patrões, detentores dos meios de produção em forma de capital, Jollivet (2001) entende que a investigação deva ser conduzida de modo particular, mesmo considerando que os pequenos produtores mercantis, categoria utilizada para definir o camponês, estejam situados na relação de produção fundamental do modo de produção capitalista dominante. Sublinhando os laços familiares e locais como constitutivos das formas de solidariedade social mais características do campesinato, afirma que toda interpretação em termos de classe social é, por definição, imprópria para o campesinato. Assim, a oposição se situa entre “villes” e “campagnes”, entre “mundo rural” e “sociedade industrial”, pois se o campesinato forma um todo oposto ao resto da sociedade, não é à maneira de uma classe social, mas segundo seu modo próprio familiar e *villageois*. Enfim, para este autor, se existem diferenciações sociais no seio do campesinato e da sociedade *villageoise*, elas se analisam em termos de hierarquia e de estratificação social específica, mas nunca em termos de classes com correspondências na sociedade global.

Em decorrência das idéias deste autor, podem-se levantar algumas questões: tendo em conta uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista, poderiam a família camponesa e a coletividade local ser analisadas em termos de relações de classes? Que

formas toma a luta de classe na pequena produção mercantil dominada pelo modo de produção capitalista?

Outro aspecto que chama a atenção dos autores diz respeito, particularmente, ao lugar estrutural do trabalho extra-familiar, que desempenha um papel importante na exploração familiar quando submetida à modernização. Wilkinson (1986), afirmando que nem a tradição marxista nem a populista fornecem um esquema adequado para abordar esta dinâmica, indica que estas correntes tradicionais identificam (embora com pontos de vistas diferentes) a presença, mais do que casual, de tal tipo de trabalho, explicitamente com a transição para uma exploração capitalista.

Para o autor, a debilidade peculiar da avaliação clássica marxista, do ponto de vista teórico, é o critério usado para a categorização das unidades de produção familiar, analisadas exclusivamente por sua inserção diferenciada no mercado de trabalho, não permitindo uma compreensão das características específicas que estas unidades de produção camponesas têm em comum, com o agravante de tratar o mercado de trabalho como uma variável independente, ao invés de vê-lo como uma consequência da forma como a produção camponesa se integra à acumulação capitalista. Argumenta que tal integração deve ser o ponto de partida para caracterizar as dinâmicas da produção camponesa, tendo em vista que a forma e o grau de subordinação ao capital permitem oscilações na articulação dessas unidades com o mercado de trabalho.

Desta maneira, diferentes graus de trabalho extra-familiar (seja venda ou compra) representam um contínuo definido pela persistência do agricultor como um produtor direto, e não forma necessariamente a base para uma caracterização de diferenciação de classe (Wilkinson, 1986). A ruptura qualitativa é determinada pelo grau em que a integração ao circuito da acumulação capitalista permite a transformação do produtor direto em um administrador exclusivo da força de trabalho de outros. Em síntese, a suposição das teorias clássicas de que a presença do trabalho assalariado, na exploração familiar, era um fenômeno essencialmente de transição, produzindo uma dinâmica de consolidação da agricultura capitalista, torna-se crítica, sobretudo num contexto em que se verifica uma ativa intervenção sobre este processo, que é a marca registrada da subordinação imposta pela agroindústria à produção agrícola.

Tendo em vista a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural, isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família como do próprio estabelecimento familiar. Entrando neste debate, Wanderley (1996) afirma que não se trata,

simplesmente, de demonstrar que os estabelecimentos camponeses não conseguem gerar renda suficiente para manter a família; trata-se, ao contrário, de compreender os mecanismos deste equilíbrio precário e instável pelos quais o estabelecimento familiar se reproduz, a despeito do trabalho externo e, em muitos casos, em estreita dependência deste mesmo trabalho.

Verifica-se, assim, uma ênfase dos pesquisadores em inscrever o recurso do trabalho alugado de terceiros na própria lógica interna da reprodução familiar, através de mecanismos tradicionais, seja envolvendo pessoas da própria comunidade camponesa, seja próximo a ela. Em Afrânio R. Garcia (1989), a utilização do trabalho de terceiros decorre da necessidade de diminuir a auto-exploração da força de trabalho do grupo doméstico. Tavares dos Santos (1978), ao constatar -, na sua pesquisa de campo sobre a relação de integração dos “colonos do vinho” com a agroindústria - a existência de força de trabalho assalariada na exploração familiar camponesa, levanta a questão: em que medida a existência destes trabalhadores assalariados provoca a emergência de uma relação social de produção capitalista no interior de processo de trabalho camponês? Avançando na análise desta questão, verifica a não-existência da categoria “capital” na relação social estabelecida entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa, em função do ciclo de existência da família. Neste sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar.

No que se refere ao trabalho externo de membros da família, alguns autores não vêem, nesta forma, a desagregação da agricultura camponesa; ao contrário, sugerem constituir-se, freqüentemente, em elemento positivo com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presente e futura. Este fato pode ser constatado nas pesquisas de Chayanov (1976), Wanderley (1996), Anjos (1995) e Tedesco (1999), entre outros. Este último autor explicita que a mão-de-obra familiar, ao não encontrar espaço funcional na unidade a que pertence, ao não possuir vínculo e acesso aos ramos artesanais, comerciais e não-agrícolas para alcançar o equilíbrio provedor das necessidades econômicas da família, pode estruturar canais ocasionais e transitórios de aplicação mercantil de sua força de trabalho como expressões do controle sobre o próprio processo de trabalho. Para o autor, o trabalho para fora serve como racionalidade adaptativa e estratégia em relação às condições internas objetivas, que, por vezes, poderão ser transitórias. Por mais paradoxal que seja, este mesmo trabalho busca reproduzir o *ethos* de colono em seu vínculo com a terra.

3.3) Campesinato, Herança e Mobilidade

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros diz respeito ao esforço para constituir um território familiar, um lugar de vida e de trabalho capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Ou seja, a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta as condições de sobrevivência (Wanderley, 1996). Para dar conta desta expectativa, a família define estratégias - combinando os recursos de que dispõe na unidade de produção com aqueles aos quais pode ter acesso fora do estabelecimento - que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes. Neste sentido, abordar as representações em torno da integração ao mercado, da garantia do consumo imediato e da reprodução social da memória e dos recursos da família é fundamental para compreender as estratégias socioculturais formuladas pelo campesinato brasileiro.

Uma das implicações que resultam da concretização destas estratégias reside na extrema mobilidade encontrada na agricultura familiar, em que se verifica um contínuo e recorrente deslocamento espacial entre seus membros. Esta mobilidade espacial é uma particularidade apontada por diversos estudiosos da sociedade rural brasileira, tendo como explicação, em termos genéricos, a dificuldade histórica de acesso à terra e a ameaça constante de nela permanecer.

A reprodução social da agricultura camponesa no Brasil, normalmente, gera a expectativa da instalação de cada filho em um novo estabelecimento. Este deslocamento, uma vez que existam terras livres, inscreve-se no projeto de vida de famílias de camponeses como uma continuidade. O que parece, à primeira vista, como ausência de vínculo com o território familiar e comunitário de origem significa, na verdade, a possibilidade de constituição – ou reconstituição – do patrimônio familiar camponês, mesmo que seja em um local distante (Wanderley, 1995). Longe de representar indiferença em relação ao que conseguiram construir, a grande aceitação da mobilidade espacial – que reflete as experiências realmente vividas das migrações – demonstra o quanto eles estão ainda na busca de seu espaço próprio e definitivo. Nisto, os brasileiros diferem profundamente dos franceses e mesmo dos canadenses, instalados e enraizados há séculos em seus locais de origem. Nesta perspectiva, a migração para a fronteira se inscreve também na lógica interna da reprodução da agricultura camponesa, particularmente no Sul do Brasil. Ilustrando este ponto de vista, Renk (1997)

estabelece que o campesinato do Oeste Catarinense, particularmente os descendentes de imigrantes europeus não-ibéricos, têm nas histórias de vida uma tradição de migração para assegurar a condição camponesa.

A migração está presente na memória coletiva, pois estes grupos sociais ou são personagens de migração ou descendentes de agricultores que já se deslocaram espacialmente, em busca de terras. Esta característica não constitui uma singularidade da localidade em que realizei o estudo de caso, tratando-se de invariante que ocorreu em todo o oeste catarinense, como o foi posteriormente no sudoeste do Paraná (Renk, 1997). Ou seja, para estes colonos, a migração era naturalizada pela tradição, que se renovava ciclicamente. A colônia nova está intrinsecamente ligada ao processo de reprodução social camponesa, recebendo os fluxos das colônias velhas, seja de deserdados daquelas, seja de herdeiros com pretensão de ampliar as áreas, já embutido o cálculo da devolução à próxima geração. O momento de vinda à colônia nova não significou, segundo a autora, um deslocamento aleatório, mas uma migração calculada.

Tanto o fracionamento da propriedade como sua indivisão conduzem à migração, já que o primeiro processo torna as parcelas de terra crescentemente insuficientes para a produção e para a reprodução social. Woortmann (1995, p.116) entende que a alternativa do uso da força de trabalho em outras atividades é um expediente temporário, mas não constitui solução de longo prazo. A proletarianização urbana é outra solução, mas na opinião desta autora a migração é a solução mais coerente com o que se poderia chamar uma identidade camponesa. Tendo em vista que:

Ela permite a reprodução, enquanto camponeses, não só daqueles que migram, mas igualmente daqueles que ficam, ela significa a busca de novas terras, em outro lugar, e a preservação da terra no lugar de origem. A emigração, portanto, não se explica apenas por fatores externos ao campesinato – guerras, imposições governamentais, dissensões religiosas, pressão da grande propriedade etc. -, mas também a partir do próprio sistema camponês. Ela é, ao mesmo tempo, desencadeada por e organizada pelo sistema de parentesco. Uma dimensão deste sistema, como o padrão de herança, expulsa pessoas; outra dimensão, o “espírito de parentesco”, faz com que a migração se faça através de grupos de parentes (irmãos, primos etc., assim como afins) que irão replicar o modelo em outro lugar – para, em seguida, recomeçar tudo de novo. (...)

A presença da migração nas trajetórias de vida da maioria dos pequenos agricultores, proprietários ou não, é percebida também por Carneiro (1996), que considera que este recurso marca as histórias individuais e os ciclos da vida familiar e está relacionado com as formas de manutenção e de transmissão do patrimônio familiar. No entanto, para esta autora, a propriedade não é, ao contrário do que ocorre em outras sociedades, principalmente as européias, a condição básica de existência e de reprodução do campesinato, na medida em

que considera a existência de diferentes formas de acesso à terra, marcando, historicamente, as relações de produção e de trabalho no campo brasileiro.

A migração se constituiu, também, em estratégia para conseguir terras para os filhos solteiros, que não encontravam lugar na reprodução social do patrimônio fundiário familiar. Neste processo, a instituição do minorato é um recurso que perpassa as histórias familiares dos colonos, sobretudo italianos. O filho mais novo é escolhido como herdeiro e, em troca, permanece na morada paterna, ficando responsável pelo cuidado dos pais na velhice. Os demais filhos obtinham terra fora da propriedade originária. No entanto, quando assegurada a terra, no momento do casamento, eram privilegiados os filhos homens, com sistemática exclusão das mulheres. Não obstante o viés patrilinear entre os italianos, ilustra Renk (1997), há casos de deseramento dos elementos masculinos, acionando sentimentos de injustiça e de ressentimento; as filhas, por outro lado, recebiam uma vaca, enxoval e porcos. O “presente” recebido de casa carrega o sentido da obrigação de retribuir, torna-se um imperativo transmiti-lo à geração descendente, para saldar o débito com a geração anterior.

Levando-se em consideração estes costumes e práticas culturais, pode-se concluir que a família camponesa controlava e/ou controla estritamente todos os seus membros, impunha e/ou impõe seus valores, seu modo de vida, sua definição de excelência profissional, enfim, sua visão de mundo e de futuro? Para Champagne (1986), a tendência à auto-reprodução e autopetuação estava tão fortemente inscrito nas estruturas sociais e na morfologia do grupo local que, longe de ter que convencer seus filhos a permanecerem para os suceder, os pais deviam, ao contrário, às vezes, forçar a partida de alguns membros quando a prole era numerosa, e eles deixavam a propriedade com um sentimento de exclusão.

A permanência, a continuidade e a sucessão eram os valores dominantes do grupo doméstico (Tedesco, 1999). Neste caso, sair da propriedade dos pais era uma decisão que se pautava na realidade destas famílias camponesas que não tinha lugar para todos ficarem. No contexto do trabalho acoplado à noção de liberdade e à excelência da condição camponesa, eram avaliados negativamente aqueles que deveriam migrar para outros ofícios, pela impossibilidade de permanecer na colônia. Renk (1997) ressalta que havia um olhar de piedade, pela sujeição que representava o trabalho assalariado, “ir no mando dos outros”, ou seja, era o equivalente à servidão. Esta concepção do assalariamento é recorrente na literatura camponesa, denotando rebaixamento social. Tratava-se, então, de uma migração definitiva.

E atualmente, o que muda nestas representações?

Diversas pesquisas vêm apontando uma redefinição em algumas categorias culturais nucleares da família camponesa. Para as gerações mais idosas, a auto-exploração no

trabalho agrícola familiar representava uma ética compatível com os valores basilares deste campesinato, mas atualmente esta representação não é mais assim tão “consensual” nem “harmônica”. Renk (1997) sublinha em relação ao trabalho que, socializado numa geração na qual era corrente o ditado: “o trabalho adoça a vida”, hoje não se verifica tanta ressonância, de modo que as novas gerações já não os comungam assim tão naturalmente.

Por outro lado, Tedesco (1999) indica que a solidariedade também não é algo natural e gratuito. Para o autor, há princípios de solidariedade que se fundam na auto-ajuda, na prestação de serviços, na troca de bens e/ou mercadorias, no empréstimo de produtos no momento de carência, bem como de dias de serviços, etc. No entanto, a solidariedade precisa ser recíproca; há um grau de cobrança que não é explícito, mas que regula o grau de solidariedade e o “crédito” futuro.

Aqui cabe incorporar a constatação de conflitos na representação do que seja a solidariedade e a reciprocidade nas relações sociais camponesas, expressos no questionamento da adoção destas categorias, muitas vezes de forma genérica e homogênea, sem a problematização do que elas representam nas diversas instâncias da vida social, ocultando práticas desiguais de valoração dos esforços na economia camponesa. As mágoas e os ressentimentos expressos no depoimento de mulheres e jovens, que não são reconhecidos pelo seu esforço sistemático e contínuo nas relações sociais de produção, indicam a ocorrência de um importante viés de gênero e geração na agricultura familiar, demandando uma análise mais cuidadosa destas representações.

3.4) As representações nucleantes da agricultura familiar

Os conceitos basilares do campesinato são ainda relevantes na abordagem das representações do rural, feitas particularmente pelos jovens? O que representam as categorias nucleares (comunidade, terra, trabalho, família e casamento) na visão de mundo dos jovens rurais? A saída de jovens indica a ocorrência de redefinições culturais na agricultura familiar? Para direcionar o foco nas representações construídas pelos jovens para explicar o mundo rural, torna-se necessário ajustar os “equipamentos” conceituais. Para isso, coloco em relevo, inicialmente, algumas categorias culturais que alicerçam estas representações.

3.4.1) Comunidade

O estudo de comunidades camponesas representava um desafio para um campo do saber científico que se organizou, particularmente, para a investigação das sociedades ditas primitivas, a Antropologia. A tradição das pesquisas nesta área estava circunscrita ao estudo de agrupamentos sociais, vistos como totalidades em si mesmos, que se reproduziam a partir de uma integração sociocultural local. Deste modo, estas realidades locais eram estudadas “holisticamente”, na acepção funcionalista do termo, isto é, como um todo integrado e autocontido, em contraposição à tendência dominante no século XIX, quando, no dizer de Redfield (1960, p.9), se estudava a *cultura*, e não culturas. No entanto, para Woortmann (1995, p. 40-1), este todo autocontido era apenas uma abstração. Justamente quando o isolado primitivo estava sendo construído como modelo pela Antropologia, ele estava deixando de ser um isolado. O isolado primitivo conectou-se à grande sociedade enquanto o antropólogo olhava para ele; de fato, o próprio antropólogo foi um dos instrumentos desta transformação. Ou seja, os mesmos processos históricos que possibilitaram ao antropólogo ingressar na aldeia primitiva fizeram com que esta aldeia ingressasse em totalidades maiores, que a englobaram. Assim, os chamados “estudos de comunidade” no Brasil ilustram tais problemas e limitações.

Compõem a noção de *comunidade* rural a organização e o tamanho do povoamento, a forma de organização do espaço, as relações constitutivas de seu espaço e deste com a cidade. As comunidades foram organizadas no momento da colonização a partir da dispersão espacial de agrupamentos humanos, em fileiras, em lotes distribuídos e agrupados em travessões que cortavam morros e planícies (TEDESCO, 1999). Quase todas as propriedades rurais tinham forma retangular, conseqüência da maneira como as terras foram demarcadas e do sistema de divisão que prevaleceu nas gerações que se sucederam; as terras eram, quase sempre, divididas no sentido longitudinal (GONÇALVES DA SILVA, 2001, p. 135). Tal distribuição das propriedades rurais constituiu um dos traços marcantes do campesinato de origem européia no sul do Brasil. O termo *colônia* serve tanto para designar o conjunto da região colonizada, como uma propriedade específica. Para Seyferth (1983 e 1984, p. 75), a palavra *colônia* (Kolonie) significa a área rural, assim como *colono* (Kolonist) é a categoria usada para representar o homem do campo, descendente de imigrantes europeus. Woortmann (1995, p. 16) conceitua o termo *colônia* como a parcela em que se realiza o trabalho familiar, assim como a região ocupada por imigrantes e seus descendentes. Em qualquer de seus sentidos, o termo se associa à família e ao trabalho.

Expressão (a comunidade) do formato organizativo de um grupo social é no espaço da “comunidade” que as relações sociais, bastante restritas à família e à vizinhança, se ampliam. As comunidades rurais foram constituídas com a função de dinamizar a vida coletiva, possibilitando um espaço em que se integram e se expressam as manifestações culturais que identificam os grupos, uma certa homogeneidade de valores e costumes que, por um lado, possibilita a coesão em torno de uma identidade cultural e política, particularmente nos momentos em que se torna necessário reunir forças para acessar recursos, influir nas políticas públicas ou mesmo conquistar direitos. Esta visão, por outro lado, pode ocultar a existência de hierarquias e representações diversas entre seus membros, sendo os interesses, os objetivos e as estratégias a resultante de um jogo de forças e não de um consenso.

O espaço social priorizado na vida social dos agricultores(as) é a comunidade e/ou a sociedade da capela. Para Tedesco (1999), alguns estudiosos do catolicismo praticado pelos colonos das Antigas Colônias do Sul, como nas fazendas de café do Sudeste, admitem que a capela talvez tenha sido uma forma institucional própria da cultura dos imigrantes europeus. A sede da comunidade sempre serviu de espaço de convergência, de manifestação do sagrado, do lúdico, da transmissão e intercâmbio de informações, de reconstrução do mundo cultural. Na memória dos colonos idosos, o local da capela, sua escolha, era sinal de prestígio, pois em torno dela se formava um pequeno conglomerado de casas, incluindo a escola, o cemitério, a “bodega”, a casa de comércio, etc.

Não há dúvida de que é no espaço público da comunidade que se realizam as manifestações religiosas (as missas e os cultos dominicais, as festas do padroeiro), as atividades festivas e esportivas (bailes e matinês, jogos de futebol, de bochas e de cartas, principalmente), os casamentos, os encontros dos clubes e associações (mães, jovens, etc.), a iniciação escolar, entre outros eventos, que, reproduzidos continuamente e historicamente, contribuem para dinamizar a vida social das famílias de agricultores.

O mutirão, uma das manifestações de reciprocidade mais conhecidas e praticadas entre as famílias de agricultores, geralmente era mobilizado quando ocorriam algumas situações excepcionais, como a realização de uma festa, um casamento, um torneio de futebol, uma doença grave numa família ou mesmo algum fenômeno meteorológico, quando então os vizinhos, parentes ou a própria comunidade se juntavam para prestar os serviços que eram demandados. A participação envolvia certo grau de espontaneidade; no entanto, a retribuição à ajuda era uma norma coletiva. O mutirão podia ser feito ainda com a finalidade de executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola: uma família solicitava a ajuda dos vizinhos e, depois, trocava-se um dia de trabalho por outro. Esta prática de ajuda mútua, assim como

outras verificadas nas comunidades rurais, é bastante conhecida na região pesquisada. Muito mais do que uma necessidade econômica, o mutirão é um exercício de solidariedade entre as famílias e uma forma de reforçar os laços de amizade e de compromisso com o bem-estar mútuo (GONÇALVES DA SILVA, 2001, p. 172). A troca de dia é um tipo de ajuda mais comum ainda e consiste em uma família recorrer à ajuda dos vizinhos para executar uma tarefa para a qual só a força de trabalho familiar não é suficiente. A retribuição se dá com um tempo de trabalho equivalente, quando houver necessidade de ajuda suplementar - normalmente em momentos críticos do processo de trabalho agrícola.

Mesmo considerando a crescente articulação das comunidades rurais com o mercado e com as fontes de crédito, submetendo-se seus membros à lógica de financiamentos e de cálculos próprias da economia capitalista, em muitos aspectos observa-se uma certa desconexão entre uma maneira de pensar e de agir sustentada por um saber e uma percepção de mundo que nem sempre são coerentes com a demanda da racionalidade da sociedade moderna (CARNEIRO, 1996, p.274).

No entanto, a abordagem e incorporação não problematizada destas características que definem a comunidade rural têm acarretado a elaboração, em alguns estudos sobre o espaço rural, de representações que expressam uma idealização da vida social, a partir da ênfase numa convivência harmônica e solidária entre os diversos grupos sociais, abstraindo-se os conflitos e as desigualdades resultantes de estruturas hierárquicas presentes no cotidiano destes grupos sociais. Ou, por outro ângulo, formula-se uma idéia de comunidade caracterizada por ligações afetivas estreitas, profundas e duráveis, um engajamento de natureza moral, adesões comuns, grupos de interesses tendo em comum o território. Porém, não se pode perder de vista especificidades de ocupação, apropriação e exploração do solo, relações de força, resistência, coesões e grupos de pressão que integram o espaço rural (TEDESCO, 1999). Diversos autores, entre os quais Seyfhert (1992), Woortmann (1995), Roche (1969), ressaltam a existência desta heterogeneidade e de conflitos na vida social comunitária.

Algumas evidências de campo indicam, por outro lado, que, embora o retorno aos finais de semana dos jovens que migraram para a cidade promova uma dinamização da vida social, vem ocorrendo uma preocupante redução de manifestações culturais nas comunidades rurais, além de uma diminuição da participação das famílias e jovens nestes eventos. Embora este fenômeno se manifeste inclusive na cidade, e aqui a crise econômica certamente intervém (porque, como dizem os jovens, “quando a pessoa sai, ela gasta dinheiro”), as redefinições nas categorias nucleares da agricultura familiar, bem como a sobrecarga de trabalho para os

jovens que ficam, principalmente nas famílias integradas, exigem, entre outros fatores, um tratamento analítico que destaque as representações construídas, especialmente pelos jovens, para explicar estas mudanças em curso no ambiente cultural rural. Vejamos a importância que adquirem, neste processo, as categorias culturais terra, trabalho e família.

3.4.2) Terra, trabalho e família

É principalmente em torno da dinâmica reunida nas categorias *terra, trabalho e família* que os agricultores familiares organizam seus valores, expectativas e representações da vida social, que embasam suas estratégias para a reprodução social do patrimônio econômico e cultural. Como vimos anteriormente, os agricultores “camponeses” sempre depositaram na terra, sobretudo na propriedade da terra, as esperanças de reconstrução do núcleo familiar. As migrações foram adotadas como estratégia para tal finalidade. Geralmente, as famílias eram nucleares e extensas; o homem era o chefe do lar, indicando sua organização patriarcal.

Diferentemente de outras categorias sociais, o *agricultor(a)* é ou procura ser, de maneira geral, proprietário da *terra*, dono dos meios de produção, *trabalhador*; e chefe de *família*, sendo esta o ator principal. Em que pese a diversidade de manifestações, as formas sociais e trajetórias individuais que possa adquirir, ela possui uma característica especial: é organizada como se fosse um trabalhador coletivo. A idéia da subordinação do indivíduo ao todo, representado pela família, pode ser vista nas obras de Galeski (1975), Bodiguel (1975) e Eizner (1985). Está bem presente, também, nas famílias de colonos entrevistados por Tedesco (1999, p. 176), mesmo que alguns de seus membros estejam realizando atividades em que o fator terra não lhes seja diretamente relacionado. Neste caso, a própria busca do trabalho urbano, ou outras estratégias internas, objetiva fortalecer a condição de família de colono. Importa salientar que, embora se faça referência à família como um ator coletivo, como uma instituição sociocultural e econômica que interage no todo social, ela está longe de se constituir num “mundo encantado”, sem contradições.

Estas especificidades marcam a interação contraditória desta forma social nas relações de produção dinamizadas pela sociedade capitalista. O trabalho, fonte e condição básica para a sobrevivência e reprodução dos membros familiares, é afirmado como um atributo singular do caráter familiar na agricultura, cujas peculiaridades e contornos procuram ser transmitidos para as futuras gerações, embora com representações diversas nas gerações atuais. A ética envolvida nas relações de trabalho, a cooperação e a reprodução da força de

trabalho familiar e suas condições objetivas, marcadas, muitas vezes, pela divisão social das tarefas entre seus membros, pela jornada extensiva, pela constância e esforço físico, são mobilizados de forma conflituosa no processo de produção mercantil em que a família busca se integrar, visando à reprodução (e, se possível, à ampliação) do patrimônio e sua reprodução social. À família cabia o controle sobre o casamento (preferencialmente endogâmico) e sobre a propriedade (CARNEIRO, 1996).

Estas categorias basilares da agricultura familiar se, por um lado, estão intimamente vinculadas ao sentimento de pertença a uma localidade – comunidade rural, colônia, aldeia, vila, tifa, entre outras – por outro, não estão dissociadas das relações que se estabelecem em outros níveis e espaços da vida social, ou seja, a sede do município, a região, o país ou mesmo o contexto internacional. Embora a idéia de família legitime ações, acordos, perdas ou ganhos patrimoniais no âmbito individual ou coletivo, não significa que ela seja uma instância cultural, social e econômica pura, desvinculada dos processos sociais (TEDESCO, 1999 ; BARTHEZ, 1982). Estas representações constituem-se, enfim, em elementos fundamentais na afirmação da etnicidade, destacando positivamente determinadas práticas e valores sobre os quais repousa a identidade deste grupo social.

O valor base que levou o imigrante italiano, particularmente, a afastar-se de sua pátria, a enfrentar o imprevisível, foi, para a grande maioria, uma perspectiva de liberdade, pela independência e autonomia econômicas, simbolizadas pela posse da *terra*. A expressão *qui siamo proprietari*, a nota dominante das correspondências dos primeiros imigrantes a seus familiares na Itália, mostra o sentido da mensagem italiana no início de sua aventura (RENK, 1997). Ser proprietário, ser dono da terra, não depender do “senhor das terras”, desbastar a mata, abrir estradas, indústrias, organizar uma família e enriquecer com o próprio trabalho foi o que fez o italiano, o imigrante típico no Rio Grande do Sul. As demais prospectivas e até os ideais religiosos foram vistos sob este ângulo: ter saúde para trabalhar e ter terra era tudo. Do trabalho familiar e social surgiriam a riqueza da família, a escola e a igreja para a comunidade. É interessante explicitar, como o faz Woortmann (1995, p. 109), que a maior parte dos imigrantes era de “excedentes estruturais”, isto é, eram não-herdeiros, por efeito da unigenitura; eram os que tinham de abdicar, menos em benefício do herdeiro do que em benefício do todo representado pelo patrimônio indiviso da família. Trata-se de um padrão bastante comum ao campesinato europeu.

O trabalho é uma categoria polissêmica construída pelos colonos(as) europeus não-ibéricos como referencial de uma identidade étnica, cujas “virtudes” e particularidades procuram ser repassadas através de um processo de aprendizagem no próprio grupo

doméstico, em que a geração ascendente transmite os saberes práticos à outra geração. Renk (1997) entende ser necessário relativizar a assertiva de Mendras (1984), pela qual o indivíduo nasce camponês e não se torna camponês. Para a autora, o indivíduo nasce na condição camponesa, no entanto, este fato não prescinde da construção social dessa condição; ou seja, a necessidade de produção social do que significa “ser colono(a)”, visando à sua reprodução enquanto tal. Aqui se insere o papel desempenhado pela transmissão do saber agrário, agrônômico, telúrico, do saber prático, transmitido de pai para filho, como prática pura sem teoria (BOURDIEU, 1989, p. 22).

Entre os agricultores familiares descendentes de imigrantes europeus (não-ibéricos), a concepção do trabalho encontra-se ligada à idéia de que ele deve ser contínuo, metódico e organizado. Ele é apresentado ainda como o segredo da fortuna, a causa do progresso e da ascensão – este, motivo de honra, admiração e respeito. Renk reproduz um ditado popular que ilustra bem esta forma particular de representar o trabalho entre os agricultores, particularmente os de origem italiana, isto é: “o suor não é santo, mas onde cai faz milagres”. A esta concepção corresponde uma outra, bem como uma atitude frente ao tempo. A compulsão pelo trabalho é acompanhada pela afirmação de “não perder tempo”. Este é sempre pensado, segundo a autora, na lógica do ganho ou da perda e constitui um dos elementos estruturadores da organização interna dos grupos e da distribuição das tarefas. Assim é que são definidas tarefas típicas de dias chuvosos (fabricação de cestos, cabos e outros utensílios) e tarefas a serem realizadas à noite (tarefas de casa ou nos galpões, porões, etc.), de modo a “não roubar tempo de lavoura”. Nesta mesma ótica, as atividades comunitárias (construção de capelas, escolas, etc.) ocorrem nos períodos de entressafra, quando da “folga” da lavoura. Até mesmo os filós ou serões são utilizados para a realização de tarefas como debulhar o milho, confeccionar crochês e tricôs (as mulheres), etc (RENK, 1990, p. 126).

Neste sentido, a pobreza aparece relacionada à idéia de indolência e de não-aproveitamento correto do tempo, à ausência do espírito de poupança e de preocupação com o futuro. Para Polí (1995), a visão de mundo destes camponeses comporta uma ética que influencia profundamente sua atitude frente à natureza, à sociedade e ao trabalho, interferindo no relacionamento interpessoal dentro da comunidade, na definição do círculo de amizades, bem como na forma como esta população irá elaborar suas experiências.

As representações e práticas em torno da alimentação desempenham um papel importante na agricultura camponesa, influenciando a definição das atividades integrantes dos sistemas de produção e a organização do trabalho agrícola familiar, dando ritmo ao grupo

doméstico e à vida social, em que pese a subordinação destes aos ritmos impostos pela natureza. Mesmo em meio às técnicas e aos processos da modernidade, a alimentação continua sendo a porta-voz de um *ethos* que, embora em redefinição, faz parte do cotidiano dos agricultores. Lugar simbólico em que se realiza a unidade do grupo doméstico, por isso adquirindo um status relevante na organização arquitetônica da família camponesa, a cozinha diferencia-se, também, do padrão das famílias urbanas, para as quais ela se apresenta como uma espécie de acessório decorativo, cada vez mais fisicamente reduzido e obsoleto no conjunto da casa. Para Tedesco (1999), a técnica no lar e na roça, a comida e a produção das estações (comida de inverno e comida de verão), o papel da cozinha na família (que, muitas vezes, é um prolongamento da agricultura e da roça), o estar-junto nas refeições, o que vem de fora e o que *é produzido aqui*, dentre outras questões, dão a tônica da importância da alimentação na vida cotidiana dos colonos por ele pesquisados.

De acordo com este ponto de vista, o ritual da refeição e a comida farta na mesa são a afirmação de uma identidade social - mostrando que alimento e trabalho estão estreitamente vinculados -, a representação do que significa o trabalho, expressão dos "frutos" colhidos pelo esforço despendido pelos membros da família no processo produtivo; são o brinde que comemora as condições de trabalho, sua intensidade e quantidade; são o prêmio pelo sacrifício, cujos frutos se expressam também na mesa. Alguns trabalhos realizados no Brasil são referenciais importantes para a compreensão do papel da alimentação no universo cultural do camponês, particularmente do caipira, demonstrando, também, que a importância da alimentação no espaço rural não é restrita aos migrantes. Entre estes, cabe citar Cândido (1964).

A adoção da família como categoria central para a compreensão do campesinato pode ser visto em Chayanov (1966), Galeski (1975) e Tepicht (1973), entre outros. Mas o que se enfatiza, segundo Woortmann (1995), é fundamentalmente a produção econômica pela família, mais do que sua produção social como instituição e valor, ou as relações entre as famílias. Para a autora, nenhum destes teóricos do campesinato se detém nas relações interfamiliares, que são ignoradas ou tratadas de forma superficial. Considera a dimensão do parentesco como princípio organizativo e como elemento central da reprodução social do campesinato.

Na família camponesa, a escolha da esposa envolve um equilíbrio entre os interesses das duas famílias envolvidas, na medida em que a terra deve ser transmitida tão indivisa quanto possível (GALESKI, 1975). Nesta mesma perspectiva, Woortmann (1995) considera que esta representação se aproxima da idéia de aliança, tal como desenvolvida por

Bourdieu (1977) para o campesinato francês. Assim, a terra é vista, segundo estes autores, não apenas como fator de produção, mas como patrimônio, isto é, como um valor moral. Apontam, também, para o caráter hierárquico da família camponesa (WOORTMANN, 1995, p. 32). Já em Santos (1978, p. 45), a família camponesa condensa o núcleo familiar e o núcleo produtivo, sendo, portanto, o locus da socialização primária, por meio da qual o indivíduo internaliza os valores e os costumes, e da socialização secundária, pela qual adquire os papéis determinados pela divisão social do trabalho. Na representação de Almeida (1985), a família, como instância de representação social, absorve e define os papéis, as demarcações, as lutas, os reconhecimentos, os espaços possíveis circunscritos como um campo. Para Gonçalves da Silva (2001), é no espaço da família que se dá a reprodução do modo de vida e da força de trabalho familiar, como também a sociabilização das crianças e a preservação do patrimônio cultural típico do grupo.

Verifica-se, assim, um papel importante da família na transmissão cultural intergeracional, não incluindo apenas a memória da família, mas da linguagem, da arquitetura das casas, da posição social, da religiosidade, dos valores e aspirações sociais, da alimentação, dos cultivos na roça, do modo de vida, etc. Para Tedesco (1999, p. 71), são aspectos que, condensados em práticas e experiências de grupos sociais particulares, formam aquilo que Bourdieu chamou de *habitus*. No que se refere especificamente aos aspectos da linguagem, Moser (1998, p.23) sublinha o desejo dos colonos(as) em preservar a memória cultural, mesmo tendo sofrido a violência praticada pelo Estado Novo. Segundo a autora, ao darem os seus depoimentos, os colonos entrevistados deixam claro que eram brasileiros, que queriam falar a língua nacional, mas que não podiam renegar a terra e a língua de seu país de origem. A política de nacionalização forçada exigia uma integração, sem respeito à identidade étnica. Um silêncio histórico paira ainda sobre estes fatos violentos.

Esta transmissão cultural intergeracional é, por outro lado, também responsável pela reprodução das hierarquias entre os grupos sociais ou mesmo pelas desigualdades verificadas no próprio seio das famílias camponesas. Neste processo, algumas instituições oficiais ocupam um papel bastante importante. Fazendo um recenseamento dos fatores institucionais responsáveis pela reprodução social da divisão dos gêneros na sociedade, Bourdieu (1999, p.105) destaca o papel do Estado, que veio ratificar e reforçar as prescrições e proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica. Para o autor, os Estados modernos, reproduzindo representações e realizações ultraconservadoras, que fazem da família patriarcal o princípio e modelo da ordem social

como ordem moral, fundamentada na preeminência absoluta dos homens em relação às mulheres, dos adultos sobre as crianças e na identificação da moralidade com a força, da coragem com o domínio do corpo, lugar de tentações e de desejos, inscreveram no direito de família, especialmente nas regras que definem o estado civil dos cidadãos, todos os princípios fundamentais da visão androcêntrica.

Neste sentido, se a unidade doméstica é um dos lugares em que a hegemonia dos valores dominantes se manifesta de maneira mais indiscutível, visto por outro ângulo, o princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas.

A influência da Igreja, particularmente a Católica, na conformação dos padrões culturais da família camponesa, é constatada entre os camponeses que colonizaram a região sul do Brasil, sobretudo entre os italianos. Provindos principalmente do norte da Itália, a maioria dos imigrantes italianos não havia sofrido as influências do liberalismo agnóstico e anticlerical que fora manejado como arma para realizar a unificação italiana e correspondente supressão dos Estados Pontifícios (GONÇALVES DA SILVA, 2001). Foi em torno das igrejas paroquiais desta região, em que cultivava suas devoções e ouvia a pregação do sacerdote, que esta população camponesa recebeu as últimas recomendações de seu pároco, antes de partir para o “novo mundo”. Como afirma Grosselli (1987, apud RENK, 1997), o guia dos camponeses, na Itália, não era nem o imperador, nem o intelectual liberal, mas o padre. A conduta deste não poderia distanciar-se em demasia daquela da Igreja oficial, e do Papa, sob o risco de perder a liderança junto aos camponeses.

Assim, as normas regulamentadoras e legitimadoras das comunidades organizadas por estes colonizadores no Sul do Brasil encerram em si um caráter sagrado: o que a religião considera como pecado é condenado também pela sociedade. Neste caso, ela se torna uma legitimadora do *status quo*, influenciando no papel desempenhado por cada um. Com a criação de todo este ambiente cristão, sublinha Gonçalves da Silva (2001, p.103), o catolicismo romanizado passou a fazer parte da tessitura social, tornando-se fácil transplantar para a família a disciplina e a obediência dos mosteiros que, por sua vez, garantiu a formação de filhos exemplares para o sacerdócio.

Em relação aos aspectos vinculados à sexualidade e à natalidade, a literatura traz relatos bastante expressivos da influência da Igreja nestas questões (RENK, 1999). Até recentemente, o descendente italiano agricultor desconheceu a limitação da natalidade. Havia, em média, 13 a 14 filhos por família. Os padres apelavam às famílias que acolhessem com

alegria todos os filhos, porque eles são *uma bênção* de Deus. Como veremos posteriormente, este padrão cultural pautado na existência de famílias com grande número de filhos(as) muda radicalmente nos dias atuais, fato comprovado nos depoimentos coletados nas entrevistas e nos dados estatísticos⁶. A resistência (muitas vezes silenciosa) das mulheres às normas estabelecidas pela Igreja desempenha um papel muito importante neste processo, ilustrando a ocorrência de mudanças culturais no espaço rural, de maneira geral, e na instituição família, em particular.

A reprodução social da economia e dos valores camponeses tem na família uma das fontes principais de sustentação, da qual se alimentam, historicamente, relações de poder-dependência e autoridade, material e ideológica, normalmente em detrimento da mulher e dos jovens. O lar é um local de controle e reprodução do sistema social (WOORTMANN, 1985). Por ocasião da constituição de nova unidade familiar, obedecendo à ordem seqüencial dos casamentos, o primogênito, ao se casar, permanece por um ano ou mais na casa paterna, trabalhando em conjunto, para posteriormente obter sua parte, e, não sendo o herdeiro, estabelecerá padrão de residência neolocal (RENK, 1997).

No caso das mulheres, ou mesmo dos jovens, trabalhar fora representa a possibilidade de construção de um outro imaginário, mesmo que não explicitado, sob a ótica da conquista, como estratégia frente a processos internos e externos que vão desde a mecanização da agricultura, às divisões sexual e social do trabalho na unidade familiar, passando por inúmeras outras implicações próprias da esfera da questão do patrimônio e do matrimônio, com seus deveres conjugais (TEDESCO, 1999; WOORTMANN, 1984). Em decorrência da interação com novos valores e espaços, novas expectativas e projetos de vida podem surgir no cotidiano destes grupos, redefinindo padrões aparentemente cristalizados.

Uma linha de pensamento, representada por Vaitsman (1994), afirma que o padrão de família chamada nuclear se diluiu, que novos formatos se fazem presentes, mais heterogêneos, plurais e flexíveis, inexistindo um modelo dominante, seja em termos práticos, seja enquanto discurso normatizador de práticas. No entanto, para Tedesco (1999, p. 171), se as características que fundamentam as transformações estão na ótica da fragmentação, da

6 Paulilo (2000, p.2) coloca em evidência, na sua pesquisa, a diminuição do número de filhos, fenômeno ocorrido no mundo todo. "Segundo a ONU (1995), o Brasil está entre os países que apresentam uma queda de mais de 40% na taxa de fertilidade em um período de 20 anos. Esta taxa era de 4,7 nos anos 1970-75 e baixou para 2,7 em 1990-95. Para as áreas rurais do país, TEIXEIRA et. al. (1994) mostram que esta taxa também vem caindo. Se, no período de 1980 a 1985, o maior índice era de 6,8 no Norte e o menor, 3,6 no Sul, no período seguinte, 1985/1990, temos, nas mesmas regiões, 6,0 e 3,1, respectivamente. A estimativa para o ano 2000, mantendo-se a ordem das regiões, é de 5,1 e 2,7. Além disso, a diferença entre a taxa de fertilidade total rural e a urbana vem diminuindo. Embora a primeira continue mais alta, segundo SIQUEIRA (1992), a diferença caiu de 3,18 filhos/mulher em 1970 para 2,29 em 1984".

descontinuidade e da heterogeneidade, como afirmam os pós-modernos, isto não significa que se perdeu a visão de totalidade, que os valores universalizantes dos processos sociais, que as macro-estruturas sociais que institucionalizam processos sociais de legitimação (as transformações macro-históricas) estejam disvinculadas ou não permitam análise. Para uma leitura da visão pós-moderna, ver Mafessoli (1987).

Mais recentemente, a literatura que aborda questões consideradas cruciais em torno da agricultura familiar dedica pouca atenção às redefinições em curso numa das categorias consideradas, por alguns teóricos, como central na abordagem da família camponesa: o casamento. Pesquisadores de campo concentraram suas preocupações na abordagem dos processos socioeconômicos que envolvem a família como unidade de produção, não considerando suficientemente a família no âmbito da afetividade, na embrionária tendência ao celibato masculino, na redução preocupante da presença de moças nas comunidades rurais. No entanto, estes fatores têm implicações importantes no processo de reprodução social das famílias de agricultores.

É com a visão prospectiva de colocar em relevo, posteriormente, as representações dos jovens em torno destas questões, que passo a abordar as formas e os significados atribuídos ao casamento pelos integrantes da família camponesa.

3.4.3) O casamento

Analisando a representação do casamento no campesinato bearnês, na França, Bourdieu (1962, p. 39) levanta a hipótese de que a lógica dos casamentos é dominada por um fim essencial, a salvaguarda do patrimônio. Neste sentido, operando-se numa situação econômica em que a regra é a escassez de dinheiro, cada casamento leva em consideração, por um lado, a posição de nascimento de cada um dos que se casam e o tamanho da família e, por outro, a posição relativa das duas famílias na hierarquia social, ela mesmo função do valor da propriedade. As circunstâncias em que se realizam os laços matrimoniais envolvem oposições e pontos de cruzamento entre a lógica do sistema econômico, que tende a classificar as casas (e os patrimônios) em grandes e pequenos, e a lógica das relações entre os sexos, segundo a qual o primado e a supremacia pertencem aos homens, particularmente na gestão dos negócios familiares. Nesta mesma linha, Woortman (1995), em suas pesquisas, constata que o casamento era o ritual cimentador da razão instrumental que tornava produtivo o patrimônio.

Desdobrando sua hipótese, Bourdieu (1962, p. 41) ressalta que os casamentos tendem a ser feitos entre famílias equivalentes do ponto de vista econômico. Para isso, a

autoridade dos pais se faz presente, constituindo-se em guardião do patrimônio que é preciso salvaguardar e aumentar, exercendo-se de maneira absoluta cada vez que é preciso impor o sacrifício do sentimento ao interesse. O casamento se constitui, então, num negócio de família, a cuja entidade coletiva cada membro subordina seus interesses e seus sentimentos. Neste cenário, a “*maison*” é o valor dos valores, em relação ao qual todo o sistema se organiza. Pela importância deste ato cerimonial, a economia não pode ser desconsiderada ou relegada a segundo plano; em decorrência, a transação econômica selada pelo contrato matrimonial representa um símbolo do caráter sagrado das relações humanas que se instauram pelo casamento.

Na sociedade camponesa estudada por este autor, verifica-se que o conjunto dos bens móveis e imóveis forma a base econômica da família, patrimônio que deve ser mantido indiviso através das gerações. Nesta direção situam-se os casamentos tardios, que contribuem para limitar a natalidade, reduzindo o número de crianças, bem como as regras que regem a herança dos bens e o celibato dos filhos. Tudo isso concorre para assegurar a permanência da *maison* e tudo o que ela representa para a família camponesa. Ignorar que isso é também a função primeira das trocas matrimoniais seria evitar de se compreender a estrutura. Em tal lógica, quem seriam os celibatários? Seriam, antes de tudo, os filhos intermediários, sobretudo nas famílias numerosas e mais pobres. O celibato de alguns se encontra integrado na coerência do sistema social e este fato tem uma função social eminente. Entretanto, o celibato dos primogênitos, raro e excepcional, aparece como ligado a um funcionamento muito rígido do sistema, seria o efeito maléfico de uma afirmação excessiva de autoridade dos antigos. Ou seja, seria o resultado do comportamento dos pais que não querem passar para os filhos a responsabilidade da *maison*, até a morte.

Um outro componente desta lógica matrimonial reside no fato de que, implícita ou explícita nas trocas que se realizam no processo cerimonial, existe também a intenção de se salvaguardar e perpetuar a hierarquia social. É na lógica da economia de trocas simbólicas - e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social de objeto de troca, definido segundo os interesses masculinos, destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens -, que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxionomias culturais.

No caso bearnês, o paradoxo do celibato foi tomado como sintoma de crise, resultando na reprodução interdita do campesinato. No nosso caso, em que termos estas representações teóricas em torno do casamento são apropriadas para explicar as (re)construções afetivas e matrimoniais que vêm sendo elaboradas pelos grupos sociais rurais?

O casamento, ressaltando suas especificidades, tem sentidos equivalentes: além do *status*, é promotor da reprodução do gênero, da tradição e do patrimônio, transferindo sentido social aos pares (WOORTMANN, 1995). Por outro lado, o isolamento no espaço e no trabalho, somado ao rígido sistema de vigilância mantido na família, entre outras, acaba por determinar a redução da oportunidade de encontro e de escolhas.

Havendo a vigilância familiar e da comunidade (cabendo também a esta a realização de sanções), quando os padrões de namoro são quebrados, as penalidades podem consistir nas zombarias, nos falatórios ou na proibição de noiva grávida casar com véu, grinalda e traje branco; neste processo, o clero exerce papel vigilante e inquisidor (RENK, 1997). Se outrora esta “vigília” era mais severa, destaca a autora, nem por isso está hoje plenamente relaxada.

Fundados num regime de trabalho de base familiar, com patrimônio a zelar, preservar e ampliar, a continuidade e o sucesso da unidade familiar são condicionados a uma postura de escolha no casamento. O casamento é, então, uma boa oportunidade para unir duas *potencialidades de trabalho* (WOORTMANN, 1995). Ou, segundo Tedesco (1999, p. 70), a idéia ou o conceito de boa família, que nada mais é do que gente trabalhadora, gente conhecida (origem étnica, vizinhança, amizade...), ligadas a normas de herança, sistemas culturais e valores trazidos por seus familiares (imigrantes), ajuda nas escolhas matrimoniais entre amigos e vizinhos.

Nesta entidade (matrimonial) coletiva, há espaço para sentimentos outros que não se restrinjam apenas ao interesse econômico e à preservação dos valores das famílias envolvidas? Para Woortmann (1995, p. 162), o amor romântico foge ao esforço de construção dos casamentos, na medida que ele se opõe ao esforço da família de construí-lo de acordo com os seus interesses e necessidades, contendo, em potencial, o perigo da decisão individual, sendo percebido, assim, como representando a desordem. Mais precisamente, “ele pode romper barreiras fundamentais, como a da religião ou da origem étnica”.

As expectativas quanto ao momento apropriado para a realização do matrimônio diferem segundo a condição das famílias. Woortmann (1995, p.162) constata que o casamento “mais cedo” é privilégio dos colonos *fortes*, com condições de passar para os filhos os recursos necessários. A idade ideal para o casamento, entre os *fortes*, é em torno de 20 anos e, no caso dos colonos considerados *fracos*, ao contrário, o casamento tende a ser tardio. Na realidade, o que se procura retardar é a perda da contribuição dos filhos ou filhas para a produção familiar, apesar de se enfatizar a preocupação com seu destino. A autora entende ser necessário levar em conta a seqüência dos casamentos, e isto não só entre *os colonos fracos*.

Há uma ordem que deve ser mantida, segundo a qual os mais velhos devem se casar primeiro, particularmente no caso das filhas, já que o casamento de uma filha mais nova definirá a irmã mais velha como solteirona, além de lançar dúvidas sobre sua adequação à condição de esposa, reduzindo-se, portanto, seu valor no mercado matrimonial.

Até o casamento, de maneira geral, os filhos(as) são subordinados ao pai, e com a realização do matrimônio, uma nova hierarquia é incorporada nas relações já estabelecidas. No entanto, os rapazes, ao se casarem e, particularmente, quando estabelecem um padrão de residência neolocal, obtêm emancipação plena. O casamento é visto, na perspectiva de Renk (1997), como um rito de passagem, por assegurar a maturidade do ego, facultando ao agora marido associar-se ao sindicato, à cooperativa e à Igreja, desmembrando-se da família de origem.

Se há algumas décadas as restrições e vigilâncias eram severas, ressalta esta mesma autora, hoje estão mais frouxas, mesmo assim são raras as mães solteiras nas colônias. A coerção da sociedade sobre os noivos é muito grande e em caso de gravidez são levados ao casamento. Outro indicador do casamento enquanto valor é o lugar dos celibatários nestas comunidades; estão, literalmente, “fora do lugar”. Não pertencem ao grupo dos jovens, nem tampouco ao círculo dos casados. São elementos perturbadores da ordem, na medida em que foram socializados para o casamento e não o realizaram. Segundo Renk (1997), a condição celibatária é vista, de maneira geral, como “algo errado”, porque “o normal é se casar”, pois os homens não foram socializados para as tarefas domésticas, dependem de alguém que as faça e, quando doentes, “não sabem se virar”; já a mulher aprenderia mais facilmente as tarefas “de fora”, aquelas consideradas do domínio masculino. Percebe que as mulheres celibatárias realizam, nas suas propriedades, também os trabalhos masculinos nas lidas agrícolas, sendo freqüente encontrar mulher a realizar “serviço de homem”, mas o inverso é mais raro. Em caso de viuvez, sobrevivendo o cônjuge masculino, constata-se um consenso de que “é melhor que se case”. A emissão deste juízo está associada à noção de que a incompletude masculina é maior que a feminina. O “melhor que se case” destinado ao viúvo é justificado pelo ônus que este representa para o filho ou filha que substitui a mãe nas tarefas que caberá a ela na propriedade.

A redução da natalidade é uma das estratégias que visam a amenizar a situação de bloqueio fundiário e de precariedade de opções no espaço rural. Por outro lado, constata-se um fato instigante, que se inscreve quase como uma condição, uma imposição não da família, mas do meio social comunitário, ou seja, o número de moças reduziu-se muito, nos últimos anos, nas comunidades rurais. O interesse em se casar com um filho de colono, por parte das

moças que estão na cidade, não é mais tão visível. Assim, se a autoridade do pai, sendo parte da tradição, é que configurava a deliberação sobre a transmissão do patrimônio (esta geralmente favorecendo aos rapazes, em detrimento das moças), este processo, hoje, na opinião de pais e idosos, está sendo enfraquecido pelas circunstâncias de bloqueio fundiário e de esvaziamento de uma faixa etária importante da população rural. Em suma, na atualidade “é difícil escolher quem permanecerá com os pais após o casamento...” (TEDESCO, 1999, p. 108).

Abordando os aspectos simbólicos envolvidos nestas questões, Renk (1997) resgata a metáfora do baile utilizada por Bourdieu (ao estudar o caso bearnês, na França), em 1962. Segundo a interpretação da autora, os celibatários observadores do espetáculo (porque não tinham par para a dança) eram, naquele contexto, as vítimas da violência simbólica. A expansão do mercado matrimonial, incluindo o circuito urbano, ocasionava alta taxa de celibatários/herdeiros das *maisons*, ou seja, aqueles destinados, classicamente, para a continuidade da casa. Este fato foi qualificado como a “reprodução interdita”. Para o nosso caso, a autora constata que não se trata de herdeiros espectadores, mas de ausência de uma faixa geracional, os jovens, na rede de sociabilidade rural. Segundo este ponto de vista, ao contrário de há alguns anos, os bailes na colônia deixaram de ser espaço para os encontros dos jovens, e desempenham papel secundário no mercado matrimonial, na medida em que só se fazem presentes crianças e velhos, em razão da retirada dos jovens, cuja ausência reflete uma mudança, sempre avaliada negativamente.

Representariam esta flexibilização de antigas normas de conduta e a constatação de visões de mundo diversas entre os gêneros o questionamento da concepção de casamento entre os diversos integrantes do grupo doméstico? A verificação do desinteresse das moças em namorar ou casar com filhos de agricultores significaria a recusa em continuar assumindo o papel atribuído às mulheres na agricultura familiar? A constatação de um esvaziamento de jovens, de forma geral, indicaria o descontentamento dos filhos(as) de agricultores familiares com sua condição social nas comunidades rurais? De que maneira estas questões repercutem no cotidiano dos grupos sociais rurais que tradicionalmente são deixados de lado, “os outros”, os “esquecidos”, os que não têm espaço, seja na academia, nas pesquisas, nas políticas públicas e, particularmente, no mundo rural? Vejamos, então, como são focalizados aqueles que, normalmente, estão ocultos.

3.5) Os “esquecidos” no mundo rural

Ao buscar visualizar a presença de representações e ações conflituosas, que conformam desigualdades e hierarquias no espaço rural e, particularmente, no próprio seio da agricultura familiar, cabe reafirmar que de modo algum fecho os olhos (na medida que já os abri nos capítulos precedentes) para a importância das variáveis históricas, políticas e macroeconômicas que interagem, muitas vezes de forma contraditória, nestes espaços, com implicações excludentes para grande parte dos grupos sociais. Para ilustrar, cabe resgatar Martins (1981, p. 25), para quem esta exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. Na visão deste autor, a ausência de um conceito, de uma categoria, que localize socialmente o campesinato e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como se tem dado *a sua participação neste processo* – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. Assim para o autor:

O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte do processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: *ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado* (grifos do autor).

Porém, verifica-se que, atualmente, algumas pesquisas vêm indicando que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao ambiente cultural, à situação socioeconômica dos agricultores, à aptidão das terras, à disponibilidade de equipamentos sociais, não apenas entre as regiões mas também dentro de cada região e mesmo no interior das próprias localidades. Estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO entre 1996 e 1999, baseados na metodologia desenvolvida pela escola francesa de estudos agrários, confirmam a extrema necessidade de aprofundar o conhecimento das realidades agrárias específicas que caracterizam a geografia agrária brasileira, bem como revela a necessidade de incorporar, de forma efetiva e ágil, tais conhecimentos ao processo de planejamento das políticas públicas para o meio rural (INCRA/FAO, 2000, p. 7).

Na região em que se insere o presente trabalho, alguns autores como Campos (1987) constatam que a agricultura familiar apresenta diversidades internas, indo desde os “sem terra”, parceiros, arrendatários etc., até o produtor modernizado com estreitas relações com o capital agroindustrial. Esta diversidade, no entanto, muitas vezes tratada através de

tipologias, guarda uma unidade só perceptível quando analisada enquanto processo. Neste sentido, torna-se necessário compreender esta unidade da diversidade como um movimento que apresenta redefinições constantes do que seja a agricultura familiar, com a perda e/ou atualização de antigas representações, ou mesmo a aquisição de novas, por parte dos grupos sociais que integram esta categoria social. Retomarei esta questão no decorrer deste trabalho.

Reconhece-se, então, que o mundo rural é complexo, seja em função da grande diversidade do ambiente natural, ou em virtude das diferentes formas em que se realizam os sistemas de produção e as relações de trabalho, seja em razão de se constatar que existem diferentes tipos de agricultores, que apresentam interesses nem sempre semelhantes, com estratégias muitas vezes conflituosas, verificando-se, enfim, que grande parte destes grupos sociais rurais encontram dificuldades para acessar os recursos externos e internos aos espaços sociais em que vivem e trabalham. Como bem lembram os pesquisadores do Projeto INCRA/FAO (2000, p. 10), os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma racionalidade econômica única, universal e atemporal que, supostamente, caracterizaria o ser humano. Daí a importância de se identificar as visões de mundo e os interesses diversos presentes entre os grupos sociais rurais.

Inserido neste processo de reconhecimento destas representações diversas, alguns trabalhos de pesquisa avançam na sua classificação. Entre outros, nos quadros do Projeto Incra/FAO surge a caracterização dos agricultores familiares em três categorias analíticas: consolidados, em transição e periféricos. Nesta mesma direção, o levantamento socioeconômico realizado em dez municípios da região oeste catarinense, que serviram de base para a pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa para a Pequena Propriedade da Epagri (Epagri/CPPP, 2001, p. 34), considerou globalmente três trajetórias para a agricultura familiar, definindo três categorias econômicas. Estes pesquisadores, ainda que tenham se utilizado de indicadores econômicos, fazem a ressalva de que os níveis de renda são apenas um dos critérios para uma estratificação social das propriedades. A caracterização feita se mostrou adequada para analisar as questões exploradas na pesquisa, possibilitando uma melhor compreensão do comportamento dos pais e filhos em cada um dos diferentes grupos.

Embora a caracterização se detenha nos níveis de renda dos agricultores, não abordando variáveis qualitativas da vida social destas famílias, ela é reveladora de uma contradição entre as representações que afirmam a forte dinâmica econômica regional, destacando-a no cenário nacional, e a débil condição social de parcela expressiva de famílias de agricultores, que encontram sérias dificuldades para se reproduzirem socialmente. Segundo

indicam os resultados deste levantamento, 42% dos agricultores familiares da região, caracterizados como descapitalizados, estão naqueles estabelecimentos que proporcionam um valor agregado menor que 1 salário mínimo/mês por pessoa ocupada. Os dados que apontam a concentração agro-industrial e a exclusão dos circuitos produtivos de grande parte dos agricultores familiares (particularmente na cadeia produtiva da suinocultura, avicultura e bovinocultura de leite) ilustram a magnitude deste fenômeno. Neste contexto, as representações hegemônicas na definição das políticas, além de reforçar antigas hierarquias entre os grupos, acabam promovendo, muitas vezes, novas exclusões.

Abordando a presença e a intervenção do governo brasileiro no cenário internacional que define, especificamente, a política para a comercialização do leite, Paulilo; De Grandi e Silva (2000, p. 25) afirmam que o governo, quando abre as importações permitindo a entrada de produto subsidiado no país, ao mesmo tempo em que diminui as possibilidades de crédito ao pequeno produtor, cria uma situação artificial de desigualdade e bastante real de injustiça, porque atribui à “ineficiência” do produtor brasileiro a causa de sua situação desvantajosa. Estas pesquisadoras constataam, baseadas em dados da Epagri (1995) que, embora os países do Mercosul não subsidiem a produção leiteira, existe o risco de servirem de caminho para a entrada no Brasil de produtos subsidiados oriundos da CEE, através da triangulação de derivados.

Cabe destacar, também, o engodo embutido na noção que apregoa um padrão elevado de eficiência produtiva, exigindo que os agricultores cumpram metas visando alcançar estas normas estabelecidas pelo mercado “auto-regulável”, pois, na realidade, as constantes intervenções de agentes econômicos, grupos corporativos e representantes estatais, reforçam as desigualdades, expressando a construção de padrões produtivos e interesses que estão além daqueles dos agricultores familiares que se encontram, nas pequenas localidades, “esquecidos” pelas políticas das instituições econômicas, públicas ou privadas, que definem os rumos dos mercados. Como tornar, então, o produto deste agricultor familiar competitivo com o dos países exportadores? Para Paulilo; De Grandi e Silva (2000, p. 27), enquanto aqui os parâmetros são indicadores microeconômicos rígidos e o mercado é considerado o condutor legítimo dos processos de mudança, nos países desenvolvidos o Estado tem participação efetiva na condução das transformações que o mercado desencadeia, principalmente quando a questão é não deixar de lado importantes indicadores sociais e evitar a exclusão de parte dos produtores.

A produção da exclusão social na agricultura familiar não se restringe apenas aos cenários macroeconômicos e políticos externos, na medida que a “construção social” da

desigualdade de condições se opera também por agentes e instituições que se encontram, muitas vezes, bastante próximo da realidade destas famílias e, particularmente, pelas hierarquias vigentes no próprio interior dos grupos sociais. Novamente o caso da produção leiteira do Alto Vale do Itajaí torna-se bastante ilustrativo para visualizar estas questões. Segundo as autoras citadas acima, esta produção tem por base a combinação que as mulheres fazem entre as tarefas do leite, as da casa e as da lavoura. No entanto, a atual política de aumento da produtividade por parte da Cooperativa que beneficia e comercializa a produção, estabelece uma série de exigências (entre as quais a definição de cotas é a mais severa), não levando em consideração um aspecto de fundamental importância, ou seja: apesar de nem sempre explícita, há uma associação, por parte dos técnicos, entre “profissionalização do produtor” e “masculinização da atividade leiteira”. Quando aparece o lucro, os investimentos tecnológicos (e pessoais) e a necessidade de se gerenciar isso tudo, as instituições (e seus agentes) colocam no homem suas expectativas, neste caso em prejuízo da mulher, que se vê privada do saber e do poder implícito na atividade da qual ela possuía o domínio.

Nesta mesma linha, em levantamento feito sobre organizações de mulheres na América Latina, Paulilo et. al. (1999, p. 8) constatam que, com raras exceções, estes movimentos reforçam o papel tradicional de esposa e mãe e existe um forte atrelamento entre eles e instituições conservadoras, como a Igreja Católica e o Estado. Os autores lembram que a presença, dentro da Igreja Católica, de uma Teologia da Libertação preocupada em lutar pela cidadania dos oprimidos foi bastante forte no Brasil, mas o mesmo não aconteceu nos outros países latinos, pelo menos não nas mesmas proporções, e por isso, em muitos deles, a religião tem um desempenho menos libertário. Constatam também a influência de órgãos oficiais e ONGs, nacionais e internacionais, com linhas de ação fortemente desenvolvimentistas, mas sempre tendo como objeto a noção homogeneizante de família rural, em que a mulher ocupa posição subordinada.

Albert (1987), que aborda a influência ideológica de agentes externos no processo de elaboração da identidade das mulheres agricultoras na França, entende que o peso das mentalidades tradicionais, difundidas pelo jornal Agri-Sept (objeto da sua pesquisa), sendo interiorizadas pelas mulheres, cria uma imagem à sua definição, na agricultura, associada ao âmbito da família. Essas representações não colocam em causa uma visão tradicional da mulher no meio agrícola que torna a agricultora mais esposa e mãe, em detrimento de seu papel enquanto trabalhadora agrícola. Segundo essa perspectiva, o modelo elaborado por atores externos permanece portanto, fundamentalmente, um modelo conservador.

Para essa autora, as mulheres têm uma consciência confusa da sua situação nas relações sociais de produção no espaço rural, na medida em que existe uma profunda interação entre os diferentes setores da sua vida. O fato que o essencial de sua atividade se desenvolve sobre uma exploração agrícola familiar, no quadro de uma agricultura de casal, favorece a confusão dos papéis sociais, profissionais e familiares e induz à concepção do papel da mulher na agricultura como sendo definido muito mais como um modo de vida que como uma profissão. Contudo, ser agricultora não se resume a exercer uma profissão na agricultura, mas exige que se leve em conta outros parâmetros que interferem sobre a representação que as agricultoras constroem delas mesmas, pois ser agricultora é também ser esposa, mãe, mulher e rural.

Contribuindo na difusão de um modelo de uma agricultura familiar moderna, interlocutores e interpretações que vêm de fora desta forma social acabam ocultando as iniciativas que visam a redefinição dos diferentes papéis sociais. Ao transformarem uma situação coletiva da exploração (o trabalho das agricultoras não é reconhecido nem remunerado) em situação pessoal, privilegiam uma visão individualista de agricultora. Para Albert (1987), essas representações não permitem, enfim, às agricultoras tornarem-se atrizes de um movimento social que permitiria uma nova definição de seu papel.

Abordando alguns padrões culturais presentes no mercado matrimonial, que visam salvaguardar a hierarquia social, Bourdieu (1962, p. 45) percebe que se os imperativos econômicos se impõem com o mesmo rigor quer se trate de homens ou mulheres, a lógica das trocas matrimoniais não é exatamente idêntica para os homens e para as mulheres, possuindo uma autonomia relativa, devido ao fato que o casamento aparece como o cruzamento da necessidade econômica e de imperativos estranhos à ordem da economia, decorrentes do primado conferido aos homens pelo sistema de valores.

O não reconhecimento das particularidades que marcam as relações sociais no grupo doméstico pode reforçar o domínio de alguns interesses sobre outros, dificultando a expressão de valores e expectativas dos que normalmente são esquecidos ou não reconhecidos suficientemente nos espaços em que se definem as regras, seja público ou privado.

A autoridade do responsável pelo estabelecimento familiar está relacionada aos padrões culturais implícitos nas próprias atividades econômicas que aí se desenvolvem. Como demonstraram autores como Galeski (1975) e Seyferth (1985), os membros da família camponesa constituíam uma unidade produtiva agrícola sujeita à autoridade do pai, que era ao mesmo tempo gerenciador e proprietário e cujo poder de decisão dificilmente era contestado. Neste caso, os filhos são, ao mesmo tempo, trabalhadores e herdeiros do pai, sendo que a mãe,

e as mulheres de forma geral, se omitem porque sua opinião têm pouco poder decisório, tendo sua autonomia restrita mesmo quando são viúvas com filhos menores. Nesta situação, a autoridade materna é relativa, pois está de certa maneira presa às opiniões e decisões de parentes afins (o sogro ou cunhados) ou consangüíneos (o pai e os irmãos).

Como o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, é ele que investe no aprendizado das novas tecnologias e que mantém os contatos com técnicos ou agrônomos, como também faz a maioria das vendas e os contatos com os bancos (empréstimos e pagamentos), assim como é o elemento do grupo doméstico que participa de associações tais como cooperativa e sindicato (BRUMER, 2000). São também os homens que administram os recursos oriundos da atividade agropecuária, pois, mesmo que as mulheres participem juntamente com os maridos na tomada de algumas decisões, são eles que conduzem o processo decisório quando se trata de investimentos referentes à produção ou à reposição dos meios de produção necessários para a safra seguinte, sendo significativa a participação da mulher, ou eventualmente de todos os membros da família, apenas nas despesas destinadas ao consumo doméstico ou nas despesas referentes ao atendimento de necessidades individuais de consumo. Se existem recursos excedentes – as “sobras” – após o pagamento dos gastos de produção e atendidas as necessidades básicas de consumo, os homens é que os administram. Como regra geral, nem as mulheres nem os jovens têm uma renda própria, a não ser que os recursos sejam obtidos pela venda de seu trabalho a terceiros (trabalho assalariado), ou pela venda direta de produtos beneficiados por eles no estabelecimento familiar. Flora & Santos (1986), constataam que homens e mulheres usam os eventuais recursos “excedentes” de maneiras distintas, pois enquanto que eles privilegiam o consumo individual (bebida, lazer), elas favorecem as despesas com a casa e com o bem estar dos membros da família.

A saída dos jovens, a incorporação de atividades com metas contínuas de produção, a pouca disponibilidade de força de trabalho extra familiar, no meio rural, aliado ao seu custo e às exigências das leis trabalhistas, entre outras razões, levam à intensificação da força de trabalho das mulheres e dos adolescentes na unidade familiar, como alternativa à contratação de um trabalhador com tempo integral. Explica Tedesco (1999, p. 93) que, mesmo que o valor da força de trabalho agrícola medido pelo salário urbano seja baixo, é inviável economicamente para o agricultor familiar manter um assalariado.

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo, na agricultura, indicam que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Numa pesquisa realizada em Cruzeiro do Sul (RS), Brumer e Freire (1983/1984, p. 318) verificam que na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim. Paulilo (1987) destaca que o caráter “pesado” ou “leve” da atividade é relativa e culturalmente determinada, uma vez que, na esfera de suas atividades (doméstica), a mulher executa tanto trabalhos “leves” como trabalhos “pesados” (como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio). Esta constatação leva a perceber que o trabalho é considerado “leve” (com remuneração baixa) não devido às suas características, mas devido à posição ocupada na hierarquia da família por aqueles que o executam.

Assim, falar da noção de agricultura familiar exige que se dedique espaço às tensões internas. Entre os colonos há uma tendência a idealizar as relações familiares no passado, como espaço pleno de harmonia e respeito, “quando se respeitavam os pais”, “a palavra de pai e mãe era sagrada”, em oposição aos tempos de hoje, em que “os filhos já nem obedecem mais”. No entanto, autores como Renk (1997); Costa e Battistel (1983) afirmam ser necessário relativizar estas idealizações, tendo em vista que constatam em suas pesquisas alguns relatos de castigos físicos e de arbitrariedades domésticas revelados a contragosto, contrapondo-se à face solidária da família, principalmente em relação ao pai-patrão. Mesmo no passado, ressaltam os autores, não eram raros os casos de filhos que se retiravam da propriedade por discordar do pai, rompendo relações, ou mantendo-se à distância. A literatura aponta inúmeras situações de pais impedindo os filhos de estudar, ou dispensando tratamento desigual aos irmãos, o que rebate mais fortemente na clivagem de gêneros. Neste caso, o primado masculino cerceava a inúmeras mulheres o acesso à escola, principalmente entre as italianas.

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, gênero, cultura, língua, etc.) se exerce, para Bourdieu (1999), não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos do *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura para os atores. Neste sentido, *habitus* é, para Bourdieu

(1980, p. 88), o sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações, que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestrados, sem serem o produto da ação organizadora de um maestro.

O *habitus*, enquanto produto e produtor da história, assegura a presença ativa das experiências passadas que, internalizadas em cada indivíduo, tendem mais seguramente que todas as regras formais e todas as normas explícitas a garantir a conformidade das práticas e sua constância através dos tempos. Através do *habitus*, os atores interiorizam os valores, as normas e os princípios sociais que asseguram a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade

No que diz respeito à instituição escolar, importa abordar um aspecto específico da violência sentida pelas crianças nas escolas, quando era expressamente proibido falar qualquer palavra em dialeto italiano, no contexto do Estado Novo, no sul do Brasil. Ao se referir a esta forma de “violência simbólica”, Moser (1998) assinala que, talvez para as crianças, isto representasse uma norma a mais que se deveria observar sob pena de ser castigado. Ou seja, era um “não” somado aos muitos que compunham o seu cotidiano.

A proibição da manifestação de símbolos e da expressão da língua materna imposta aos descendentes de italianos interferiram em sua vida social, na religiosidade e na identidade cultural, ao mesmo tempo em que tolheram as iniciativas econômicas em curso naquele contexto, deixando marcas que se fixaram no imaginário e na memória das gerações subsequentes⁷.

Ao se referir à memória afetiva desta população rural, Moser (1998, p. 36) a entende como sendo o cultivo e o reconhecimento das raízes culturais, representadas por símbolos, como retratos, livros, cartas, objetos, cantos, armas (espingardas que tinham trazido da Europa e que aqui lhes eram muito úteis), lembranças, enfim, da terra de origem. A destruição destes símbolos materiais e da própria língua tirou algo que era muito caro a quem os possuía. Com isso os colonos foram atingidos emocionalmente. “Talvez esteja aqui toda a

7 Para Moser (1998, p. 28 e 29), a prisão de 24 horas constituía-se numa estratégia de disciplinamento exemplar. Através dela, reforçava-se o medo de tudo e de todos. Havia outra prática empregada com o objetivo de intimidar e amedrontar e imobilizar: a ameaça de ter que tomar óleo de ricino ou lubrificante como castigo, prática na qual transparece o grau de humilhação que esta forma de castigo acarretava.

força da violência simbólica”, sintetiza a autora. Com a desagregação da memória e com a proibição do uso da linguagem, deixa-se de praticar uma das mais conhecidas e importantes manifestações culturais dos imigrantes italianos: a prática das cantorias. Tendo em vista que os italianos cantavam muito, qualquer reunião era motivo para cantar. Ou, nos próprios depoimentos: “Todos aqueles cantos estão perdidos. A gente pegou moda caipira e moda brasileira”.

Os fundamentos teóricos do conceito de violência simbólica foram elaborados por Bourdieu (1977). À vista da relevância desta categoria para a abordagem das representações sociais construídas por aqueles que, tradicionalmente, não têm vez e voz no espaço rural, cabe sublinhar algumas implicações presentes na utilização desta categoria. Ao retomá-la em sua obra: “A Dominação Masculina”, Bourdieu (1999) afirma que, embora o sentido adotado nesta noção seja resultado de uma análise rigorosa, torna-se necessário prevenir contra os contra-sensos mais grosseiros comumente cometidos a propósito da noção de violência simbólica, e que têm todos por princípio uma interpretação mais ou menos redutora do adjetivo ‘simbólico’. Ao tomar simbólico em um de seus sentidos mais correntes:

Supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por esta forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. Ao se entender ‘simbólico’ como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente ‘espiritual’ e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, visa a destruir, fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação (BOURDIEU, 1999, p. 46).

Um outro mal-entendido apontado pelo autor refere-se à etnologia, supostamente considerada como um meio de restaurar, sob uma capa científica, o mito do “eterno feminino” (ou masculino) ou, o que entende ser mais grave, de eternizar a estrutura de dominação masculina, descrevendo-a como invariável e eterna. Ora, sublinha Bourdieu (1999, p. 47, grifos do autor), “longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são *produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução*, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas, como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado”. Os dominados aplicam, assim, categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação fazendo-as ser vistas como naturais. O que pode levar, na visão do autor, a uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo

sistemáticos, principalmente visíveis na representação que as mulheres fazem de si mesmas. Em suma, aderindo a uma imagem desvalorizadora da mulher.

As decisões e a afirmação social da família camponesa sempre estiveram associadas ao papel masculino, construindo-se algumas categorias para representar esta hegemonia: proprietário, chefe do estabelecimento, cabeça do casal, ou mesmo pai. Contudo, diversas iniciativas (impulsionadas por mulheres agricultoras ou por jovens rurais), muitas delas silenciosas, vêm reivindicando, nestes últimos tempos, ter vez e voz no gerenciamento das ações e decisões tomadas nas unidades de produção familiar. É neste contexto que as mulheres também “trabalham”, quando antes “só ajudavam” (RENK, 1997).

Em decorrência destas reclamações e aspirações e impulsionadas pelo movimento de mulheres agricultoras, elas conseguiram ser consideradas produtoras rurais, tiveram acesso à aposentadoria e outros direitos. Significaria este fato a redefinição de padrões culturais e a elaboração de expectativas para a permanência das mulheres, sob outras condições, nas comunidades rurais? Não aceitando a condição submissa de sempre, as mulheres podem elaborar estratégias para sair ou para tentar mudar, ou mesmo para se conformar, mas a recusa desta passividade passa a ser explicitada nos depoimentos, particularmente das moças. Esta procura por mudanças faz do movimento de mulheres do Sul do Brasil um referencial importante, apontado por diversas organizações feministas internacionais. Ou, como destaca Stephen (1996a, p. 33/34):

A razão principal pela qual uma atenção formal aos direitos das mulheres no Brasil resultou em mudanças concretas está claramente associada à presença de um forte movimento de mulheres. Uma ampla variedade de organizações de mulheres de base surgiu nos anos 70 e 80 neste país como parte do maior, mais diverso e, provavelmente, mais bem sucedido movimento de mulheres de toda a América Latina.

No que se refere, especificamente, ao processo sucessório, a criação de regras próprias entre os camponeses na transmissão do patrimônio familiar nem sempre esteve de acordo com o Código Civil, pois as práticas de herança assentadas no “direito costumeiro” tiveram como finalidade evitar a excessiva fragmentação das pequenas propriedades, o que ameaçava a reprodução deste campesinato (Seyfhert, 1985).

A necessidade de constituição de um direito agrário, tendo em vista que, atualmente, a maioria das questões que envolvem os agricultores se resolve perante a Justiça Comum, vem sendo apontada por Varella (1998, p. 404). Segundo o autor, juízes de convicção eminentemente civilista conduzem e julgam lides agrárias, envolvendo áreas jurídicas de caráter sensivelmente distinto. Assim, os problemas do campo, considerados

distintos daqueles da cidade, “deveriam ser tratados sob a ótica correta sob pena de se cometer graves injustiças”. Neste sentido, de forma distinta do direito civil, que é uma ciência extremamente individualista, o direito agrário se apresenta como um ramo social do direito, que não tem em vista apenas o bem-estar do homem em si, mas de toda a coletividade que está direta ou indiretamente ligada ao caso concreto.

Ao se propor uma justiça especializada para o tratamento das questões agrárias, isto não significa dizer que o Código Civil deva ser revogado, ou mesmo que não deva mais ser utilizado em nenhuma situação, mas que nos pontos específicos para o tratamento do “agro”, em questões que envolvam a terra, tais como as relacionadas com a reforma agrária e a justiça social no campo, o Código Civil deve apenas ser utilizado como fonte subsidiária, após terem-se exaurido todos os diplomas legais específicos e relacionados com o tema. No entanto, o autor enfatiza que o Código Civil é marcado por princípios de excessivo individualismo e pela extrema valorização da propriedade individual, sem qualquer noção da necessidade do cumprimento da função social da terra. Na atualidade, a noção de função social da propriedade vem substituir a antiga concepção de propriedade como direito inviolável, sagrado e ilimitado. Tal fato pode ser notado tanto no direito interno, quanto no direito internacional. Cabe sublinhar que o Estatuto da Terra e a própria constituição Federal de 1988 erigiram tal princípio como supremo.

No que diz respeito a avanços constitucionais, Paulilo et alii (1999, p. 8) afirma que as garantias constitucionais que o movimento de mulheres conseguiu no Brasil constituem-se em fato único na América Latina. Cita como exemplo a inclusão das mulheres como beneficiárias da reforma agrária e a possibilidade de um título conjunto de posse da terra para marido e mulher.

Ao analisar alguns resultados de pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul, envolvendo jovens rurais, Brumer (2000) apresenta algumas conclusões que considero importante destacar, visando sintetizar as representações que explicam o processo de reprodução de hierarquias e de desigualdades no espaço social rural. Para a autora, a seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para sua inserção, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como se dá a divisão do trabalho nos estabelecimentos agropecuários e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por crianças, jovens e mulheres; pelas tradições culturais que priorizam os homens em detrimento das mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnicizados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos

fora da agricultura para a população residente no meio rural e pela exclusão das mulheres na herança da terra. Estes aspectos reunidos participam da produção dos “outros”, dos esquecidos no mundo rural. Como se inserem as mulheres neste processo?

3.5.1) As mulheres

A delimitação de diferentes papéis entre os membros do grupo doméstico camponês e particularmente as representações formuladoras do lugar ocupado pela mulher, na família e no casamento, eram construídas e reproduzidas socialmente a partir de referenciais culturais que legitimavam a ingerência paterna na definição deste processo decisório, contribuindo para tal finalidade instituições como a Igreja e o Estado. Assim, o patrimônio fundiário, a família e os padrões culturais, ao reproduzirem desigualdades e hierarquias entre os gêneros e as gerações, representavam uma unidade indissolúvel no processo de reprodução social do campesinato. Em que medida estes “blocos” conceituais, num certo sentido, institucionais, são ainda sólidos nas representações de agricultores, mulheres e jovens? Ou, de outra maneira, até que ponto as visões de mundo rural construídas por mulheres e jovens questionam e desconstroem este edifício cultural/institucional?

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher não é mais, para Bourdieu (1999, p. 55), do que a dessimetria fundamental, “a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento”, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que está na base de toda a ordem social. Para o autor, as mulheres só podem aí ser vistas como objeto, ou melhor, como símbolos cujo sentido se encontra fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens.

Pesquisas recentes envolvendo mulheres rurais indicam que, ressaltando algumas diferenciações internas, concepções tradicionais de dominação marcam ainda a experiência e as representações sociais das mulheres agricultoras. Ser agricultora, para Carneiro (1996, p. 353), não é uma profissão, mas um “estado matrimonial”, isto é, a simbiose entre mulher e família, acrescida da valorização do homem como provedor e responsável pela respeitabilidade dos membros do seu grupo doméstico. Esta idéia transforma a renda do trabalho feminino em ajuda e sustenta, ainda hoje, a subordinação feminina à esfera masculina.

Particularmente no âmbito sexual - fortemente marcado, até recentemente, pelos conceitos da tradição cristã - verifica-se a predominância de uma percepção negativa da sexualidade humana. A condenação do desejo e do prazer sexuais, a ligação íntima entre sexualidade e procriação, a inferiorização da mulher em relação ao homem, por se lhe atribuir o papel apenas procriativo, isto sem falar na separação das esferas do corpo e da alma, marcam ainda a experiência e as representações sociais das mulheres agricultoras (TEDESCO, 1999, p. 178).

Diversas pesquisas apontam, também, a forte pressão da Igreja Católica no sentido de impedir qualquer tipo de controle da natalidade por parte das mulheres agricultoras, sobretudo as descendentes de imigrantes italianos. Gonçalves da Silva (2001, p. 147-148) conta que estas mulheres tinham um cotidiano muito duro, principalmente a partir da segunda geração, quando o número de filhos aumentou consideravelmente. Isto, associado às condições higiênicas e médicas da época, tornava a vida das mulheres muito difícil; além de todo o trabalho realizado no grupo doméstico, viviam em meio a inúmeras gestações e partos, mas perdendo muitos filhos devido ao trabalho contínuo na lavoura. Nas localidades pesquisadas por esta autora, era comum as mulheres trabalharem quase até a hora do nascimento da criança.

Dentro deste quadro surgem algumas questões instigantes que poderiam constituir um campo de pesquisa à parte. Neste contexto, como podem as mulheres expressar a afetividade? O que significa para elas o corpo? O que representava o nascimento dos filhos? Não ficavam contentes quando nasciam os filhos? Contribuições dos trabalhos de campo indicam que, ao nascer mais um filho(a), a família tinha que se alegrar com a “vontade” de Deus. A mágoa e a revolta, porém, que as mulheres não podiam expressar, se manifestavam na forma pouco paciente e amarga com que tratavam as crianças. Hoje se sabe que este comportamento poderia ser causado por depressão, mas naquele tempo era considerado maldade, preguiça e loucura. A mãe não podia falar que estava cansada, que gostaria que alguém passasse uma noite com as crianças. Quando uma criança morria, nascia outra; assim, um tratamento frio era a tônica da relação entre as gerações.

Diante do grande número de herdeiros e pouca terra, a estratégia mais simples era excluir as mulheres da herança. Neste caso, era feita uma diferenciação clara entre dote e herança, ambos associados ao casamento. Gonçalves da Silva (2001, p.156-158), ao se referir a esta estratégia, diz que era vista como “costume italiano”, embora também fosse praticada por colonos de origem alemã. Neste sentido, a mulher não herdava terras porque, a partir do casamento, fazia parte de uma outra família. Quando ocorria uma partilha por inventário, a

parte correspondente às herdeiras usualmente era passada a um dos irmãos por compra; assim, a única forma de acesso à terra para a mulher se dava através do casamento. Também só pelo casamento ela podia sair da casa paterna, quando então constituiria um outro grupo doméstico em terras do marido, passando a morar na propriedade do sogro. De um modo geral, ressalta Brumer (2000), as filhas mulheres não herdam a terra, a não ser que seu marido seja agricultor. Há outras exceções, como a falta de filhos homens ou quando a propriedade perde importância para todos os filhos.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma, para Bourdieu (1999, p. 45), na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere a eles a melhor parte. Além disso, é reforçada, também, por sua presença no que o autor denomina de *habitus*. Moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Esta representação da reprodução das desigualdades entre os gêneros é expressa no senso comum e dá sentido às práticas discriminatórias.

Segundo este ponto de vista, as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação destas relações desiguais de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, derivados da crença de que não se têm que pensar e afirmar como iguais e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que elas sofrem. Evidentemente, a adoção de conceitos como “transcendentais históricos” e “universalmente partilhados” geram alguns desconfortos para quem os utiliza, residindo aqui um dos contrapontos feitos a Bourdieu, com base na crítica de que estas representações acabam eternizando a estrutura de dominação masculina. Entretanto, como pode ser visto nas explicações “históricas” feitas pelo próprio autor, elas são, ao contrário, produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos, entre os quais os homens e as mulheres.

A intenção de se enfatizar a participação efetiva das mulheres nas atividades desenvolvidas nas relações sociais produtivas agrícolas tem-se acentuado, nestes últimos anos, como decorrência, sobretudo, da importância que os movimentos feministas tiveram em âmbito internacional, principalmente a partir da década de 60. Para Paulilo, De Grandi e Silva

(2000, p. 21), a maior visibilidade da participação feminina na produção agrícola tem servido de base não só para reivindicações trabalhistas por parte das mulheres, como vem alterando a visão sobre planejamento de importantes órgãos ligados ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, que passaram a incluir em suas agendas questões de gênero. A participação das mulheres no trabalho agrícola é bastante elevada mundialmente. Embora as cifras oficiais tendam a subestimar esta participação, alguns dados são expressivos para explicitar tal importância. Vejamos algumas informações sistematizadas pelas autoras:

Segundo BULLOCK (1994), três quartos das mulheres do mundo vivem em áreas rurais e a maioria delas trabalha na agricultura ou em atividades a ela relacionadas, além de que estas mulheres produzem diretamente cerca da metade dos alimentos. Na África, elas produzem e armazenam cerca de 80% dos alimentos que as famílias consomem [...] As mulheres do Terceiro Mundo são mães de 86% das crianças nascidas no planeta.

Alguns trabalhos de pesquisa apontam um aumento expressivo da participação de mulheres, e das moças em particular, nos sistemas integrados de produção agroindustrial de aves em grande escala, suínos e leite, entre outros. Sua participação também tem crescido nas unidades de processamento agroindustrial de pequeno porte destes produtos (o crescimento destas unidades nestes últimos anos foi impulsionado pelas iniciativas de agentes externos - governamentais e não-governamentais - que visam criar alternativas de ocupação e renda para os agricultores familiares). Se, por um lado, a participação nestes sistemas tem gerado alguns acréscimos no rendimento bruto dos agricultores, por outro, nem sempre as sobras financeiras (quando acontecem) e as decisões envolvidas na alocação destes recursos são apropriadas e legitimadas por todos os membros do empreendimento familiar, persistindo, ainda, desequilíbrios de gênero e geração que ocasionam constrangimentos e descontentamentos entre os jovens, de maneira geral, e as mulheres, em particular.

Cabe salientar, também, que estas relações de trabalho exigem, cotidianamente, um ritmo de trabalho e uma escala produtiva que, se no depoimento de agentes externos parecem menos desgastantes fisicamente que a "lida" na roça, pelas próprias mulheres são expressos como atividades que restringem ainda mais o tempo livre e os espaços públicos a elas reservados na vida social rural. Em suma, reproduzem-se, com novas formas, velhas hierarquias, (re)construindo-se representações indicando que "estes serviços são de mulheres", na medida em que "elas saem pouco de casa", "não vão de forma costumeira à bodega, à sede da comunidade com a mesma frequência que os homens", "elas têm filho pequeno", etc. Assim, "junta-se uma coisa com a outra" e a idéia de a mulher ficar em casa passa a ser cômodo para "todo mundo". Por que isso é serviço de mulheres? Por que não se

pode fazer um rodízio, de modo que num final de semana saia a moça, no outro o rapaz? A resolução de indagações como estas implica uma quebra de valores, pois estão em jogo padrões culturais, entre os quais a autoridade masculina.

Alguns depoimentos, porém, indicam que o destino da mulher de sempre se submeter começa a ser questionado pelas moças, seja repensando o casamento e seus valores, seja formulando estratégias vinculadas ao estudo e à migração para a cidade. Elas afirmam: se o meu destino é este, eu tenho a escolha, eu vou para a cidade (embora esta opção comece também a ser repensada em virtude das interações e diálogos existentes entre as que saem e as que ficam). As experiências compartilhadas acabam levantando alguns questionamentos sobre esta estratégia de saída como a única possível.

Até que ponto estas questões circulam na visão de mundo dos filhos(as) de agricultores familiares? Em que medida os jovens questionam os padrões culturais e os laços afetivos familiares? Antes de explicitar as representações dos filhos(as) de agricultores familiares em torno destas, entre outras questões, tema da terceira parte da tese, resta ver como se inserem os(as) jovens nas representações que (re)constróem os “outros”, os “esquecidos” no mundo rural.

3.5.2) Os jovens

Embora se verifiquem variações nos diversos contextos societários, devido à atribuição de valorações relativas a uma ou outra finalidade, ou ao emprego de métodos de produção diferenciados, toda família camponesa se propõe fins contraditórios: a salvaguarda da integridade do patrimônio e o respeito à igualdade dos direitos entre os jovens (Bourdieu, 1962, p. 59). O celibato de jovens não-primogênitos se constitui numa consequência extrema da realização da lógica deste sistema, percebido como o sacrifício natural do indivíduo ao interesse coletivo. No entanto, o celibato de alguns, por contribuir para salvaguardar a ordem social, ameaça atualmente os fundamentos desta mesma ordem.

Na França, o fato de um número muito maior de mulheres do que de homens deixarem as comunidades, seja para trabalhar na cidade, seja em virtude de casamento, bem como a constatação do celibato entre os herdeiros, passou a chamar a atenção de autores como Bourdieu (1962), entre outros analistas do campesinato. Por outro lado, o próprio celibato passa a ser visto, sobretudo pelos próprios jovens, como um destino absurdo e inútil. Este mesmo autor observa que o casamento com um camponês passa a ser desvalorizado pelas mulheres, em consequência da existência de visões de mundo diversas entre moças e rapazes.

Assim, o desregramento do sistema significa anomia, aparecendo o celibato como o símbolo mais manifesto da crise que afeta a ordem social.

O desequilíbrio demográfico entre os sexos, uma característica da população agrícola familiar na França, é explicitado por Roux (1998), indicando que na faixa etária de 20 a 29 anos (a idade em que normalmente as pessoas se casam) existiam, em 1995, 140 homens para 100 mulheres, fato este que acentua o celibato masculino. De acordo com este mesmo autor, em 1979 havia 22% de indivíduos celibatários com menos de 40 anos, contra 32% em 1995.

Na Europa Ocidental, o tema do celibato vem preocupando os órgãos públicos e as organizações profissionais agrícolas há muitos anos. Para Abramovay (1997b, p.33), uma das conseqüências da masculinização do meio rural europeu é a existência em vários países de agências matrimoniais especializadas em procurar esposas para jovens agricultores que não conseguem, em seu meio de origem, formar um novo núcleo familiar. Em nosso caso, o celibato também se apresenta como uma expressão simbólica da crise na ordem social camponesa? Apenas recentemente começa a ser percebido nos trabalhos de pesquisa uma referência ao celibato como uma estratégia, ao mesmo tempo que um problema, na família camponesa, particularmente no sul do Brasil. Todavia, a literatura tem ressaltado que nas formas sociais camponesas sempre houve um espaço restrito para a expressão das expectativas e valores dos jovens, tendo em vista que os padrões culturais que influenciavam a reprodução social de categorias nucleantes, como o trabalho familiar, o patrimônio da propriedade e o casamento, definiam papéis que subordinavam as aspirações pessoais dos membros da família aos interesses coletivos, cerceando a liberdade e a participação dos jovens no processo decisório. Às moças cabia um papel hierarquicamente inferior, seja no casamento, seja no processo sucessório.

No trabalho de pesquisa realizado recentemente com jovens rurais no oeste catarinense (Epagri/CPPP, 2001), embora se constate a existência de um diálogo em vários aspectos concernentes ao destino da propriedade (diferenciando-se, neste caso, dos padrões anteriores), é ainda muito precária a autonomia dos jovens no interior da família, isto é, poucos têm recursos, iniciativas próprias e até uma conta bancária. No caso das moças, a esta falta de autonomia os autores acrescentam a constatação de uma completa ausência de horizonte quanto a assumir responsabilidades na gestão do estabelecimento.

Alguns autores descrevem as principais estratégias acionadas na família para definir (ou na maior parte das vezes protelar) o processo sucessório. Obter para os filhos uma colocação no mercado de trabalho urbano era apenas uma das estratégias para evitar o

excessivo parcelamento da colônia. Uma outra forma de resolver o problema era bem menos freqüente e restrita aos colonos fortes: tratava-se de assegurar instrução técnica ou superior para pelo menos um dos filhos, que tinha a obrigação de desistir, depois, da sua parte na herança (SEYFERTH, 1985, p. 21). Outro costume, objeto de estudo de Gonçalves da Silva (2001, p.164-165), mais comum entre colonos de origem italiana, mas que também está presente entre descendentes de alemães católicos, era o estímulo a enviar filhos ou filhas para a carreira religiosa, mais comum no passado do que nos dias atuais. A vocação religiosa era tomada (pelos pais) como uma estratégia para reduzir o número de herdeiros. Nestes casos, os filhos renunciavam à terra ou ao dote (no caso das mulheres) e o que seria a indenização era tomado pelo seu equivalente no estudo.

Os reflexos do descontentamento dos filhos(as) são manifestos, nas representações formuladas a este respeito, pela recusa da condição de agricultor(a), expressa pelo movimento dos jovens em direção à sede dos municípios da região, em busca de oportunidades de trabalho ou mesmo de acesso a níveis superiores de educação. Neste quadro, o redimensionamento das unidades familiares se manifesta na expressiva diminuição no número de filhos por casal, como uma estratégia reprodutiva que revela redefinições culturais, bem como a busca objetiva para assegurar condições melhores aos filhos(as). Assim, a ênfase dos discursos é centrada na exclusão da juventude rural, colocando-se em relevo este fenômeno como um problema social. Para Renk (1997), embora a exclusão em relação a esta faixa geracional sempre ocorra, no discurso, torna-se mais agudizada e evidenciada. Já Paulilo (1996a) constata que o acesso à técnica pelos agricultores familiares possibilitou uma menor necessidade de filhos(as) para desenvolver as atividades produtivas da propriedade, resolvendo uma contradição histórica do campesinato, que consistia na demanda familiar de uma quantia expressiva de jovens para trabalhar como mão-de-obra na unidade produtiva e a escassez de terras para “colocar” todos eles.

A educação é um instrumento importante no projeto de vida dos jovens. No entanto, diversos estudos realizados na América Latina indicam que na agricultura familiar ocorre um fenômeno singular em relação a esta questão, na medida em que, segundo Durston (1996), fica no campo o filho ao qual *“la cabeza no le dá para más”*. Embora em Santa Catarina se verifique um dos mais elevados níveis educacionais do País, espaços rurais como o do oeste catarinense não fogem a este padrão cultural. Para os pesquisadores do Epagri/CPPP (2001), a geração que hoje mais pode candidatar-se à direção dos trabalhos agropecuários - os filhos que permanecem nas propriedades paternas e que já saíram da escola - têm formação educacional tão precária que confirma a asserção segundo a qual ou se estuda,

ou se fica no campo. Assim, segundo este ponto de vista, o baixo nível educacional dificulta o desempenho da atividade agrícola, e principalmente a organização e o desenvolvimento das novas atividades que se colocam para o meio rural.

Evidencia-se, ainda, nos quadros desta pesquisa, a existência de um enorme e crescente isolamento social dos jovens que vivem nas comunidades rurais, bem como a ausência de organizações representativas e de apoio, sobretudo nos segmentos dos agricultores economicamente mais fragilizados. No entanto, os dados sugerem que há um forte desejo de continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes, mesmo no caso daqueles que vivem em unidades com rendimento econômico precário. Este sentimento não é compartilhado pelas moças, que possuem uma visão bastante negativa a respeito desta alternativa profissional.

Para Abramovay (1997b, p. 33), estas expectativas diversas entre os jovens não podem ser explicadas por uma suposta atração especialmente favorável que o mercado urbano de trabalho seria capaz de exercer sobre as moças em detrimento dos rapazes. Na verdade, explica o autor,

São fundamentalmente as perspectivas que se oferecem no interior das unidades familiares de produção respectivamente para rapazes e moças que estão na raiz do viés de gênero dos processos migratórios. Em última análise, o que está em jogo aí é uma questão de poder: embora as mulheres participem do trabalho na propriedade no mínimo em condições iguais às dos homens, elas não têm qualquer acesso a tarefas que envolvam algum grau de responsabilidade ou de tomada de decisão. Da mesma forma, embora os questionários não revelem qualquer discriminação contra as mulheres nos processos sucessórios, o certo é que as moças não são preparadas para enfrentá-los: ao contrário, os próprios pais estimulam que saiam da propriedade e procurem sua realização profissional no meio urbano. Na pesquisa DESER/UNIJUI/ASSESSOAR (1992, p. 176) 64,9% dos pais preferem que seus filhos homens morem no campo: esta proporção cai para 48,1% quando se trata das filhas.

Visando introduzir a parte final deste estudo no contexto geral de onde resulta sua construção e representação, cabe resgatar alguns elementos centrais que integram o processo de delimitação da problemática da pesquisa e o recorte presente no modelo de análise. Parto da constatação de um movimento (migratório) de jovens na sociedade rural pesquisada, visto pelos atores locais e agentes externos como um problema social, que compromete o tecido social rural e a continuidade da agricultura familiar. Para adentrar nestas questões, organizei um modelo teórico-metodológico amparado em conceitos e representações que circulam em torno da pertinência da utilização da noção de rural para pensar as mudanças em curso na sociedade atual, particularmente aquelas que afetam os agricultores(as) familiares e os jovens.

Vendo o rural como construções sociais em conflito, busco fazer aflorar a visão dos grupos sociais rurais tradicionalmente esquecidos, as desigualdades e hierarquias na

agricultura familiar, particularmente aquelas que afetam mulheres e jovens, representações estas que nem sempre são as mesmas elaboradas por quem os está vendo “de fora”. Neste sentido, vejo o problema da migração como resultado da emergência de questionamentos em torno das representações hegemônicas do que seja o rural, manifesta nas noções, demandas e atitudes que conformam as visões de mundo destes jovens, materializadas em forma de estratégias, que objetivam redefinir conceitos, relações sociais de produção, padrões culturais, hierarquias e desigualdades que os prejudicam. Na segunda parte da tese, incorporei no debate alguns conceitos nucleares visando, por um lado, fazer algumas ponderações sobre a proposição da agricultura familiar “moderna” como modelo cultural de uma nova ruralidade e, por outro, colocar em relevo as representações e os fatores, externos e internos, que influenciam e conformam o processo de exclusão social na agricultura familiar.

Para visualizar a diversidade de interesses e as visões de mundo em conflito, que vêm sendo expressas nas representações dos filhos(as) de agricultores familiares no que se refere ao mundo rural, à família ou mesmo ao casamento, torna-se necessário problematizar a emergência da categoria juventude rural no cenário teórico e conceitual, para fazer aparecer a diversidade e a heterogeneidade de manifestações aglutinadas em torno da noção genérica de juventude. Neste sentido, os integrantes desta categoria social, embora referenciados numa matriz cultural que os identifica em determinados aspectos, e que eles mesmos procuram redefinir no seu cotidiano, explicitam projetos de vida com sentidos muita vezes divergentes entre si em que, uns apontam para a cidade ou mesmo para a universidade, enquanto outros demandam a propriedade. Visando colocar em relevo o significado e as implicações destas representações, passo a adentrar na terceira parte da tese, em que se localiza, também, um dos terrenos privilegiados de uma pesquisa de campo, o estudo de caso, possibilitando, assim, dar vez e voz a quem comumente não as possui, neste caso, os(as) jovens rurais.

Capítulo 4

O Rural na Perspectiva dos Jovens

Nesta parte da tese coloco em evidência o debate em torno do conceito de juventude. Identifico e discuto quem são os filhos(as) de agricultores familiares da localidade de Ouro/SC. Resgato suas memórias e representações referentes ao espaço do lúdico na agricultura familiar, e analiso o significado do trabalho no cotidiano dos jovens.

Ao fazer emergir, das entrelinhas dos depoimentos, como também das ações estratégicas cotidianas, suas expectativas e demandas de serem escutado, de serem reconhecidos, de serem entendidos, os jovens atores sociais representam a angústia e expressam os sentimentos de quem busca um lugar e um papel na sociedade. Um dos traços mais profundos da humanidade reside provavelmente nesta necessidade essencial de adquirir uma existência no olhar de um outro, de ser reconhecido e de se justificar de ser como se é (GUILLAUME, 1999). Em outros termos, obter uma identidade social, uma vontade de afirmar a dignidade do lugar que se ocupa no mundo social, sua utilidade para os outros, o desejo de ser...alguém. Mas para alcançar este lugar “digno”, que é construído nos embates travados cotidianamente nas relações sociais, é preciso suportar o peso de um controle normativo forte, enquadrando o jovem no seu percurso até o mundo adulto. As margens de manobra individuais são limitadas e/ou ampliadas relativamente às oportunidades que se abrem ou se fecham nos espaços representados pelos padrões culturais, nas políticas institucionais públicas ou privadas, no mercado de trabalho, no processo de busca dos direitos de cidadania e de inclusão social.

Neste sentido, a luta pelo reconhecimento de uma identidade social substitui a luta de classes? Os conflitos sociais traduzem, antes de tudo, as demandas de reconhecimento e não mais de lutas contra as desigualdades? Para autores como Gaulejac e Taboada-Léonetti (1994), esta luta pelo reconhecimento não passaria mais pelas solidariedades coletivas mas pelas lógicas individuais de competição, de diferenciação e de individualização. Com um ponto de vista diferente, considero que fazer emergir para poder incluir as representações e os anseios diversos dos jovens na sociedade rural envolve fatores externos e internos a este espaço, bem como ações coletivas e individuais, seja dos próprios jovens, seja daqueles que os representam socialmente.

Por outro lado, Guillaume (1999) alerta para o risco de se explicar alguns aspectos do processo de reprodução social apoiando-se somente na categoria “juventude” e perdendo

de vista que, atrás de cada trajetória de inserção social ou de mobilização coletiva, se encontra uma herança cultural e social, ou traços de patrimônios e capitais não meramente econômicos com que os grupos familiares asseguram a sua transmissão entre gerações. Sugere considerar, por um lado, o que os jovens herdam de sua família e de seu meio de origem, ou, ainda, a influência das representações “estruturais” naquilo que fazem ou são e, por outro, indica ser importante incorporar as maneiras com que os jovens se descrevem, identificam-se ou mesmo se movem em busca da realização de seus projetos de vida. Integra na análise as experiências e as representações pessoais (e sua interação no processo de negociação e diálogo com os outros), no que se refere ao problema focalizado, bem como as implicações dos capitais socioculturais, que se reproduzem pelas diversas gerações no processo de socialização dos jovens.

A migração de jovens aparece como símbolo e expressão de redefinições e questionamentos no espaço rural e na agricultura familiar. Para Renk (1997), é um sinal de crise. A inserção dos colonos no mundo e a migração dos jovens contribuíram para que as fronteiras rurais e urbanas se tornassem mais tênues, mais esgarçadas. No entanto, há neste movimento um aspecto que o diferencia das migrações das gerações anteriores. Estas novas migrações não são feitas, obrigatoriamente, para evitar o descenso social, evidenciando-se mais a negação da condição camponesa, do trabalho penoso inerente à vida da colônia. Assim, o assalariamento, mesmo com baixa remuneração, pode ser interpretado como melhor que a situação de dependência e subordinação dos filhos em relação ao pai-patrão.

O caráter seletivo dos processos migratórios recentes nas regiões de predomínio de agricultura familiar no sul do Brasil, e que tem resultado na “masculinização” acelerada do meio rural, não foi estudado e tem sido pouco citado nos estudos especializados (ABRAMOVAY, 1997, p. 32-33). Os documentos das organizações internacionais de desenvolvimento como o IICA, a FAO e a Cepal só recentemente começaram a tocar no assunto. Embora a migração seletiva não seja um fenômeno novo, o que impressiona é não só a ausência de estudos recentes a respeito, mas, sobretudo, a magnitude que ela parece estar assumindo nas áreas de predomínio da agricultura familiar do sul do País. Mais precisamente, em 1995 havia 5,2 milhões de homens a mais que mulheres na zona rural latino-americana. Nos grupos entre 15 e 29 anos, esta diferença chegava a 1,8 milhão – havendo 12% a mais de jovens homens (CEPAL, 1995, p. 8). Uma desproporção mais ou menos semelhante foi encontrada também na pesquisa da Pastoral da Juventude Rural do Rio Grande do Sul: seu universo compõe-se de 53% de rapazes e 47% de moças.

As evidências sugerem que os jovens reclamam por mudanças na condição social dos agricultores na sociedade e nos valores que fundamentam as relações de gênero e geração na agricultura familiar; todavia, por não encontrarem espaço para as transformações, mudam-se para a cidade. Por outro lado, os jovens migrantes buscam “mudar de vida” na cidade, mas encontram sérias dificuldades para o acesso aos direitos de cidadania e a sua inclusão na sociedade, não se integrando plenamente. Assim, embora busquem “mudar de vida”, eles mantêm uma forte identidade cultural com um “ethos” de colono(a) expresso na procura regular, nos finais de semana, pela sociabilidade das comunidades rurais.

Raramente consideradas, até recentemente, nas pesquisas sociais e nas políticas orientadas para a agricultura familiar, as representações e expectativas dos jovens rurais começam a inquietar a esfera pública, tendo em vista que a omissão está se tornando desconfortável para os técnicos, pela falta de perspectivas e espaços nos marcos dos modelos culturais e políticos vigentes nos quadros institucionais oficiais. Vêm-se aflorar questões ainda não respondidas de uma forma mais sistemática sobre o significado das mudanças vivenciadas e expressas pela juventude rural e suas implicações na reivindicação de uma nova ruralidade. Desta constatação surgem questões instigantes como: Quem é, atualmente, o(a) jovem rural? O que representa o rural na perspectivas dos jovens ?

4.1) O conceito de juventude

Visando abordar teoricamente as representações do rural que vêm sendo construídas pelos jovens - particularmente os filhos(as) de agricultores familiares -, cabe destacar as principais questões em torno da juventude elaboradas por alguns pesquisadores representativos do pensamento social contemporâneo. No colóquio realizado na cidade de Évora, Portugal, em 1999, reunindo estudiosos do Grupo de Sociologia da Juventude da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa, os presentes constataam a emergência de um fenômeno de transgressão, ou seja: quem somos nós para falar da juventude? Temos legitimidade para falar? A qual juventude nos referimos? Como falar? É necessário ainda falar? Afirmam que a categoria juventude, ela mesma, poderia se constituir objeto de uma longa investigação em que as raízes se perderiam na origem dos tempos (LEVI e SCHMITT, 1996).

Se a maior parte dos autores não hesita em colocar em causa as maneiras de estudar a juventude, alguns se interrogam explicitamente sobre a legitimidade de fazê-lo e expõem os limites do empreendimento: crítica da posição do sociólogo, daquela do

interveniente, daquela de toda uma geração que julga a juventude atual a partir de si própria e que lhe impõe os critérios de sua própria precariedade. Não é por acaso que se escolheu para abrir o colóquio, acima referido, uma questão previamente inspirada na polêmica afirmação de Pierre Bourdieu: “a juventude não é mais que uma palavra”. Neste sentido, indaga-se: A juventude não é mais que uma palavra? Não seria abuso de linguagem reunir realidades tão diferentes que se encontram sob a categoria “juventude”?

Abordar teoricamente a juventude representa desafio, estabelece Teles (1999), na medida em que considera esta categoria como sociologicamente problemática. Além disso, a sociologia da juventude não pode se prevalecer de nenhuma tradição acadêmica, permanecendo uma especialidade controversa ou uma temática abordada de viés, isto é, enquanto uma questão de família, de educação, de “*déviance*”, etc.. Para esta vertente de pensamento, poder-se-ia, inclusive, questionar se a juventude existe enquanto realidade social. Autores como Galland (1991) e Mauger (1994) já discutiram este impasse metodológico.

A fronteira entre juventude e maturidade é em todas as sociedades um jogo de lutas, na medida em que as divisões, seja em classes de idade, seja em gerações, são variáveis e um jogo de manipulações; quer dizer, não são dadas, são construídas socialmente (BOURDIEU, 1984, p. 144-45). A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, e o fato de falar de jovens como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de transferir estes interesses a uma idade definida biologicamente, constitui uma manipulação evidente. Neste sentido, seria necessário, ao menos, analisar as diferenças entre as juventudes. Ou, como afirma o autor: “é um abuso de linguagem formidável subsumir, sob o mesmo conceito, universos sociais que não têm praticamente nada de comum” (BOURDIEU, 1984, p. 144 e 145).

Esta idéia de Bourdieu sobre a noção de juventude repercute, ainda hoje, no meio intelectual, gerando uma série de interpretações. Ao analisar essa visão de Bourdieu, Hamel (1999) entende que este autor se esforça para mostrar que a juventude toma corpo em função de disposições e posições sociais, que constituem o fio condutor de sua teoria sociológica do *habitus*. Em outros termos, ela se forma segundo as diferentes espécies de capital – escolar, cultural, econômico, relacional, etc. – de que usufruem seus detentores. Este capital, colocado em jogo, vem regular, senão determinar, sua condição de jovem. “Juventude” é, pois, uma palavra que dissimula disposições e posições sociais extremamente diferentes em virtude das quais uma juventude, ou a juventude, é pouco tomada em consideração. A palavra constituiria, segundo este ponto de vista, uma “ficção” e não teria, em conseqüência, sua razão de ser em sociologia. Assim, a juventude não seria mais que uma palavra e a fórmula

significaria para Bourdieu um apelo a riscar seu uso. Juventude, ser jovem, desfrutar desta condição, destaca o autor, são expressões que respondem em cada caso às posições dos campos sociais que fixam a detenção das diversas espécies de capital – cultural, econômico, relacional, etc.

Fazendo um contraponto a esta visão, vejamos como outros autores concebem a noção de juventude. Galland (1991) considera a juventude como uma categoria social historicamente construída, sendo possível analisar a formação e as transformações de suas representações ao longo do tempo, até o paradigma sociológico do século XX. Hobsbawm (1997) considera que a abordagem do conceito de juventude é relativamente recente, sendo enfatizado a partir do século XIX.

A quantidade e a qualidade das obras que abordam, atualmente, o tema da juventude já são suficientes para formar uma base graças à qual se pode começar a falar de uma “sociologia específica”. O estudo da juventude poderia constituir uma porta de entrada para o estudo da sociedade, pelo atributo de novidade que invariavelmente as gerações sucessivas de pesquisadores lhe atribuem (GAUTHIER et alii, 1999).

De acordo com este ponto de vista, o sociólogo precisa evitar a representação que vê na juventude apenas uma palavra e se livrar da mera crítica semântica, visando esclarecer a condição social efetiva dos grupos de indivíduos incluídos sob a categoria “jovens”, a partir de realidades social e historicamente situadas. Ou seja, os jovens existem: “pode-se encontrá-los!” (GUILLAUME, 1999, p. 253). Propõe ultrapassar a questão meramente semântica e ver como eles são considerados pela sociedade e por si próprios, como tentam construir, hoje, seu lugar nos espaços que eles escolhem, ou que lhes são assinalados.

Alinhando-me com estas proposições, considero que as dificuldades encontradas para a adoção do conceito de juventude, no nosso caso juventude rural, não impedem nem desqualificam a sua utilização; pelo contrário, representam uma grande oportunidade para (des)construí-lo, dialogando com os filhos(as) de agricultores familiares e buscando noções representativas deste segmento social, comumente utilizadas sem a devida vigilância (e prática) epistemológica. Ao se referir à categoria juventude rural, inúmeros agentes e instituições externos, que pensam ou representam as políticas e as intervenções no espaço rural, o fazem desconsiderando ou não problematizando a heterogeneidade presente entre seus membros. Este descuido alcança também os pesquisadores de campo, podendo prejudicar seriamente os resultados esperados, tendo-se em vista que as iniciativas, em grande parte das vezes, não alcançam as expectativas e os anseios diversos que atualmente caracterizam os(as) jovens.

Numa longa lista de representações, que refletem bem a extensão, a complexidade e as transformações que têm afetado a noção de juventude, no tempo e no espaço, este conceito emerge tanto como a representação de uma personalidade ou de um indivíduo, quanto como um conjunto de pessoas que apresentam a qualidade específica de ser jovem, como uma construção histórica ou mesmo como um período de indeterminação profissional e matrimonial (TELES, 1999). Ou seja: a cada fase histórica, seu tipo de juventude e seu personagem-modelo ou emblemático. Ligado às demandas dos poderes políticos ou aos interesses dos diferentes produtores de “conhecimento”, como os pesquisadores, os trabalhadores sociais ou as pessoas engajadas nos movimentos de jovens, este processo deve igualmente muito às mudanças econômicas, sociais e culturais das sociedades. Em realidade, verifica-se uma multiplicidade de designações que contêm as representações mais importantes do ponto de vista dos que as constroem: as definições devem, pois, variar de uma classe social a outra, no seio de uma mesma classe social, entre os gêneros, entre cidades, entre a cidade e o campo, etc.

Vejam outras poiêmicas que circulam em torno deste debate. A juventude é concebida por Galland (1985, 1993, 1996), um dos principais sociólogos da juventude na França, sob a luz da noção de “entrada na vida adulta”. Deste ângulo, ela é vista como uma passagem que se efetua sobre dois principais eixos: o eixo escolar-profissional e o eixo familiar-matrimonial. Estes marcos são em número de quatro: o fim dos estudos, o início da vida profissional, a partida do domicílio familiar e a formação de um casal. De acordo com esta perspectiva, o calendário de entrada na vida adulta e, por outro lado, o fim da juventude se estabelecem em virtude da ultrapassagem destes quatro marcos, os quais teriam por mérito, assim como o calendário de entrada na vida adulta, dar ao tratamento da questão da idade e, por conseqüência, da juventude, um suporte objetivo ligado às práticas sociais identificáveis. Nesta via, a idade adulta se concebe como a autonomia econômica, residencial e afetiva.

Para esta linha de pensamento, alguns aspectos educacionais revelam um alongamento da juventude ou, em outras palavras, uma entrada tardia na vida adulta. Com efeito, os dados mostram um alongamento da escolarização na maior parte das sociedades ocidentais. Algumas pesquisas feitas na França, como no Canadá, confirmam tal tendência. Na França, particularmente, a idade média do fim dos estudos cresceu dois anos entre a geração nascida em 1963 e a nascida em 1971, enquanto a porcentagem dos jovens que freqüentam a escola aos 20 anos tem mais que dobrado entre 1983 e 1992. O alongamento da juventude é visto, então, como decorrência das dificuldades que sentem os jovens de se inserir no mercado de trabalho, de se integrar de pleno direito na vida profissional.

Verificamos que freqüentemente, na França, se faz alusão à formação profissional dos jovens. Este fato, já foi apontado por Gauthier et alii (1999), ao afirmar que a entrada no mercado de trabalho domina, atualmente, a produção dos trabalhos em língua francesa sobre os jovens. Para esta autora, os estudos de língua inglesa estão mais preocupados com a juventude no que diz respeito ao risco: toxicomania, delinquência, suicídio, etc. Em que pesem as raras exceções, constata Zoa (1999), o que se diz sobre os jovens na África, hoje, concentra-se em delinquência, prostituição, droga, violência e insegurança. Guillaume (1999) vai além e ressalta que a juventude sempre foi objeto de preocupações ligadas a um projeto moral de enquadramento, além de, na esfera política, se projetar uma imagem dos jovens que está longe de ser aquela proposta pelos numerosos trabalhos empíricos dos sociólogos da juventude.

Ao invés de se perguntar como os jovens se tornam adultos, Roulleau-Berger (1999) propõe que se examinem as “competências da experiência” que os jovens desenvolvem através de múltiplas determinações que marcam sua trajetória de vida. Para se apreender a complexa realidade dos jovens, segundo este ponto de vista, é importante fazer uso de um quadro teórico que tenha em conta, concomitantemente, os efeitos da estrutura, dos atores e da interação entre ambos, sem privilegiar um em relação a outro. Assim, a questão da permeabilidade entre estes mundos sociais, dos modos de passagens de um mundo a outro, fortalece, para o autor, o campo teórico. Analisando as representações sociais do estatuto dos jovens no contexto belga, Guillaume (1999) mostra os limites da sociologia atual, marcada de normatividade pelo uso que faz da idéia de passagem ou de transição para a vida adulta, em que os marcos habituais - inserção profissional, inserção residencial, formação do lar - excluem numerosos jovens contemporâneos.

Verifica-se, assim, que estes autores não enfatizam a juventude exclusivamente enquanto idade da vida, mas como uma categoria social hoje prejudicada na sua relação com o mundo do trabalho e com as políticas de inclusão social, freqüentemente artificiais, que depositam nas responsabilidades individuais as causas do fracasso, desconsiderando a influência dos mecanismos estruturais de produção das condições sociais. Considera-se, também, que as novas formas de socialização, a escola por exemplo, não chegam a responder à demanda cada vez maior desta massa de jovens que têm necessidade de formação para entrar no mercado de trabalho, para enfrentar os desafios das renovadas relações sociais de produção. Coloca-se em relevo uma inadequação entre as expectativas dos jovens expressas nas novas atitudes face à família e à sexualidade, por exemplo, e as respostas formuladas pelas instituições. Neste sentido, interrogar-se sobre o lugar dos jovens é também perguntar

qual tipo de sociedade civil e política acolherá e enquadrará este segmento da população (SAWADOGO, 1999).

Através da atenção localizada nos jovens é toda nossa realidade social contemporânea que é possível alcançar de maneira original. Para isso, é fundamental abordar a questão da emergência dos jovens não somente face à mudança social, mas nela própria, sob o ângulo da cultura, isto é, explicitando o conflito entre ideologias e visões de mundo concorrentes, num processo de evolução rápida, influenciando a vida cotidiana dos jovens, implicando a emergência de uma cultura original através da qual eles exprimem a vontade de se verem protagonistas das mudanças em curso. Segundo esta linha de pensamento, novos valores aparecem como antípodas daqueles da geração precedente, como o pluralismo político, ideológico e cultural, ao mesmo tempo que uma procura de autenticidade na definição de si mesmo. Os jovens seriam mais “barômetros” das mudanças em curso que sua vanguarda?

Os estudos sobre juventude tiveram a tendência, em particular depois dos movimentos dos anos 60, de fazer dela a vanguarda da mudança. Recusando ver os jovens atuais como “atores”, Rose (1999) entende que eles são mais “sujeitos” das mudanças em curso, sobretudo aquelas do mundo do trabalho. Outros, pelo contrário, vêem a oportunidade para se inventar novos espaços em que os jovens podem viver sua juvenildade: os espaços aleatórios, em que eles afirmam simbolicamente sua identidade, e os lugares em que eles podem desenvolver um sentimento de pertença além da precariedade que os circunda (ROULLEAU-BERGER, 1999; PARAZELLI, 1999; MOLGAT, 1999). O aparecimento da representação da juventude, tal qual nós a conhecemos hoje, se deve à separação entre a esfera do privado (intimidade), simbolizada pela família, e a esfera do público, que pertence à coletividade e à sociedade. O jovem é, neste sentido, o personagem sobre o qual a sociedade deposita suas crenças, suas esperanças futuras, no aparecimento de renovações, mas ao mesmo tempo ele a ameaça.

Em suma, a categoria “juventude” ocupa, assim, um papel de “marquage” social, ou seja, ela unifica simbolicamente um grupo que é composto diversamente, que encobre realidades socialmente diversificadas. Ela reflete igualmente “universos” sociais distintos a que se ligam instituições, especialistas, pesquisadores, políticos, porta-vozes, representantes, ministérios e serviços que devem sua existência a este grupo social. Assim, a história da juventude também se deve à história das diferentes maneiras de pensá-la, à história dos profissionais que lhe devem sua atividade. Hoje, na França, o debate se centra em torno de uma juventude “moderna”, ou muito mais em torno de um conceito “revisitado” de uma

juventude “revalorizada” que leva a debater até mesmo a utilização do termo “moderno” (TELES, 1999). Para Mauger (1994), se esta concepção está ligada a um grau de independência e de autonomia, que não existia antigamente, ela exclui os jovens do meio popular, que permanecem, ainda, à parte do que representa o “moderno”.

O processo de socialização dos jovens, fase de aprendizagem e de integração à sociedade, comporta, para alguns autores, a obtenção de um estatuto social e a formação da personalidade pela interiorização de normas e valores e pela projeção simbólica dos papéis sociais (LAPEYRONNIE, 1994). Esta socialização se produz em momentos diferentes segundo os grupos sociais (TELES, 1999). A formação de indivíduos “autônomos e sociais”, aos quais se busca transmitir racionalidades culturais orientadas para as expectativas de uma determinada sociedade (e aqui a escolarização, ao lado da família, joga um papel muito importante), constitui-se num processo pautado em relações contratuais e antagônicas, resultantes de uma dinâmica conflituosa, não-harmoniosa, que marca as relações humanas. Neste processo, verifica-se a polarização de visões entre os grupos sociais; por um lado, alguns segmentos procurando impor suas representações, marcadas pela hegemonia cultural, pelo individualismo e instrumentalismo das ações e relações; por outro, determinadas categorias sociais enfatizando a ação coletiva e a existência de diferenças, de oposições, de hierarquias bem delimitadas, definidas pelas estruturas de interesses e de poderes.

Autores como Teles (1999) sugerem uma verdadeira pedagogia da confiança e da participação, que pode se apresentar como alternativa, jogando um papel de aprendizagem da descoberta de si no reencontro do outro. A adoção de uma forma alternativa de comportamento, fundada sobre a construção de uma cultura particular (traduzida como instrumento de resistência), tem função importante em certas ações que podem ser dirigidas aos indivíduos ou às regras e símbolos sociais e culturais, questionando costumes e normas da sociedade.

Visualiza-se, nestas representações, enfim, a elaboração de questionamentos à concepção que apregoa a juventude como uma simples fase de transição para a vida adulta e também faz ressalvas ao processo de socialização ao qual esta juventude é submetida. Tal processo não é mais visto no sentido clássico do termo, tendo incorporado a noção de aprendizagem do jogo social, que relativiza a mera interiorização de valores ou de esquemas dominantes, fazendo aflorar interesses e expectativas diversas. Partindo de uma concepção pautada na “construção social da realidade”, em que representação e fenômeno se constroem conflitivamente, incorporo, assim, um processo dialético para abordar as representações dos jovens, cujas visões de mundo e práticas cotidianas construídas por eles próprios repercutem

sobre as definições elaboradas para explicar estes fenômenos, enquanto a construção de qualquer categoria social não se realiza sem interações com o fenômeno observado.

Avançando na abordagem das representações que vêm sendo construídas em torno dos jovens rurais, cabe propor para debate algumas constatações resultantes de uma pesquisa de grandes dimensões realizada na França, em 1986, que tem por objeto estes mesmos jovens, coordenada por Yves Lambert (sociólogo do Institut National de la Recherche Agronomique - Inra) e Olivier Galland (sociólogo do Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS). Esta investigação teve a originalidade de abranger as principais dimensões da vida dos jovens, não se limitando à formação e inserção profissional, mas incorporando também categorias até então superficialmente abordadas nos trabalhos e pesquisas, entre as quais as relações de parentesco, a moradia, os lazeres, a sociabilidade, a vida sentimental, as atitudes sociais, religiosas, cívicas e políticas, e a relação com o espaço local. Por que um livro sobre os jovens rurais? Os autores explicam que, até aquele momento, não se dispunha de nenhuma grande enquête sobre os jovens rurais franceses. Entre outras, é importante destacar as questões centrais que orientaram a pesquisa: O que têm de particular os jovens rurais? Como eles vêem o rural? Que ruralidade eles constroem? Como se desenvolve a inserção sócio-profissional dos jovens rurais?

A título de ilustração, extraio algumas conclusões elaboradas pelos autores. Eles verificam que os jovens rurais não formam mais um grupo homogêneo; não existe uma juventude rural, mas várias, assim como existem várias juventudes em geral, não querendo isso dizer, ressaltam, que a juventude não é mais que uma palavra, fazendo referência à celebre e polêmica afirmação de Bourdieu (1980). Indicam, também, que a juventude rural é dividida em dois grupos cujas diferenças sociais e ideológicas são notadamente pronunciadas. Por um lado, existem carências e privações, como baixa formação, ausência de emprego, precária definição de si e baixo engajamento social e político; por outro, presença de todos os indicadores de uma integração social e econômica, mesmo que isto não seja acompanhado de uma integração política em níveis equivalentes.

Cabe colocar em relevo uma constatação da pesquisa, que chama a atenção de forma singular. Ao se indagar aos jovens se eles se sentem diferentes dos jovens que vivem na cidade, na maneira de ser e nas opiniões, obteve-se a seguinte resposta: um terço dos jovens rurais responderam que sim, enquanto 56% disseram que não. Significativamente, a taxa de jovens rurais que se sentem diferentes dos citadinos se eleva a 36% entre os jovens de 25 anos; a 37% quando ao menos um dos pais ou um dos avós é originário da mesma comuna que eles; a 40% quando eles declaram querer viver no meio rural (contra 25%, que querem

viver na cidade); a 43% quando eles declaram estar bem aqui e não querer viver longe; a 45% quando eles são casados e a 47% quando eles são ativos agrícolas. Existem, portanto, os extremos; de um lado, os jovens “rurbanos” de 19 anos, próximos da cidade, sem fixação local, aspirando a viver numa grande cidade, e, de outro, os jovens de 25 anos, fortemente enraizados na sua comuna, desejando ficar e projetando ser agricultores.

Visando compreender, além destas, outras representações e questões em torno dos jovens rurais, torna-se necessário descobrir os olhares que os jovens depositam não somente sobre sua própria situação, como também na sociedade que os circunda, pondo-se à sua escuta a fim de apreender deles como eles mesmos se vêem e se expressam num contexto de crise e de incerteza que os afeta e coloca à prova seu dinamismo e sua capacidade de invenção e criação (ZOA, 1999).

Assim como Geertz (1999), que procura identificar como as pessoas que vivem nas sociedades locais se definem como pessoas, e de que se compõe a idéia que elas têm do que é um “eu” nestes espaços sociais, ao analisar as representações dos jovens rurais na localidade pesquisada, tento chegar a esta noção, íntima, procurando, e depois analisando, as formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – em cujos termos estes jovens realmente se representam para si mesmos e para os outros, nos diferentes espaços sociais em que circulam. Este mesmo autor considera que o estudo interpretativo da cultura representa um esforço para aceitar a diversidade entre as várias maneiras que os seres humanos têm de construir suas vidas no processo de vivê-las.

Também é importante interrogar-se sobre as estratégias de transmissão dos haveres e saberes pela via da herança e da aprendizagem, tendo em vista as complexas e dinâmicas trocas entre gerações. Recorrer à análise do conhecimento conceitual dos jovens, e dos modos de afirmação da identidade, implica não se perder de vista a dimensão social deste processo. Primeiramente, porque a identidade supõe alteridade, isto é, os jovens evoluem ao olhar do outro, um olhar que unifica o que é apresentado a ele em forma de fragmentos (TELES, 1999). Nesta perspectiva, todo interlocutor permite também ao jovem tomar posição, desenvolver um saber – discursivo ou prático – e afirmar uma identidade social, sabendo-se que nesta afirmação identitária há uma dimensão coletiva, uma condição comum a outros indivíduos, que se configura nas atividades exercidas, nos espaços compartilhados, nas visões de mundo e na cultura destes jovens. Esta dupla perspectiva é, portanto, complementar.

Abordando alguns trabalhos contemporâneos sobre a juventude, Hamel (1999, p. 16) sugere que a maneira de enfrentar esta questão passa pelo que ele chama de “epistemologia prática”, isto é, estudos de caso que permitam a articulação das teorias e

conceitos com a explicação sociológica. Visando fazer aflorar a visão de mundo rural que vem sendo construída pelos jovens, a partir das representações expressas pelos filhos(as) de agricultores familiares da localidade pesquisada, passo a analisar o caso estudado.

4.2) Os(as) filhos(as) de agricultores familiares de Ouro

A pesquisa foi realizada no município de Ouro (SC), situado no Vale do Rio do Peixe, na região Oeste de Santa Catarina. No que diz respeito à escolha do município, cabe esclarecer que os limites administrativos de uma localidade, muitas vezes artificialmente delimitados, nem sempre contemplam a riqueza e a complexidade das características sócioeconômicas e ambientais que interagem no território, além de excluírem os vínculos institucionais e políticos que os grupos sociais rurais mantêm nas suas interações cotidianas. Ou, como se refere Renk (1997), a delimitação administrativa não corresponde, obrigatoriamente, ao espaço das instituições religiosas, recreativas, associativas, de crédito, comércio e outras afiliações de seus membros.

A cidade de Ouro está localizada na Microrregião geográfica de Joaçaba. Esta, juntamente com as Microrregiões de Concórdia, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste formam o que se denomina Mesorregião Oeste Catarinense. O Rio do Peixe, que corta o vale de mesmo nome, tem sua nascente na cidade de Caçador e continua ao longo das cidades de Rio das Antas, Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Ibicaré, Herval do Oeste, Joaçaba, Lacerdópolis, Capinzal, Ouro, Ipira e Piratuba, jogando suas águas, finalmente, no Rio Uruguai, na divisa com o Rio Grande do Sul.

Ouro limita-se ao norte com o município de Jaborá, ao sul com o município de Capinzal, ao leste com os municípios de Campos Novos e Lacerdópolis e a oeste com os municípios de Ipira e Presidente Castelo Branco. Possui uma área de 209 Km². O solo possui alta fertilidade, quase sempre pedregoso, situado em relevo forte, ondulado e montanhoso. A população está estimada em 7.419 habitantes, sendo 3.254 do meio rural e 4.165 do meio urbano. Do total de habitantes do meio rural, aproximadamente 1.683 são homens e 1.571 são mulheres, segundo o Censo Demográfico do IBGE, 2000.

O município possui 900 propriedades agrícolas distribuídas em 22 comunidades rurais. Existem 400 instalações de aviários em sistema de integração, bem como 370 produtores dedicando-se à atividade suinícola. Em Ouro se produz, anualmente, 142 mil cabeças de suínos, 24 milhões de aves, 640 mil sacas de milho, 6,2 toneladas de leite. Esta produção expressiva torna-o um dos mais importantes produtores agrícolas do estado. Nesta

localidade encontram-se em funcionamento 18 alambiques e 4 moinhos coloniais. No município estão organizados 18 clubes de mães, 13 clubes de terceira idade, 1 clube de diretores lojistas, bem como clubes de jovens distribuídos nas diversas comunidades e bairros. Existem, ainda, 121 estabelecimentos comerciais, 9 indústrias, 92 prestadores de serviços, 3 escritórios de contabilidade, 1 agência bancária, 1 hotel, 2 restaurantes, 2 farmácias, 3 postos de saúde. Quanto a grupos religiosos, há uma Igreja do Evangelho Quadrangular e diversas capelas da Religião Católica Apostólica Romana, predominando fortemente esta última religião. No que se refere a entidades associativas, existem 11 associações em funcionamento, bem como 1 sindicato de trabalhadores rurais.

Na área da educação, existem 2 escolas municipais, 2 escolas de educação básica da rede estadual, uma escola de alfabetização de adultos e centros de educação infantil. Quanto a grupos culturais organizados, cabe destacar o Coral “La Picola Itália Del’Ouro”, O Coral Infante-Juvenil, o CTG Tropeiros da Serra, o Grupo de Dança Italo-brasileiro de Ouro, os Grupos de Dança Sênior Parque Jardim Ouro e Centro da Cidade, o Grupo de Meninos do Projeto Social “Ouro em Flor”. O município possui o produto turístico da marca Del’Ouro, produzido pela Associação de Produtores Rurais. Como patrimônio público, existe o Museu Municipal da Cultura Italiana, localizado na Casa da Cultura colonial, que registra a história do povo desta localidade.

Das comunidades rurais localizadas nas partes mais elevadas do município de Ouro⁸, onde reside uma expressiva quantidade de famílias de agricultores integrados ao sistema agroindustrial de aves e suínos, visualiza-se, do outro lado do rio, no município de Capinzal, a unidade industrial da Empresa Perdigão S.A. A partir de sua produção nas propriedades agrícolas familiares, estas aves, assim como os suínos, são processados na indústria - particularmente através do trabalho de filhos(as) de agricultores familiares, em grande parte vindos das “colônias” de Ouro – para se converterem em mercadoria e circular nos principais centros consumidores do Brasil e de alguns países estrangeiros.

A maioria destes jovens nunca saiu ou pretende sair, conforme afirmam nas entrevistas, do próprio Vale. No entanto, longe de significar uma débil interação com o que se passa além dos limites geográficos, as observações indicam que os jovens apresentam motivações culturais não oriundas, determinadamente, do acesso às informações “sugestivas” captadas nas antenas parabólicas, presentes em grande número de famílias rurais, mas, sobretudo, do questionamento da sua condição social, da redefinição de valores e da busca

8 A escolha do nome de Ouro para representar simbolicamente esta localidade foi decorrência da coloração dourada das espigas de trigo plantado nestas colinas pelos colonos(as) que residiam em suas comunidades rurais.

pela ampliação do horizonte cultural, expresso no desejo de sair para estudar, conhecer outras realidades e “mudar de vida”.

Os agricultores das comunidades rurais de Ouro fazem questão de enfatizar, nos seus depoimentos, que trazem, na sua história, um pedaço do Rio Grande do Sul e um pedaço da Itália. Para elucidar alguns fatos que marcaram a vinda destes imigrantes para o Brasil, já que este processo traz alguns elementos de continuidade presentes nas suas representações e práticas cotidianas, é importante ressaltar que este fenômeno está inserido no movimento migratório registrado entre meados do século XIX e início do século XX, diretamente ligado à expansão do capitalismo europeu e às transformações das estruturas políticas, econômicas e sociais vigentes na Europa e no Brasil, herdadas de um período anterior, que era, na Europa, o feudalismo e, no Brasil, a escravatura (IANNI, 1979, p. 11).

Um grande contingente de camponeses emigrou da Itália. Segundo Alvim (1986, p. 22), até 1885, primeiro momento da emigração para o Brasil, as famílias que saíram da Itália pertenciam, em grande parte, ao universo dos meeiros, dos pequenos proprietários e dos arrendatários. Estes compunham a dinâmica das transformações que ocorreram no campo italiano com a expansão do capitalismo, que se configurou pela concentração da terra e pelo lento desenvolvimento industrial. Esta dinâmica criou as condições para que se estabelecesse o processo migratório. Neste sentido, a migração é vista como uma forma de resistência às duras condições de vida impostas pela penetração do capitalismo no campo.

Assim, a experiência com a exclusão social e a busca de liberdade, representada na propriedade da terra, passou a fazer parte do imaginário e das estratégias de vida das gerações de colonos que vivenciaram, posteriormente, o processo de migração interna no sul do Brasil. Tudo isso os migrantes trouxeram quando colonizaram e conformaram pequenos estabelecimentos familiares no Rio Grande do Sul, de onde partiram aqueles que colonizaram a cidade de Ouro, em Santa Catarina. O projeto comum de acesso a uma forma específica de trabalho: trabalhar para si, com sua família, numa terra que lhes pertencesse se expressava, para os colonos, na aquisição da propriedade, instrumento da liberdade e do direito de governar a si próprios. A organização interna da produção, baseada no caráter familiar da força de trabalho e no acesso à terra e aos meios necessários à produção, parecia garantir-lhes tal autonomia que, para ser mantida, era preciso que esta estrutura se reproduzisse.

A partir de 1910, com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, migrantes provenientes das zonas coloniais gaúchas iniciam o processo colonizador do oeste catarinense. Os motivos que impulsionaram tal processo são normalmente atribuídos à expansão populacional das antigas colônias. Nos estágios iniciais de seu desenvolvimento, a

reprodução numérica das unidades familiares não se colocava totalmente de forma problemática (CAMPOS, 1987). Cada filho homem que casava recebia dos pais uma nova parcela de terra que iria constituir uma nova unidade familiar, exceção feita para um dos filhos que normalmente ficava com os pais e herdava a terra deles (WOLF, 1970). A disponibilidade e o baixo custo de terras tornavam esta dinâmica possível. No entanto, as terras disponíveis vão se tornando progressivamente escassas, obrigando os agricultores a adotar outras estratégias de sobrevivência familiar, como o parcelamento da propriedade. Entretanto, ocorre que, na fundação das primeiras colônias, as parcelas de terras fornecidas a imigrantes eram maiores, com cerca de 77 hectares, o que permitia seu desdobramento em duas, talvez três parcelas. Depois de promulgada a Lei de Terras, em 1850, o tamanho dos lotes coloniais foi reduzido para algo em torno de 24 hectares, chamado, então, de uma colônia. Assim, passada a primeira geração de imigrantes, as possibilidades de divisão de terras eram limitadas (CAMPOS, 1987, p.104).

Neste sentido, limitados que estavam pela impossibilidade de parcelar sua propriedade, muitos dentre os colonos compravam terras em outras regiões e as doavam aos filhos que casavam a fim de as ocuparem e constituírem novas unidades familiares. Desta forma, muitos filhos de colonos deslocaram-se do Rio Grande do Sul e vieram ocupar terras no meio oeste de Santa Catarina, onde a disponibilidade, a fertilidade e o baixo preço das terras facilitaram a sua instalação, além do fato de que a estrada de ferro que cortaria o vale traria a possibilidade de um vínculo maior com o mercado.

No século passado, parte da área que hoje compreende a Microrregião Colonial do Oeste Catarinense encontrava-se situada em áreas de contestação de territórios, envolvendo o Brasil e a Argentina (LAGO, 1978, p.152). Ainda no século passado, em 1853, por desmembramento de São Paulo, que tinha seus limites estendidos até o Rio Uruguai, foi criada a Província do Paraná que pretendeu manter os mesmos limites. A então província de Santa Catarina não concordou com tal pretensão. Este fato, aliado ao clima de tensão gerado na área contestada, com a expulsão de antigos posseiros de suas terras pela companhia construtora da estrada de ferro e pelo desemprego de centenas de trabalhadores, ao término de tal construção, culminou com a eclosão da Guerra do Contestado em 1912, que se estendeu até 1916, quando foi firmado um acordo entre os dois estados estabelecendo as divisas atuais. A construção da estrada de ferro acaba por significar um marco na colonização oestina. Sobre a Guerra do Contestado, ver, entre outros, Auras (1984).

A partir de 1910, já concluídas as obras da estrada de ferro, intensificou-se a chegada de novos colonos de origem italiana ao atual município de Ouro e na região do Rio

do Peixe, fluxo que se prolongou até 1960, quando se inicia o fechamento da fronteira agrícola. Nesta época, Ouro era vinculado administrativamente ao município de Campos Novos, assim como Capinzal. Este, ao se emancipar, em 1948, requereu parte das terras pertencentes a Campos Novos, dentre elas Ouro. Anos depois, este último iniciou o seu movimento de emancipação, que veio a ocorrer em 1963.

Muitos colonos ao chegarem em Ouro ocuparam as terras sob a forma de posse, para só depois comprar o título de propriedade de órgãos oficiais ou de empresas colonizadoras, contraindo dívidas que seriam pagas posteriormente com os excedentes produzidos pelas famílias, fato semelhante ao ocorrido em outras localidades do oeste catarinense, e destacado nas pesquisas de Renk (1999) e Campos (1987) como um dos fatores que iniciaram o processo de subordinação da agricultura familiar ao capital mercantil. Assim, desde o início, estes colonos tinham como objetivo, além da produção para o autoconsumo, a produção de excedentes para o mercado. A terra para os colonos não era apenas uma “terra de trabalho”, um “patrimônio da família”, mas também uma terra que, através do trabalho, gerava dividendos para o pagamento das obrigações financeiras e, se possível, para a geração de riquezas.

As casas construídas reproduziam traços da arquitetura das antigas moradas da Itália, possuindo amplas varandas, um sótão ou sobrado sob a armadura do telhado, reservado para guardar objetos de pouco uso, e o porão, piso térreo, construído de pedras sobrepostas e colocadas de modo a formar uma firme parede lisa e impermeável. Neste local, provavelmente, encontraríamos pipas de vinho, vinagre e grapa; varais pendurando salames, toucinhos, copas, carne seca, etc.; e, suspensos por fios de arames, prateleiras de tábua com queijos e bacias de leite de onde era retirada a nata para a produção de manteiga. Encontraríamos também objetos de uso rotineiro, tais como artefatos destinados à indumentária de animais de carga e o pilão para descascar o arroz. O trabalho de resgate da colonização de Capinzal e Ouro, feito pela historiadora Brancher (1991), retrata com riqueza de ilustrações as iniciativas precursoras dos colonizadores, ao se instalarem nestas localidades.

Próximo à casa havia o pátio, o parreiral, o paiol, a estrebaria, o jardim, o pomar, a horta, o galinheiro e um abrigo com o tanque de lavar roupa. Neste espaço atuavam as mulheres que, além de ordenharem vacas, alimentarem galinhas e cuidarem da horta, do jardim e do pomar, cuidavam também dos afazeres domésticos e da fabricação artesanal de queijos, salames, compotas, etc (AGUIAR, 1993). A transmissão deste saber artesanal entre as gerações possibilitou, posteriormente, o processamento agro-industrial de alimentos em

pequena escala, materializado hoje em algumas pequenas agroindústrias existentes no município, que vendem os seus produtos com a marca Del'Ouro nos estabelecimentos comerciais e na "Casa Colonial", recentemente instalada na sede "urbana" desta localidade. Mas, principalmente, foi a apropriação deste conhecimento pelos comerciantes locais (muitos deles agricultores) que possibilitou a instalação, em 1937, das Indústrias Reunidas Ouro S.A., reconhecidas inicialmente pelos colonos como uma forma de cooperativa, uma sociedade, para posteriormente se transformar numa indústria propriamente dita. Mais precisamente, um importante frigorífico que fazia a compra, o abate e a transformação agroindustrial das matérias-primas (suínos, sobretudo) produzidas pelos "colonos de Ouro".

Nas propriedades destes colonos existiam piquetes e mangueiras para criação de gado de tração ou de produção de leite; ali também se criavam porcos soltos. Nas áreas planas e nas encostas agricultáveis eram feitas as lavouras de milho, feijão, trigo, arroz, etc. Neste espaço predominava o trabalho masculino, embora a mulher também participasse em determinadas fases, como as de limpeza e colheita das culturas (CAMPOS, 1987).

A dificuldade maior era o acesso ao comércio. Os trilhos da estrada de ferro passavam do outro lado do Rio do Peixe, na sua margem esquerda, onde foi construída a estação ferroviária (existente ainda hoje, em que pese a desativação da ferrovia) e ao seu redor foi se formando um núcleo populacional, a partir do alojamento de funcionários ocupados na manutenção e funcionamento da ferrovia e de alguns trabalhadores remanescentes da construção dos trilhos. Assim surge o atual município de Capinzal. Este fato contribuiu para que, na então vila de Ouro, se estabelecesse um tímido comércio, marginal àquele desenvolvido no distrito de Capinzal, onde os pequenos produtores encontravam maiores possibilidades de comercialização dos seus excedentes produtivos. Com a construção da ponte "pênsil" - denominada "Padre Mathias Michelizza" (grande incentivador da obra, naquela época), inaugurada em 1932 - ligando as duas localidades, estas transações comerciais foram facilitadas. Esta ponte é destruída por uma grande enchente em 1939; no entanto, em 1945 é reconstruída novamente.

A necessidade de produzir excedentes para o mercado estava ligada de imediato a alguns fatos objetivos. De um lado, era preciso adquirir bens que não eram produzidos nas propriedades, apesar de a maior parte das necessidades familiares serem supridas pela produção agropecuária e artesanal familiar. Por outro, estavam comprometidos com o pagamento da terra em que se haviam estabelecido. Em Ouro, assim como em toda a região, o núcleo colonial dedicava-se à produção de milho, suínos e trigo, atividades semelhantes às que eram desenvolvidas nas zonas de origem. Havia uma demanda local por estes produtos,

que foi aumentando principalmente a partir de 1930, com o crescimento urbano do então distrito de Capinzal, que experimentava uma nova dinâmica em sua economia, em função do desenvolvimento da indústria extrativa da madeira e erva-mate. Além disso, o transporte ferroviário facilitou o início das primeiras trocas comerciais, entre a região do Vale do Rio do Peixe e as antigas colônias gaúchas, através dos próprios imigrantes estabelecidos como pequenos comerciantes e que mantinham ligações com a região de origem. No entanto, diante da crescente demanda paulista por suínos vivos e banha, este eixo comercial foi desviado, deslocando-se via estrada de ferro para São Paulo.

As facilidades de transportes, possibilitadas pela ferrovia, intensificaram o comércio entre a região, de onde partiam produtos agrícolas, e o centro do País, de onde, por sua vez, eram trazidos produtos manufaturados. Desenvolveram-se as casas comerciais e começou o processo de acumulação de capitais comerciais gerados na própria região, de modo que tal acumulação já era significativa na década de trinta. A integração de um número crescente de novas unidades familiares ao ciclo comercial possibilitou o crescimento destes capitais. De acordo com Aguiar (1993, p. 47-8), é neste contexto que se insere a criação das Indústrias Reunidas Ouro S.A., cujo capital social era formado por associações de capitais comerciais locais. Localizada no atual município de Ouro, atuou, a princípio, no ramo da vitivinicultura, através de um sistema cooperativo, para posteriormente se estabelecer como uma casa de comércio. Passa, então, a atuar em outras seções, como ferragens, fazendas, armarinhos, secos e molhados, etc. Comprava e comercializava todos e quaisquer gêneros e/ou produtos agrícolas; sua atuação abrangia ainda o fabrico de tijolos, extração e beneficiamento de madeiras. Quanto a esta última atividade, ela foi dinamizada pela instalação, na beira do rio, de uma pequena fábrica de processamento de celulose e papel, hoje desativada.

Os agricultores buscavam nesta casa de comércio todos os bens de que necessitavam durante o ano, como sal, azeite, tecidos, sapatos, ferramentas, etc. Estes poderiam ser pagos ao final de cada safra com produtos agrícolas, oriundos da unidade de produção familiar, destinados à venda. Apesar de não haver um contrato formal, existia uma certa fidelidade por parte dos pequenos produtores na entrega de seus produtos à “Firma Ouro” pelo crédito recebido. Era, inclusive, a própria firma que determinava o preço dos produtos, sem a participação dos produtores neste processo. Em nível de representação, ela constituía, para os colonos, não apenas um espaço centralizador das trocas econômicas, mas também um símbolo das relações entre os membros da comunidade. Segundo Aguiar (1993, p.124-5), “lá se sabia das coisas da cidade grande, do comportamento, dos estilos de vida, dos

acontecimentos. Lá se encontravam os amigos e conhecidos, contavam causos, discutiam, falavam dos problemas enfrentados. Era também um espaço político, lá provavelmente discutia-se sobre as vantagens e necessidade de emancipação político-administrativa de Ouro”.

De acordo com este ponto de vista, os comerciantes assumiam papel de evidência, por intermediar o contato da colônia com o mundo fora dela, exercendo, assim, um domínio que se estendia da esfera econômica à cultural e política. A conduta paternalista e carismática era a base da relação de dominação entre comerciantes e agricultores. Este tipo de dominação, observada na relação destes colonos com as Indústrias Reunidas Ouro S.A., em que as trocas eram reguladas pela tradição, pelo privilégio, pelas relações de fidelidade e pela boa vontade, ilustra o conceito de dominação tradicional utilizado por Weber (1977). Nesta perspectiva, a estratégia de dominação baseada numa conduta paternalista não só relativizava a questão da “livre comercialização”, como também mascarava os conflitos existentes. Por outro lado, afirmar que “antes se vendia para quem pagava mais” não significa dizer que antes os agricultores participavam na determinação do preço dos produtos. Ocorre que, de fato, havia uma maior concorrência de mercado e, portanto, a demanda de suínos por parte dos vários frigoríficos existentes regulava a oferta do valor pago pelo produto.

Associando-se a capitais paulistas, as Indústrias Reunidas Ouro S.A. estabeleceram uma filial em São Paulo, o que veio a intensificar e ampliar o comércio local de suínos. Assim, vai se consolidando a existência de um mercado comprador seguro. Em Ouro, particularmente, passa a haver uma produção significativa de matéria-prima, envolvendo um número também significativo de agricultores, o que possibilitava uma oferta sistemática e crescente de suínos, necessária à instalação de um frigorífico que processasse a matéria-prima em nível local, empreendimento mais lucrativo que a comercialização do suíno vivo. Em 1963, dando início a uma nova fase na economia local, a da agroindustrialização, é instalado o frigorífico das Indústrias Reunidas Ouro, seguindo uma tendência da economia regional, caracterizada pelo surgimento dos primeiros frigoríficos no Vale do Rio do Peixe. Posteriormente, no auge do processo de concentração agroindustrial no oeste catarinense, entre 1981 e 1982, a empresa Perdigão S.A. incorpora as Indústrias Reunidas Ouro, permanecendo esta, hoje, apenas na memória dos antigos, nas instalações existentes na cidade de Capinzal, nos casarões da sede do município de Ouro e nas ruínas da antiga usina de energia elétrica à beira do Rio do Peixe.

A partir da presença desta grande agroindústria, constitui-se um novo tipo de relação entre os agricultores familiares e a indústria, assumindo a forma de “contratos de

integração”, que incluía atividades de fomento, como assistência técnica, fornecimento de animais de alta linhagem genética, medicamentos, rações e concentrados (produzidos pela própria indústria), equipamentos, ao mesmo tempo que assegurava a compra e o fluxo de produção. Assim, os agricultores integrados passaram a produzir matérias-primas exclusivamente para a empresa integradora. Desta forma, a agroindustrialização estreitava seus vínculos com a produção, de modo a regularizar a oferta e a padronizá-la. Em Ouro, assim como em todo o estado, as mudanças qualitativas na relação entre pequena produção e agroindústria marcaram uma nova fase da economia. As nuances deste processo podem ser percebidas nos trabalhos de pesquisa feitos por Campos (1987), Paulilo (1990a) e Aguiar (1993).

A assimetria das trocas entre agricultores e empresa, imposição do preço, pressão para que o produto não fosse vendido a terceiros e monopólio do comércio local são elementos encontrados nos dois tipos de comercialização, o antigo e o atual. Esta questão é explicitada por Paulilo (1990a). Para isso, a agroindústria se apropria também de alguns elementos tradicionais de dominação, mantendo como uma de suas bases de atuação uma conduta paternalista e clientelista nas relações estabelecidas com os agricultores, visando, sobretudo, atenuar os conflitos existentes.

Contudo, o descontentamento existe e está presente no cotidiano destes agricultores familiares, nas suas formas diárias de resistência, no seu lamento, no sentimento de abandono pelas autoridades governamentais, na consciência de que são explorados através do produto do seu trabalho, e no sentimento de injustiça, por não vê-lo recompensado. Estas nuances, presentes na economia e na vida social camponesa, estão muito bem descritas no trabalho de Scott (1976; 1986). Importa sublinhar, também, que a evolução posterior do mercado e do “contrato” entre a empresa e os agricultores tende a colocar em primeiro plano a dimensão econômica, deslocando-a do conjunto de relações sociais que conformam as comunidades rurais desta região, resultando na desagregação de importantes instituições, saberes e práticas que fundamentam o ambiente cultural destas populações (POLANY, 1980).

A comunidade e suas instituições culturais ocupam um papel significativo na integração e dinamização da vida social das famílias de agricultores. Ela se configura como uma sociedade dirigida por um grupo de pessoas que buscam representar os anseios das famílias envolvidas, mais precisamente sócios que contribuem com mensalidades e participam regularmente nos eventos que se realizam na sua sede, o “pavilhão” comunitário, em que se instala, comumente, a “cancha” (campo) de bocha. Bem próximo, ocupando geralmente o espaço central, encontra-se a igreja e, nos seus arredores, a escola e o campo de futebol. Neste

cenário se realizam os cultos dominicais, as festas em geral, os bailes e matinês, os casamentos, as reuniões comunitárias, as reuniões dos clubes de mães e de jovens, entre outras manifestações culturais. É, portanto, o espaço privilegiado para a expressão do lúdico, da religiosidade e do social. A organização das festas religiosas envolve direta ou indiretamente todas as famílias, seja na doação de prendas e oferendas, seja na sua viabilização ou mesmo na participação no dia do evento. É neste ambiente cultural que se dinamiza a socialização da infância e da juventude, através dos jogos e brincadeiras dos quais participam os grupos e “turmas” de crianças, moças e rapazes; é a partir da participação nos eventos que se materializa o mercado matrimonial e a realização dos casamentos, que por sua vez envolvem grande parte da comunidade, na organização da igreja, do pavilhão e no preparo do tradicional churrasco, banquete da festa geralmente fornecido pelos pais dos noivos. É neste espaço que se realiza, também, a iniciação escolar dos filhos(as) de agricultores. Embora em declínio no contexto atual, este “edifício” sociocultural não deixa de ser “restaurado” e colorido pelas gerações atuais, particularmente pelos jovens “cidadinos” que retornam aos finais de semana para participar dos eventos promovidos nas comunidades rurais.

O vínculo à terra, ao trabalho, à família e à comunidade conformam, desde os primórdios da colonização, o cotidiano destas famílias de agricultores de Ouro. Na propriedade se dá o processamento da produção agrícola, mantendo-se o caráter familiar da força de trabalho (sem prescindir do uso ocasional da mão-de-obra assalariada). A unidade de produção também constitui uma unidade de consumo. A adoção da policultura, a criação de pequenos animais e a produção de alimentos como base do processo produtivo configuram um conjunto de características e especificidades que se assemelham àquelas atribuídas, pelos estudiosos das sociedades rurais, ao campesinato tradicional. Estas categorias nucleares, instituídas pela tradição e pelas condições objetivas de sua existência, foram reproduzidas como valores e padrões culturais, regendo a conduta e as práticas dos membros das famílias. Este processo, no entanto, assume novas configurações e conflitos nas gerações atuais.

Neste contexto, os agricultores planejam e administram uma economia complexa que concentra no processo decisório da família (em que, geralmente, os homens possuem um papel hegemônico) a responsabilidade de produzir, comercializar, controlar as finanças e organizar a mão-de-obra. Um saber embebido na prática de uma cultura que se reproduz no cotidiano, na família, em que não se recusa a técnica, pura e simplesmente, na medida em que ela é traduzida para o seu campo de entendimento e de experimentação; com códigos próprios, e de acordo com seus interesses, adaptam-na à racionalidade dos planos a serem

executados, nas safras que se sucedem, nos novos lotes de animais. Assim, a mera transferência de tecnologias orientadas pela lógica econômica e que visa alcançar resultados imediatos, colide, muitas vezes, com esta lógica, que é impulsionada pela visão do todo, por um sentido de unidade no gerenciamento do processo produtivo, em que uma decisão específica sobre uma atividade não está dissociada das demais.

A estrutura produtiva das unidades familiares agrícolas de Ouro, com destaque, atualmente, para a suinocultura, a avicultura e a bovinocultura de leite, já que a maior parte da renda advém destas atividades, encontra-se ainda fundamentada no sistema de policultura, em que pesem todas as dificuldades para a sua reprodução pelas novas gerações. Além dos produtos destinados especificamente ao mercado, como os suínos, aves e leite, este sistema é constituído por produtos como milho, feijão, arroz e trigo, que geram um excedente comercializável, mas que também se destinam ao consumo da família; pelas frutas e verduras em geral; pelas “miudezas”, como a batata-inglesa, a batata-doce, o aipim e o amendoim; pela criação de animais de uso doméstico, entre os quais, o gado de corte, a vaca leiteira e a galinha caipira; pela pequena indústria caseira, composta pelos derivados do leite (queijos, manteiga), dos suínos (salame, copa), da cana-de-açúcar (cachaça, açúcar mascavo, melado), da uva (vinho, grapa, geléia) e pela fabricação de artesanatos em geral. A produção de bovinos justifica-se não só para o consumo alimentar e para a venda, mas porque constitui também uma reserva de valor, um “capital” que pode ser transformado em dinheiro quando este é requerido para alguma necessidade imediata. Tradicionalmente, este capital é mobilizado no processo sucessório, particularmente para “recompensar” as mulheres (sobretudo) e os filhos que eram (e são) alijados da herança.

O recurso da policultura, além de se apresentar como uma maneira adequada de prover as necessidades da família, garantindo ao menos os itens básicos do regime alimentar, permite, através da venda de diversos produtos, entradas sucessivas de recursos ao longo do ano, o que vem a favorecer um melhor equilíbrio financeiro da família, principalmente nos momentos em que os preços dos produtos principais se encontram instáveis.

Os agricultores familiares de Ouro procuram (re)construir sua autonomia (relativa) frente ao processo de integração agroindustrial, (re)construção que se expressa no fato de serem proprietários dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho; no caráter familiar da mão-de-obra; na preservação de um saber próprio que não foi eliminado pelo saber técnico; na criação de um espaço interno de decisão, apesar de constantemente pressionados a adotar inovações tecnológicas dentro de um padrão imposto pelas agroindústrias; nas relações de reciprocidade que estabelecem com outras famílias; na

manutenção de valores que atribuem à terra, à família, ao trabalho e à comunidade, e que nada mais são que as representações simbólicas de uma especificidade social revelada nas manifestações e rituais culturais de que participam e que é reproduzida como tal (AGUIAR, 1993, p.132-3).

Assim, pautados, por um lado, numa economia com base camponesa, num *ethos* que valoriza a colônia como um modo de vida social, na religiosidade, nas relações de reciprocidade e interconhecimento e, por outro, impulsionados à integração aos complexos agroindustriais, à interação com os valores e símbolos preconizados pela modernidade, ao consumo de bens industrializados e ao lazer propiciado pela cidade, conforma-se um modelo singular de ruralidade, cujas contradições se manifestam mais visivelmente nas representações e práticas das gerações mais recentes. Na trajetória destes colonos e sua interação com a sociedade global, verifica-se o surgimento de interesses e valores diversos e conflitantes que expressam a conformação de uma diferenciação social e econômica interna e a presença de grupos sociais heterogêneos, redefinindo os padrões culturais e o modo de vida, sobretudo dos jovens.

Para evitar o risco de generalização na abordagem dos jovens rurais, buscou-se uma diferenciação social e econômica que representasse seus diversos segmentos, pois percebe-se que suas posturas e expectativas variam na medida em que se diferenciam - por gênero, renda, faixa etária, etc. Por outro lado, determinados valores são reconhecidos e valorizados pelo conjunto dos jovens, constituindo uma identidade cultural que é reafirmada e redefinida na interação com os valores urbanos. É a partir da abordagem de algumas representações e conceitos (re)construídos pelos filhos(as) de agricultores familiares que “migraram” para a sede das cidades de Ouro e Capinzal, que passo a explicitar o mundo rural que se delineia no horizonte destes jovens.

4.3) O espaço do lúdico no tempo da juventude rural

Quanto mais se retrocede no tempo do mundo rural (re)construído na localidade de Ouro e se observam as sucessivas gerações de jovens, mais são numerosos os filhos(as) de agricultores familiares que participam das diversas brincadeiras, jogos e manifestações que integram a dimensão do lúdico no cotidiano desta população. O fenômeno da redução da natalidade no espaço rural, visível de forma explícita nas estatísticas e nas pesquisas realizadas nas mais diversas sociedades contemporâneas, é expresso nos depoimentos dos jovens entrevistados, que se assombram com a velocidade com que diminui a quantidade de

crianças e adolescentes nas comunidades rurais do município. Muitos atribuem às dificuldades econômicas o esvaziamento desta faixa etária, enquanto outros indicam o movimento migratório de jovens como o fator impulsionador destas mudanças. Vejamos, com o relato dos próprios jovens, como se apresenta este fenômeno. Para uma filha de agricultores da comunidade de Linha Bonita, professora da escola comunitária:

Todo mundo se queixa que não dá mais para sustentar filhos, é meio difícil, minha família antigamente tinha 12 crianças, e depois foi caindo, pra 8, 6, 4, até 2, 1. Isso que é uma coisa preocupante, mesmo as crianças porque até as escolas, se fosse dar aula só pra comunidade, nossa, dá pra contar quantos, só que daí reúnem várias comunidades e daí criam os pólos, porque senão não tem criança pra dar aula.

Por outro lado, diversos jovens expressam as enormes dificuldades enfrentadas pelos pais (independentemente das condições econômicas), sobretudo pela mãe, para dedicar um tempo diário para dar atenção às crianças, tendo em vista o intenso envolvimento nas atividades produtivas da propriedade. Afirma-se que hoje em dia a mulher do interior não tem tempo para dar atenção aos filhos, pois ela têm tanto o que fazer, tanto com que se preocupar, que ela deixa as crianças de lado. Para você ter uma idéia, explica uma moça de Linha Pinheiro Alto:

As mulheres que tem mais, assim, uma condição melhor, um colono mais forte, ela não tem tempo, ela tem muita coisa pra fazer, ela não tem tempo pra dar pra eles, porque ela tem que dar conta de todo este universo da propriedade. Já as mulheres que não tem esta condição de vida, elas tem que trabalhar na roça, ajudar o marido, auxiliar pra conseguir fazer alguma coisa, pra conseguir ter alguma coisa pra dar o que eles querem, talvez um dia quando eles tiverem assim 13, 14 anos ou mais.

Este problema se expressa nas escolas das comunidades, em que as professoras buscam discuti-lo com a comunidade escolar. Ao observar o comportamento das crianças, uma professora revela que “eu vejo nas crianças, olha, o que elas querem é que a gente abrace elas, que beije, é falta de afetividade, eles não tem mais tempo para os filhos, eles deixam muito de lado esta questão, eles não conversam, não chegam mais e conversam, a televisão influencia muito, muito mesmo, até foi feito na escola, a gente fez palestra, fez encontro, a gente fez um monte de coisa pra ver se muda um pouquinho né”.

Constata-se, assim, a restrição do tempo e do espaço para as crianças brincarem e a presença marcante da televisão no cotidiano da infância rural, fato este facilitado pela aquisição de antenas parabólicas por um número expressivo de famílias de agricultores. Para uma moça de Linha Pinheiro Alto, “as crianças hoje ficam o dia inteiro assistindo televisão. Eles não têm lugar pra brincar. Só quando eles são maiorzinhos assim, por exemplo, com uns

9, 10 anos que daí eles vão jogar futebol, vão lá na comunidade, aí eles saem, mas quando eles são pequeninhos, em geral eles ficam assistindo televisão, brincando com carrinho aqui dentro de casa”.

O que isso traz de novidade em relação às sucessivas gerações de crianças? Obviamente, a influência da tecnologia televisiva não é prerrogativa deste público, atingindo principalmente e amplamente o universo infantil urbano, como demonstram diversos estudos e pesquisas. É sabido, também, que as manifestações de afeto e atenção às crianças por parte das antigas gerações de colonos estão longe de serem mais intensas que as verificadas nas famílias atuais. No entanto, importa salientar a mudança apontada pelos próprios jovens entrevistados, que constata o deslocamento e a concentração, na esfera doméstica, do espaço e do tempo reservados ao lúdico no espaço rural, antes diluído no âmbito das “turmas” que se reuniam na vizinhança, na comunidade e, particularmente, no ambiente natural. Há, diga-se de passagem, uma pitada de idealização, por parte destes jovens (mas não exclusiva deste público), ao se reconstruir a infância, amenizando-se os momentos de dificuldades quando se pretende afirmá-la em contraposição ao momento presente, abalado por uma gama variada e complexa de problemas, sobretudo para quem enfrenta contraditoriamente, muitas vezes de forma despreparada, a velocidade das mudanças verificadas nas sociedades modernas, com todas as já conhecidas conseqüências em termos de exclusão social.

Ressalvando os “suspiros” afetivos ao se referir à infância, revelados nas entrelinhas das representações juvenis, coloco em relevo, a partir dos discursos e das práticas cotidianas, os padrões estruturadores das evidências expressas na voz dos filhos(as) de agricultores familiares, dialogando com o modelo de análise elaborado para averiguar, especificamente, o mundo rural (re)construído pelos próprios jovens, em que o espaço do lúdico na infância ocupa um papel especial. Vejamos como eles se observam vivenciando as brincadeiras no tempo da infância:

Tinha um potreiro, e tinha um campinho, nós tinha feito um campinho lá caprichado, e nós jogava bola todo dia à tarde. Aí no verão, tinha um poção grande, um rio, e tomava banho todo mundo lá. Pescar no domingo nós ia, era divertido, tinha uma turma! Olha só: nós era em quatro irmãos, aí tinha uma família vizinha que tinha mais quatro, tinha outro que tinha mais três, e tinha os vizinhos ao redor. Nós pegava duas redes e ia pescar, aí a gente ia lá por cima, armava as redes, que ficava do lado do poço, e ficava nadando. Aí os peixe se espantava e caía nas redes. Tinha peixe de monte! Aí limpava ali mesmo, nós mesmo limpava, sal de criação mesmo e folha de bananeira e assava e comia ali todo mundo igual. Hoje, não tem mais ninguém morando lá, todo mundo saiu (rapaz, Linha Pinheiro Baixo).

Continuando o seu relato, ele conta que seu avô tinha o que ele denomina de “potreiro”, um dos espaços preferidos da “rapaziada”, da “turma”, um grupo de não menos de 4 a 5 crianças, onde iam chupar “bergamota”, encher a sacola de “côco”, “que virava aquela

meleca nos cadernos”, saía da escola às cinco horas, chegava em casa escuro. “Isso no verão, né, ficava três horas pra fazer uma viagem até em casa, a mãe pirava...”.

Descer de “canoa” com palmeiras pelos “potreiros”, ou de carrinhos de rodas de madeira, era uma das brincadeiras mais freqüentes destes jovens, isto é, “tinha os carrinhos de roda e corrida, a gente tinha um vizinho nosso lá que tinha um morro, grandinho né, aí nós tinha 5 carrinhos e disputava corridas, por isso que hoje estamos tudo com os dedos quebrados” (rapaz, Linha Pinheiro Baixo). Descrevem a Canoa como a parte do coqueiro (uma palmeira muito comum nas áreas da propriedade em que se encontram as pastagens naturais, os potreiros) que sustenta o cacho de frutas (os “coquinhos”) e que adquire, após secar, a forma de uma canoa. Os frutos desta espécie de planta, quando apresentam a coloração amarela, quando estão “moles” para serem degustados, são muito apreciados pelas crianças. Neste mesmo ambiente, reproduzem-se os pés de “bergamota” ou “vergamota”, uma espécie de Citrus muito saborosa que amadurece durante o inverno nesta região.

No relato dos jovens é recorrente a inexistência de brinquedos “comprados” pelos pais, ou seja, “a gente não tinha tanto brinquedo como tem agora, os brinquedos eram mais feitos de madeira, bonecas de pano mesmo”. Havia uma grande quantidade de artefatos com finalidade lúdica, inventados e construídos utilizando objetos da propriedade, bem como uma diversidade de brincadeiras estreitamente vinculadas à terra e à natureza, criados e/ou reproduzidos pelas crianças e adolescentes no ambiente cultural da família, da vizinhança, da escola ou da comunidade. Brincava-se de:

Coisa natural mesmo, com boneca, a gente fazia, eu me lembro muito claramente mesmo, as casinhas que a gente organizava. A gente chamava ‘vamos arrumar a casinha! Hoje!’ Aí organizava tudo, colocava flor, com tijolinhos a gente construía fogão, construía tudo, fazia as panelinhas, colocava barro dentro, fazia comida, até esquentava depois, pra ficar uma coisa mais sólida, e com as amigas mesmo, assim da vizinhança, era muito gostoso, nossa! Também brincava na terra, muito, brincava muito na terra. Sentava no barranco quando chovia, e descia, depois apanhava da mãe, porque tinha sujado a roupa, mas tudo bem. Era bem mais natural, um contato com a natureza muito grande. Era muito bom (moça, Linha Pinheiro Baixo).

O dia que chovia era abençoado para as crianças, pois “aí não tinha que trabalhar, né, nós dava graças a Deus quando o tempo dava chuva, nós ia jogar bola no campinho embaixo das quadras, ficava jogando bola até escuro nós ficava jogando bola” (moça, Linha Pinheiro Baixo). Como “tinha muita criança lá, daí brincava todo mundo junto, se chovesse não dava pra fazer nada, aí a gente se reunia”. Em virtude de os pais, nestas condições, estarem impossibilitados de se deslocarem até a roça, as crianças não precisavam acompanhar a família no trabalho, surgindo, assim, a oportunidade de se reunir e inventar brincadeiras que nem sempre eram aprovadas pelos pais. Assim, “quando chovia tinha os açudinhos, as poças

de água na valeta, a gente escapava do pai e da mãe para brincar nas valetas, na água, que eles não queriam” (moça, Linha Bonita). Todavia, mais recentemente, com a instalação dos aviários nestas propriedades, torna-se possível a realização de trabalho mesmo em dias de chuva, quando antes se brincava.

Além da terra, da chuva, do rio, dos campinhos ou mesmo dos poteiros, outros espaços eram ocupados pelas crianças e adolescentes e, em decorrência, inventavam-se as brincadeiras. Para isso, o paiol, a estrebaria, o chiqueiro, o alambique, entre outras instalações, constituíam o cenário em que se oportunizava o encontro para brincar “de casinha, de bonecas, embaixo das estrebarias, e tal, a gente adorava isso! A gente se reunia. Quando não era aqui na casa dela, era na minha casa” (moça, Linha Pinheiro Baixo). Já uma moça de Linha Bonita “brincava de casinha, nos poteiros mesmo, perto da casa, dentro do chiqueiro, às vezes no alambique”.

A comunidade e seus “equipamentos” sociais, como o pavilhão, a igreja, o campo de futebol, a quadra de futebol de salão (quando havia), exerciam um fascínio para o público juvenil, sobretudo os adolescentes, pois representava o momento de ampliar o leque de amizades e de manifestações lúdicas, particularmente os jogos coletivos, realizados, sobretudo, nos finais de semana, “depois do culto, porque todo domingo tem culto, né, aí depois do culto a gente brincava, reunia um grupo de 12, 13 pessoas da mesma idade, final de semana a gente se encontrava, começava no sábado de tarde, sábado à noite, se reunia para jogar futebol”. Um aspecto que chama a atenção é a introdução de outras modalidades de esporte coletivo, como o vôlei e o futebol de salão, pois, tradicionalmente, predominava o futebol de campo. O futebol sempre foi um espaço masculino, sendo a presença feminina restrita ao papel de “torcedoras” ao acompanhar namorados e maridos nos torneios e competições realizados nas diversas comunidades. Entre as meninas havia a queixa de que “se a gente queria jogar futebol com eles (os meninos), eles não deixavam, diziam que a gente ia chutar a canela deles, ou não sabia jogar, coisas assim”. No entanto nestes últimos anos, as moças se apropriam também deste espaço, passando a participar inclusive de competições. Elas relatam esta mudança explicando que “a gente começa a crescer um pouquinho e daí foi mais pro esporte mesmo...a gente jogava bastante vôlei, futebol de salão, tinha uma equipe e disputava campeonato e tudo, adorava fazer aquilo. Tudo o que era esporte era bem vindo” (moça, Linha Pinheiro Baixo). Ou mesmo, “brincava bastante na quadra que tinha na época que não era coberta da comunidade que ficava perto da escola, então a gente ia lá jogar bola, vôlei, estas coisas” (moça, Linha Bonita).

Durante o culto dominical, era possível observar todos os membros da família. É quase que exclusivamente restrita a este evento a presença das mulheres no espaço comunitário, pois, à medida que se encerra a solenidade, as mulheres retornam às suas casas. Durante o período restante, quando elas não estão ocupadas com o aviário, aproveitam para realizar as tradicionais visitas entre as vizinhas, amigas e parentes.

De tempos em tempos, mas particularmente nos “tempos de seca”, estiagens que ocorrem de forma cíclica na região, alguns rituais religiosos eram praticados pelas comunidades rurais, como a reza dos terços nas “capelas” (diminutas construções com fins religiosos), nas “grutas” (cavidades naturais nas rochas), onde se colocam imagens de santos, e nas tradicionais procissões. Nestas manifestações, em que diversas famílias se reuniam para rezar, as crianças aproveitavam para brincar. Como se refere uma moça de Linha Bonita,

eu gostava bastante, era quando dava seca, tinha uma gruta em Linha Bonita lá nas terras dos Frigos, toda a vizinhança ali do pai para cima a gente se reunia, mesmo em tempo de seca uma vez por mês, uma vez por semana, a gente se reunia ali naquela gruta, daí a gente ia rezar o terço, a gente brincava, rezava e gostava de brincar, a gente brincava de pega-pega, esconde-esconde, estas brincadeiras aí, tinham as brincadeiras de roda naquela época.

Uma outra peregrinação assumia um ritmo quase que cotidiano, porque se dirigia à roça, onde as crianças, muitas vezes, “quisessem ou não quisessem” acompanhavam os familiares nos afazeres agrícolas, recebendo aí sua iniciação no trabalho. Para elas, na época em que frutificavam a melancia e o melão, este trajeto, em que as crianças se misturavam às frutas na “carreta” (carroça puxada a bois, era - e ainda é -, embora em menor quantidade, usada pelos agricultores para transportar instrumentos e produtos agrícolas das instalações da propriedade à roça e vice-versa), adquiria uma importância festiva. “Quando estava na quarta série”, conta uma moça de Linha Pinheiro Alto, “deveria ter uns nove, dez anos, no tempo que tinha o melancia a gente gostava de ir buscar melancia de carreta, todo mundo, e cantava, hoje já é poucas crianças que fazem esta brincadeira”.

“A gente se reunia também durante a semana para brincar”, no entanto o costume era acompanhar os pais na roça, pois “não tinha com quem deixar os filhos” e os pais receavam deixá-los sozinhos em casa, mas diversas vezes as crianças dos vizinhos se reuniam e ficavam brincando.

Não é difícil verificar nos diversos discursos dos jovens uma ênfase de que “a infância é a melhor época que se tem na vida, não é aquela rotina que hoje eu tenho no dia-a-dia”. No entanto, ao mesmo tempo em que se verifica uma exaltação dos aspectos positivos do ambiente cultural vivido pelos jovens na infância, ao compará-lo com o cotidiano da

cidade, constatam-se, nas entrelinhas do discurso, algumas passagens que são reveladas quase que a contragosto, que preferiam ser esquecidas ou amenizadas, indicando os “tratos” recebidos dos adultos, sobretudo do pai, ou mesmo as dificuldades que precisam ser compartilhadas por todos os membros da família - quando ocorre um abalo na sua organização interna, como a ocorrência de doenças ou morte de algum dos pais -, inclusive pelas crianças. Nestes casos,

“não tinha muito tempo pra brincar, mais era nos finais de semana, ajudava em casa e no aviário, trabalhava! Aquela época que morreu o pai eu já ajudava, eu tinha 5 anos, alguma coisinha, claro, não era serviço pesado, mas já ajudava. Eu lembro que a minha irmã com 8 anos já fazia todo o serviço de casa e cuidava de nós 4. Aí eu ajudava também, porque eu era a segunda, daí um cuidava do outro” (moça, Linha Bonita).

Há uma insistência por parte das moças e rapazes entrevistados em afirmar que hoje quase ninguém brinca mais das brincadeiras do período da infância, entre as quais, jogar bolica, brincar de esconde-esconde, pega-pega, caçador, canoa, alerta, carrinho de madeira, entre outras brincadeiras “que perdeu o costume devido a tecnologia, devido a mudança que teve, o pessoal prefere brincar de videogame do que brincar de esconde-esconde e pega-pega” (rapaz, Linha Pinheiro Baixo). Por outro lado, ao ser indagado sobre as suas brincadeiras, um menino de 11 anos de Linha Bonita respondeu que “eu brinco de carrinho, assistir TV juntos, de colocar ração nos aviários, brinco dentro do aviário quando não tem as aves, né? Senão, brincamos fora, no pátio ali. O mais que eu brinco é na escola, na hora do recreio. Final de semana só com quatro, aqui de cima, onde têm uns amigos dos meus irmãos também, os outros mais velhos ali também”. Assim como outros integrantes da nova geração de crianças, elas vivenciam modificações importantes no cenário em que se desenrola o lúdico no seu cotidiano, entre as quais o desaparecimento progressivo das brincadeiras realizadas no ambiente natural (rio, terra, água, mato); a concentração das brincadeiras no âmbito da escola e da casa; a presença do aviário disputando o tempo das brincadeiras; a tecnologia moderna e a televisão acelerando o ritmo do seu cotidiano, encurtando distâncias e fazendo parte do seu brincar; a diminuição do número de crianças e, conseqüentemente, das “turmas”.

Ainda que haja modificações importantes no ambiente cultural em que se oportunizam as manifestações lúdicas das gerações mais recentes de crianças e adolescentes, no espaço rural, existe um período que é próprio da infância na agricultura familiar, diferente da cidade, mas há; embora apresente nuances específicas entre as diversas famílias, o tempo do brincar não deixa de se fazer presente nesta forma peculiar de organizar a vida social.

Ao perceberem que o mercado e o processo de integração agroindustrial no ambiente cultural rural tendem a questionar, além das instituições que dinamizam a vida

social nas comunidades rurais, o tempo e o espaço do lúdico no período da infância, os jovens elaboram estratégias de resistência a este processo, que se expressam seja no movimento em direção à cidade visando alcançar os direitos de cidadania e mudar de vida, seja no retorno aos finais de semana para o “interior”. Nesta volta, valorizam as manifestações culturais representativas das comunidades rurais, entre as quais os bailes e matinês, os cultos, os jogos coletivos e especialmente o futebol, e participam delas, reconstruindo, assim, os laços com a família, os vizinhos, os amigos e as turmas, em contraposição com a vida social da cidade, que consideram “vazia”.

Enfim, estas alterações não deixam de ser percebidas pelas moças e rapazes que experimentam, atualmente, a vida “urbana”. com todas as circunstâncias, oportunidades e desilusões que oferece, permitindo a sua avaliação e a troca de experiências e informações com os jovens ainda residentes nas comunidades rurais, ocasionando a reconstrução da noção e da dimensão da ruralidade nos seus projetos de vida. Isso tudo se manifesta nas representações que formulam em torno do trabalho, da família, da educação, do lazer, do “interior” ou da “cidade”, entre outras, que passam a adquirir conotações diversas entre os jovens.

No que diz respeito ao trabalho, especificamente, qual o significado que adquire para os jovens rurais?

4.4) O Trabalho no Cotidiano dos Jovens

Na agricultura familiar, as crianças aprendem a conviver com a realidade do trabalho desde muito pequenas, associando trabalho e manifestações lúdicas. São estimuladas a incorporar uma ética em que o trabalho tem um valor relevante como base da subsistência, como meio privilegiado de ganhar a vida e de honrar seus compromissos. Dá-se uma importância fundamental ao trabalho intenso e ininterrupto como sinal de virtude, em oposição à folga, identificada com o ócio (POLI, 1995, p.196-97). Os adolescentes, em geral, aprendem logo a diferenciar funções, a estabelecer hierarquias e deveres, a normatizar os princípios do trabalho voluntário em direção a uma razão prática e simbólica também, pois, pela lógica do trabalho e da produção, há um processo de inserção social, familiar, que consolida a identidade adaptada ao lugar cultural. Na adolescência e, sobretudo, a partir dos quinze anos, o jovem assumia as tarefas do adulto e passava a ser visto como tal no espaço social e de lazer, sendo admitido nos seus jogos e reuniões (TEDESCO, 1999, p. 91).

Embora se possa inferir alguns padrões a respeito da participação dos jovens no mundo do trabalho na agricultura familiar, expressos de forma conflituosa nas representações que hoje formulam a respeito “daquele tempo”, cabe ressaltar que a intensidade e as características que configuravam/configuram o ambiente de trabalho na infância e adolescência, no espaço rural, dependem das condições objetivas e subjetivas de cada família, em que se verifica que “cada um tem uma maneira, tem pai que coloca o filho mais cedo no trabalho, já outro não”. De maneira geral, as crianças estudavam durante um período, principalmente de manhã, e, no outro, como no caso de uma moça de Linha Bonita:

a gente ia pra roça ajudar o pai e a mãe, quase nunca ficava em casa sozinha, sempre junto com o pai e a mãe pra roça. Daí a gente trabalhava com eles, claro que a nossa possibilidade no trabalho não era igual a deles, mas o que eles faziam, grande parte a gente também fazia. E a gente tinha vontade e trabalhava mesmo, fazia porque a gente sabia que tinha que colaborar com a família e que fazia parte da nossa vida, mas não que a gente era obrigada a fazer aquilo e ia contra a vontade.

Percebe-se, nestes depoimentos, a influência de uma norma cultural perpassando as condutas do grupo doméstico, pois eram estimulados, na prática, a compreender a importância do envolvimento de todos no trabalho agrícola familiar, assumindo algumas tarefas desde pequenos, como forma de assumir os compromissos e a responsabilidade de quem é treinado para executar atividades que, por envolverem uma quantia significativa de recursos financeiros (cujo mau gerenciamento, muitas vezes, pode comprometer o patrimônio da propriedade), bem como riscos e incertezas muito grandes. não se pode falhar.

Assim, nesta economia peculiar, característica da agricultura familiar, em que os mesmos agentes que planejam são os que decidem e executam, a transmissão do conhecimento e das atribuições é feita, para as crianças, no âmbito do trabalho, como ilustram com uma riqueza de detalhes os próprios entrevistados:

Ele (o pai) me ensinava a tirar leite, cuidar do gado. Tudo o que eu sei da colônia, foi meu pai que ensinou. Minha mãe também. Ele ia lá, explicava ‘ó, planta milho’, por exemplo, tem o segredo de cuidar, a máquina, tal e coisa, foi ele que ensinou pra mim, lavrar foi ele também, até eu ficava no meio das ‘manetas’ e ele ia atrás de mim, eu ia controlando e ele ia só cuidando. Pro serviço ele era calmo, se trabalhava direto, não podia ficar parado” (rapaz, Linha Pinheiro Baixo).

Importa salientar, também, que estes “afazeres” realizados na infância aparecem internalizados nas representações dos jovens, como “ajuda” e não como trabalho, como se referem ao afirmar que “desde pequena ajudava o meu pai no alambique, saía a cachaça lá e eu ficava cuidando. Eu ajudava o pai a moer a cana, aí depois que estava fermentado o caldo da cana, ia pro alambique, e eu ajudava a segurar a mangueira pra ir pro alambique, daí fervia,

o vapor sai numa serpentina dentro da água. Ficava olhando eles fazer” (moça, Linha Bonita). Ou mesmo, “eu ajudava no chiqueiro, que era o meu serviço. Eles diziam assim ‘você vai fazer isso!’, e eu tinha que ir. Aí ele me ajudava (o pai), eu sempre ia com ele, porque eu era pequena. Tipo, até meus 14 anos que eu fiquei em casa, daí eu ficava sozinha, fazia quirela, misturava, fazia isso pra ele” (moça, Linha Pinheiro Alto).

A presença dos mais idosos na transmissão do saber era uma característica que, embora se constate uma tendência de diminuição na medida em que se sucedem as gerações de agricultores, fazia-se presente na infância destes jovens entrevistados, assumindo os avós o papel de contador de histórias, seja no espaço das refeições, nos “serões” realizados pelos familiares ou vizinhos, seja no âmbito do próprio trabalho, em que o roteiro percorrido poderia se constituir no cenário apropriado para os “causos”. Vejamos como um jovem narra um episódio ocorrido em sua vida: -

Trabalhar, eu comecei com cinco anos de idade, que eu me lembro, meu avô hoje tem 91 anos, há 17 anos está numa cadeira de rodas. Quando eu tinha 5 anos eu ia na roça com ele, eu lembro, ele com uma bengala na mão e eu dava a mão para ele e nós ia para a roça, não, não porque eu ia trabalhar mas porque eu gostava de estar com ele, porque ele contava as histórias de antigamente, aí eu trabalhava junto com ele, quando fazia a quarta série eu ia na roça direto, quando era seis horas da manhã levantava e saía com ele para a roça e voltava ao meio-dia e ia para a aula (rapaz, Linha Bonita).

Os conflitos e contradições que seguem, invariavelmente, o relato desta fase da vida, aparecem particularmente “na questão do trabalho”, em que o prazer se mistura com as circunstâncias nem sempre prazerosas do dever, como, por exemplo,

Quando eu ajudava muito a mãe em casa, eu lembro que com 5 anos eu tirava leite com a minha mãe, não porque eu era obrigada a fazer aquilo. A gente acompanhava os pais no trabalho, fazia aquilo por vontade mesmo, a gente ia lá, tirava leite da vaca junto com os pais, de vez em quando até tomava leite direto da vaca, era muito gostoso! Na roça a gente acompanhava também. Às vezes no pesado, né, de fazer força que a gente nem tinha, mas nada forçado, sabe? Não sei, parece que a gente sentia obrigação de fazer aquilo, não forçado, mas fazer pra colaborar mesmo na família (moça, Linha Pinheiro Baixo).

Embora a ausência das crianças no ambiente do trabalho não seja a regra no conjunto das famílias pesquisadas, a frequência e a intensidade de sua participação oscilam, dependendo do caso considerado, aflorando aqui algumas variações no seio desta categoria social, sendo as condições econômicas e produtivas, a disponibilidade de terra e de mão-de-obra alguns fatores determinantes desta variação.

Nas famílias em que o patrimônio e os recursos (materiais, humanos e financeiros) não eram suficientes para atender às demandas de trabalho ou para realizar investimentos em

maquinários e equipamentos, que amenizassem os esforços despendidos no processo produtivo, bem como nos casos em que acidentes ou problemas de saúde abalassem o grupo doméstico, alterando a rotina dos seus membros, as crianças e adolescentes passavam a assumir, precocemente, atribuições e tarefas que marcaram as suas vidas. Nestes momentos, aciona-se um mecanismo de solidariedade comunitária, descrito de forma recorrente por diversos estudiosos do campesinato a partir do conceito de reciprocidade, ajuda mútua, que busca evitar o colapso da unidade produtiva familiar e a desagregação social dos seus integrantes. Entre outros, alguns relatos sublinham, a ocorrência destes fenômenos em suas vidas:

Eu estava na terceira série, o pai sofreu um acidente, na trilhadeira, e ficou um bom tempão no hospital em Joaçaba, aí o meu irmão, acho que ele tava na quarta série, aí ele tinha 10 anos, eu já não trabalhava tanto na roça, mas ele com 10 anos, ele tinha que ajudar a mãe direto, plantava com aquelas máquinas, sabe? Era pequenininho, a máquina era quase da altura dele, e tinha que ir, porque tinha que plantar, tinha que colher, já que o pai tava no hospital, o que se ia fazer? Apesar que os vizinhos, a comunidade ajudava, mas a gente tinha que se virar...Eles escalavam as pessoas, tipo, tal dia vai tantas pessoas lá ajudar. Na época de colheita, no caso se tiveste bastante coisa pra colher e eles não dessem conta, daí eles até se organizavam, mas aí era mais com os vizinhos, só. Mas quando acontece um acidente em qualquer família, eles fazem isso (moça, Linha Bonita)

A iniciação do processo de divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva familiar começa a ser exercitada a partir da infância. Os jovens explicam que “as meninas faziam mais o serviço de casa, e os meninos mais da roça”. Lembram, também que “a primeira coisa que a minha mãe me ensinou foi a lavar a louça. Secar e lavar a louça. As mulheres eram mais dentro de casa, o homem era mais serviço da roça. Eles faziam mais isso, tinha a mentalidade dos pais” (moça, Linha Pinheiro Baixo). Assim, “digamos entre eu e minha irmã, um dia cada uma lavava a louça, um dia cada uma varria a cozinha, a gente não brigava, ninguém gostava de lavar a louça da noite, a mãe colocava assim um dia cada uma. Com eles (os irmãos), os dois iam na roça, de manhã estudava e depois ia na roça, aí quando cresci ia para a roça também” (moça, Linha Bonita). As moças afirmam que não eram obrigadas a ir para a roça, principalmente quando “o sol era quente, o pai dizia, aí eu ficava em casa, às vezes ia junto por gostar, trabalhava assim, não de dizer um monte assim, como os meus pais e meus irmãos trabalhavam”.

Os relatos confirmam a presença da divisão social do trabalho na agricultura familiar. Ou seja, “parecia que já tinha os serviços meio certos pra um e pra outro. Porque tinha o aviário, tinha chiqueiro, tinha roça, tinha casa, então um era mais responsável pelo aviário, então aquele levantava e já sabia que tinha que ir lá fazer o serviço dele lá. O outro levantava, já ia cuidar dos porcos, o outro já ia cuidar da vaca, então já parecia que tinha tudo

meio coordenado” (moça, Linha Pinheiro Baixo). Entretanto, se nas relações de trabalho capitalistas você escolhe a “mão-de-obra”, na agricultura familiar, ou qualquer empresa que emprega o trabalho da família, você não escolhe, trabalha com o que tem e com as idades que as pessoas têm. É a partir desta constatação que se explica a “ajuda” prestada pelas crianças no cotidiano do trabalho agrícola familiar, ou mesmo as sobrecargas atribuídas às moças quando elas têm que se dedicar tanto às atividades agrícolas quanto aos afazeres domésticos.

A organização material da vida familiar do “colono” solicita e requisita a participação dos jovens e crianças, pois os papéis que os filhos desempenham, dentro ou fora de casa, são de importância fundamental para o grupo doméstico. Neste contexto, sexo e idade são importantes na flexibilidade e maleabilidade de papéis nos ciclos familiares. A tentativa é sempre rentabilizar a mão-de-obra disponível para equilibrar despesas e ganhos. Os trabalhos são orientados por idade, sexo e porte físico, tanto no espaço da roça como nas lidas domésticas (TEDESCO, 1999, p. 226).

Já na pesquisa realizada por Gonçalves da Silva (2001, p. 140), percebe-se uma ênfase em afirmar que a vida das crianças e adolescentes entre os camponeses era árdua e o trabalho, excessivo, podia estender-se, em várias famílias, até dezesseis horas por dia.

Caberia perguntar, no entanto, de onde se origina e quem (re)constrói esta representação em torno do trabalho na agricultura familiar? Shanin (1980), ao discutir teoricamente o conceito de camponês, ressalta o processo de mistificação presente em algumas interpretações que abordam esta categoria. Neste processo, elaboram-se representações que vêem o rural, e as populações residentes neste espaço social, como um “idílio” (contato com a natureza, qualidade de vida, pessoas saudáveis e receptivas, vida social sem conflitos, etc.) ou como o lugar do “rude”, do “não civilizado”. Sempre visto de fora, particularmente por segmentos da classe média da sociedade, esta última forma de conceber o rural ressalta a idéia de um tratamento rude para com as crianças e adolescentes, particularmente no trabalho agrícola familiar.

Visto e expresso de outra forma, poder-se-ia perceber, na categoria trabalho, a manifestação de uma unidade cultural em que se realiza, além da reprodução econômica do empreendimento familiar, a reprodução social do saber e do aprendizado entre as gerações de agricultores, e em que se oportuniza, também, um dos espaços do lúdico e das brincadeiras no tempo da infância. Pouco vista e debilmente denunciada pelas categorias intermediárias da sociedade, a ação do mercado e dos segmentos industriais, hegemônicos nas relações sociais de produção capitalistas vigentes na sociedade contemporânea, promovem a desagregação desta (além de outras) diferente forma cultural de organizar o trabalho e a vida social,

subjugando incessantemente a “mão-de-obra” familiar com vistas à realização de lucro. Assim, ao se focalizar a penosidade no espaço rural, esquece-se de compará-lo com as condições de vida nas cidades, onde, em consequência das políticas econômicas que enfatizam o mercado “auto-regulável”, as crianças e os adolescentes residentes em favelas e bairros populares enfrentam cotidianamente, juntamente com seus pais, os problemas do desemprego, da miséria, da violência e da exclusão social, entre outras consequências da civilização moderna.

Feito este parêntese, vejamos algumas características que distinguem a organização do trabalho na agricultura familiar. Entre as crianças ocorria uma divisão de trabalho em função dos sexos. O trabalho da casa era responsabilidade feminina; a partir da faixa etária de seis a oito anos, era feita a iniciação das meninas nas atividades domésticas. As filhas, assim como suas mães, além de trabalhar na casa, também trabalhavam na roça tanto quanto os meninos, muito embora a eles, como a seu pai, estivessem reservados os trabalhos considerados mais pesados. Embora o nível de dedicação ao trabalho estivesse na dependência da idade, não havia muita distinção entre as tarefas executadas por jovens e adultos, seja homens ou mulheres (GONÇALVES DA SILVA, 2001, p. 140). Para esta autora, a partir de uma certa idade, uma das filhas, normalmente a mais velha, permanecia em casa para cuidar das crianças e encaminhar a preparação das refeições, enquanto a mãe e os outros irmãos iam para a roça. Na ausência de uma irmã mais velha ou quando os filhos eram menores, a mãe os levava junto ou os deixava aos cuidados das avós que, mesmo idosas, participavam da divisão do trabalho no núcleo doméstico, tendo um papel importante tanto na educação dos netos quanto na formação dos valores familiares, morais e religiosos.

Começando desde muito cedo a tirar leite, em torno de nove anos, as meninas aprendiam que este era um serviço realizado principalmente por mulheres. Além de ajudar a tirar o leite, as meninas ajudavam também a limpar a casa, a fazer o almoço. Já lavar a roupa, “era a mãe que lavava, os serviços mais pesados era a mãe que fazia”. Os filhos homens “iam atrás das criações, tratar o gado, os porcos e depois que faziam todos estes afazeres de manhã aí eles iam estudar, todos. E aí à tarde iam para a roça, iam capinar” (moça, Linha Bonita).

Se, por um lado, o trabalho na roça é lembrado pelas moças quando se referem às oportunidades de conciliar algumas brincadeiras que se davam no ambiente em que se realizavam as atividades agrícolas, isso na mais tenra idade, por outro, quanto mais se distanciam deste tempo, mais as representações adquirem um ar de sacrifício e penosidade, materializado na necessidade de realizar serviços que elas afirmam que não gostavam, pois “eu me lembro que com 8 anos ia cortar trigo, era duro”, mais precisamente, “eu detestava,

não gostava era montar nos animais prá, meu irmão lavrava né, tinha duas mulas, daí montava em cima pra ir reto, enroscava os pés nas corrente, coisa que eu não gostava”. É que na roça, descreve a jovem, “sempre tem serviço. Eu lembro bastante da colheita de soja, eu odiava por causa do pó, tinha que cortar, depois amontoar, colher. Daí quando não tinha aquilo era carpir. Na roça sempre tem serviço” (moça, Linha Bonita). Já outra moça desta mesma localidade, “plantava milho, com aquelas máquinas pica-pau, colocava uréia no milho, ou senão colocava adubo nas covinhas, carpia. Colhia também feijão, que eu odiava porque tinha que ficar abaixada, doía as costas, este é um serviço que eu acho que ninguém gosta, é ruim!”.

A flexibilidade do trabalho agrícola familiar é revelada e justificada pela estreita dependência da mão-de-obra disponível, do ciclo das culturas, das mudanças climáticas, em que se verifica que “em função do tempo, se estava chovendo ou fazia sol, você fazia o serviço, se tinha sol ia para a lavoura, se tivesse chovendo fazia mais parte de casa ou consertava uma coisa no paió” (rapaz, Linha Bonita). Ou mesmo:

Às vezes você fazia um tipo de serviço dependendo do tempo, se fosse dia de chuva coisa assim você já fazia outra coisa, aí trabalhava mais nos paióis, chiqueiros e tal, na limpeza, conservação, e dia de sol, que você podia sair para fora, ajudava na lavoura, ajudava em casa, buscar lenha, tirar frutas, diversas coisas. Devido ao porte físico, ao tamanho, você era pequeno, criança, trabalhava com os serviços mais leves, mas sempre foi trabalhado, no interior você não tem esta de, como na cidade, os pais sustentam, lá não, por menos que seja alguma coisa sempre você faz, basicamente foi isso aí até concluir a quarta série (rapaz, Linha Bonita).

A partir de um certo momento da vida de um filho(a) de agricultor familiar, em que, em virtude da idade “as brincadeiras ficam mais para o final de semana”, ou mesmo quando se sucede uma transição no âmbito do estudo (deixando de estudar, simplesmente – como é o caso de inúmeros rapazes – ou estreitando os laços com a cidade para poder continuar os estudos, no caso de grande parte das moças) e, em decorrência, ocasionando alterações, para mais ou para menos, na dedicação ao trabalho, constata-se uma ruptura na unidade existente entre o trabalho, o estudo e as brincadeiras, que é uma característica singular do período da infância, mais precisamente, “a partir dos 7 anos, depois de ir na escola pela manhã, a gente fazia algum servicinho na roça e não era todo dia também, era o dia que tinha servicinho assim mais leve para trabalhar, ia para brincar porque não tinha com quem deixar, deixar em casa era perigoso, tinham medo. Daí quando começou, já era mais adolescente, assim para trabalhar mesmo” (moça, Linha Bonita). Ou mesmo, “eu fui na roça, chegava em casa às vezes, meu pai tinha um gerico [...], é tipo um trator, daí eu chegava em casa da aula, tipo ali perto de 1:30 hs (da tarde), que a gente estudava de quinta a oitava, segundo grau a gente também morava aqui. Aí a gente ia pra roça, voltava pra casa, era aquela

alegria, sabe? Todo mundo junto, tal, e eu gostava até. Não ia todo dia, aí tinha o tempo de estudar em casa” (moça, Linha Pinheiro Baixo).

Com a intensificação da integração agroindustrial e das atividades que integram as cadeias produtivas, entre as quais a avicultura, a suinocultura e a bovinocultura de leite, e com a difusão de tecnologias, maquinários e equipamentos nas propriedades dos agricultores, começa a se operar uma alteração nas atribuições e no tempo destinado, pelos diversos integrantes do grupo doméstico, ao processo produtivo.

Quanto aos meninos e meninas, “na faixa de 11, 12, 13 anos, quando eles estão em casa, trabalham no aviário, ajudam a mãe, no caso, a tirar leite, estas coisas. Aí tem um que tem um irmãozinho menor, daí ajuda, já que a mãe tá sempre cheia de tarefas, aí praticamente eles ajudam este lado de ficar com o irmãozinho, de brincar com ele [...] A gente trabalha com avicultura, suinocultura, milho, gado leiteiro” (moça, Linha Pinheiro Alto). Percebe-se, uma sobrecarga das pessoas que permanecem na propriedade, inclusive entre os mais novos, tendo em vista a redução da mão-de-obra na família com a diminuição da taxa de natalidade e a migração acentuada dos filhos(as), sobretudo a partir dos 15 anos de idade.

As moças falam da redução do tempo destinado à roça para se dedicar aos cuidados necessários à criação intensiva de animais - sobretudo aves e vacas de leite, e, em menor proporção, os suínos -, bem como às tarefas domésticas e, quando é o caso, aos estudos, ou seja “eu fui mais de criança pra roça, depois que eu tive uma boa idade, 15, 16 anos já não ia mais tanto na roça. Mais ajudava minha mãe em casa” (moça, Linha Pinheiro Baixo). Na lavoura, “é mais os homens, porque pra plantar, dirigir tratores é pesado, não tem como a mulher fazer, a mulher pode ir junto ajudar, mas assim sozinha não tem como fazer, mais é em casa e no aviário que nós podemos fazer, assim tranqüilo, mas agora na roça é tudo o pai junto, com homem junto, senão sozinho não dá” (moça, Linha Sul).

No tocante às relações de trabalho, embora tradicionalmente seja a unidade familiar que se envolve toda, organizando uma espécie de trabalho coletivo, na prática da avicultura o processo é um pouco diferente. Não são todos os membros da unidade familiar que se envolvem na produção; normalmente, são os filhos que trabalham nesta cultura. Para Tedesco (1999, p. 93); o espírito empreendedor dos filhos, o contato mais intenso com o urbano, a facilidade de assimilação das orientações das empresas através do técnico agrícola oportunizam-lhes uma maior dedicação ao produto.

Embora todos os integrantes do grupo doméstico se envolvam no conjunto das atividades da propriedade, constata-se a presença marcante da mulher no aviário. Uma mulher de Linha Nossa Senhora da Saúde conta que:

Nós temos aviário, porco, vaca de leite, de tudo um pouquinho. Eu cuido da casa, dos netos, lavo roupa, faço comida, limpo, a nora cuida dos aviário, e o meu filho na roça sozinho. Ela fica com os filhos só de noite e um pouquinho de meio dia. Ela cuida dos dois aviário, um é de 50 e outro de 60 metros. Ela também limpa o chiqueiro quando sobra um tempinho, sabe, tem terneiro, tem estrebaria. Ele trabalha na roça, tira milho, também os porcos ele trata os porcos, ajuda tirar leite também quando tá em casa. Depois o resto nós se viremos .

Ou, de forma mais incisiva,

se fosse por mim ir na roça eu não ia, eu não gosto, nunca gostei, daí eu fico por casa daí gosto mais. Que nem cuidar do aviário, se não tivesse o aviário eu já teria ido (para a cidade), não gosto de trabalhar na roça, não gosto (moça, Linha Pinheiro Alto).

Para as filhas mais jovens, que permanecem na casa de seus pais, o envolvimento com o estudo aproxima, ainda mais, as moças das atividades domésticas de forma geral, e do aviário em particular, passando a constituir, também, um elemento diferenciador e uma alternativa à roça. As moças mais novas, conta uma moça de Linha Pinheiro Alto, “estão tudo estudando, porque não gostam da colônia. Tem umas que não estudam, daí aquelas estão trabalhando na roça. Mas, as que estão estudando vão pouco na roça, mais ficam em casa. Estudam de noite e trabalham de dia. A maioria tem aviário. As moças cuidam do aviário e os homens vão para a roça o dia inteiro, ajudam um pouco no aviário quando eles estão em casa, quando chove”.

Constata-se a emergência de visões diversas no que diz respeito à natureza do trabalho realizado no aviário em comparação com aquele feito na roça. Após conversar com muitas mulheres e moças cujas propriedades possuem aviário, constata-se que “quem trabalha no aviário não quer mais nem saber de ir na roça, preferem mil vezes trabalhar dentro de um aviário do que ir na roça, por causa do sol também né” (professora, Linha Bonita).

Quanto aos esforços despendidos pelas mulheres no manejo das atividades na avicultura, algumas informantes dizem que o aviário se constitui, também, em um trabalho pesado para a mulher, pois elas têm que carregar latões, cereais. Principalmente nos casos em que as famílias integradas não automatizaram suficientemente o sistema, possivelmente por falta de recursos (ou mesmo pelo fato do administrador da propriedade, geralmente o homem, não considerar este investimento como prioritário) “o serviço no aviário é ruim, quem tem automático é bom, agora que nem ela (a filha) tem que encher os tubular, aí é pesado” (mulher de Linha Pinheiro Alto).

Vejamos como uma moça retrata sua vida cotidiana; um caso simbólico e representativo da participação cotidiana da mulher no seio da produção integrada na comunidade de Linha Pinheiro Alto :

Aqui é menos porque é só 50 metros. Mas tem que tratar todo dia, tem que cuidar. Que nem agora, os frangos estão quase prontos para carregar (entregar para a indústria) aí precisa por a base de 1300 kg de ração nos tubular. Todo dia. Coloca as latas de ração nos tubular. Não tem domingo, não tem feriado. Se eu saio, tem que ser os homens. Agora, trabalho umas 2 horas no aviário, mas quando são pequenos (os frangos) é mais serviço ainda, porque tem a estufa, você tem que abrir, tem que fechar, você tem que ligar o gás, tem que desligar, e daí vai bastante tempo. Tem mais as cortinas, tem a temperatura, que nem agora, tem que ligar os ventiladores, tem a água. Tem que cuidar, sempre tem que dar uma olhada. Aí de noite fecha as portas, desliga os ventilador. Tem que ir também de noite. Se esfria depois que escurece tem que ver a cortina, sempre tem que ir. Aí quando não é no aviário, tem a criação, tem os terneiro, levo o gado para a roça, para a pastagem, ajudo a mãe. 5 horas da manhã tem que estar de pé, então tem que tirar leite, é tudo manual, tem 9 vacas. Se não vai cedo aí atrasa pra ir para o aviário, tem que ir cedo, todo dia. Eu vou às vezes também na roça, arrumo sempre alguma coisa pra fazer, amendoim, batatinha, estas coisas, miudezas. Mas eu não gosto de trabalhar na roça, na roça não.

Embora, tradicionalmente, a liderança das práticas agrícolas na roça seja atribuída à esfera masculina, observa-se a afirmação recorrente da associação exclusiva do serviço da roça ao homem e o afastamento progressivo das mulheres destas atividades, sugerindo uma redefinição do trabalho agrícola familiar, resultando para os rapazes, em decorrência, uma maior flexibilização na administração do tempo e uma maior liberdade para exercê-lo de acordo com as suas vontades.

Para as moças, e particularmente para aquelas oriundas de famílias integradas às agroindústrias, uma das principais reclamações quanto à sua condição na agricultura é que as mulheres não têm tempo para elas, nem oportunidades para exercerem as vontades que escapam à rotina estabelecida pelos homens. Afirmam que mesmo nos finais de semana e feriados cabem às mulheres a responsabilidade e o cuidado das criações, principalmente do aviário, enquanto aos homens está reservada uma maior liberdade de poder dispor do tempo considerado livre, que é destinado à sociabilidade masculina típica das comunidades rurais, circunscrita especificamente aos jogos de futebol, de baralho, bocha,. Já ao universo feminino, cabem as visitas entre vizinhas, as rodas de chimarrão, o cuidado dos filhos e o trato dos animais.

Se, por um lado, as inovações tecnológicas e a presença de máquinas, equipamentos e insumos modernos, nas propriedades integradas ao sistema agroindustrial de produção de alimentos na região pesquisada, diminuíram o esforço físico, facilitaram o desempenho das atividades agrícolas e oportunizaram à mulher exercer, com “menos sacrifício” que a “lida” na roça, um trabalho que compatibiliza o cuidado das tarefas do lar (pela proximidade e intercalação de tarefas) com a geração de renda para a propriedade, por outro, acarretaram a diminuição de seu tempo “livre”, porque o trabalho no aviário, bem como em outras atividades vinculadas ao manejo intensivo de criações animais, passam a ser uma responsabilidade feminina. As constatações da falta de tempo para si, e para a atenção

aos filhos e à família, indica a sobrecarga de trabalho das mulheres na agricultura familiar. As moças, especificamente, ao tomarem como referência as condições de trabalho e a “liberdade” propiciada pela vida urbana, contam, muitas vezes em forma de um desabafo, o porquê de sua indignação:

No meu caso, eu sempre digo que é esta falta de tempo, de tempo de você sair, de você ter aquele momento prá você não pensar em nada daquilo que tem em casa, de você, no caso, tipo o pessoal da cidade, no final de semana, vão lá, ficam até as duas da madrugada e nós não, a gente tem que voltar, voltar naquele horário porque tem os bichinhos pra cuidar. Este que é o principal, esta coisa de você estar sempre ali, de você nunca tá livre prá nada. De nunca você ter aquela liberdade de dizer não, hoje eu vou, hoje eu vou tirar prá mim, se dane o trabalho, vou pegar só amanhã. No caso o pessoal da cidade tem esta liberdade. O domingo deles é livre, eles não têm este trabalho, ele tem o domingo prá fazer o que ele bem entender, ele não precisa ficar se preocupando ‘ah, vou ter que ir prá casa’, no caso o pessoal do interior tem que ir prá casa tirar leite. tem que ir prá casa cuidar dos suínos, cuidar do aviário. Eles têm este tempo livre. Prá mim é isso (moça, Linha Pinheiro Alto).

Embora a conquista de direitos trabalhistas, decorrente das lutas sociais, possibilite o usufruto (ao menos para um segmento importante dos trabalhadores urbanos) de uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais, do descanso nos finais de semana e das férias anuais, além de outros direitos trabalhistas e previdenciários, inúmeras mulheres que vivem nas cidades enfrentam, assim como nossas entrevistadas, uma dupla jornada de trabalho, na medida em que, além do trabalho regular realizado durante o expediente semanal (na indústria, no comércio, na economia informal, entre outros), os fins de semana são ocupados para organizar e “colocar em dia” os afazeres domésticos. Assim, se os depoimentos das jovens revelam que elas não possuem o poder de organizar e controlar seu próprio tempo - sobretudo porque não têm dinheiro para pagar alguém “de vez em quando”, para “ficar” cuidando da criação animal - tornando-se, assim, cada vez mais escasso o tempo livre destas mulheres no espaço rural (sem uma contrapartida financeira pelos esforços despendidos nos processos de trabalho e sem o usufruto de direitos trabalhistas), também expressa uma certa idealização do que seja a vida e o trabalho das pessoas na cidade.

Para os filhos(as) de agricultores familiares que permanecem junto às suas famílias, no “interior”, as experiências propiciadas pelos jovens que já saíram das comunidades rurais fazem aflorar alguns conflitos em relação à decisão de ir ou ficar. Neste processo, o pêndulo oscila constantemente, arrastando as representações construídas, seja visando questionar o vivido e sair, seja para justificar a permanência, pelas dificuldades de migrar. Ilustrando este fenômeno com toda a riqueza do conflito, uma moça de Linha Pinheiro Alto explica::

A minha irmã, por exemplo, ela disse que se fosse pra ela ficar aqui ela não ficaria, porque o que eu faço ela não faz. Ela diz que é melhor na cidade. Tem muito, muito serviço e o lucro que a gente tem é muito pouco, daí desanima também, trabalha, trabalha tanto e no final do mês não sobra nada, depois, que nem na cidade também é difícil. Um tempo aí eu queria ir pra Perdígão depois desisti, daí acabei ficando, estou aqui ainda, não sei se vou ficar muito, sei lá. Se continuar assim é difícil eu ficar aqui, não tá dando nada e às vezes desanima né, trabalha, trabalha e tá sempre no mesmo. O aviário também dá pouco, não tá dando muito, o leite também, o preço tá baixo...

Os conflitos afloram, também, nas representações formuladas por quem já saiu, como para uma moça de Linha Mazziero, ao visualizar o “tempo da colônia” que diz que “em dia de chuva a gente ia na casa dos vizinhos, comia pipoca, tomava chimarrão, aqui já não, é difícil, todo mundo trabalha, não tem tempo, chuva ou sol, tá todo mundo trabalhando. Não tem tempo pra ficar ali tomando mate, comendo pipoca, coisa assim; eu gostava disso” (moça, Linha Mazziero).

A vivência diferenciada (em relação ao estudo, ao trabalho, ou ambos) dos jovens com o cotidiano da cidade redefine noções em torno do tempo, da sociabilidade, ou mesmo do modo de vida almejado e projetado pelos migrantes, os quais passam a relativizar as características atribuídas aos diferentes espaços, o rural e o urbano. Fazendo um contraponto à construção anterior, vejamos como uma moça de Linha Bonita transita entre as duas realidades:

Hoje eu aqui na cidade, eu trabalho minhas 8 horas por dia, no caso, eu chego em casa 6 horas, digamos, eu não tenho mais compromisso, a não ser fazer alguma coisa minha na casa; agora, no interior chega 6 horas, eles já trabalharam o dia todo, chega 6 horas eles têm que começar a batalhar de novo atrás de vaca, de porco, de frango, então eles não param, é frio, é calor, tem que ir, não tem quem faça isso por eles. Mas lá, no final de semana, você aproveitava, e aqui no final de semana você acaba estudando, fazendo trabalho, fazendo as coisas da casa. Porque eu trabalho o dia todo, trabalho no comércio agora, infelizmente não estou em sala de aula. Aí eu trabalho o dia todo, saio da loja 17:45 hs e 18:25 hs tenho que pegar o ônibus pra ir pra Joaçaba (faculdade), chego em casa 23:30 ns, e tenho que acordar as 7:00 hs, fazer almoço e ir trabalhar, ainda. Então não sobra tempo pra nada. E daí amizade não tem nem como você, tem as colegas de sala de aula, algumas amigas que eram lá do teu tempo, tal, que você conserva, mas não é como lá, em que você tem um grande grupo que você ia pro baile, pra matinê e fazia bastante amizade. Daí agora no meu caso nem mais baile e matinê eu não vou.

A representação do trabalho entre os jovens rurais que vivem e trabalham na cidade é particularmente importante para se compreender as expectativas e os projetos de vida elaborados pelos seus diversos segmentos, bem como as avaliações e redefinições resultantes das experiências vivenciadas. Os rapazes, quando, especificamente, são funcionários das empresas agroindustriais, consideram que são escravos do relógio, tendo em vista o cumprimento de horários, normas, tarefas e rotinas estabelecidas pelo sistema agro-industrial de abate e beneficiamento de aves e suínos produzidos no sistema de integração. Afirmam que

o trabalho na agricultura, embora também exija responsabilidade e dispêndio de esforço físico em condições climáticas muitas vezes desfavoráveis, apresenta maior liberdade e flexibilidade que o trabalho na indústria.

Na colônia, “dentro do teu espaço, você tinha uma grande liberdade. Você não tinha uma norma para seguir, não tinha um padrão exigido para você fazer; aqui já não, aqui você tem que trabalhar em função de um patrão, de uma norma né, várias coisas, lá não, lá é menos cobrado, aqui você já tem maiores responsabilidades”. Para este rapaz de Linha Pinheiro Alto, a rotina exigida para o cumprimento de suas atividades - que constituem os alcances conquistados, até o momento, daquilo que representava o projeto de vida estrategicamente formulado quando da decisão de sair do “interior” - contraria o ritmo propiciado pelo modo de vida anterior, na casa de seus pais, com todas as prerrogativas possibilitadas a um filho “escolhido” para estudar. Neste caso, ele “sai do serviço, vai para a aula volta para casa, aí, que nem, a gente mora em república, aqui, às vezes você tem que se lavar roupa, nem sempre dá para mandar para a mãe lavar, então, tem que se lavar a roupa, você é escravo do trabalho na minha opinião né”. Por outro lado, um “experiente” filho de agricultor, provindo de Linha Pinheiro Alto, aborda a trajetória percorrida por quem toma a iniciativa de buscar uma outra condição na cidade.

Porque hoje, também, morando aqui na cidade, eles acham que vindo de lá para cá, lá no interior trabalham e tal de sol a sol, eles acham que vindo para cá não vão trabalhar tanto mas na verdade eles vão ser escravo do relógio, você saindo de casa já tem que puxar dinheiro, sai de casa você vai no mercado tem que comprar açúcar, arroz, feijão, isso que lá no interior tem, o pessoal de lá às vezes acha que aqui é melhor mas na verdade, na minha opinião, eu não posso reclamar nada né, mas se fosse um dia de voltar para o interior eu voltava porque lá também tem seus pontos positivos.

Presente no debate resultante de uma das técnicas utilizadas para esta pesquisa, explicitada na metodologia deste trabalho, um dos quatro jovens (provindos do “interior”) residentes numa das diversas “repúblicas” da sede do município de Ouro (cenário em que se desenvolveram estas discussões), explica o que significa ser escravo do relógio: “na minha opinião, lá no interior não era aquela coisa assim, todo o dia a mesma coisa, né, a gente não tinha, como dizer assim, não tinha tanta responsabilidade, não era tão cobrado como se fosse comparativo com hoje na cidade, e lá então você conforme dava você fazia o serviço” (rapaz, Linha Pinheiro Alto). Um outro rapaz, desta mesma localidade, após responder dizendo que “lá você trabalha se você quer”, e perceber os sentidos atentos dos companheiros, pondera a “gravidade” da sua afirmação - pelo simples fato dela ferir mortalmente tudo aquilo que ele aprendeu e vivenciou junto a seus pais, fiéis cumpridores das sentenças proferidas sobre o

significado do trabalho na família de descendentes de italianos (de onde todos os entrevistados se originaram) - e reconstrói seu discurso, argumentando que:

Lógico né, se você trabalhar você vai ter, se você não trabalhar você vai morrer de fome. Lá você tem mais liberdade, liberdade, tipo assim, para você sair a hora que você quer, você hoje quer ir conversar na casa do amigo de meio dia, você pode ir lá no vizinho conversar, trocar uma idéia, tomar um chimarrão, aqui já não, a gente tá trabalhando tem horário pra cumprir, não pode sair neste horário, lógico, tem depois né, que nem no nosso caso, a gente fala isso porque levanta de manhã, vai para o trabalho, volta do trabalho e não tem tempo quase nem de tomar um banho, toma aquele banho de gato, vai para a faculdade, volta meio noite, você não sobra tempo para nada.

Importa sublinhar que esta declaração é proveniente de alguém que, pelo fato de poder exercer a oportunidade de fazer uma faculdade, apresenta um roteiro no tempo diário diferenciado da maioria dos filhos(as) de agricultores familiares que, atualmente, experimentam a vida na cidade, embora grande parte deles deseje fazer o mesmo, sobretudo as moças.

Estes mesmo jovens, ao pensar o que representa o trabalho e correlacioná-lo com o "labor" agrícola falam, também, que são ambientes diferentes, valorizando o trabalho na agricultura, que é realizado em "ambiente aberto", em "contato com a natureza", possibilitando a interação e a troca de experiências e informações com o grupo familiar ou através das relações de vizinhança. Ao contrário, na "produção", como se referem para definir o trabalho nos frigoríficos, o ambiente é fechado, as vestimentas incomodam, o trabalho é sempre o mesmo, em horários e ambientes adversos, seja pela necessidade de cumprir turnos em plena madrugada, seja pelas condições precárias das baixas temperaturas do frigorífico, que acarretam problemas de saúde.

Sentindo-se um presidiário do ambiente da indústria e precisando o horário em que se realiza tal escravidão (do relógio), entra no debate um rapaz de Linha Pinheiro Baixo, declarando que "lá é fechado, me sentia na cadeia, parecia uma cadeia prá mim. Sempre fechado lá dentro, aquilo não é vida prá mim. Você não vê sol lá dentro. Por exemplo, trabalho das 11:31 hs até às 20:15 hs da noite. Eu saía de casa 10 horas, subia prá Perdigão, ficava sempre fechado, não via sol, aí pra mim é a cadeia. Lá você vê sempre as mesmas pessoas".

Complementando o que concebe como a rotina diária, um jovem de Linha Pinheiro Alto ressalta: "acorda vai trabalhar volta para casa toma banho vai para aula vai dormir acorda vai trabalhar, tudo a mesma coisa, é a rotina diária, a mesma coisa sempre". Em conseqüência, "o cara fica estressado a semana toda, eu não vejo a hora de chegar o final

de semana, no sábado, que não trabalho, que não tenho aula, para descansar, porque você não consegue descansar”, ou, como acontece com a maior parte deles, “sempre que eu posso vou para a comunidade, porque lá você se sente melhor até, o contato com a natureza, o clima muda, o ambiente muda, tudo” (rapaz, Linha Pinheiro Alto). Descrevendo o que tem de diferente o ambiente da colônia, ele conta que lá “você pode botar uma bermuda, um chinelo, até de pé descalço, caminhar. Aqui você trabalha o dia todo, você trabalha com calçado, trabalha fechado, amarrado dentro da tua roupa de serviço, lá você pode sair à vontade, relaxar bem, descansar, se preparar para depois na próxima semana vem tudo de novo né”.

A partir deste momento, inserem um aspecto não previsto no roteiro das entrevistas, mas que adquire importância por sua recorrência nos depoimentos, tornando-se impossível deixar de levá-lo em consideração. O fato diz respeito ao significado da saúde no ambiente de trabalho. Neste processo, novamente as representações elaboradas ancoram-se no cotidiano do trabalho agrícola familiar, local que permite a avaliação comparativa do vivido no âmbito da indústria. Vejamos como eles constroem a noção de saúde, com a “maturidade” de quem experimentou ambientes e processos de trabalho com características diversas, no campo e na cidade.

Eu tinha bastante irmã que trabalhava em casa, daí eu disse, ó, vou tentar trabalhar lá, só prá conhecer lá dentro, na Perdigão, eu achava que lá na Perdigão era bom de trabalhar, melhor, só que lá é difícil, lá é gelo, trabalha com carne gelada, na produção, e daí pega no frango congelado, dói tudo a mão. Daí quando chega no final de semana, fica tudo doído. Daí melhor é trabalhar na roça. Lá na cidade onde eu estava trabalhando, tem que cumprir teu horário, tu não pode sentar, e aqui na roça se tu quer sentar meio dia, tu pode, tu senta e fica, aqui é melhor. Lá dentro da produção tá estragando a saúde, porque lá é frio, é gripe e dor de garganta quase o ano inteiro, porque lá dentro é vento frio, é gelo, só mexe com gelo e daí gela tudo. E aqui em casa não, tu trabalha e quando chove e esfria, tu te agasalha bem e não trabalha e fica em casa. Daí em casa tu não tá estragando a saúde. Lá, até o meu chefe falou, ó, volta pra casa, cuidar dos aviários lá, fica trabalhando em casa mas não fica trabalhando aqui estragando a tua saúde (rapaz, Linha Pinheiro Baixo).

No campo construído para justificar as estratégias e projetos escolhidos para a sua vida, os jovens buscam demarcar as diferenças entre os dois espaços que fazem parte do seu cotidiano (ou da sua memória), correlacionando-os com as também diversas repercussões na saúde da pessoa, agregando os componentes químicos da atividade agrícola, além dos elementos e manifestações da natureza que interagem no ambiente de trabalho, evidenciando que “lá na cidade não tem problema de agrotóxico, sem produtos químicos. E aqui (na agricultura) não, aqui em dia de chuva você tem que fazer o serviço embaixo de chuva, tem que ir na roça com aquele solão, tem que passar inseticida, prejudica muito a saúde” (rapaz, Linha Vitória). Ou, “de ruim na colônia, só aqueles dias de calor ou muito frio e ter que trabalhar na roça. Tirando o milho naquele frio, aquela espiga de milho cheia de gelo que

“tinha que tirar, ou no verão, colhendo a soja na mão, aquele pó, aqueles espinhos na mão...” (moça, Linha Bonita).

Boa parte da dimensão do problema da utilização de agroquímicos nos processos de trabalho agrícola, seja na criação vegetal ou animal, está presente na consciência, no corpo (de alguns deles) e no discurso dos filhos(as) de agricultores familiares, pois, como muitos se referem, experimentaram o seu manejo e, em decorrência, fazem ressalvas quanto à utilização destes insumos nas atividades produtivas.

Scheibe e Pellerin (1997, p. 82-84), ressaltam que o “uso inapropriado” e o “manejo inadequado” de agrotóxicos têm sido frequentemente apontados como causa da degradação das águas e da saúde humana; porém, mesmo quando aplicados sob condições apropriadas, em doses prescritas e utilizando-se práticas específicas, efeitos adversos ao ambiente vizinho sempre ocorrem, pois estes produtos são, por definição, tóxicos, o que justifica o interesse sobre a avaliação dos impactos causados pela sua presença (e de seus derivados) no ambiente. Além disso, indicam os autores, a tese do “uso inadequado” tem sido frequentemente utilizada como uma forma sutil de isentar a livre comercialização e a falta de fiscalização das conseqüências indesejáveis do uso indiscriminado desses compostos, transferindo, indevidamente, toda a responsabilidade das empresas que produzem ou determinam o uso desses produtos (situação evidente no caso das fumageiras) ou de órgãos governamentais responsáveis – ao agricultor ou ao agrônomo. Fazem a ressalva de que esta posição, em hipótese alguma, exime de responsabilidade os agricultores no processo de poluição.

Os jovens justificam o uso de agrotóxicos naquelas propriedades em que permanecem os “mais idosos”, em que a escassez ou o cansaço dos braços para carpir obriga o uso regular de herbicidas, “porque, no caso, eles não conseguem mais dar conta carpindo como era uma vez, acho que o organismo da pessoa não é mais como antigamente, que ele ficava o dia todo na roça trabalhando, hoje já não consegue mais agüentar tudo isso, até por causa da idade também” (moça, Linha Bonita). Oportuniza-se, assim, um espaço importante de intervenção das políticas públicas, governamentais ou não, direcionadas à promoção de sistemas de produção ambientalmente sadios, ou mesmo agroecologicamente “limpos”. Como não integra os objetivos deste trabalho, remeto a “questão dos agrotóxicos” e a percepção dos seus riscos por parte dos agricultores a outros pesquisadores que se debruçaram sobre este tema, entre os quais sugiro consultar a pesquisa e tese de doutorado elaborada por Guivant (1992).

Enfim, para se visualizar o que representa a saúde na visão de moças e rapazes, destaco a forma como os próprios jovens constroem este conceito, ao longo da cadeia produtiva da avicultura, um “continuum” que se estende do aviário à indústria. Acompanhemos, então, estas representações:

Realmente é um trabalho (o aviário), assim, que nem todo mundo tem saúde para este tipo de trabalho né, os produtos que são utilizados e a permanência constante ali dentro, problemas respiratórios, realmente é um trabalho que sacrifica, é um trabalho que é todo dia, aquela rotina, tem que fazer, tem horário, tem prazo de entrega”...e, do outro lado,.....eu trabalho de madrugada, na produção mesmo, é tudo com frango lá dentro, vai passando assim, e a gente vai ter que vencer, tipo, eu tiro o peito da galinha, corto o peito da galinha, daí tem que soltar. E vai passando...E daí vem a cor, tem nove cores, acabou todas as cores, daí o próximo é o meu. Daí tem que vencer, tem que fazer este trabalho, produzir certinho. Eu começo às 03:16 hs da madrugada até às 11:31 hs da manhã. Para 40 minutos, que a gente tem pra sair lá de dentro e tomar o café, que é às 6:30 hs, quarenta minutos, daí a gente já volta e direto. Estou há um ano e meio fazendo isso. Até, sábado, eu saí de lá de dentro era 8 horas. Eu não agüentava mais. É frio lá dentro. Saí de lá e não disse nada pra ninguém, porque eu não agüentava mais ficar lá (moça de Linha Pinheiro Baixo).

Entretanto, não se deixa de enaltecer as vantagens “simbólicas” oferecidas pela empresa aos que normalmente encontram dificuldades para conseguir estes serviços encontrados nas cidades, sobretudo nos pólos regionais, neste caso, a cidade de Joaçaba. A necessidade e a procura pelos direitos de cidadania, por “recursos” materializados nas instituições públicas e particulares de educação, saúde, entre outros atributos e conquistas da sociedade, re-elaboram nos jovens a noção e a dimensão do espaço vivido, bem como os impulsionam a experimentar valores, costumes e processos de trabalho muitas vezes alheios à sua vivência cotidiana na agricultura familiar. Trata-se de um processo que perpassa as representações captadas pelas “antenas” do pesquisador de campo, como as que se fixaram, em forma de ensinamento, nos depoimentos a seguir: “eles pensavam que ia ser uma coisa e é outra, porque a empresa tem uma política, muitas vantagens, tem assistência médica, que é uma vantagem, convênio odontológico, vale-transporte, você usa e quase não paga nada, vale-refeição você paga um valor simbólico, se você tomar café, almoçar o mês inteiro você vai pagar 5 reais, então isso é uma vantagem da empresa. Só que a cobrança vem né” (rapaz, Linha Bonita).

Os jovens cujos pais não apresentam “uma estrutura melhor na propriedade”, como eles mesmos se referem, e, neste sentido, nem sempre dispõem do “impulso inicial” ou do apoio posterior, depositam no trabalho a esperança de sustentar a continuidade dos seus estudos, residindo na busca da realização do desejo de fazer uma faculdade a maior das aventuras, pelas dificuldades e obstáculos enfrentados no meio do caminho e, sobretudo, pelos custos do pagamento das mensalidades, pelo simples, mas no mínimo bizarro, fato de que os

estabelecimentos de ensino superior nestas cidades-pólo da região não são públicos e muito menos gratuitos, fator ponderável considerando que parcela importante dos alunos(as) matriculados provém de famílias de agricultores e de trabalhadores das pequenas localidades. Vejamos como um jovem rural, que vivencia o emprego e o desemprego na cidade, dá a sua “cartada” neste difícil jogo que se realiza no campo educacional:

Mesmo porque, trabalhando na produção, ele vai ter um salário baixo e não vai ter a oportunidade de cursar uma faculdade, eu graças a Deus, o que aconteceu, os empregos anteriores eu ganhava relativamente bem para poder pagar a faculdade, aluguel e despesas né, aí eu entrei na empresa com a faculdade trancada, aí o que eu me obriguei a fazer agora na metade do ano, fiz um financiamentozinho e disse: vou dar a cartada final(!), vou abrir de novo (a faculdade), aí abri e a oportunidade apareceu né. E quem tá ali a dez anos de empresa tá ali com um salariozinho um pouquinho acima do meu, que eu entrei, mas só que não tem condições de iniciar uma faculdade.

Assim, o que se evidencia na maior parte dos discursos dos filhos(as) de agricultores familiares trabalhando na cidade é que eles recebem “um salário para viver, só para viver, mas não conseguem construir uma coisa melhor; o nível continua o mesmo, você não tem como investir”. Em busca de outras oportunidades, que nem sempre se apresentam, um jovem “bem-sucedido”, que integra o setor de recursos humanos de uma grande empresa agroindustrial, conta: “Sempre vejo este pessoal vir reclamando lá, dizendo que eles pedem a conta e a empresa não dá a conta, eles pedem para sair e ela não deixa sair”. Este fato é ilustrado por um rapaz de Linha Pinheiro Baixo, ressaltando que “só na nossa ala tem 280 que estão querendo sair. A maioria é pelo salário baixo e o pagamento é pouco, né, é muito pouco e muito sofrido lá dentro. Na ala que eu trabalho, na sala de cortes, a maioria está querendo sair”.

Segundo depoimentos coletados, isto se explica também pelas circunstâncias da construção de uma barragem na região, a barragem de Machadinho, que faz fronteira entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, gerando uma certa competição por trabalhadores, ou mesmo “mão-de-obra tem né só que a gente não tem mão-de-obra qualificada”. No conceito elaborado por este mesmo informante, para explicar as características de um trabalhador não qualificado, ele diz que, além da baixa escolaridade, “por exemplo, pessoas reprovam no exame de coluna, pra nós não convém pegar um funcionário com problema de coluna, aí nós vamos estar assinando que ele tá apto, que tá bem, aí ele vai trabalhar, trabalha 2 meses e tem este problema de coluna, nós vamos ficar com ele afastado para o resto...”. Ao ser indagado sobre os motivos e a incidência deste problema, afirma que “é porque se trabalha no pesado, acontece com jovens bastante, esta é a parte ruim do interior, às vezes o trabalho pesado que o cara faz você acaba danificando...um problema de saúde futuramente”.

Apesar de todas as reclamações dos baixos salários recebidos na indústria e de todas as trocas de informações e experiências entre os jovens que vivenciam os processos de trabalho localizados nas margens opostas do Rio do Peixe (por um lado, aqueles que permanecem nas comunidades rurais do município de Ouro e, por outro, os que trabalham na indústria, situada em Capinzal, mas que retornam aos finais de semana para as suas comunidades), “o pessoal ainda vem do interior, mesmo você alertando eles, dizendo ó não é bom, você vai se arrepender e tal, eles tentam meter a cara e arriscar” (rapaz, Linha Bonita). Pensativo, no lado contrário da mesa da “república” em que se desenrolava o debate, um outro rapaz, desta mesma comunidade, faz um contraponto ao argumento do colega que divide com ele os aposentos domésticos de sua vida semanal, dizendo: “vai fazer o quê, analise, você está lá (no interior) com as mãos atadas, você tem esta chance, hoje se for qualquer um de nós lá na Perdigão fazer ficha, um rapaz lá fez ficha na segunda e sexta-feira já estava trabalhando”.

A metáfora das “mãos atadas” é desatada e explicada por uma moça de Linha Pinheiro Alto quando, com um dos olhos na cidade, reflete sobre tudo o que representa a “vida na colônia”, onde se “gasta um monte para plantar, adubar a terra, gasta e quando chega na colheita, colhe e, quase nada”. Na outra face desta mesma representação visualizam-se, em decorrência, as vantagens usufruídas pelos citadinos, que são “privilegiados” com um salário mensal, ou seja, “na cidade, se tu trabalha tem teu dinheiro todo fim de mês né, e aqui não, aqui se tá bom tá bom, se dá uma seca ou chuva que estraga tu não ganha né, o lote de frango se dá ruim tu ganha pouca coisa, tem as despesas, é sempre assim né. Então lá, o ‘piá’ sempre diz né, aquele que saiu, lá todo fim do mês eu tenho o meu salário, trabalha mais tem, mas aqui você trabalha e às vez não tem, por que não sobra nada. Na cidade pensa assim, trabalhando, trabalhando, na cidade ainda é melhor por que chega fim do mês você tem o teu salário, e aqui nunca é garantido de que você vai ter...”.

Retorno financeiro: esta é uma das grandes expectativas e justificativas para a permanência e/ou a saída dos filhos(as) de agricultores familiares da propriedade dos seus pais. Visando à sua realização, depositam-se os investimentos, os esforços e o “precioso” tempo dos membros da família, incluindo em alguns casos a “ajuda” das crianças e adolescentes, como também as crenças (teimosamente renovadas) de que o governo e a sociedade irão valorizar e retribuir isso tudo, pagando um preço justo pelos produtos agrícolas. Neste sentido, elaboram-se as estratégias, como, por exemplo, “para ter uma renda maior, um retorno maior, o agricultor se obriga a diversificar a produção, não ficar só no ramo, só na agricultura, produzir milho, ele vai produzir o milho dele mais ele vai ter retorno no ano, ele vai trabalhar sete oito meses para ter um retorno de quatro meses, nem sabe se vai

ter, aí já aplicando em suínos, aves, o suíno da uma crise daí as aves vai ajudar ele a ter uma renda, se no suíno e nas aves há crise daí tem o leite, é uma forma dele diversificar” (rapaz, Linha Bonita).

Algumas dimensões são acionadas para explicar que hoje, na colônia, os agricultores não estão tendo lucro. A natureza e suas intempéries (seca ou chuva em excesso, vendaval, granizo), fenômenos alheios à vontade humana, mas recebendo influências devido ao manejo e à forma como os homens intervêm na natureza, são fatores que aparecem invariavelmente nos discursos para justificar as perdas, os prejuízos e os riscos iminentes às atividades agrícolas e, em decorrência, uma das principais causas do pouco retorno recebido pelos agricultores. A fala de uma moça de Linha Bonita sintetiza bem o que representa esta dimensão na vida de quem vive e trabalha no espaço rural: “você trabalha, investe às vezes você não tem o retorno que você imagina, o ganho é pouco, porque às vezes você trabalhou, gastou, fez financiamentos, você investiu na terra e você vê, a seca vem aí, um vendaval que derruba tudo, estraga, foi o teu trabalho de um ano”.

Um outro aspecto constantemente ressaltado pelos jovens, moças ou rapazes, é a “relação desigual” estabelecida entre os agricultores e as empresas agroindustriais, pois eles observam “que cada vez mais a gente trabalha pras empresas e sobra menos pro agricultor”. Esta desigualdade se manifesta, para os nossos interlocutores, além de outras dimensões, particularmente no âmbito do trabalho, tornando-o mais intenso e sem a contrapartida das indústrias no que diz respeito à remuneração deste esforço adicional, “porque hoje você tem um aviário, amanhã a Perdigão quer que você coloque mais 100 metros de aviário. Aí, serviço dobrado. Aí você termina de colocar estes 100 metros de aviário, aí eles querem que você coloque um vertical daí, pra engordar suínos. Mais um pouco de trabalho ainda. E aí sobra o que pra você fazer? Só trabalho! Trabalho, trabalho, ... e nós?” O questionamento final, demandando respostas, desta moça de Linha Pinheiro Alto expressa, com todas as letras e sentimentos, a indignação das mulheres ao verem o seu precioso tempo livre escapar de suas mãos que “a duras penas” passam a se ocupar, cada vez mais, com o trato das aves que se multiplicam no horizonte do seu cotidiano.

Acionando a dimensão econômica para fundamentar esta “concorrência desleal”, e particularmente as exigências do mercado, um rapaz de Linha Bonita explica que:

O mercado exige qualidade só que o agricultor não está tendo retorno, eu acompanho os vizinhos lá que tem aviário, a cada ano que passa o cara tem que investir uma coisa, tem que comprar equipamento, tem que mudar, tem que mudar...se o preço da ave acompanhasse toda esta mudança, aumentasse todo ano que passasse, como o investimento, daria um retorno bom e o cara se incentivava a trabalhar mais, mas do jeito que tá o cara investe, investe, e o retorno é sempre o

mesmo, ele não tem aquela vontade que tinha no começo, eu me lembro os primeiros integrados, eles construíram, fizeram tudo com a integração, eles ganhavam bem e tal, se incentivavam a trabalhar, tinha gente lá que vivia dentro do aviário trabalhando porque dava dinheiro”.

Sublinhada de forma tão incisiva, a mudança passa a ser vista com outros olhos pelos jovens, particularmente aqueles que, como crianças, observaram algumas famílias de agricultores “prosperarem” com a “modernização” do espaço rural, que adquiriu um impulso com a instalação do sistema de produção integrada nas propriedades, sobretudo com a instalação dos aviários. Atualmente, “mudar” adquire outro significado, ou seja, “com o passar dos anos, a renda foi diminuindo e em contrapartida a empresa querendo que você invista, é todo mês, todo ano, você tem uma coisa nova para renovar, tem um equipamento novo para trocar, colocar em cima ali, investir para o retorno ser cada vez menor”. Se outrora havia uma certa cumplicidade entre os agentes envolvidos na relação de integração, legitimando as mudanças, atualmente os jovens acentuam a presença, muitas vezes unilateral, das empresas intervindo constantemente na modernização dos equipamentos e instalações dos aviários e, conseqüentemente, no aumento da produtividade desta cadeia produtiva, implicando, no entanto, a imobilização dos recursos financeiros que ocasionalmente “sobram” dos lotes de aves entregues à indústria. Ou, como anuncia um rapaz de Linha Bonita, “lá vem a Perdigão, vamos trocar as tuas cortinas aí? Daí se vai o lucro, o pé-de-guerra bastante do integrado é isso aí, todo mundo reclama disso aí, se sobrar um pouquinho você tem que investir sempre, e daí?”

Os próprios jovens retratam as nuances destas transformações: “eu nunca me esqueço, o pai tem um aviário de 50 metros e a Perdigão trabalha com chester, o primeiro lote que ele recebeu em reais, em 1994, um lote de chester em 60, 64 dias, por aí, deu 1.500 reais, hoje são seis anos após e o chester tá na faixa de 1.000 ou 1.200 reais, a defasagem é muito grande. O que ele investiu aumentou 50%” (rapaz, Linha Bonita). Ou: “antigamente você construía um aviário e com 4, 5 lotes você pagava. Agora já não, então não tem aquele incentivo para estar trabalhando sempre, deixa um pouco mais largado, mais abandonado, assim” (rapaz, Linha Bonita). Aflora aqui uma forma de resistência aos ditames estabelecidos pelo sistema integrado, materializada na recusa de se dedicar integralmente ao processo produtivo. Neste sentido, “vamos dizer assim, no início a gente se dedicava ao máximo, quanto mais a gente vinha se dedicando...então você chega ao ponto, você pensa assim, eu vou fazer o que é básico” (rapaz, Linha Bonita). Numa outra comunidade, “eu estou sendo escravo, estou perdendo dinheiro, vou fazer o que é básico, vou procurar levar uma vida pelo menos decente né” (rapaz, Linha Pinheiro Alto).

A dívida, tormento avassalador do sossego dos agricultores familiares, que se agitam, desamparados, nas intempéries do mercado e do sistema financeiro, é percebida como decorrência das relações desiguais estabelecidas entre o que se “compra fora” ou “se pega emprestado” e o valor recebido, dos agentes externos, pelo pagamento dos seus produtos, tornando-se:

Uma questão bastante difícil na nossa comunidade, é a dívida, nossa!. Dá pra contar quem não tem, a maioria tão com dívida de banco, de financiamento. Compram os produtos para plantar aí não conseguem mais pagar, compram vaca de leite estas coisas aí não conseguem mais pagar. E também coisas mal pensadas eu acho, o problema é assim, o pessoal se ilude demais, vem o pessoal de lá faz aquela propaganda que a vaca de leite é boa, diziam que eram ‘aquelas vacas’ e vinham umas naniquinhas, feias, que não produz quase nada, daí começaram a se afundar. Estes chiqueirões também que a Perdígão encabeçou, aquele (vizinho) que tinha bastante dívida vendeu o aviário para construir o chiqueirão e agora abandonou o chiqueirão e construiu o aviário de novo. Fez tudo de material e tá aí parado. Coisas mal pensadas, eu acho, vão muito na conversa de quem vem e faz a cabeça. Por isso que o estudo é muito importante né. Abre muito a cabeça da gente, porque não dá para entrar na conversa dos outros assim (moça, Linha Bonita).

Buscando explicações para o descontentamento e o desânimo observado entre diversos produtores integrados, um técnico do município resgata o que considera um padrão cultural dos agricultores descendentes de italianos: o apego ao dinheiro, mas também questiona a autonomia no processo produtivo, tendo em vista a condição subjugada com que se deparam na relação de integração. Neste sentido, sugere:

Culturalmente nosso pessoal é apegado muito no dinheiro, nosso agricultor, nossa italianada é muito dinheirista, imagine, então, se você tem um foco, se você é centrado no dinheiro e falta o dinheiro, te falta perspectiva de crescimento, se você já perdeu a capacidade de criar, de criatividade, porque as idéias novas vêm de cima, como você tem que agir, como você tem de fazer. As firmas, elas fazem a criação, elas levam a idéia para o produtor, façam isso, e é o que acontece, então os agricultores executam a segunda criação que é a criação física, o agricultor faz mas quem criou quem foi o projetista da idéia é a empresa ou a cooperativa, então o que é, o agricultor faz a construção e vai administrar a idéia projetada pela cooperativa ou pelas empresas, então é o interesse delas e não do agricultor. Aí que tá a sutileza, a primeira criação, a primeira idéia.

De forma brilhante, este, depoimento, que toca num ponto crucial da relação estabelecida entre os agricultores e as empresas agroindustriais ou da interação existente entre os associados e as cooperativas, diz respeito às contradições e conflitos decorrentes da débil participação dos grupos sociais rurais no processo decisório que define os contratos, os projetos e os rumos das políticas e instituições vinculadas ao desenvolvimento rural. De maneira geral, participando apenas de forma consultiva ou referendando decisões tomadas pelos dirigentes destas entidades, os agricultores familiares e, particularmente, os segmentos tradicionalmente “excluídos” no espaço rural (mulheres e jovens), vêem suas expectativas,

visões de mundo e interesses relegados a segundo plano, pois – como ressalta este mesmo técnico municipal – o que predomina são as idéias e os interesses dos segmentos hegemônicos na sociedade rural. As entidades representativas, os movimentos sociais e sindicais, ou mesmo a ação de algumas ONGs e partidos políticos, vêm buscando a ampliação deste espaço de participação e a inclusão social de seus direitos e reivindicações; no entanto, persiste ainda uma visão homogênea e harmônica do que representam a agricultura familiar e a juventude rural, gerando um impasse e uma lacuna na representação política destes grupos sociais.

A diminuição da participação nos eventos que conformam o ambiente cultural nas comunidades rurais e a resistência em se “dedicar” plenamente ao processo produtivo revelam-se sobretudo na vida social, em que se observa que “muitas vezes tem que deixar de sair, festa e tal, para cuidar do aviário, para cuidar da propriedade”, mais precisamente “não é que deixa totalmente mas diminui a presença, antigamente ia na igreja era a igreja sempre lotada, o pessoal de pé, hoje você vai lá tem 30%, 20%” (moça Linha Pinheiro Baixo). Indicando que antigamente se reuniam mais, alguns depoimentos apontam que este processo se verifica “depois da integração, diminuiu isso, porque você pode ver até pelo culto aí no interior, antigamente era mais. Este pessoal que tem aviário e tal se tem um encontro, uma festa, final de semana, e às vezes chega frango pequeno ele não pode sair, deixar, abandonar para ir, então ele tem que cuidar mais da propriedade, não tem tanto esta liberdade para ir, participar” (rapaz, Linha Pinheiro Alto). Por outro lado, agrega-se também o fenômeno do êxodo rural, isto é “a vinda do pessoal para a cidade, a própria integração, uma coisa soma a outra, e no final, é a realidade, o pessoal deixa de se encontrar, de ter a liberdade”. Tendo em vista que “o cara tem que cuidar do que é dele, por menos que deixe você tem que cuidar do que é teu, você investiu nisso aí você tem que cuidar, então” (rapaz, Linha Bonita).

Se, por um lado, a embrionária (porque ainda não emerge como um movimento “representativo”) mas extremamente madura consciência rebelde dos jovens que defendem a diminuição do ritmo empregado no sistema de produção integrado, pode sugerir, à primeira vista, uma atitude “confortável” de quem simplesmente recusa o esforço no processo de trabalho; por outro, não é nada cômodo para quem é membro da agricultura familiar manifestar estes sentimentos, pois suas representações carregam também, nos seus interstícios, os conflitos presentes no questionamento de um padrão cultural reproduzido entre as diferentes gerações.

O trabalho sempre foi exaltado pelos agricultores familiares como a maior das virtudes, questão de honra que legitima a acumulação, a riqueza e a ascensão social, sendo a miséria e a pobreza conseqüências da pouca dedicação nas atividades produtivas ou mesmo da

ineficiência no seu exercício na propriedade. Ideologicamente, a idéia de sacrifício, de trabalho duro sempre foi muito valorizada. Ao se referir aos antepassados, os jovens relatam que “eles só pensavam em trabalhar, trabalhar, não tinha discussão”.

A memória que se reconstrói pelo relato dos pais é uma memória de sacrifício, de dificuldade, que se tentam passar para os filhos. Que o trabalho é organizado e realizado para ganhar dinheiro, isto não entra nos relatos, na memória. Não se constata nos discursos dos mais idosos representações que associam o trabalho à satisfação de desejos pessoais, “eu quero ter dinheiro para isso, para aquilo”; ou seja, “prazer”, “consumo” é consequência de se trabalhar muito, não é uma meta, não é visto como uma coisa positiva ter ambição. Então, busca-se construir um círculo vicioso, mesmo que o pai tenha dinheiro, não remunera ou retribui adequadamente os(as) filhos(as). Particularmente entre as famílias de agricultores descendentes de italianos existe uma idéia de sacrifício influenciada pela Igreja Católica: qualquer coisa que você tem de melhor foi por sacrifício. Justifica a riqueza pelo sacrifício. O tempo todo esta história é contada. Não é um momento da vida que passou. Esta memória é recuperada na educação dos filhos. No entanto, até que ponto para os pais é cômodo repassar isso para os filhos? Atualmente, os jovens internalizam, sem dificuldades, estes valores nas suas representações sobre a família? Em que medida os jovens questionam os laços afetivos familiares? Quais os significados do casamento para moças e rapazes? O que representa a educação nos projetos de vida dos jovens? É com o objetivo de perceber como estas questões se entrelaçam na agricultura familiar que passamos à sua análise, no próximo capítulo deste trabalho.

Capítulo 5

Visões de Mundo rural em Conflito

Para alguns estudiosos do campesinato, a hegemonia do projeto global da família prevalecia sobre os interesses dos indivíduos, sobretudo das mulheres e jovens. A crença de que todos devem se submeter ao grupo familiar se expressava (e se expressa), inclusive nas representações que mulheres e filhos(as) formulam sobre si mesmos, com a ressalva de que a unidade familiar está assentada no grupo masculino, na importância do “pater”, no pai de família, para que a figura paterna possa representar a autoridade (WOORTMANN, 1995 apud TEDESCO, 1999, p. 66). O sexo era o estigma que rotulava a mulher ao nascer, pois o grupo doméstico e a sua hierarquização, fortalecida pela Igreja Católica, encarregavam-se de inculcar nos filhos, e sobretudo nas filhas, o espaço da submissão, as ordens da família patriarcal e autoritária. A representação social da dominação masculina era reforçada na medida em que o grupo doméstico tinha um papel fundamental na constituição e manutenção econômica e moral. Neste sentido, “a gente tem uma consciência também de analisar as possibilidades que a gente tem, de ver o que vai ser bom para a família em geral. Não é que assim, o que você pediu, você pode. A gente analisa, não pensa em si, pensa no todo” (moça, Linha São Paulo).

A necessidade dos pais de garantirem a própria velhice, ainda que não explícita nas relações estabelecidas no grupo doméstico e pouco abordada nos estudos vinculados ao processo sucessório na agricultura familiar, que enfatizam a preocupação dos pais com os filhos, aparece no olhar atento do pesquisador de campo, como o faz Papma (1992). Este autor constata numa comunidade de descendentes de italianos e alemães de Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná, esta preocupação dos pais com eles mesmos na velhice. Se ainda hoje, com a aposentadoria extensiva ao espaço rural, a situação das famílias ainda permanece difícil, antigamente os pais tinham mesmo que garantir alguém que os sustentasse. Cita uma frase de um depoimento que é bastante simbólica para representar esta necessidade: “Quem manda aqui sou eu! Depois de eu falecer, eles se virem”.

No caso pesquisado, com a instalação do sistema de integração de aves, percebe-se nos depoimentos que o aviário extrapola a sua mera função econômica, pois se constitui, também, numa das estratégias dos pais visando “segurar” algum filho para ajudá-los na velhice, para a mãe especificamente foi a solução encontrada para segurar uma moça em casa, pois para uma mulher que está envelhecendo ficar sem nenhuma ajuda em casa é considerado

terrível. Como afirmam as próprias mães, com o aviário, “ela (a moça) não trabalha na roça, na hora quente, tudo o que ela não quer, é a solução”.

Estes padrões culturais, embora apresentem variações dependendo do caso considerado, não deixam de ser percebidos e reproduzidos, ainda hoje, nas representações elaboradas pelos agentes que intervêm no espaço rural, lideranças, técnicos ou mesmo os próprios filhos(as) de agricultores familiares; no entanto, alguns depoimentos e práticas dos jovens evidenciam a existência de redefinições e questionamentos de valores e conceitos basilares. Refletindo sobre a importância do tratamento destas questões no seu campo de trabalho, uma técnica do serviço público estadual de extensão rural, que atua no município de Ouro, ressalta:

O nosso pessoal de origem italiana ele é bastante fechado, não deixam transparecer muito os problemas da família, claro que a gente sabe que com esta mudança de os filhos terem que sair de casa, tudo isso gera um conflito dentro da família, esta independência que os filhos querem ter, de repente os pais ainda não querem que eles sejam independentes, procuram manter aquele sistema mais antigo e de repente erram.

Vejamos como ela percebe a interação com a cidade: “as moças vêm pra cá, tem o consumismo, tem o modismo, isso vai proporcionando nelas uma vontade de ser independente, de não depender mais dos pais, de ter o dinheiro delas pra comprar o que elas vêm, em se tratando de consumismo...E as moças que vêm menos para a cidade, menos chance de acompanhar isso tudo, elas estão mais satisfeitas com aquilo que elas estão tendo e elas criam menos problemas para...” .

Entrando no debate, um técnico local faz uma afirmação que, pela estranha complexidade do tema, aparentemente destoa dos discursos construídos e dos conteúdos previstos nos programas e projetos desenvolvidos pelas instituições no espaço rural, ou seja: “elas têm problema de auto-estima”. No entanto, lembrando o tema da palestra a ser realizada naquela mesma semana, a extensionista local referenda e ilustra as palavras incisivas do colega de trabalho afirmando que “o nosso tema vai ser sobre a auto-estima, uma coisa muito importante”. Só que “a gente não dá (a palestra) para o agricultor, é muita gente para fazer uma palestra né, então a gente faz, são 5 mães por clube. No sentido delas se sentirem mais valorizadas, importantes no seu dia a dia porque ela sempre se põe atrás...”... “do marido”, complementa o técnico local. Ressaltando, assim, a marcante presença masculina nos relacionamentos das famílias de agricultores, esta mesma profissional conclui que é “ele que domina, que manda[...] porque ela sempre se subestima, ela sempre fica em segundo plano”.

A influência ideológica da Igreja na construção e reprodução social do conceito de família, entre os agricultores descendentes de italianos, aparece nos depoimentos coletados pelos trabalhos de pesquisa junto a este público, os quais ilustram as práticas e os costumes legitimadores destas representações. A partir do relato de um ex-seminarista, Gonçalves da Silva (2001, p. 211-14) resgata alguns elementos definidores da noção de família, que perpassava os costumes e as práticas religiosas, entre os padres salesianos da região objeto de sua pesquisa, ao recrutarem os “melhores” meninos da comunidade, os mais inteligentes e os de boa família. Se houvesse uma família doente ou com problema mental ou algum tipo de problema que desabonasse a parte moral, como famílias separadas ou mãe solteira – coisas que, na verdade, eram raras entre as famílias italianas pelo seu próprio *ethos* camponês – eles eram afastados. Atraídos pelas possibilidades que estas instituições (congregações religiosas) ofereciam em termos de aprendizado e formação, indica a autora, ou mesmo de bens que não dispunham em seu cotidiano de muita pobreza e trabalho árduo, muitos jovens ingressaram nos seminários seduzidos, ao menos inicialmente, por estas opções. Com forte presença de filhos(as) de agricultores familiares das comunidades rurais do interior do município, Ouro conheceu um seminário que recrutava estes jovens com a expectativa de que alguns deles seguissem a carreira religiosa; para as famílias, por outro lado, além desta finalidade religiosa, a alternativa representava a oportunidade de colocar os filhos que não eram incluídos no processo sucessório.

Comentando a respeito da influência moral no seio das famílias de agricultores e sua implicação no projeto de vida dos jovens, uma extensionista local conta que “a jovem é muito cobrada, de repente acontece uma falhazinha dentro da família ou a jovem engravida ou era noiva e perde o noivo ou vice e versa ou, enfim, algum problema que aconteça, para a família aquilo é o fim, é o caos, é a vergonha, sabe, então existe até uma rejeição às vezes por parte da família perante esta pessoa, devido aquele erro, aquela fraqueza, então tudo isso eu acredito que influencia. Neste lado a gente pode observar que a jovem acaba saindo também por causa disso”. Indagada se estas questões afloram quando na realização de reuniões com a comunidade, ela afirma que “nem sempre a gente faz assim aquele diálogo aberto, reunião sem ter vergonha, principalmente quando tem homem junto, meu Deus, aí não falam mesmo, bem mais difícil, elas tem ainda aquela retração com a presença masculina, no encontro quando são só as mulheres então elas já tem um pouco mais de facilidade de contar, de falar, se abrir, mas dificilmente é debatido sobre isso, assim com aquela liberdade, é bem mais difícil”.

Esta dificuldade para as mulheres (e os jovens) expressarem os sentimentos e os descontentamentos com sua condição no espaço rural é apontada por pesquisadores como Paulilo (2000), que ilustra isso no âmbito do processo sucessório na família, em que observa que o alijamento das mulheres por ocasião da partilha da propriedade é uma questão muito delicada. Tudo o que se consegue, conclui a autora, é que as mulheres digam, com timidez, que elas deveriam ter os mesmos direitos. Reside neste fato uma lacuna importante a ser preenchida pelos atores sociais que trabalham com os agricultores familiares. No caso dos técnicos locais, que vivenciam diretamente estes problemas por força do seu trabalho, indaga-se: até que ponto esta dimensão emerge nas suas representações? De que modo elas são construídas? Cabe colocar em relevo o que pensa, a respeito, uma extensionista local:

Ao nosso ver é neste sentido, eles valorizam muito a parte material, a parte financeira, e a cultura de origem italiana desenvolve que a pessoa tem que ser forte, tem que ser trabalhador e se a pessoa chora, se ela tem um sentimento, se ela tem uma fragilidade, ela é fraca, é criado para ser forte, de repente ele não pode demonstrar aquela carência no lado afetivo porque senão vão achar que ele é fraco, então, às vezes, isso também é um problema muito sério, causa muitos problemas de saúde, o problema de desestímulo, de sair daquela vida deles por falta de repente só de um trabalho mais voltado para este lado afetivo, existe uma deficiência, assim, enorme neste sentido.

Percebe-se nitidamente nas entrevistas a delimitação dos diferentes papéis na agricultura familiar, assim como relações se estabelecem entre os membros do grupo doméstico. As representações elaboradas para explicar a presença dos “avós”, do pai, da mãe, dos jovens e crianças, ou mesmo da relação sogra/nora, são significativas para compreender as mudanças que se sucedem nas diferentes gerações. Um retrato representativo de uma família de agricultores, descendentes de italianos, desenhado por uma extensionista local, revela algumas nuances desta questão:

Enquanto ainda são crianças, existe um pouco mais, criança pequeninha e tal, existe aquele afago, aquele carinho, aquele orgulho dos pais, mas a partir do momento que ele começa a entrar na adolescência ele já é adulto e é tratado como adulto, já é deixado de lado este lado, do afago, da afetividade, às vezes até o diálogo falta. Eu coloco isso como a forma, a cultura assim como foram criados os pais, eles foram criados desta forma e nós temos problemas sérios, inclusive eu trabalho com a terceira idade, com grupos de idosos, e a gente faz um trabalho assim mais leve, uma coisa para a terceira idade, nós temos idosos que não aceitam participar, porque ‘aquilo não é atividade para eles fazer’, falam ‘que é coisa de criança, isso ali não é coisa de gente séria’, porque eles não são preparados para aceitar este tipo de coisa, eles são preparados só pra fazer coisas sérias. Então a gente já vê por aí, é difícil de quebrar às vezes certos conceitos, conceitos que eles têm, que já vieram ao longo da idade e continuam com eles, então tem ainda pais de idade média que é difícil você fazer atividades deste tipo. Observarem que eles têm que ser diferentes também para manter os filhos na propriedade, que às vezes tem até que abrir mão e acatar idéias dos filhos mais jovens, às vezes muitos jovens saem por isso, querem fazer modificações dentro da propriedade, querem modernizar, querem produzir uma tecnologia diferente e os pais querem manter aquela forma que eles vinham produzindo na propriedade, não abrem mão, então o jovem desanima e busca outra alternativa”.

Ao se referirem ao “avô”, os jovens entrevistados traçam o perfil com que ele se apresentava no seio da família, uma figura que impunha respeito às gerações mais novas, um misto de receio e admiração perpassando hoje o relato, pleno de conflitos, de alguns jovens, que destacam a sua presença no cotidiano doméstico. Na época de sua infância, uma moça de Linha Pinheiro Baixo conta que:

Eu não gostava era do meu avô. Ele era italianão duro, sabe? Então me parecia que ele era muito ruim com a gente. A gente ia lavar a calçada, colocava muito sabão, ele já brigava, porque tinha que gastar pouco. Mas com o tempo eu fui entendendo e até o dia que ele faleceu eu tinha 7 anos, eu me lembro que eu chorei muito e depois daquele dia, eu tenho lembranças maravilhosas dele, porque a gente aprendeu muito com ele. Ele era firme, ninguém podia falar alto com ele, eu me lembro que meu pai respeitava ele muito, e até hoje o pai comenta ‘ah, se fosse na época do nono não era assim!’.

No que se refere à avó, os depoimentos dos jovens indicam a sua presença no espaço ocupado pelas crianças, delimitando o que podia e o que não podia ser feito, particularmente no âmbito das brincadeiras: “a nona não deixa eu fazer isso, a nona não deixa eu fazer aquilo. A gente ia na casa deles (outras crianças) brincar, e sempre tinha a nona deles reclamando, porque fazia barulho, porque isso, porque aquilo. Era muito assim, não dava liberdade para a gente brincar” (moça, Linha Pinheiro Alto).

Perpassando as relações femininas, entra em cena um fato bastante citado na literatura e nos relatos dos entrevistados, pautado na vivência nada harmônica entre sogra e nora na família italiana. Percebe-se, em muitos casos, que a presença desta última cria um obstáculo para que a primeira exerça livremente a sua autoridade no espaço que ocupa no grupo doméstico. Para Woortmann (1995, p. 178), com o nascimento do primeiro filho, opera-se uma mudança, ainda que não radical. O filho passa a ser “respeitado” como pai e, em geral, lhe é atribuído um espaço maior no gerenciamento do processo de produção. A mulher, reconhecida como mãe, é aceita *na* família, mas não ainda como *da* família. Ela não é dona da casa, pois permanece, no essencial, subordinada à sogra. Para a jovem esposa esta é uma situação muito tensa, já que a sogra tende a interferir em sua autoridade materna sobre os filhos. A situação é menos tensa para o marido, que apenas continua na condição de filho, já internalizada.

No entanto, se esta antiga “intriga” na agricultura familiar aflora visivelmente nos depoimentos coletados, fato este ilustrado quando, por exemplo, uma jovem declara que a sua mãe “não quer muito morar junto com uma nora”, na prática do gerenciamento atual das propriedades agrícolas, caracterizadas pela ausência de grande parte dos jovens – que migram

para a cidade - e o envelhecimento da população remanescente, a presença de um filho casado (e sua esposa) junto ou muito próximo da família de seus pais, torna-se uma necessidade crucial para a salvaguarda e a reprodução social do patrimônio da família, na medida em que preserva um mínimo suficiente de mão-de-obra para “tocar” as atividades integrantes do processo produtivo, inclusive os braços adicionais da nora, que passa a assumir, assim, um papel indispensável no grupo familiar. O depoimento de uma moça de Linha Pinheiro Alto é bastante sugestivo a este respeito: “ainda temos algumas famílias que casar é aumentar a mão-de-obra, ainda existe este pensamento dentro de algumas famílias. Então, vem a nora é mais mão-de-obra, pode aumentar a vaca de leite, pode aumentar alguma atividade dentro da propriedade, então quanto antes melhor. Tem famílias que têm só um filho, a mãe às vezes tem problema de saúde, então eles aceleram o processo de casamento porque daí vem a esposa, vem a nora e vai ajudar na mão-de-obra”.

Embora as circunstâncias objetivas imponham uma maior proximidade entre os membros do grupo doméstico, para racionalizar e tornar mais eficiente a organização do trabalho no processo produtivo, contribuindo também para clarear os papéis masculinos e femininos na implementação das atividades, no campo das relações subjetivas nem sempre as coisas são vividas livremente ou expressas de forma cristalina. A presença recorrente nos depoimentos da noção de liberdade para explicar estas relações indica que os “laços” afetivos podem significar, também, que alguém está se sentindo sufocado ou vendo seus planos cerceados em virtude da supremacia de valores muitas vezes alheios à sua vontade que, para muitas mulheres agricultoras, ainda se arrastam como correntes nos seus passos cotidianos. Ao ser indagada sobre como vê as relações femininas na sua família, uma moça de Linha Pinheiro Baixo afirma:

A mãe diz sempre assim, que a gente tem um lote aqui na cidade, né, então ela diz ‘vamos construir uma casinha lá, aí daqui a uns tempos, quando a nona não tiver mais com a gente, eu e o pai tiver aposentado, tiver mais velhinho, vocês colocam a gente morando lá, aí vocês não precisam se incomodar com a gente, porque nós não queremos incomodar’. A mãe tem muito esta coisa de não querer incomodar ninguém, não quer incomodar ninguém. De repente, não que ela se sinta incomodada pela nona que ela vem cuidando, mas isso tira muito a liberdade dela. Por exemplo, a mãe praticamente ela não sai de casa. Então, por este motivo ela não quer ficar junto com uma nora para não podar a liberdade, para que não tenha que ficar ninguém em casa para tomar conta dela. E ela é muito cuidadosa com a minha nona, a nona até diz ‘vai, não precisa se preocupar comigo, eu fico bem em casa sozinha!’, mas ela não sai, ela não deixa a minha avó sozinha em casa meia hora sozinha. Então eu acho que esta preocupação ela não quer que alguém tenha com ela.

Observa-se, em relação aos diversos papéis desempenhados pelos membros da família, a importância do papel dos irmãos mais velhos dos dois sexos. De forma geral,

constata-se que grande parte da responsabilidade dos pais era (e ainda é) dividida com estes filhos, que assumem, muitas vezes, precocemente a realização de funções que excedem as suas tradicionais atribuições no grupo doméstico. Se a necessidade impõe uma jornada de trabalho excessiva, com uma sobrecarga de esforço físico, não condizente com a condição juvenil, a realização deste papel pode representar também uma diferença entre os filhos(as), em que “o irmão mais velho sempre tinha mais, mandava mais, bem dizer. Eles sempre valorizavam mais o irmão mais velho”.

Isto representa, segundo Gonçalves da Silva (2001, p. 143 a 145), o usufruto de certas regalias e privilégios em relação aos irmãos mais novos, sobre os quais exerciam uma certa autoridade e liderança, principalmente no caso da menina, que era sempre responsável, em última instância, pelos cuidados e comportamentos dos irmãos, quando estes ainda não acompanhavam os pais no trabalho da roça. A autora observa, na pesquisa, que o fato de ser a filha mais velha podia tornar-se, por isso mesmo, um fator impeditivo para abraçar a vida religiosa (tema de seu trabalho), devido às responsabilidades assumidas no núcleo doméstico. Dentro de uma faixa de idade que variava de oito a doze anos, a menina já trabalhava na roça com a mãe, no “cabo da enxada”, ao mesmo tempo em que desempenhava inúmeras atividades no âmbito doméstico, tais como limpeza, conservação e preparação dos alimentos, além dos cuidados com os irmãos menores. Era também a filha mais velha que ajudava a mãe no trato com o gado, quando a ajuda de um filho homem não era possível.

Ao se referir à sua filha mais velha, que ainda permanece com os pais, mas que visualiza “o seu destino na cidade”, uma mulher agricultora de Linha Pinheiro Alto ressalta a importância que esta moça representa para a família, pois, além dela cuidar do aviário e das vacas de leite, “ela ajuda a fazer o almoço para mim e limpeza, porque eu tenho problema na coluna, dou graças a Deus que ela fique em casa, senão eu fico sem moça”.

Resgatando a memória da família, uma agricultora idosa da comunidade de Linha Mazziro ilustra significativamente a dimensão que pode adquirir o papel de um filho mais velho (e de uma mãe viúva) na agricultura familiar, particularmente no caso da morte do pai. Vejamos como ela conta este fato marcante da sua vida na “colônia”:

Eu me criei sem pai, e sofri bastante. Quando meu pai faleceu eu tinha dois anos, e a minha mãe ficou viúva com 25 anos e teve 6 filhos, um faleceu. E ela se virou. O mais novo tinha 5 meses, o mais velho 7 anos. Eu brincava no sábado, no domingo, porque a gente tinha que trabalhar nos outros dias. Trabalhar, nós ia para a roça com uma enxadinha acompanhada da mãe e ia. Com 8, 10 anos já estava na roça. Meu irmão mais velho que ajudava a gente a trabalhar, dava preguiça, a piaçada nova, né, a gente dizia ‘vou para casa, tô com sede’, e ele dizia ‘Ah, vocês não tão com sede, vamos capinar mais um pedaço!’. Eu lembro que a gente ficava, ele mandava, ficava no lugar

do pai, mais velho, irmão mais velho, ele tava com 7 anos quando o pai faleceu. Nós sofremos bastante, mas fazer o quê? Tá bom.

É justamente no campo das relações estabelecidas entre o pai e os filhos(as) que se visualiza um dos principais fatores de tensão e, ao mesmo tempo, de redefinição dos valores na agricultura familiar. Este fenômeno, frequente nos depoimentos, não esconde os conflitos que residem nas questões aí tratadas. A forma como é gerenciado o processo decisório na propriedade, a posse e a alocação do dinheiro são fatores que explicam alguns dos descontentamentos que emergem desta relação. Em decorrência, o usufruto de objetos e confortos da vida “moderna”, como também a definição de prioridades que podem oscilar entre o investimento nas atividades produtivas ou a aquisição de utensílios domésticos, máquinas e equipamentos, que poderiam aliviar o esforço dedicado no trabalho, estão na dependência das definições de orientação deste complexo empreendimento que é a agricultura familiar. Tanto podem representar uma maior ou menor concentração nas mãos do chefe do estabelecimento, geralmente o pai, as decisões que envolvem os interesses relativos ao conjunto da propriedade, quanto a satisfação das demandas individuais dos filhos(as) que nela vivem e trabalham. Os próprios técnicos que trabalham com agricultores familiares do município fazem comentários a este respeito.

Permanecendo em casa com os pais elas (as moças) vão sempre ter que pedir. A nossa família, ela tem aquela hierarquia ainda de que é os pais que mandam e que administram e se tiver dinheiro, se sobrar distribui, senão não né, não tem esta aí de dar um tanto por mês ou de dar um pouquinho do lucro para os filhos, geralmente é dos pais. Então existe aquela dependência em tudo, ela quer sair um fim de semana depende, a jovem principalmente, ela quer ir num baile, numa festa, uma roupa nova, tem que pedir para o pai. Os pais, de repente, não acompanham esta evolução, às vezes também por dificuldades financeiras que se encontram, então isso torna um pouco difícil, e daí elas observam aquelas que trabalham, no comércio, na Perdigão, elas tem o dinheiro delas, administram aquele dinheiro da forma como elas acham melhor...

Alguns jovens lembram, com amargura, a angústia vivida quando da frustração de uma safra agrícola, provocada por alguma intempérie ou por danos provocados por pragas e doenças, pois sabiam que fenômenos desta natureza significavam, além do prejuízo econômico e o conseqüente declínio dos negócios da propriedade, a perda de um precioso tempo destinado às lavouras, bem como o suor derramado na roça. Salientam todo o sacrifício necessário para destinar os quase sempre precários recursos financeiros no investimento e custeio da produção anual (em muitos casos, com empréstimos bancários), representados pela compra de insumos para o processo produtivo, como sementes melhoradas, adubos, agrotóxicos, combustíveis, entre outros. Mais precisamente, “aí na hora que tu ia comprar semente, tinha que deixar de comprar alguma coisa para comprar milho, adubo para plantar, e

quando ia colher, ah, eu me irritava quando era assim, ia tirar milho, e era aquele milho feio, saber que tu economizou, deixou de ter roupa, coisa assim que tu gostava” (moça, Linha Mazziro).

Se, de maneira geral, se observa a existência de dificuldades para os jovens “acessar”, na agricultura familiar, algum dinheiro para satisfazer seus desejos e projetos pessoais, também ocorrem variações específicas, dependendo das condições de cada família, que dispõem mais ou menos capacidade de “retribuir” a contribuição efetiva dos filhos na unidade produtiva familiar. Não é difícil verificar nos relatos a afirmação de que há famílias em que “os pais tem o dinheiro contado, às vezes passam até necessidade dentro da própria família, porque não pode gastar aquele dinheiro, não pode, e o pessoal sai com aquele dinheiro contadinho para a entrada do baile e mais um refrigerante ou nada mais”, como ressalta uma moça de Linha Pinheiro Alto. Inserida numa família considerada, pelos próprios jovens, como “bem- estruturada”, pelo fato de possuir produção intensiva de aves, suínos e leite (e muito trabalho), esta mesma jovem complementa o seu discurso afirmando que “a gente não tem lá tanto dinheiro assim para ficar...gastando, mas quando a gente precisa ou a gente quer alguma coisa, quer sair, quer ir viajar, ó, vou viajar mãe, pode até ser que lá no comezinho ela dê aquela reclamadinha, mas não, depois ela dá o dinheirinho que você precisa[...] No caso, porque a gente não tem mais o pai”. Contudo, esta disponibilidade de dinheiro e retribuição aos filhos quando necessário não é, infelizmente, o caso representativo da agricultura familiar.

Que o digam os vários depoimentos coletados para ilustrar esta queixa juvenil, como exclama, com todo o descontentamento presente nas palavras, um rapaz de Linha Pinheiro Baixo:

ah!, o pai é muito durão, o pai é difícil de lidar com ele, com a mãe eu me dou bem. Converso com ele, normal, só que pedir coisa para o pai é... Tanto eu como meu irmão. Difícilmente a gente pedia. Dinheiro nunca pedi para o pai. Para ir numa festa, por exemplo, pedir o carro do pai, né, só que nós ia pedir o carro para a mãe, e a mãe pedia para o pai. A gente nunca ia pedir nada para o pai, é difícil. Daí a mãe diz ‘o pai liberou, mas tem que chegar tal hora’, beleza! Se a gente dizia que a gente ia lá e ele descobria que a gente vinha aqui, nossa! O pau comia!.

Algumas expressões são simbólicas para representar o uso e o alcance, muitas vezes extremo, da autoridade dos pais na família, deixando algumas mágoas e marcas na trajetória dos jovens, particularmente na infância, para cuja reconstrução as técnicas tradicionais de pesquisa nem sempre são as mais apropriadas. Às vezes, porém, inesperadamente (para o pesquisador) ou deliberadamente (para o entrevistado), elas emergem nas entrelinhas das histórias que são contadas, como quando um rapaz de Linha Pinheiro

Baixo, ao recordar um episódio em que é cúmplice de uma “desobediência infantil”, afirma que:

Naquele tempo era ruinzinho, judiavam um pouco da gente. Uma vez, fim de ano, ele (o pai) comprou o presente para nós, eu e meu irmão, relógio né, a mãe comprou dois presentinhos para nós, dois presentinhos de fim de ano. Nunca vou esquecer. Aí, deixou na cômoda, e foi para Capinzal. E avisou: ‘ó, vocês não mexam aí que senão vocês vão apanhar’. Piazada, né, curioso, abri para ver, aí era um relógio. Ficamos louco de contente, um relógio cada um. Fechamos bem, ela chegou em casa e nem desconfiou que nós abrimos. Nossa! Daí, o pai entrou no paiol, e tinha o paiol, meu irmão não tava indo na aula, e depois o pai chama: ‘vem aqui piazada!’, e nós, bobo, tá bom, vamos lá. Chegamos os dois perto, o pai pega o meu irmão com um braço e minha mãe pega o meu e ó... o pau comeu. Cordada e laçado, nossa!.

Segundo pesquisas realizadas junto aos agricultores familiares descendentes de italianos, a precariedade vivida por um segmento importante de famílias, a ausência de recompensas para a participação dos jovens no trabalho agrícola, aliadas a outros fatores, abriram espaço para que instituições religiosas, sobretudo a católica, atraíssem uma parcela significativa da juventude rural para os seminários, conventos e internatos. Gonçalves da Silva (2001, p. 216-217) verifica, entre os entrevistados do sexo masculino, que fazem parte do universo da sua pesquisa, que uma das influências na sua decisão de ir para o seminário tem a ver com a sedução exercida pelos padres recrutadores ou “pescadores de vocações” nas suas promoções vocacionais, ao acenarem com a possibilidade de eles terem acesso, no seminário, a jogos, principalmente o futebol. Este esporte era extremamente valorizado pelos jovens na comunidade, ainda que na família não tivessem acesso até mesmo a uma bola de futebol de verdade. Nos depoimentos coletados pela pesquisadora, percebe-se que as meninas não pareciam tão atraídas pelos jogos quanto os meninos. Sugere-se, enfim, que os interesses se encontram também delimitados pelos respectivos papéis sociais de gênero, sendo os interesses das meninas mais voltados para atividades vinculadas ao estudo, à música, às leituras e aos trabalhos manuais.

Quando o tema passa a ser a relação dos jovens com os seus próprios pais, visualiza-se um processo de transição nas características e no desempenho do papel masculino, tendo em vista as redefinições que vêm ocorrendo, nestes últimos anos, no espaço rural. A emergência de divergências nas representações deste papel expressa os conflitos que passam a se fazer presentes nas novas gerações na agricultura familiar. Alguns relatos indicam que a figura autoritária do pai povoa o imaginário e o cotidiano do grupo doméstico, pois “eu morria de medo do pai. A mãe eu ouvia, assim, mas se ela dizia que o pai tá vindo, eu me aquietava, porque ele podia bater, e a mãe nem tanto”. Em outros, verifica-se uma amenização do papel paterno na medida que se sucedem as gerações, indicando mudanças no

comportamento do pai, no âmbito da educação e na diminuição da obediência aos pais, entre outros. Antes respeitavam mais, tinham medo, “não tinha, os pais falavam uma coisa tinha que fazer, não tinha teimar ficar chorando”. Esta mesma jovem diz que “do jeito que os meus pais respeitavam os pais deles, no caso o nono e a nona, é assim, de ficar de boca aberta mesmo. E acho que hoje a gente perdeu um pouco deste respeito. Mas, aí o nono a gente respeitava, quando faltou o nono, aí com o pai a gente já não respeitava tanto ele, porque ele não era tão duro quanto o nono era”.

Se o pai permanece com a sua autoridade no “lar”, reafirmada quando, por exemplo, alguém lembra que “o pai não era muito de escutar a mãe, eu sempre me lembro que a mãe dizia que se fosse por ela hoje a gente poderia estar melhor”; alguma flexibilidade começa a ser percebida no tratamento dos filhos. Para uma moça de Linha Bonita, que atualmente reside na cidade:

O pai era brabinho, era assim, olha não faça isso é não faça isso, ele também não era de surrar a gente à toa, era difícil eles surrarem a gente, o pai e a mãe, eu me dava muito eu gostava muito do pai porque toda noite ele dava uma atenção assim, daquela maneira, daquele jeito, não era assim tão, como dizer, brabo, comigo eu sei que era bastante apegada, porque toda noite era sagrado, o pai colocava a poltrona e ia assistir televisão e eu sempre deitava no colo do pai e ele me levava na cama, tinha o lado, a educação deles digamos assim, era mais, como posso dizer, um pouco mais rígida só, mas ele tinha a parte carinhosa, afetiva, não era tão...

Esta constatação é percebida por alguns jovens no âmbito da distribuição dos “lucros” e das responsabilidades inerentes ao gerenciamento da propriedade, diferenciando-se as atitudes e o papel assumidos pelos membros na família, em que:

Naquela época os pais eram mais pão-duro, recebiam mas para você comprar roupa era só quando tinha festa na comunidade, que eu me lembro né, tinha roupa mais especial, para ir em baile, festa, você tinha o seu dinheirinho, não era assim como hoje em dia, que tem muitas famílias dividindo os lucros com os filhos, tem mais participação nesta coisa dos lucros, dos gastos, fazem as contas juntos, mais unidos, naquela época só o pai, às vezes trabalhava e ele que recebia e gastava. Lá em casa, agora, é o meu irmão mais novo que administra, eles sempre conversam antes de tomar uma atitude, ou comprar alguma coisa, eles fazem junto (moça, Linha Bonita).

No recorte elaborado por alguns jovens para explicar esta questão, aparece uma oposição entre o tempo passado, em que o pai decidia o que fazer com o dinheiro, e o momento presente, no qual “a gente toma as decisões financeiras todo mundo junto”. No entanto, é entre os extremos do *continuum* que se visualizam a variedade e os conflitos representativos da agricultura familiar; é aí que residem as nuances que podem explicar as mudanças em curso nos comportamentos, práticas e expectativas dos seus membros,

particularmente dos grupos ainda alijados das decisões e dos frutos oriundos das atividades desenvolvidas.

Este princípio de maleabilidade no tratamento das relações familiares aparece, também, no campo da sexualidade em que, tradicionalmente, residiam o tabu, o medo e a vergonha. Alguns jovens contaram que, embora ainda exista bastante preconceito e polêmica ao abordar questões sexuais na família ou na comunidade, percebem que “têm pessoas que tem uma mentalidade mais aberta, isso significa que a nossa mãe tem esta mentalidade, ela não é uma pessoa que oprime a gente[...] mas a gente tem conhecimento de pais que são assim opressores, e aí os filhos vão aprender fora de casa estas coisas, no caso da sexualidade” (moça, Linha Pinheiro Alto).

A influência advinda da luta e conquista de direitos por parte dos movimentos de mulheres na sociedade contemporânea, que se expande e adquire especificidade no espaço rural, a partir da organização dos movimentos de mulheres agricultoras, aliada a fatores restritivos na dimensão econômica, entre outros, repercutem nos projetos de vida dos membros da agricultura familiar, redefinindo padrões e noções do que deva vir a ser uma família. Se, antigamente, a norma a ser seguida era a constituição de famílias numerosas - simbolizadas particularmente nos retratos encontrados nas paredes ou no imaginário das antigas gerações de descendentes de italiano, - recentemente, a partir de estratégias e iniciativas “rebelde” das próprias mulheres, elaboram-se novos conceitos limitando a prole à sustentabilidade da família, cujos indicadores são construídos com a participação decisiva da mãe. Pesquisadoras como Renk (1997) e Paulilo (2000) têm explicitado este redimensionamento da taxa de fecundidade, com sua conseqüente diminuição, sendo acionada como estratégia reprodutiva, o que não constitui uma peculiaridade da região oeste de Santa Catarina, pois os demógrafos têm apontado uma redução da taxa de fecundidade nas diversas regiões brasileiras e no mundo em geral.

A dimensão deste fato é ilustrada pela ênfase com que é sublinhado pelas moças e mulheres entrevistadas nas diversas comunidades rurais de Ouro. Utilizam como parâmetro de avaliação a redefinição no processo produtivo agrícola e, principalmente, no funcionamento da rede municipal de educação. Argumentam que, para tornar viável a continuidade das escolas primárias, tornou-se necessário concentrá-las em pólos comunitários, em virtude da redução na quantidade de crianças nas famílias. Atualmente, explica uma extensionista local:

Pode fazer uma análise, nós temos comunidades que as escolas não são mais viáveis porque não tem aluno, teve que abrir esta polarização porque não tinha aluno, não tem mais criança em idade escolar, para o primário, então geralmente é dois, no máximo 3, nos casais mais jovens. Como tem

menos casais também, temos tido esta saída de jovens, então também este número reduziu, temos menos casais, com menos filhos. Com esta polarização, nós temos hoje escola em Linha Bonita, em que tem do pré à quarta série, nós temos na Linha Carmelinda, também do pré à quarta série e no distrito de Santa Lúcia do pré até o segundo grau. E aqui no centro temos dois bairros com escolas. No interior reduziu-se para três escolas. Daí tem o transporte escolar que leva até à escola. Então você veja como reduziu, as crianças principalmente. Hoje em dia, aquelas famílias enormes que tinham até dez anos atrás, não tem mais. Então na produção eles estão usando mais os produtos químicos pra trabalhar do que a mão de obra propriamente dita, por causa da redução.

Embora esta concentração das escolas em núcleos seja uma decorrência também da existência de um menor número de crianças nas famílias de agricultores, as estratégias desta política educacional não se restringem à constatação deste fenômeno no espaço rural, devendo ser ponderada a sua relação causal, permitindo a discussão e a proposição, também, de outras concepções teóricas e metodológicas que interagem no processo de definição de projetos político-pedagógicos. Assim como, se em decorrência da redução nas taxas de fecundidade, diminui o número de crianças e adolescentes nas escolas rurais, e isso é utilizado como justificativa para a concentração institucional das escolas em pólos, também cabe ressaltar que a desagregação deste ambiente (cultural) escolar nas comunidades rurais não se explica exclusivamente a partir do fenômeno demográfico. Há outros fatores sociais e culturais que interagem neste espaço e, especificamente, na agricultura familiar, ou seja, nem todas as crianças são “escolhidas” para estudar.

Estudiosos que se debruçaram sobre a reprodução social das famílias rurais fazem referência ao padrão cultural aí estabelecido, salientando que a busca de terras para os filhos sempre foi um dos principais objetivos desta população e na maior parte dos casos não alcançado. Segundo Seyferth (1985), a prevalência do “minorato” (ou ultimogenitura) é apontada pelos colonos como “tradição”, “costume” ou até “lei”, prevalecendo ainda hoje. Acima do costume e respaldada pela tradição, porém, estava a autoridade do pai – chefe da família -, que tinha a palavra final sobre a transmissão do patrimônio.

Mais recentemente, devido a modificações econômicas e sociais vigentes no espaço rural, sendo o recrudescimento do movimento migratório de jovens um dos principais indicadores destas redefinições, constata-se uma certa flexibilidade neste padrão cultural, que restringia a escolha a um dos filhos, “ampliando-se” o leque de opções por parte do pai, credenciando-se como beneficiário da herança da propriedade paterna, qualquer um dos filhos homens que cuide dos pais. Neste caso, normalmente o pai escolhe aquele com que melhor se entende. Segundo Aguiar (1993), esta é uma característica própria do sistema de herança sem partilha mencionada por Wolf (1970), o qual envolve a passagem dos recursos a um único herdeiro. A propriedade pode passar para o primogênito, ou para o caçula ou ainda para algum

descendente solteiro designado pelo cabeça da família, fora os já citados (Wolf, 1970, p. 103). A disponibilidade de terras, o tamanho da colônia e a tradição são fatores que determinam, no caso, tal regime de herança (SEYFERTH, 1974). Este processo de (re)definição do sucessor, com todas as “pelejas” que o acompanham, é colocado à tona a partir da profunda e transparente sinceridade que perpassa a representação de uma jovem de Linha Pinheiro Baixo:

Meus outros dois irmãos estão lá ainda, pensando quem é que vai ficar na casa. Um diz que fica ele, o outro diz ‘não, vou ficar eu’ e assim vai. Pela tradição que a gente vê nas outras famílias e até mesmo na nossa família lá, que o meu pai é o filho mais novo, que foi ele que ficou com os pais, que ficou na casa, acho que pela tradição ficaria o meu irmão mais novo. Mas eu acho que vai ficar o mais velho. Ele é que toma mais conta da propriedade, que dá as coordenadas gerais, e pelo que ele me diz, acho que é ele que vai ficar. E o meu irmão mais novo já tem umas idéias de não ficar lá, mas sim de ir para a cidade. O sonho dele é ser caminhoneiro, ele quer trabalhar com caminhão. Então eu acredito que vai ficar o mais velho.

Um fato invariável, num cenário cultural que tende a ser redefinido, reside na constatação de que as mulheres, normalmente, são excluídas da herança da terra, pois, de acordo com a tradição, casando-se, compartilharão com o marido daquilo que lhe pertence, o que inclui a possibilidade de pertencer a uma nova unidade familiar. A elas cabem os “dotes”, que podem ser o enxoval, alguns animais, ou mesmo um lote urbano. Além de outros fatores que explicam a adoção desta estratégia restritiva às mulheres, está o fato de que, uma vez acionada, diminui-se o número de candidatos a herdeiros do patrimônio familiar. Contribuem para esta finalidade, também, o controle de natalidade e o investimento na profissionalização dos filhos. Neste caso, especificamente, aquele que é apoiado para continuar os estudos perde o direito de reivindicar a terra.

Quando se visualiza, a partir das “colinas de Ouro”, a sua estrutura fundiária, constata-se uma série de dificuldades, apontadas pelos próprios entrevistados, para se promover a partilha da terra, tendo em vista a diminuta área média de uma propriedade rural, que não ultrapassa 24 hectares. Assim, considerando as dificuldades para a reprodução social destas famílias em parcelas tão pequenas, que se complexifica em virtude da relação desigual vivenciada pelos agricultores no âmbito do mercado e das políticas agrícolas (em que se constata, nestes últimos anos, uma redução nos “lucros” das propriedades), o recurso ao parcelamento torna-se uma estratégia inviável, podendo colocar em questionamento a reprodução destas unidades produtivas. A multiplicação da produção integrada e intensiva de animais nestes estabelecimentos é explicada, além de outros aspectos, por estas dificuldades enfrentadas pelos agricultores.

A insuficiência de terras para serem partilhadas por todos os descendentes homens sempre faz da herança uma questão problemática, gerando muitos descontentamentos entre os herdeiros. A autoridade paterna é balizador das decisões e apaziguador dos conflitos. Para Tedesco (1999, p. 110), a preocupação dos filhos e/ou do possível herdeiro com o retardamento, o desejo dos pais em preservar a autoridade (na posição de proprietário), a falta de diálogo interno sobre isso, a impensada e indesejada (interna e comunitariamente) apelação para o direito formal ou a contraposição aberta à desigualdade, etc. são conflitos e preocupações (re)veladas pelos colonos atingidos. Muitas vezes, a não-partilha em vida torna-se um bloqueio para investimentos em infra-estrutura e na própria lavoura, fazendo aumentar ainda mais o conflito e desenvolvendo desconfianças entre irmãos.

De acordo com os pesquisadores da Epagri/CPMP (2001), o processo sucessório, na maioria dos casos, pode conduzir a conflitos que vão desde as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com a propriedade paterna, até a questão do viés de gênero que tende a acompanhar estes processos. Ou seja, a protelação destas questões acaba atrasando a definição dos arranjos familiares necessários, que envolvem tanto o herdeiro e a continuidade da unidade de produção paterna, quanto o destino dos demais irmãos não-sucessores. Para estes autores, está em discussão a necessidade de realizar os investimentos necessários na propriedade e de definir o valor e as formas de pagamento aos irmãos que não serão contemplados com a propriedade paterna. Embora as famílias, hoje, já tenham um razoável nível de diálogo sobre o destino dos filhos, e mesmo sobre a organização da propriedade, os temas de natureza sucessória acabam sendo raramente abordados.

Embora, na maior parte das vezes, os discursos dos pais procurem ocultar a condição inferior das moças no processo sucessório da propriedade, os depoimentos das jovens resgatam e colocam em evidência este padrão cultural, mesmo verificando-se que, na família, “nunca mexemos neste assunto, geralmente quem ficava mais junto ganhava mais, geralmente a moça sempre ganhava menos naquela época, achava que moça trabalhava menos na roça, menos serviço braçal” (moça, Linha Bonita). Ilustrado por pesquisas realizadas junto aos jovens no espaço rural, como é o caso da realizada pela Epagri/CPMP (2001), este contraste entre a opinião dos pais, que omitem a preferência familiar masculina na escolha do sucessor (na pesquisa de campo realizada por esta mesma instituição não foi encontrado nenhum caso em que a moça tenha sido escolhida sucessora ou então dirigisse, de fato, a propriedade paterna), e a das próprias moças, que expressam o sentimento e a expectativa de igualdade na partilha da herança, indica a emergência de redefinições nas representações sobre o papel feminino na família, no casamento e no espaço rural, que passam a ser

construídas no sentido de valorizar os serviços prestados no processo produtivo e na vida doméstica.

A indefinição quanto à escolha do sucessor também pode ser observada nos relatos coletados. Percebe-se que “este negócio de herança na maioria dos casos fica para tarde, às vezes muitas famílias dá briga já este negócio, irmão, pai, mãe, eu quero isso, quero aquilo”. Para grande parte dos jovens entrevistados no âmbito da pesquisa institucional acima referida, “ainda não foi definido quem ficará com a propriedade”, demonstrando, mais uma vez, que as questões sucessórias são pouco discutidas no interior das famílias.

Contudo, para que as definições aconteçam, um conjunto de variáveis estratégicas é “pensado” pelos responsáveis pelo processo decisório, particularmente o pai, com “influência” da mãe. Esta paulatina elaboração de estratégias visando “colocar” os filhos(as) é claramente percebida na trajetória e na representação dos jovens que ficam ou que se desagregam da família. Embora as opções não sejam muitas e tendam a se reduzir, desfilam no leque aberto à mesa dos decisores (muitas vezes ocultas e contrárias àquele projetado pelas moças e rapazes) as possibilidades de dar continuidade e apoiar, até um certo ponto, os estudos para quem é excluído da herança da terra, bem como colocar alguém num emprego na cidade, ou mesmo buscar simultaneamente a realização destes dois objetivos. Por outro lado, como visto anteriormente, a opção de encaminhar os jovens para as instituições religiosas torna-se, atualmente, bastante reduzida.

Entre os entrevistados, porém, são evidentes os conflitos entre pais e filhos no que diz respeito à decisão de migrar para a cidade. Este fato é ilustrado, por exemplo, quando uma mulher agricultora de Linha Pinheiro Baixo relata que, sobre os filhos, “eu tenho uma idéia, eles tem outra, a minha idéia é viver na colônia, mas eles não ficam, fazer o que, né? A gente teria tudo aqui. Ele saiu por conta, eu não queria que ele saísse, queria que ele ficasse, mas depois vai ficar dizendo que ‘o pai e a mãe não me deixou, né’, aí a gente tem também que deixar, é idéia deles, que vá, né! A gente não gostaria, mas tem que deixar fazer a sua vontade também”. Todavia, embora ainda persistam estas desavenças, constata-se, que a construção de estratégias, por parte dos pais, visando à promoção de um “impulso” inicial para a realização das “metas” sucessórias, pode coincidir, mesmo que isto ocorra num horizonte mais distante, com a aceitação e internalização destes novos projetos na vida dos jovens. Mais recentemente, a construção “voluntária” de planos juvenis visando “mudar” de vida torna menos conflituosa esta transição, sobretudo nas famílias que enfrentam sérias dificuldades produtivas e financeiras. Um rapaz de Linha Bonita conta -que saiu da propriedade de seus pais “com 18 anos, quando eu vim eu nem sabia que vinha para a cidade,

eu tava trabalhando com o meu pai lá e ele me disse. Eu nem estava pensando, eu nunca tinha comentado isso aí. Um dia eu sabia que viria para a cidade trabalhar. Eu disse: se você deixar eu vou né, se você quiser que eu vá eu vou. ‘Vai, vai, é bom’, diz ele, vai que você vai começar a ver como que é a coisa, você vai aprender coisas novas’. E eu vim com 18 anos para cá, eu acho que melhorou”.

De uma maneira ou de outra, quase todos invocam o ritmo que perpassa os passos seguidos pelos jovens até, finalmente, sentirem o chão da cidade, ou seja: “o que me levou a vir para a cidade não foi aquela coisa repentina”. São múltiplas as faces e os caminhos envolvidos no movimento migratório, mas os veículos que impulsionam esta progressiva aproximação com a cidade não são assim tão diferentes, podendo ser encontrados no “saltitante” coração daqueles que pretendem continuar seus estudos, realizando uma verdadeira e fatigante maratona cotidiana pelas estradas de chão a bordo de um ônibus da prefeitura, que se desloca das comunidades rurais para as escolas da sede do município, trajeto este já percorrido pela grande maioria dos jovens entrevistados. É justamente neste trajeto de ida e volta que começam a se construir os projetos de talvez ir para não mais voltar, ou experimentar para ver e rever, ou, quem sabe, um dia retornar:

Porque sempre tinha transporte escolar para a cidade, e eu comecei a fazer a quinta série, fiz o ginásio aqui na cidade, quando iniciei a oitava série meu pai comentou comigo de eu ir para o colégio agrícola e a princípio não era muita vontade minha né aí eu peguei fiz o teste lá no colégio agrícola lá de Camboriú, fiz o teste passei, fui para lá, até que um pouco influenciado também porque tinha um primo meu que estudava e dois colegas daqui, um deles daqui da cidade e os outros dois também lá da Linha Bonita, então eu fui pra lá, até no princípio eu não tinha muita vontade de ir, fui mais em função da idéia de meu pai né, talvez porque eu não tinha tanto a idéia de voltar para o interior e aí com o passar do tempo que eu comecei a fazer o curso lá gostei e em três anos me formei e daí retornei para cá, retornei fiz estágio na Perdigão, daí na época não tinha vaga, não consegui nada, voltei para casa, fiquei lá com o meu pai, aí apareceu o primeiro emprego na cooperativa, comecei a trabalhar na cooperativa, não quis ficar em casa porque já tem um irmão em casa, a propriedade não é grande né, então talvez não fosse ter espaço para os dois, daí o pessoal busca a cidade, e foi aí que eu iniciei a minha faculdade, na UNOESC aqui em Joaçaba, estudei um ano e meio, troquei de emprego, fui para Xanxerê trabalhar lá, trabalhei 6 meses lá aí voltei para cá, tinha trancado a faculdade um ano, julho de 99 até agora, que eu reabri ela agora, trabalhei em Xanxerê 6 meses não deu certo aí voltei para cá e comecei a trabalhar na Perdigão em janeiro, agora em julho reabri de novo a faculdade. O fato importante de minha vida acredito que foi o meu primeiro emprego, vamos dizer assim que me deu uma certa independência e aí eu pude iniciar a minha faculdade (rapaz, Linha Bonita).

Alguns mecanismos são utilizados pelos jovens para realizar suas estratégias, sendo o trabalho, como visto anteriormente, o instrumento para a liberdade financeira que, por sua vez, possibilita a continuidade dos estudos e a “mudança” de vida. Num outro campo, no terreno da família, mesmo com todas as suas dificuldades estruturais, ela representa o amparo e a certeza de não se ficar completamente no abandono, quando os renovados e globalizados

mecanismos de exclusão social fecham os espaços do emprego e as portas da cidade. Ou, como se refere uma moça de Linha Pinheiro Baixo, “a gente era meio pobre, é por isso mais que eu saí daqui, porque a gente não tinha todo mês aquele ganho como a gente tem na cidade. Aqui quando queria dinheiro tinha lá uma vez por ano uma muda de roupa e olha lá, né? Então é mais por isso, eu saí de casa eu tinha acho que uns 12 anos, fui trabalhar de empregada prá lá e prá cá, daí agora [...] que eu fiquei desempregada, voltei”.

No entanto, se no âmbito “caseiro” nem sempre se está incluído, particularmente nas famílias em que “sobra” irmãos, as iniciativas de retorno sistemático aos finais de semana à casa dos pais, bem como as representações que resgatam o papel da família, fazem ressalvas às afirmações que projetam, sumariamente, o fim da família. No entanto, as evidências sugerem que se criam novas configurações, que redefinem este conceito tornando-o menos homogêneo e mais processual. Verifica-se o questionamento de um tipo idealizado de família que passa a encontrar dificuldades para se reproduzir na sociedade.

Ressaltando o que representa a família no seu cotidiano, uma jovem diz que “eu estou fazendo turismo e hotelaria, então eu penso em sair, só que ao mesmo tempo, eu sou muito ligada à minha mãe e ao meu pai. Eu fico lá (na cidade) e ligo todos os dias para eles. E eu penso em sair, ir para outra cidade, porque é um curso que tá agora começando, então não sei se vou conseguir ficar longe deles, eu penso. Saudade, tal. Mas eu pretendo sair, buscar em outros lugares” (moça, Linha Pinheiro Baixo). Ou mesmo, “gosto de ficar com a minha família, também, eu gosto de ir para lá, mesmo que não é tão longe, mas dá saudade no final de semana de ir para casa, ver a minha avó, meus tios, saber novidades” (moça, Linha Mazziere).

Contudo, se, de maneira geral, os jovens, e principalmente as moças, questionam o modelo ou padrão de família vivido por seus pais, ainda persistem, no âmago de algumas representações, fortes resquícios de um conceito que eles mesmos dizem não desejar. Isto se evidencia quando eles afirmam que “eu nunca dizia que não, sempre, porque eu não tinha coragem, sabe, eu sentia pena do pai e da mãe, deixar eles se virar e eu ficar vagabundeando, sabe? Eu sentia pena deles, e eles diziam: ‘ó, vá e faça aquilo’, eu ia lá e fazia e não deixava de fazer. Nunca disse não para o pai e para a mãe”. (moça, Linha Bonita).

É justamente a interação e o acesso a alguns benefícios propiciados pelo emprego urbano, bem como a vivência de valores que reforçam o direito à liberdade e à igualdade de direitos entre os gêneros, além de uma maior distribuição de poderes e responsabilidades entre os membros da família, que desenvolve nos filhos(as) de agricultores familiares a troca de experiências, a avaliação e o questionamento do papel e da situação da juventude no espaço

rural. É a partir da (re)construção de novas representações, fertilizadas nos campos do trabalho, da família, do casamento, da sociabilidade e do lazer, principalmente, que se abrem, sobretudo pelas moças, as comportas dos sentimentos e as portas das propriedades agrícolas, para se expressar, por exemplo, “que eu sempre gostei de ser independente, de ter as minhas coisas, de conseguir as minhas coisas, assim” . Ou, de forma mais abrangente:

Fazem 2 anos já que terminei o segundo grau. Eu gostaria de ter feito também a faculdade, mas eu gosto de ficar no interior, não é que não goste de ficar aqui, só que eu acho que às vezes tem pouca atividade também para as mulheres, tudo bem com os homens eles tem mais na questão de sair né, agora a mulher do interior geralmente fica muito em casa, cuida de filho, cuida da casa, só isso, então ela não tem muito lazer.

Elas não perdem a oportunidade para “denunciar” que “os homens têm o futebol todo final de semana, têm baralho, têm aquele encontro para jogar baralho no sábado, e no domingo estão no futebol e tal, e as mulheres, elas não têm muita coisa não” (moça, Linha bonita). Sintetizando o seu raciocínio, esta mesma moça conclui que “é por isso que para o homem é mais fácil ficar no interior”. Em decorrência, “se você já tem uma visão diferente, você não gosta só de fazer isso, você quer um pouquinho mais para você, então acho que é muito do que acontece das pessoas não querer ficar no interior, principalmente as moças, é por causa disso”. Por outro lado, de que modo isto se expressa no “terreno” amoroso e na noção de casamento que vem sendo projetada por moças e rapazes, no seio da agricultura familiar? Cabe, então, adentrar neste terreno tão fértil de significados e simbolismos, recolhendo aí os elementos que alimentem a criação de uma melhor compreensão de tudo o que ele representa para a agricultura familiar, e para os jovens em particular.

5.1) Os significados do casamento para moças e rapazes

O processo de construção do colono, expresso na socialização, na inserção gradativa na vida da colônia, enfatiza o valor do casamento (RENK, 1997). Desde pequenos, meninos e meninas são educados para o casamento que, por sua vez, representa um momento crucial do ciclo de desenvolvimento, pela fragmentação sempre iminente do patrimônio acumulado, ao “encaminhar” os filhos. Para esta autora, de modo geral, o acesso à terra era exigência para o casamento, para italianos e alemães, o que hoje parece não ser cumprido com a intensidade de outrora.

Nos estudos sobre os “colonos” descendentes de italianos, verifica-se uma afirmação que se torna invariável nos casos estudados, ou seja, a importância que

representava a prole para a família, o capital mais importante do colono, que não encontrava dificuldades sérias para assegurar, naquele tempo, o futuro dos filhos casadouros. Como lembra Renk (1997), a literatura sobre os italianos é farta de iconografias e registros de famílias numerosas, em que a mesa comprida, sinônimo de vasta prole, é sempre lembrada nos relatos, opondo-se àquelas em dimensão menor nas habitações atuais. Esta mesma autora ressalta que a família numerosa é sempre atribuída à influência da igreja e às pressões dos párocos por ocasião das confissões.

Tomelin (1986, p. 5 apud GONÇALVES DA SILVA, 2001, p.102), ao se referir ao poder e prestígio do padre na comunidade, afirma que, como representante de Deus, era, conseqüentemente, a maior autoridade local. Isto é:

Ele sempre falava do púlpito, a respeito de tudo e de todos. Os cristãos só escutavam. Discorria sem contestação sobre os mais variados assuntos: quanto ao número de filhos que o casal podia e devia ter, e como educá-los. Como rapazes e moças deviam namorar. Demarcava os limites até onde os noivos podiam se aventurar. Decretava aos casais como devia ser seu relacionamento íntimo. Ditava regras sobre o vestuário, cabelo, perfume, festas e diversões. Era ele que tomava a dianteira para resolver o problema de uma seca, de pragas na lavoura, de uma peste entre os animais, de um desentendimento entre casais. Enfim, sua competência era universal: cobria o ser humano do nascimento à morte e até no outro mundo.

Ao se abordar o significado e a importância do casamento na agricultura familiar e, particularmente, as representações em torno do papel assumido pelos membros do grupo doméstico no matrimônio, destaca-se a presença feminina, pelo simples fato de que “pensar no casamento se refere mais para as moças né, sempre o pai se preocupa mais com a moça que ela arrume um par ideal, um partido bom como eles diriam, para ela casar e tal, já com os rapazes não é tão cobrado isso, lá em casa, pelo menos” (rapaz, Linha Bonita). Nesta como na maior parte das famílias entrevistadas, percebe-se a hegemonia de uma representação cultural atribuindo à mãe o papel de realizar a iniciação das filhas no aprendizado que culmina com a realização do casamento, cabendo ao pai a função de balizar os passos dados nesta direção. Assim, não é difícil encontrar uma jovem lembrando que “o projeto que os pais tinham para mim era casar e ter uma família. A mãe sempre dizia ‘o dia que tu casar...’ ou então ‘o dia que tu casar e ter teus filhos tu vai saber o que é’. Era mais isso, ter uma família” (moça, Linha Pinheiro Baixo).

Em que medida é possível afirmar que casamento e família compartilham do mesmo “teto” conceitual na atual condição da agricultura familiar? Até que ponto as representações em torno do casamento são consensuais nas gerações atuais?

Até recentemente, os abalos no casamento com a respectiva “desestruturação” da família eram quase que imediatamente resolvidos. Sua reconstrução era, até um certo ponto, justificada e legitimada socialmente, seja pela própria família, seja pela comunidade rural. Na economia diversificada e pouco mecanizada de outrora (ou mesmo nas atividades produtivas com características intensivas), cujos processos de trabalho demandavam/demandam pessoas e braços, a regra era a presença de famílias numerosas. Ficar sem pai ou mãe para gerenciar tamanha complexidade era extremamente difícil, por isso a “reposição” de um ou outro membro do casal era plausível e aceitável, como bem ilustra o caso a seguir:

Acho que uma coisa boa, pelo que eu sou hoje, acho que eu devo ao meu padrasto, porque meu Deus, imagina, que nem a minha irmã, a mais velha tinha 8, 5 a outra, 4, 3 e 2 era a idade dos meus irmãos. E aquele meu padrasto ele trabalhava lá em casa, ele era primo do meu pai, e a mãe casou um ano, um ano e pouquinho depois que o pai tinha morrido. Acho que se não fosse por ele, eu não sei o que a mãe faria com nós tudo pequenininho, e tinha o aviário já naquele tempo, ele ajudava a cuidar do aviário, acho que uma coisa de boa que aconteceu foi a minha mãe ter casado de novo (moça, Linha Mazziero).

Ao centrar-se o foco nas representações que vêm sendo elaboradas por filhos(as) de agricultores familiares, percebe-se que os jovens redefinem e ampliam a noção de família de forma a contemplar as expectativas e os projetos de vida formulados ou em curso de realização no seu cotidiano; no entanto, sua constituição não desaparece dos planos dos jovens, embora visualizem sua consolidação num prazo mais distante que aquele comumente observado nas gerações precedentes. No que se refere ao casamento, diversos depoimentos coletados indicam que os jovens, sobretudo as moças, vêm se preocupando com o papel tradicionalmente assumido no “enlace” matrimonial, debruçando a sua atenção e debatendo as questões que emergem nas relações afetivas e matrimônias.

Há, atualmente, uma visão e uma avaliação positivas da sexualidade no casamento, mas há também a preocupação, principalmente por parte das moças, quanto à infidelidade dos homens. As moças admitem que haja, ainda hoje, nas famílias, na comunidade e na sociedade em geral, um maior controle sobre a sexualidade feminina e uma certa tolerância em relação às atitudes masculinas neste campo. Referendando, com um certo constrangimento, o menor controle à infidelidade masculina, um rapaz de Linha Pinheiro Alto ilustra este fato: “que nem a mulher do interior não tem, vamos supor, tanta... como fosse de sair com outros homens né, é quase impossível, agora o homem daí fica mais, que nem na cidade, por que na cidade também tem isso muito né as mulheres que traem os homens, os homens aqui, mais no interior seria o homem, sai mais né”.

Ao se abordar esta questão entre as mulheres, percebe-se a emergência de um conflito que não existe apenas entre os gêneros, mas alcançando também as diversas concepções a respeito elaboradas por diferentes gerações femininas na família ou na comunidade:

A gente achava que ela (a mãe) estava até defendendo o cara, porque a gente dizia assim, que a classe masculina estava defendendo ele, mas a classe feminina estava defendendo a mulher dele. Entende? E aí ela (a mãe) dizia que não, que elas não podiam estar totalmente a favor dela, ou dele, então a gente achava isso muito... sei lá, que tivesse concordando com o lado dele, a gente não gostava disso, porque a gente queria defender a mulher, o lado dela [...], e as mulheres estavam dizendo, estavam criticando ela, criticando as atitudes que ela tomou quando ela soube disso, e daí a gente não concordava muito com isso, com o que o pessoal estava comentando (moça, Linha Pinheiro Alto).

A noção de violência simbólica elaborada teoricamente por Bourdieu é explicitada, com mais facilidade, nos depoimentos das jovens, que questionam a reprodução da dominação masculina pelas próprias mulheres agricultoras, ao legitimarem a sua submissão no caso de um adultério. Esta violência, que não se restringe à perpetuação das prerrogativas morais masculinas, pois atinge a dimensão física do relacionamento matrimonial, sobretudo quando algum relato denuncia que o homem “maltrata a mulher”, atinge o auge da deterioração da condição feminina na agricultura familiar, nos casos em que se expressa, nas entrelinhas do discurso, uma posição de inferioridade que, ao desqualificar a própria imagem, revela que a baixa auto-estima é um fato (e uma violência) que se reproduz entre as mulheres agricultoras. Vejamos como isso acontece no depoimento de uma jovem: “os homens estão saindo para procurar outras mulheres na cidade. Aqui já é fato. Vários saem e vão procurar outras mulheres na cidade. Eu acho que é porque talvez a mulher daqui esteja muito cansada, muito cansada de tanto trabalhar que ela já não tenha mais disposição né, eu acho que é por isso, daí eles procuram outras mulheres mesmo para...saem fora e procuram outras mulheres, além delas serem mais bonitas, talvez aquelas que sejam mais atraentes...”.

Ao analisar os padrões culturais que acabam sendo internalizados pelas mulheres e que contribuem para a continuidade ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens, Bourdieu (1999) levanta uma questão bastante instigante: seria o amor uma exceção, a única, mas de primeira grandeza, à lei da dominação masculina, uma suspensão da violência simbólica, ou a forma suprema, porque a mais sutil e a mais invisível, desta violência? Num outro contexto, mas pensando sobre o mesmo tema, uma moça de Linha Pinheiro Alto explica que: “eu percebo o pessoal que está casado, e eles comentam muito que se soubesse como era não tinha casado, não sei porque isso, talvez falta se demonstrar o amor, falta demonstrar

coisas assim, é bem difícil de entender esta parte”. Angústia de diversos pesquisadores que procuraram se debruçar sobre esta questão de difícil entendimento, esta mesma jovem busca explicações no campo afetivo masculino, e complementa: “enquanto os jovens também, sei lá os garotos, às vezes até têm meninas que pensam em ter um namoro sério, só que a gente percebe que aí os garotos não levam a sério e acabam magoando as meninas, talvez eles não demonstrem que gostam delas”.

De maneira geral, os jovens constatarem e projetam um retardamento dos casamentos na medida em que se sucedem as gerações na agricultura familiar, fato que se explica por sua busca de ampliação das experiências afetivas, particularmente no campo da sexualidade, ainda que os controles interpessoais permaneçam. Nesse sentido, “antigamente o meu pessoal, minha avó, eu não tenho bem certeza, mas ela casou com 15, 16 anos, estes anos atrás, as meninas casavam com 15, 16, agora, chegou um tempo era 18, 19 anos, agora o pessoal não tem a cabeça neste negócio de casamento, por enquanto, é 24, 30. Acho que foi uma coisa que, casamento em si no geral, foi uma coisa que o pessoal não está dando tanto valor assim, cedo né” (rapaz, Linha Bonita). Neste sentido, as mudanças sociais e econômicas em curso no espaço rural, o questionamento dos padrões matrimoniais na agricultura familiar e a troca de informações e experiências com os jovens que passam a residir na cidade introduzem novas representações, conceitos e expectativas no horizonte dos jovens, colocando para muitos deles, em primeiro plano, a vontade (e, para muitos, a necessidade) de realizar projetos de vida na cidade e o desejo de experimentar diferentes possibilidades nos relacionamentos afetivos, ficando para depois a concretização de outras dimensões que integram a sua vida pessoal, particularmente o casamento e a família.

No caso das moças, especificamente, alguns relatos indicam que “hoje elas tem outra visão, naquela época as moças que não namoravam cedo tinham medo de ficar ‘encalhada’, hoje elas não querem mais nenhum compromisso sério. Preferem ficar encalhada” (moça, Linha Bonita). Já para um jovem desta mesma comunidade, hoje residindo na cidade, “construir família e você pensar, poxa, eu poderia ter aproveitado a minha vida e porque eu fui casar tão cedo, então tem que aproveitar o que pode, o máximo, tentar construir uma vida melhor né, para depois...O casamento se tornou uma coisa secundária, no meu ponto de vista”. De outro ângulo, nas propriedades mais “estruturadas”, há casos em que “se casa mais jovem, mais novo, já constitui sua família para começar a desenvolver aquilo que ele tem interesse. Agora os que saem não acredito que eles casem muito novo não, mais é aqueles que permanecem”...e necessitam dar continuidade ao processo produtivo em curso na propriedade, e que demanda um sucessor capaz de reproduzir o patrimônio da família.

Alguns parâmetros comparativos são agregados na abordagem feita pelos jovens, ao se referirem, por exemplo, à menor ou maior seriedade presente nas relações afetivas. Com os olhos naquilo que acontece com aqueles que experimentam a vida e as relações na cidade, uma moça de Linha Pinheiro Alto, ao argumentar sobre o que pensa do casamento, afirma que “não querem mais levar a sério. Só namoram para passar tempo. Não querem mais assumir. Um pouco é por causa da separação. Ficam 2 ou 3 meses juntos e, a maioria separa, na cidade. Então, a turma vão na cidade, né. A juventude está saindo para a cidade e lá vira isso aí. Não tem mais casamento sério na cidade”.

O acesso à educação se constitui num verdadeiro “divisor de águas” matrimoniais, pelas oportunidades (profissionais e afetivas) que se ampliam na vida de quem decide por ou usufrui o privilégio de ser escolhido para dar continuidade aos estudos. Um diferencial que passa a balizar, também, o perfil do(s) pretendente(s) a contrair núpcias. No caso das moças “estudadas” ou que se orientam para tal finalidade, elas começam a desenhar um conceito restritivo aos quadros masculinos que integram a agricultura familiar, exceto alguns que possuem um colorido especial, particularmente aqueles que são grandes candidatos a assumir o gerenciamento de propriedades bem “estruturadas”. Mas, isso “depende bastante, ainda tem moça que não estudaram e tal, estas que moram no interior às vezes acontece, tem muitos casos que casam o pessoal do interior mesmo lá, o pessoal da comunidade, mas as moças que vêm para a cidade para estudar ela já põe na cabeça que não quer mais voltar para o interior” (rapaz, Linha Bonita).

Para quem avança degraus importantes nos bancos das escolas ou mesmo (re)construindo as relações sociais cotidianas, conclui: “eu acho que a mulher, a moça tá vendo, porque a partir do momento que você tem uma condição de cultura maior você observa as coisas, até mesmo quem não tem, vamos supor, a gente vê né, então a mulher pensa assim, ah, adianta também ficar ali, casar, para depois ter uma vida destas, é melhor daí, por exemplo, ir lá prá cidade ganhar um salariozinho e viver lá do que casar praticamente e ficar no interior...Nem que fique sozinha” (moça, Linha Pinheiro Alto).

Dados fornecidos pela ONU, para 1995, mostram que, no mundo todo, a correlação entre maior escolaridade e casamento mais tardio por parte das mulheres é uma constante. As que estudam casam-se com mais idade do que as que não estudam, ou freqüentam menos anos de escola; têm menos filhos e usam mais os métodos anticoncepcionais.

Surge uma curiosidade: o que exatamente elas percebem nelas mesmas ou naqueles que compartilham os seus territórios e que resultam em representações

questionadoras da sua condição social no espaço rural, de maneira geral, e na agricultura familiar, em especial? As moças começam a responder dizendo que: “eu acho que é porque ela no interior, que nem às vezes eu penso assim, não tem fim de semana né, você tem que tirar leite de vaca, tem que tratar frango, tem que cuidar, você não pode deixar a tua propriedade sair e se divertir e não se preocupar, você tem que retornar, e daí muitas vezes se teu marido sai você é obrigado a ficar porque tem no caso aviário, chiqueiro, estas coisas, você é obrigado a ficar porque daí quem que vai ficar pra cuidar? daí geralmente os homens saem”. Como num coro, “as vizinhas mesmo da gente comentam aqui, que o marido sai, vai lá, joga o futebol dele, vai fazer outras atividades, e elas ficam em casa, praticamente cuidando de todo o trabalho. Então eu penso: que vida elas tem? Vão passar a vida delas fazendo só isso! Então a gente fica meio... pensando...”(moça, Linha Pinheiro Alto).

Para um determinado padrão de família, em que os jovens alcançam um espaço maior no gerenciamento das atividades produtivas ou mesmo recebendo uma retribuição pelo trabalho desenvolvido, a vida de solteiro(a) pode ser utilizada como uma referência do que é ou passa a ser a vida da mulher no casamento. “Até que você está na casa do seu pai, da sua mãe é diferente, aí você tem voz e vez, em determinados casos, aqui no nosso caso é assim. Mas quando você passa para uma outra família talvez seja diferente. Porque aí talvez você não tenha aquela convivência que a gente tem aqui, na nossa família” (moça, Linha Bonita). Ou, a partir de uma construção simples e direta, “depois que você casou, você pode dizer até que você pôs o pé na cova, porque você não sai mais, o teu marido não te chama mais para sair, para ir num matinê, para ir, talvez a mulher gostaria de ganhar um presente ou de sair para jantar, né, várias coisas, sair para matinê” (moça, Linha Pinheiro Alto).

O futebol é invariavelmente o terreno privilegiado do lazer masculino nas comunidades rurais, realizado num campo (que não se constitui apenas num “gramado” natural mas, também, num fértil ambiente cultural) em que se travam os jogos que atraem as atenções destas populações e, mais recentemente, o interesse e o olhar crítico feminino. Houve uma época em que as mulheres estavam “acostumadas” a serem meras expectadoras dos espetáculos realizados pelos jogadores, particularmente nos domingos de torneios envolvendo várias comunidades, comumente abrilhantados por suculentas churrascadas seguidas de “matinês” (espécie de baile realizado geralmente nos domingos à tarde). Em tais oportunidades não havia distinção de gêneros; ao contrário, a presença feminina sempre era bem-vinda.

Atualmente as moças assumem duas posturas em relação ao território alheio: procuram conquistar o seu espaço “por dentro” desta manifestação lúdica, praticando e

constituindo equipes, ou buscam questionar “por fora” das quadras esportivas o espaço e o tempo potencialmente perdidos, pela presença regular de seus parceiros (namorados, noivos, maridos, etc.) nestes eventos, e passíveis de serem oportunizados e expressos em campos diversos, formados pelas expectativas e desejos femininos. Vejamos como elas observam este jogo que passa a ser motivo de disputas matrimoniais: “ele vai jogar futebol, que é o gosto dele mas que não é o gosto da mulher. A mulher tem outros planos, ela gosta de outras coisas. Eu até tava falando estes dias, às vezes, a gente, no caso, se sacrifica para ir lá num jogo de futebol. Tudo bem, vamos juntos, tal. Mas agora chega uma hora que sacrifica você também no caso, vai se sacrificar também se você não gosta de matinê, tem a comida que eu gosto, só que às vezes não acontece isso, este que é o problema também” (moça, linha Pinheiro Alto).

Como todo jogo de futebol, nem sempre os resultados são favoráveis, sobretudo para quem não participa, pois “aí o maridão chega cansado do futebol, não tá nem aí prá mulher. A mulher fica em casa o dia inteiro, já fez o serviço dela que todo domingo tem, e aí você fica meio que jogada para escanteio. Porque ele tem o futebol, e tal, mas aí ele não deixa, e é esta a questão, de deixar num domingo o futebol e levar ela para um lugar diferente. Mas aí eles dizem ‘ah, você pode ir na casa das vizinhas’, mas que graça tem em ir na casa da vizinha? Grande programa ir na casa da vizinha!!!” (moça, Linha Pinheiro Alto).

O desejo de ver realizada uma igualdade de direitos, bem como a expectativa de ter acesso aos direitos de cidadania conquistados pelos grupos sociais urbanos, impulsionados e difundidos pelos movimentos sociais rurais e, particularmente, pelo movimento de mulheres agricultoras (MMA), passam a se fazer presente nas representações e nas reivindicações dos jovens. Porém, não há só passividade; já há um começo de reação. As mulheres do MMA, quando se pergunta como os maridos reagem a sua maior independência, dizem que eles percebem que elas ficam “mais companheiras” e podem gostar (pesquisa em realização no grupo: Agricultura Familiar – reestruturação social e capacitação humana, vinculado ao núcleo de estudos e pesquisas sobre a agricultura familiar da UFSC).

Neste rol de aspirações, além da vontade e necessidade de ver seus problemas estruturais resolvidos (terra para trabalhar e viver, valorização e remuneração “justa” dos produtos agrícolas, acesso a assistência técnica, emprego, educação, saúde, entre outros), uma maior participação no gerenciamento das atividades da propriedade e nos “destinos” do patrimônio familiar, o tempo livre, as férias, os lazeres alternativos, a liberdade, sobretudo a financeira, adquirem uma importância especial pelo simples fato de passar a constituir uma queixa geral entre os jovens, como é o caso de uma moça de Linha Pinheiro Baixo: “aí chega lá no fim do ano, tira lá uns dois dias, vai levar tua mulher para tirar umas férias lá no litoral,

não precisa muito! Dois dias chega! Tem alguém que cuida da tua propriedade nestes dois dias, mas leva ela! E eles: ‘não, eu não gosto de ir lá pro litoral’ Mas e aí, e eu? Faço o quê da minha vida? Passo a vida inteira em função do, vamos dizer assim, do marido?”

Quanto ao dinheiro, especificamente, uma moça explica qual é o motivo de sua preocupação: “é exatamente isso: a falta de você não ter o teu dinheiro para você fazer o que você quiser”. Ancorando sua representação no que significa a oportunidade de possuir um emprego na cidade, esta mesma moça conta o caso de quem vai para a cidade, “aí você vai ter o seu emprego, você vai ter o seu dinheiro, vai ser teu e você vai dizer, isso eu faço o que eu quero, ‘vai ajudar o marido’, mas tem aquela partezinha que é dela e pronto”. No entanto, mesmo com toda a liberdade que o emprego e a posse do dinheiro possam representar, percebe-se que estas conquistas arrastam no seu âmago, ainda, o conceito de “ajuda” ao marido, que certamente não é estranho ao seu cotidiano, constantemente “martelado” por representações construídas nesta direção. De acordo com Bourdieu (1999, p. 127), possuir um maior capital cultural não basta por si só para dar acesso às condições de uma verdadeira autonomia econômica e cultural em relação aos homens. A independência econômica, condição necessária, não é suficiente por si mesma para permitir que a mulher se livre das pressões do modelo dominante, que pode continuar a povoar os *habitus* masculinos e femininos.

Sempre “ajudando”, desde crianças, a família e os pais, é na concretização dos laços matrimoniais que os apertos se sucedem, pois “a partir do casamento eu acho que fica mais difícil, porque aí já tem aquela questão do marido mandar no dinheiro, tal, e daí a mulher, se ela ainda tiver a sorte de casar com alguém que entenda o lado dela e que tenha, por exemplo, um trabalho específico prá ela e o dinheiro específico daquilo que ela vai ganhar prá ela, então fica mais fácil. Mas tem família, tem casos que não é bem assim” (moça, Linha Bonita).

Os dados de pesquisas realizadas na região Oeste demonstram a existência, ainda, de uma débil participação dos jovens no processo decisório da agricultura familiar e, particularmente, um viés de gênero presente nestas questões, em prejuízo das moças. Embora este fato seja registrado com clareza nos segmentos mais pobres, também existe nas propriedades mais “capitalizadas”. Segundo os pesquisadores da Epagri/CPMP (2001), a sua não-participação nas discussões sobre o futuro da propriedade explica a pouca atração que, em geral, as moças têm pelo trabalho na agricultura. Indicam que este comportamento é resultante de, pelo menos, duas razões (sem levar em conta seu maior preparo educacional para enfrentar o mercado de trabalho urbano): ausência de espaço de participação na

propriedade e seu desinteresse pela agropecuária em função da penosidade do trabalho. Sugerem que nesta última razão resida a explicação da preferência, por parte de algumas moças entrevistadas, em casar com rapazes de fora do meio rural.

Na pesquisa realizada por De Grandi (1999), no Planalto Norte Catarinense, as mulheres dizem que são contra as miniusinas de leite porque perderam “o dinheirinho do leite”. Ela diz também que quando se investe em tecnologia poupadora de esforço é sempre para o homem e, em função disso, se constata uma sobrecarga de trabalho para as mulheres; porém, não necessariamente a vida das mulheres tem que ser tão dura.

Diversos depoimentos indicam que as moças que saem para estudar não regressam mais às comunidades rurais e que estas, ao buscar os estudos, recusam o casamento com os filhos de agricultores porque isto representa a continuidade da condição social da mulher na agricultura, condição vivida por suas mães, e que elas não pretendem reproduzir. Confirmando os dados de pesquisas na região Oeste, constata-se, entre os entrevistados, a procura e a maior escolaridade das moças em relação aos rapazes. Estes, em sua maioria, projetam o futuro na agricultura, enquanto as moças, refletindo o seu descontentamento na agricultura, sonham com outras perspectivas profissionais, particularmente vinculadas à cidade. Este fato começa a ser percebido entre os jovens, mas é muito pouco citado na literatura. Cabe salientar que este problema, que começa a aflorar apenas recentemente na região, é apontado já há algumas décadas na Europa e especialmente na França. O estudo de Bourdieu (1962) sobre o celibato masculino tornou-se uma obra clássica em torno desta questão.

As representações construídas para explicar este fenômeno adquirem uma ampla gama de variações entre os diferentes gêneros e gerações integrantes da agricultura familiar. Uns salientam suas diferenças, afirmando que “a gente discorda com a mãe nesta questão, a mulher é muito submissa aqui ainda”. Neste caso, elas deixam claro que “eu tenho uma visão totalmente diferente. Eu acho que a mulher tem que batalhar tem que ter um espaço prá ela, que tá faltando, eu vejo isso, eu não sou cega, né? Que a mulher aqui é totalmente submissa”. Ou, sugerindo a necessidade de a mulher marcar presença nos relacionamentos, “eu acho que vai também um pouco da mulher, o dia que ela for pensar em ter um relacionamento, já colocar prá ele ‘ó, eu quero, eu posso até casar, mas eu tenho as minhas idéias, penso nisso’, enfim, colocar pro cara que você tá aí, pra pessoa que você tá aí, e você pensa assim e vai ser assim. Talvez um pouco disso, também”. E, finalmente, uma constatação recorrente e um alerta, em forma de “pulga atrás da orelha”, para os rapazes que visualizam o casamento e a permanência na agricultura: “elas não gostam de trabalhar na roça, olha, qual moça que

procura um rapaz prá casar que trabalha na roça? Elas não gostam de trabalhar na roça, preferem mais estudar, preferem mais outros empregos, porque na colônia hoje em dia não dá mais nada” (mulher agricultora de Linha Bonita).

E o que pensam os rapazes a respeito? “Eu acho que é difícil porque as moças não gostam muito do interior, porque tem que trabalhar mais e na cidade sempre é melhor né, você tem uma condição de vida bem melhor na cidade do que ficar no interior trabalhando. Tem umas que ainda ficam, a maioria, quem estuda gostaria mais de ir para a cidade do que ficar no interior” (rapaz, Linha Pinheiro Alto). Este mesmo jovem conta que “tinha uma namorada, namorei até um tempo depois ela saiu para ir para a cidade também. Não namoro mais”. Para as mulheres, “interior x cidade” não constitui apenas opções de moradia; está em jogo a relação entre “independência x dependência”. Não é pela cidade em si que elas saem, ou exclusivamente pela procura de uma melhor condição de vida, mas, sobretudo, pela independência que pode proporcionar.

No intuito de justificar os motivos da presença de uma “inclinação urbana” no imaginário das filhas de agricultores familiares, alguns jovens traçam nas suas representações um paralelo entre os diferentes espaços da sociedade, abordando noções vinculadas à estética, ao corpo, aos costumes, ao consumo, entre outros. As circunstâncias como são realizados os processos produtivos na agricultura, que ainda necessitam avançar bastante na direção dos padrões “humanitários” de trabalho e de remuneração dos esforços despendidos são destacados pelas moças entre os fatores que inferiorizam a imagem daqueles(as) que são do interior, em benefício dos conceitos, valores e símbolos da cidade. Trata-se das razões que refletem suas escolhas afetivas.

É mais difícil assim para um rapaz encontrar uma moça que queira ficar no interior, as moças elas querem estar mais bem vestidas, estar mais perfumadinha, e aqui a gente não pode ter isso, porque a gente trabalha o dia inteiro, e muitas vezes a gente não tem o tempo, a gente trabalha na terra, a gente trabalha com animais, a gente sempre não pode estar tão legal, bem vestido como você pode estar na cidade, e é lógico que as meninas da cidade sempre tem mais condições de ficar melhor e tal, então acho que às vezes elas pensam muito nisso e talvez seja por isso, eu acho que grande parte desta saída das moças, deste interesse mais pelo pessoal da cidade é por causa disso, uma vida mais sossegada” (moça, Linha Vitória).

Para quem tem a oportunidade de ampliar o seu capital cultural, as exigências passam a ser outras, particularmente para as moças que estão estudando. “Os rapazes do interior parece que não agradam mais, elas querem algo mais, não mais, diferente, elas acham que o rapaz da colônia é meio grosso pra falar... elas querem coisa mais assim certinho, tal” (moça, Linha Pinheiro Baixo). No entanto, constata-se também que “tem algumas moças que

até preferem casar com alguém da cidade, que acham que assim podem conseguir uma vida diferente, quem sabe, pensando que aqui (na cidade) seja melhor que lá. Mas tem muitos casos que elas acabam casando com o pessoal de lá mesmo” (moça, Linha Bonita). Ou mesmo, “vem prá cá, mas acaba conhecendo, voltando a reconhecer alguém de lá, e tal, eu acho que acontece bastante isso” (moça Pinheiro Baixo).

O que leva estes filhos(as) de agricultores familiares a redefinirem seus planos originais? Quem são as moças da cidade que casam com rapazes do interior?

As “luzes da cidade” nem sempre iluminam os planos de todos os que aí projetam os seus horizontes profissionais, as expectativas educacionais e os desejos de “mudar” de vida. Os relatos informando o retorno de alguns jovens (particularmente rapazes), embora ainda em número reduzido, bem como as precárias condições de emprego, ilustram este fato. Embora ainda tenham um caráter excepcional, há casos, como sugerem os próprios depoimentos, que :

Tem uns garotos até que casou com umas meninas da cidade, eu achei bem interessante assim porque elas saírem de lá para vim prá cá, não sei como que aconteceu isso porque é muito difícil, é muito raro a gente vê né, e tem um monte de rapazes também que não namoram, não conseguem namorar por causa disso, tem uns que não se interessam por namorar, mas tem uns rapazes que acham super difícil mesmo, as meninas elas querem estudar, querem sair, fazer faculdade, e os garotos do interior está muito difícil para eles encontrarem namorada, é bem complexo mesmo este tema” (moça, Linha Pinheiro Alto).

Diante da constatação de que este fato começa a se tornar um problema para os rapazes que vivem nas comunidades rurais, em que “está preocupante a situação porque eu disse assim os rapazes não vão querer ficar na colônia para passar a vida deles sozinhos né, ninguém está a fim”, as decisões adquirem algumas peculiaridades. A partir da decisão de não se ficar só, os caminhos e as estratégias se cruzam nos planos destes jovens. Duas vias que aparecem nas entrevistas comumente vêm sendo utilizadas. A primeira implica a procura de um projeto de vida alternativo na cidade; a segunda, ainda rara, representa os casos em que os filhos de agricultores, visando ao casamento e á constituição de uma família, buscam as moças na cidade.

No primeiro caso, de maneira geral, o fato de eles optarem por sair cria as condições para que casamento e família se “encontrem” a partir da cidade: “eles não vão ficar, eu penso assim, eles não vão ficar no interior, nem que eles vão na cidade, tem o emprego de passar fome mas eles vão na cidade, pelo menos eles vão ter uma condição de constituir uma família, porque senão eles não vão estar a fim de ficar no interior para passar a vida deles praticamente na solidão” (moça, Linha Pinheiro Alto). Com a maior tendência das moças em

buscar novos rumos, em muitos casos, “impulsionados” pelos próprios pais, estas iniciativas femininas acabam “arrastando” rapazes que possuíam algum tipo de laço afetivo antes (ou mesmo depois) de elas tomarem sua decisão, fazendo com que “o namorado da minha irmã era daqui e foi para a cidade, ela foi e ele foi também, a irmã dele também vai querer sair agora. Ele está dirigindo caminhão para uma agropecuária” (moça, Linha Pinheiro Alto). “E todo mundo disse: ‘ah, porque ele saiu...’, culpa tua, porque você quis morar na cidade e você não quis voltar, daí ele saiu também” (moça, Linha Mazziere).

Quanto ao fato do apoio caseiro para a elaboração de estratégias visando à saída, os próprios jovens comentam que “se não mudar um pouco a mentalidade dos pais, até de incentivarem os filhos a ficar, até as moças, tentar assim incentivar, porque o problema do agricultor é o seguinte: é que eles incentivam muito as filhas a irem para a cidade, mas então quem que vai casar com os filhos deles, eles não tão preocupados com esta ideologia” (moça, Linha Pinheiro Alto). No entanto, em que medida estas e outras idéias que integram o movimento (migratório) de jovens rurais são motivo de preocupação dos formuladores de políticas públicas, governamentais ou não, orientadas para o desenvolvimento dos espaços rurais, de maneira geral, e para a agricultura familiar, em especial?

No segundo caso, apesar de toda a excepcionalidade do fenômeno, cabe registrá-lo por seu caráter simbólico e pelo fato de indicar a existência de uma redefinição na noção tradicional de casamento na agricultura familiar. O mercado (matrimonial) citadino chega ao interior, pois “teve uns que casaram com moças da cidade também, os rapazes daqui, que daí elas eram da cidade tal, só que tinham uma condição não muito boa, daí eles casaram trouxeram elas para morar no interior”. Esta última observação do depoimento indica também a presença de um recorte econômico neste mercado, explicitado pelas próprias moças que sugerem: “está mais fácil de certas meninas da cidade com condições baixas vir morar no interior do que as próprias meninas que vivem no interior ficarem no interior, porque elas terminam o segundo grau e já querem fazer faculdade mas não pensando para um dia voltar né, é para um dia ficarem mesmo, elas não pensam em retornarem” (moça, Linha Pinheiro Baixo).

A existência de uma maior flexibilidade nas decisões relativas ao casamento, em que os jovens não assumem um papel tão passivo como outrora, não implica afirmar que as escolhas dos parceiros desconsiderem totalmente os atrativos e os interesses econômicos resultantes da união das famílias. Nesta perspectiva, nos casos em que os filhos de agricultores são os candidatos a herdarem o patrimônio “estruturado” da família, criam-se

condições favoráveis para que as moças da cidade (que, em muitos casos, são oriundas do interior) aceitem este “convite” de casamento.

Assim, diferentemente daqueles que têm planos de sair e deixar o casamento e a família para depois, verifica-se existirem, nas comunidades, rapazes que “eu não sei o porquê que não namoram, eu acho que porque são os únicos filhos que ficaram para cuidar dos pais. Tem as irmãs, mas como sempre a família italiana sempre pende pro lado masculino né, então quem é o herdeiro sempre é o menino, nunca a menina” (moça, Linha Bonita). Ou: “É porque aqui na comunidade, ó, tem algum rapaz já que tá sem namorada, 22, 23, 25, 27 anos. Quase todos tem que, que nem, administrar a propriedade já né e daí têm que ficar na roça, se é para ir na cidade, vamos supor, tem que vender tudo né, a propriedade, não tem outros que toquem [...] O meu plano era de casar e ficar no interior, continuar que nem os pais né, mas, prá arrumar uma moça prá casar...” (rapaz, Linha Pinheiro Alto).

No âmbito da (re)construção conceitual das instituições do casamento e da família na agricultura familiar, percebe-se, a partir das representações e iniciativas dos jovens, que sua situação é de contradição, debatendo-se com valores conflitivos no horizonte das escolhas, pressionados por uma condição social caracterizada pela complexidade dos problemas enfrentados. Neste contexto, as escolhas dos modelos de família e casamento nem sempre são compartilhadas pelos parceiros, particularmente aqueles que passam a exigir “algo mais” nos relacionamentos afetivos ou em suas vidas. Este fato torna-se um agravante para os filhos de agricultores familiares. Suas implicações, embora alcancem principalmente aqueles que não visualizam um futuro promissor, mas um horizonte “descapitalizado ou em vias de se tornar” no âmbito de uma propriedade agrícola, não deixam de abalar também o mercado matrimonial dos jovens capitalizados no espaço rural.

Num contexto social em que o casamento, tradicionalmente, assumia um papel fundamental na reprodução social do patrimônio familiar e na organização do processo de trabalho, buscar reproduzir pura e simplesmente aquele modelo típico de família, de pai, passa a ser questionado por parcela significativa de moças descontentes com o papel e o lugar a elas atribuído. Enfim, atualmente, na agricultura familiar, o sonho de receber um “sim” numa cerimônia matrimonial é precedido de muitas interrogações, levantadas sobretudo pelas moças “acostumadas” a receber um “não” na sua realidade cotidiana, como contrapartida do papel e do lugar que ocupam (ou que desejam conquistar) na família, na comunidade, na sociedade.

Como elas mesmo afirmam, porém, as mulheres sonham mais alto. E ficar com a família pode significar a não-concretização de seus ideais, pois “a maioria das moças sentem que ficar sempre lá debaixo da asa do pai e da mãe não vai ter outra solução senão você casar

com alguém ali da comunidade mesmo”. Mesmo que as palavras e as expectativas não fluam tão facilmente, porque influenciadas pela maré dos padrões culturais que as arrastam, como uma rede, para outra direção, elas expressam finalmente o rumo diferenciado dos seus sentimentos: “Não que não seja válido né, mas assim, casar e ficar por ali mesmo, sem ter... eu acho que as moças têm mais esta visão de querer mais. Acho que valorizam mais os seus sonhos, sonham mais alto. Os rapazes não, por eles tá bom por ali mesmo, eu sinto um pouco isso” (moça, Linha Pinheiro Baixo).

Neste cenário, o estudo adquire uma dimensão muito importante no horizonte dos jovens, tornando-se também um fator diferencial nas escolhas dos projetos de vida, pois passam a perceber “que o pessoal começou a estudar e quando a pessoa estuda a gente fica com uma outra visão, a gente começa a perceber o que está acontecendo ao redor, começa a participar, a família também participa mais, eles vêem que as condições na família é difícil né e daí eles tentam estudar e vim pra cá (cidade) para trabalhar” (moça, Linha Bonita).

O que representa o estudo na perspectiva dos filhos(as) de agricultores familiares? Que estratégias são elaboradas por eles para dar continuidade aos estudos? Estas e outras questões serão discutidas no próximo tópico deste trabalho.

5.2) A educação como estratégia para “mudar” de vida

É no período da adolescência que emergem os questionamentos entre os filhos(as) de agricultores familiares: ficar na propriedade dos pais ou sair para estudar na cidade? Continuar sendo agricultor(a) ou mudar de profissão? Ao mesmo tempo, há um desejo, muitas vezes não manifesto, de que permaneçam, porque são parte integrante da força de trabalho da família ou porque os próprios pais almejam a segurança na velhice. Neste mesmo contexto, aparece hoje com mais intensidade a valorização do estudo, sinônimo de uma possível alternativa entre o trabalho fora do espaço rural, para o jovem, a família, e a trajetória social de *ser colono*. Antes mesmo de se colocar em relevo o que representa atualmente a educação para os jovens, é preciso explicitar as principais redefinições das representações deste conceito operadas pelas diferentes gerações de agricultores familiares

A escola não estava no horizonte das principais preocupações dos imigrantes italianos que colonizaram o sul do Brasil. O resgate das representações deste tema, entre os italianos do início do século passado, feito por Renk (1997), é bastante elucidativo da mentalidade vigente. De acordo com Manfroi (1979, p.192 apud RENK, 1997), a falta de escolas e o pouco interesse que os colonos mostravam pela instrução de seus filhos foi uma

realidade ressaltada por todos os que visitaram as colônias. Em 1912, o enviado especial da *Itálica Gens*, um movimento nacionalista italiano, Ranieri Venerosi Pesciollini, escrevia: “Quando se pergunta aos colonos por que razão não enviam seus filhos à escola, a resposta é sempre a mesma: eu vivi, comprei terras sem saber ler nem escrever, meus filhos podem fazer o mesmo”. Continuando seu relato, diz ele que um colono tinha dois filhos em idade escolar e propõe à diretora enviar à escola um cada dia, alternadamente, e pagando, por isso mesmo, uma só taxa. Isso lhe permitia conciliar três coisas ao mesmo tempo: gastar pouco, instruir os filhos e conservá-los em casa para os trabalhos da lavoura.

Algumas expressões utilizadas por esta mesma geração sugerem, segundo Renk (1997), a pouca importância da educação em suas vidas, entre as quais, “estudo não enche a barriga”, ou mesmo: “mulher não precisa ir à escola”. Estas representações, no entanto, acabam se modificando nas gerações posteriores. O tradicional costume dos pais de dar apoio aos filhos que eram “deserdados da terra” se estende aos jovens que ingressavam na carreira religiosa, recebendo sua parte no custeio e manutenção da formação eclesiástica. Como se refere a autora, o estudo recebido equivalia ao presente paterno e não haveria por que dotá-los com terra ou outros bens, uma vez que a carreira eclesiástica não exige o “começo da vida”, a exemplo daqueles que permaneciam na colônia. Para esta mesma autora, um mapeamento das diversas instituições de ensino superior, nas áreas coloniais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, apontaria que os dirigentes, e uma considerável fração de docentes masculinos, são constituídos por ex-padres ou ex-seminaristas, com formação em seminários teológicos.

Constata-se, assim, que a influência ideológica da Igreja não se estendia apenas à perpetuação de padrões culturais que reproduziam o patriarcalismo na família, no casamento ou mesmo na comunidade rural, alcançando também a instituição da escola. Mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, destaca Bourdieu (1999, p.104-105), a escola continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal, porém ela é, ao mesmo tempo, um dos princípios mais decisivos da mudança nas relações entre os sexos, devido às contradições que nela ocorrem e às que ela própria introduz.

Para este mesmo autor, a maior mudança está, sem dúvida, no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo indiscutível. Isto decorre, sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper este círculo. De todos os fatores de mudança, os mais importantes são os que estão relacionados com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica

e à transformação das estruturas familiares. Este mesmo processo não deixa de afetar os modelos tradicionais masculinos e femininos. Contudo, para Bourdieu (1999), uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação desta condição é, sem sombra de dúvida, o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior que, estando relacionado com as transformações das estruturas produtivas, levou a uma modificação realmente importante da posição das mulheres na divisão do trabalho.

Abordando o caráter pedagógico da escola, no âmbito do espaço rural, Renk (1997) afirma que o papel do professor extrapolava e extrapola as atividades estritas de docência. Além do conteúdo informativo propiciado à população, a escola seria responsável pelas novas formas de sociabilidade como, por exemplo, a introdução da pré-escola na área colonial (que noutros tempos era privilégio da área urbana) e a ampliação da rede escolar nas comunidades rurais, com serviço de transporte oferecido pela municipalidade, possibilitando o acesso e a continuidade dos estudos aos jovens. Até os anos setenta, ressalta a autora, o máximo de escolaridade entre aqueles que permaneceram nos afazeres agrícolas era o livro de admissão, equivalente à quinta série do primeiro grau. Um rapaz de Linha Pinheiro Baixo ilustra este fato, contando que “meus pais eles não tiveram esta oportunidade né, meu pai ele estudou só até a quarta série; de 5° a 8° série era praticamente como uma faculdade hoje para as pessoas que não têm condições, eles não tinham isso, então eles diziam, você tem uma oportunidade tem que estudar, aproveitem porque não é todo mundo que tem esta oportunidade”. Atualmente, embora ainda persista uma defasagem do ensino no espaço rural, bem como dificuldades para a continuidade dos estudos além das primeiras séries, amplia-se o número de jovens que adquirem uma formação que se estende até o segundo grau e, para alguns, até o nível superior.

A partir da demanda criada pelas expectativas de formação escolar e profissional dos jovens, passam a surgir conflitos quanto à saída para estudar, pois este fato implica aumento do tempo de retirada dos filhos(as) da propriedade dos pais, passando a gerar um conflito entre as decisões de priorizar os estudos ou o trabalho, ilustrado no relato de uma moça de Linha Mazziero: “Comecei a estudar aqui em Ouro, num colégio aqui. Aí vinha de ônibus, saía 5 hs da manhã, chegava em casa uma e meia da tarde. Daí chegava em casa, ia trabalhar na roça, almoçava rápido e já ia trabalhar. Aí acabei desistindo, reprovei, chegava em casa cansada, de noite eu não estudava, não tinha tempo para estudar. Aí reprovei e acabei parando. E agora comecei a estudar de novo, ano passado, e estou fazendo supletivo agora, estudando de novo. Fiquei parada 9 anos”.

Estreitamente vinculada às concepções em torno da família, do trabalho e do casamento, evidencia-se, nos depoimentos, a representação paterna no que diz respeito ao estudo. Assim como no âmbito daquelas categorias nucleares da agricultura familiar, afloram as dificuldades impostas pela visão do pai, resringindo as possibilidades dos jovens de freqüentar e dar continuidade aos estudos e, particularmente, limitando o espaço e a saída das moças para realizar seus desejos nesta direção. Neste contexto, os padrões culturais se revezavam na delimitação dos caminhos a serem seguidos. “Eles deixavam de ir prá aula prá trabalhar lá em casa”. Ou “Parecia que a moça eles não queriam muito deixar sair de casa, conhecer muito a vida da cidade, tinha assim um certo medo. E, finalmente, “antes de começar o ginásio, o pai não queria que eu voltasse, queria que ficasse lá na colônia. Ele dizia que não precisava estudar, que como eu era filha mulher eu ia casar e daí como sempre...” (moça, Linha Bonita).

Por outro lado, inúmeros relatos indicam a reprodução de uma representação afirmando que o filho de agricultor, sobretudo, “não gostava mesmo do estudo, eu acho que eles não sabiam da importância que isso ia ter agora, que iria fazer falta pra eles. E aconteceu o mesmo com o meu irmão mais novo. Não teve jeito, ele estudou até a quinta série, mas ele não se interessava em estudar. Aí eu acho que ele reprovou, aí depois não quis mais estudar, foi estudar num colégio agrícola ali no Santa Lúcia, e que depois ele queria continuar no colégio agrícola, mas também não quis saber, não teve jeito de continuar o estudo”(moça, Linha Pinheiro Baixo). Este fato ilustra a maior inclinação das moças para o campo do conhecimento, também indica o papel e o lugar ocupado pelos rapazes no âmbito da família. O filho mais velho, conforme mostram os depoimentos, era requisitado, desde muito cedo, a assumir funções importantes no processo de trabalho e, com isso, menos estimulado ao estudo; o irmão mais novo, pela tradição, era “estimulado” a permanecer como sucessor da propriedade de seus pais. Assim, no âmbito masculino, estas prioridades domésticas na agricultura familiar contribuíram para a realização do aborto, na época da infância, das inclinações ao estudo por parte de inúmeros filhos de agricultores. Uma moça de Linha Pinheiro Baixo conta que “o meu irmão mais velho quis estudar só até a quarta série, mais que isso ele não estudou, porque ‘diziam que ele não tinha vontade de estudar’. Daí o pai, mais ligado em ir prá roça, trabalhar, né...O irmão do meio ele também saiu, foi fazer faculdade, tá formado, tem uma agropecuária na cidade, ele vem pra cá no fim de semana. Ele mora na cidade também, casou, tá lá. Agora, o mais velho nunca gostou de estudar muito, ele está aqui (na colônia), é solteiro”.

Em decorrência do problema sucessório, e de outros fatores, os pais fazem com que os filhos “gosten.” de estudar. Esse gostar é relativo, pois os pais já vão separando os que têm “cabeça para o estudo” e os que não têm. Neste processo, os que são escolhidos para estudar são mais poupados no trabalho.

As dificuldades para o acesso à escola não se restringiam apenas ao componente familiar. Os relatos demonstram a inexistência de infra-estrutura que possibilitasse o deslocamento dos jovens até a cidade. Em decorrência, “depois da quarta série eu não fui mais estudar, não tinha ônibus para ir estudar na cidade, daí fiquei por aqui, daí de lá para cá nunca mais estudei. Não tinha ônibus, eu tinha que ir para Pinheiro Alto para pegar um ônibus prá ir estudar. Eu tinha que sair daqui 4 horas da manhã prá conseguir estudar. Eu tinha vontade de estudar, só que na época... vamos ver agora, não sei”.

Quando passam a dispor de transporte escolar, os jovens apontam as verdadeiras maratonas percorridas para alcançar os sonhos de continuar os estudos, que são realizados na cidade, onde se encontram os estabelecimentos de ensino secundário e superior. Neste sentido, aponta um rapaz de Linha Bonita, “eu comecei a vir na quinta série, também vinha com transporte escolar, era o primeiro que saía porque meu pai trabalha com transporte escolar, funcionário da prefeitura, era o primeiro que tinha que levantar, também era ruim porque levantava 5 e meia da manhã para sair de casa, daí vinha para a aula às 7 e meia, acho que era, depois até chegar em casa era 1 hora da tarde mais ou menos, quando o ônibus não quebrava, aí chegava em casa almoçava, cansado, aí quando era no inverno já tinha que ir para o serviço”.

Alguns rapazes lamentam o fato de terem parado de estudar, pois, reconhecendo as mudanças em curso que demandam aprimoramento profissional para ingressar no mercado de trabalho urbano, ou mesmo para exercer um melhor gerenciamento da propriedade, concluem que “se tivesse continuado era melhor”. No entanto, muitos deles não demonstram, simultaneamente à elaboração de uma consciência que redefine o valor da escola, toda a vontade necessária para recomençar os estudos, pois “pegar e começar na quinta série de novo, eu não sei mais, não é a mesma coisa que antes, quando eu estudava, mudou bastante” (rapaz, Linha Pinheiro Baixo). Se a persistência masculina se abala mais facilmente com as restrições que encontra no meio do caminho escolar, não ocorre o mesmo com as moças, que se movimentam nesta direção, mesmo que os “laços” paternos puxem para outro sentido:

Eu lutei muito para voltar a estudar, ele (pai) brigou com a mãe, comigo ele só batia o pé, depois a mãe me contou o que ele falava para a mãe, foi em cima de pressão né, mas eu voltei a estudar, eu disse não eu vou voltar a estudar, fui lá fiz a matrícula, comprei o material. A escola era o Colégio

Silvio Santos, lá na cidade (Ouro), de quinta a oitava série. Pegava o ônibus lá em Linha Bonita, vizinho do pai porque o ônibus não passava na frente da minha casa, tinha que andar uns duzentos metros até uma encruzilhada, eu tinha que pegar o ônibus ali às cinco e meia da manhã. Depois quando que eu comecei a estudar eu diminuí de ir na roça porque eu tinha trabalhos para fazer, daí eu não ia na roça (moça, Linha Bonita).

Assim, ao mesmo tempo que se conquista o espaço da escola e o tempo do estudo, os “espinhos” da roça começam a ser retirados do terreno feminino. Uma moça de Linha Bonita diz que saiu da escola com dez anos de idade e que ficou quatro sem estudar, “porque o meu pai era muito rígido”; contudo volta a estudar na quinta série, com quinze anos, e conclui o segundo grau formando-se no magistério, salientando que “nunca reprovei”. A partir desse nível educacional, os jovens encontram muitas dificuldades para poder custear um curso superior; entretanto, para algumas delas, “e aí eu comecei a faculdade, faço pedagogia. Até a gente sofre bastante por não poder pagar a faculdade, e daí eu faço o possível para não pedir ajuda pros meus pais, porque eu sei que lá não é fácil”.

Entre as dificuldades enfrentadas por quem se dirige à cidade para estudar há um aspecto que independe de gênero ou mesmo de condição econômica, e que diz respeito à discriminação sofrida pelos filhos(as) de agricultores familiares pelo fato de serem “colonos(as)”. Os jovens não deixam de transparecer nos seus depoimentos o preconceito e a discriminação sofrida pelo fato de não falarem ou se comportarem com a mesma linguagem ou o mesmo jeito de quem é da cidade. Expressam seus ressentimentos quanto a esta espécie de violência simbólica, dizendo que “o pessoal daqui da cidade, as crianças corrigem quem vem do interior, na própria escola, ficam rindo, debochando”. E buscam argumentos para as especificidades da linguagem nas origens étnicas, explicando que “é que o sotaque já vem do sotaque italiano, né, então eles já falam ‘caro’, assim, com o sotaque com as palavras erradas. E aqui o pessoal já corrige tudo” (moça, Linha Bonita).

Numa localidade onde o rural adquire um espaço privilegiado, um aspecto chama a atenção dos jovens: “A própria cidade discrimina o jovem do interior. Eu ouço muito na escola ‘ô, colonão!’; o pessoal que vem das comunidades do interior ‘ô, colono!’. Então eu acho que isso não deveria existir aqui, porque é uma cidade pequena, é uma cidade do interior...” (moça, Linha Pinheiro Baixo). Embora grande parte dos “cidadinos” de Ouro apresentem muitas características culturais que os identificam com os moradores das comunidades rurais do município, porque grande parte deles é proveniente dessas localidades, são vistos pelos filhos(as) de agricultores familiares como quem busca ser diferente, menosprezando aqueles que são do interior, que passam a ser motivo de zombarias, como as que enfrentou na escola um rapaz de Linha Pinheiro Baixo: “lá, a maioria dos que tinha lá era

da cidade, os que estudava comigo. Daí lá gozavam da nossa cara porque nós era colono, né? Daí vinha enchendo o saco, eu não me agüentava, ficava nervoso, aí falei que não, não vou mais estudar. Pegavam muito no pé da gente, o pessoal da cidade. Chamava nós de colono grosso, gringo, essas coisas”. Nesse caso, um dos motivos da sua desistência da escola foi “um pouco foi por causa disso”.

Em que pesem todos esses percalços enfrentados pelos jovens ao buscarem o estudo na cidade, as pesquisas realizadas no espaço rural indicam uma quantidade de filhos(as) de agricultores familiares freqüentando as escolas nas cidades, maior agora que nas gerações precedentes. Cabe salientar, entretanto, que os conflitos envolvidos nessa decisão de priorizar os estudos, muitas vezes em detrimento do trabalho na propriedade, continuam existindo ainda hoje nas representações e atitudes vigentes no grupo doméstico. Para Brumer (2000), muitos pais que pretendem que seus filhos sejam seus sucessores no estabelecimento familiar preferem não incentivá-los a estudar além das séries iniciais do primeiro grau. Aliás, muitos jovens que “não gostam” de estudar consideram que sua única alternativa é seguir a profissão dos pais, ou será que a relação se dá ao contrário?, indaga a autora. Ao mesmo tempo, os pais costumam orientar seus filhos (principalmente as filhas) para o estudo quando não desejam ou não vêem perspectivas de sua permanência no meio rural. Muitos dos jovens nesta condição afirmam “gostar” de estudar.

A saída dos jovens para continuar os estudos é ilustrada no depoimento de uma professora integrante da rede municipal de ensino, que percebe esta migração mesmo nas comunidades onde existem propriedades que apresentam produção intensiva (e integrada) de aves, suínos e leite, ou seja, entre os agricultores considerados fortes. Assim, “se a gente pegar a nossa região aqui, a Linha Sul e a Linha Bonita, não tem mais jovem, e eram comunidades assim bem reforçadas, Linha Bonita era uma comunidade que tinha na escola mais de 46 alunos, hoje tem 10, 12 alunos, e conforme vão terminando o ginásio, o segundo grau, e não fica mais ninguém, até ontem a gente estava conversando, se for assim dentro de uns anos vai ficar só os casais na colônia só, eles já estão ficando velhos e não têm mais força para trabalhar nos aviários, não vai ter mais juventude”.

Em decorrência da constatação de que os jovens que saem para estudar dificilmente voltam, algumas famílias dessas comunidades começam a criar dificuldades para que os filhos(as) mais jovens disponham do tempo e condições necessárias para a dedicação e a continuidade dos seus estudos. Um dos aspectos que, segundo estes pais, justificam a atitude de limitar a saída dos filhos(as) é a sobrecarga de trabalho para aqueles que permanecem na propriedade, fato que interfere nos projetos de vida formulados pelos diversos membros da

família, com implicações importantes na vida escolar dos filhos(as) dos agricultores. Contudo, em que pese essas iniciativas restritivas, os relatos indicam que, mesmo assim, os jovens – e particularmente as moças – não deixam de perseguir a realização de seus planos, que vão além dos marcos verificados nessas comunidades. Vejamos como uma professora percebe estas mudanças:

Só que a Linha Mazziero já age de uma forma totalmente diferente, não deixam os filhos estudar, a criança termina, é o quarto ano que estou trabalhando lá, só tem uma família que deixou os filhos estudar, eles terminam a quarta série, criança de 9 para 10 anos, sabe, é uma região de crianças super inteligentes, eles têm uma inteligência, uma facilidade, são assim maduros porque acho que desde criancinhas começam mexer com gado, aviário, trator, eles entendem de tudo. Eles são assim maduros, sabe, e quando chega na hora de estudar não deixam as crianças estudarem.

A “maturidade”, representada nesse depoimento e alcançada por alguns jovens de forma prematura, é, muitas vezes, alheia às suas vontades, pois resulta das necessidades, dos padrões e das representações construídas socialmente, sobretudo na família, e reproduzidas nos discursos que enaltecem as virtudes de quem desempenha com competência a “ajuda” prestada à família, mesmo que outras dimensões da infância sejam relegadas a um segundo plano. Alguns depoimentos colocam em primeiro plano a dimensão que adquire a “ajuda” prestada por crianças e adolescentes aos seus pais, especificamente nas propriedades “bem estruturadas”: “Pro meu pai eu ajudo a alimentar os pintos (frangos de corte), ir na roça, limpar a casa, a varrer a casa, carpir, um monte de coisa. Prá minha mãe ajudo a limpar a casa, varrer, lavar a louça, estender a roupa de vez em quando, dar o que comer pra vaca e...ajudo a cuidar da minha irmãzinha” (menina, 10 anos). Já para um menino de 10 anos, “tem o aviário, aí meu pai tem um chiqueiro, daí eu limpo também, ajudo na roça a plantar quando precisa, a uréia, quebrar o milho, eu ajudo a carregar também, né, dirigir o trator prá várias coisas, que nem pra puxar adubo, esse tipo de coisa”. Ao ser indagado sobre o que ele mais gostava de fazer, estudar ou trabalhar, sua resposta é precedida por uma afirmação que é reveladora da coexistência, até um certo ponto, do trabalho e do estudo no mundo da infância, ou seja: “eu gosto das duas coisas”. Em seguida, possivelmente percebendo que uma dessas dimensões começa a desaparecer no seu horizonte, ele aponta para onde se orienta a sua aspiração e, espontaneamente, ele revela: “eu acho que gosto mais é de estudar”.

Segundo informações fornecidas por professoras locais, as crianças manifestam o interesse em continuar estudando, “tanto que eles falam assim que querem aula sabe, então até esses dias a Secretária de Educação (do município) foi lá e falou para eles que tem alguns sábados que tem aula para conseguir os dias letivos, então eles disseram que queriam aula

todo sábado porque daí não precisava ir no aviário. Então eles preferem estudar do que ter que ir no aviário, ir na roça, porque sábado eles ficam trabalhando o dia todo né” (professora do município).

Essa mesma professora, ao consultar os pais sobre os motivos que levam algumas crianças a interromper ou a diminuir a dedicação aos estudos, afirma que eles justificam dizendo: “é a menina que não quer estudar”. Mas, “uma criança de 10 anos não pode se mandar”, pondera a professora. Procurando refletir sobre as representações que justificam tal atitude numa comunidade rural do município, uma representante do ensino municipal tem sua explicação: “eles pensam assim, eles vêem o exemplo das outras comunidades que saiu e não volta, então seguram a criança em casa. É uma das comunidades que mais tem aviário, todos têm aviário, a maioria tem dois, um no nome da esposa e outro do marido, quando não tem três, e eles tão assim, só que para mandar as crianças estudar eles não mandam. Se for estudar não volta mais. E o único jeito que eles têm para segurar os filhos é assim”.

A visão paterna explicita o já conhecido caminho de quem se dirige à cidade para estudar e as implicações que isso traz no campo do trabalho, reduzindo a “ajuda” que poderia ser destinada às atividades da propriedade. Assim, intercalando no seu discurso o que isso tudo representa na agricultura familiar, um pai de família descreve os motivos de sua preocupação e de sua atitude diante da vida cotidiana dos filhos, que oscilam entre o mundo do trabalho e o da escola: “chegam de lá uma hora (da cidade), tem tema para fazer, tem pouca vontade, sai cedo, levanta 5 horas, ônibus velho, uma barulheira, vem cheio, chega em casa uma hora, no inverno até dá, mas no verão? Tá louco! Chega em casa não tem mais vontade de fazer nada, passa a tarde, e os velhos que morrem de trabalhar só para poder sustentar...”.

Já no campo das representações femininas, construídas para justificar a ausência na escola, planta-se o medo como motivo das atitudes tomadas nessa direção, não deixando de ser transmitido no processo de educação dos filhos, contando-se, por exemplo, que “já teve criança aqui, tem história que em vez de estudar ficam matando aula, né, e é muito amiga dela e acaba levando ela...ela é nova, ainda! A gente ensina, ela aprende, e de vez em quando ela vai, e quando ela vai, às vezes os outros chegam e dão uma droguinha, alguma coisa ela pega?! Leva ela pro mau caminho. Esse é o meu medo” (mulher agricultora, Linha Mazziero). Embora a presença desses problemas seja constatada também, em menor ou maior amplitude, no espaço e nas instituições escolares, em nível local, percebe-se que essas representações se reproduzem no imaginário infantil. É o caso da explicação dada por uma menina de 10 anos, dessa mesma localidade, explicando que “muitas vezes tem gente que passa a droga lá sem a

gente saber, e lá na escola do meu primo tem um monte de drogado, daí tem gente que mata aula e fica vadiando lá e eu não quero fazer isso. Depois, a Kombi não passa aqui na frente de casa, tem que ir lá na cidade... Tem que levantar 5 horas. Se tivesse a escola aqui eu iria”.

Neste enfoque, circunscrito às propriedades integradas ao sistema de produção agro-industrial e economicamente caracterizadas como “capitalizadas ou em vias de”, as evidências expressas em alguns depoimentos sugerem a existência de “criança ali que trabalha com 8, 9 anos, trabalha o dia todo, assim meio dia vai no aviário, pelo menos eu tenho alguns alunos que eles dizem que trabalham, vão encher todos os tubulares. Entendem de gado, entendem de roça, entendem de máquina” (professora municipal). Se, por um lado, se percebem “boas intenções” ao procurar extrair, do cerne de quem se encontra ainda na mais tenra idade, mas enfrenta um cotidiano duro, o que há de bom na “maturidade” e na “sabedoria”, adquiridos pelos jovens a partir da iniciação nos ritos de passagem ao mundo do trabalho na agricultura familiar, por outro, colocam-se em relevo as contradições de quem vivencia um sistema desigual no campo do trabalho e do ensino, com todas as debilidades, dificuldades e exclusões enfrentadas por quem reside, trabalha e estuda no espaço rural. Vejamos no depoimento dessa mesma professora como afloram estas questões:

Eu acho que eles têm um desenvolvimento que se a gente fosse pegar e comparar uma criança da cidade com uma criança do interior nossa, à vezes ele pode estar um pouco assim, ele não conseguir aquele nível de aprendizagem porque ele não tem contato com livros, jornais, ali o que o pessoal oferece, que também não é muita coisa, é aquilo ali e acabou-se, agora em nível deles entenderem de agricultura, pecuária, gado leiteiro, essas coisas, não tem aluno que...meu Deus!. Eu tenho um aluno que eu peguei ele na quarta série, comecei dar aula para ele, ele escrevia que parecia primeira série, só que em matéria de lavoura e maquinário é muito inteligente (professora municipal).

Um outro aspecto implicado no processo de formação escolar dos filhos(as) de agricultores familiares diz respeito à diferenciação de gênero observada na procura de um aprimoramento educacional, encontrando-se mais moças que rapazes compartilhando as salas de aula e os bancos das escolas. Se a conquista desse assento pode ser atribuída à persistência e à procura, pelos jovens, de mudança na sua condição social, não se pode desconsiderar a tendência, verificada em alguns depoimentos de pessoas que gerenciam o processo produtivo agrícola, de se atribuir um maior valor ao estudo, redefinindo-se conceitos e complexificando os conflitos entre os membros do grupo doméstico, que percebem a ampliação das exigências de qualidade e produtividade nos processos produtivos agrícolas e o acirramento da seletividade no mercado de trabalho. Se a escola era vista, noutros tempos, como motivo de preocupação para quem gerenciava a propriedade, mais recentemente passa a haver uma certa

flexibilidade dos próprios pais, apoiando alguns filhos(as) em seus estudos, particularmente aqueles que não podem ou não querem ficar na lavoura.

Esta “propensão” a rever o valor atribuído à formação escolar é conseqüência, também, da constatação da precariedade na formação dos filhos(as) de agricultores, sobretudo dos rapazes. Analisando o nível educacional e a idade média dos jovens entrevistados, pesquisadores da Epagri/CPMP (2001) indicam que é entre os rapazes que se concentra a maior parte dos que praticamente não tiveram acesso à educação. Cabe salientar que o universo dessa pesquisa é composto por jovens que, em princípio, já deveriam ter completado a 4ª série do primeiro grau. No entanto, nada menos que 30% dos rapazes entrevistados têm apenas este grau de estudo. Entre as moças, esta proporção cai para 13%. Um dado interessante, colocado em relevo pelos pesquisadores, é que a idade média dos jovens que se encontram nesta situação é muito alta (26 anos para as moças e 27 anos para os rapazes). Confirmando a precariedade do acesso à educação, sobretudo entre os rapazes, percebe-se que somente 22% deles têm ou estão cursando o segundo grau (1ª a 3ª série). Esta proporção sobe para 56% entre as moças. E é aí que está a menor idade média deste universo: 44% dos rapazes têm ou cursam de 5ª a 8ª série, contra apenas 29% das moças. Mas nesta faixa etária, a idade média das moças é muito mais baixa que a dos rapazes: 17 anos, contra 25 anos, o que leva a crer, concluem os autores, que nesta idade as moças ainda estão estudando e os rapazes já devem ter parado.

Mesmo considerando a precariedade educacional ainda existente no espaço rural, particularmente entre os rapazes, na perspectiva de Renk (1997), um dos reflexos da mudança de atitude em relação à escola é o encaminhamento de maior número de filhos ao estudo, ou seja, escolarização além da quinta série do primeiro grau. Porém, para esta autora, o estudo não deixa de se revestir de ambigüidades. Entre as representações construídas por seus entrevistados, constata algumas afirmações de que o estudo é o “único capital que não pode ser roubado, que os bancos não te tiram”, mas também é apontado como a causa do desinteresse dos jovens pela lavoura. Percebe, também, que o estudo passa a ser uma possibilidade de ascensão social. Neste sentido, dar estudo - do ponto de vista paterno - e ganhar estudo - da perspectiva do filho ou filha - traz uma clivagem de gênero. Conclui afirmando que olhando-se mais atentamente, se verá que saem mais moças do que rapazes para estudar. Conclusão esta que ilustra a observação recorrente na literatura (BOURDIEU, 1962; MENDRAS, 1984) da saída das mulheres do mundo rural.

Os próprios jovens levantam seus argumentos para explicar essas mudanças. Mais precisamente, “isso aí virou costume praticamente”. Refletindo sobre estas questões, um rapaz

de Linha Bonita sugere que “a grande maioria está estudando, daí já vem para a cidade, aí, olha, o fulano veio de lá, tá bem, ou está trabalhando, tá conseguindo se virar sozinho, eu também vou querer sair de casa, trabalhar fora, ter a minha independência né, não precisar pedir para o pai, daí as meninas já vêm para cá estudar”. Assim, alinham-se às representações em torno da conclusão de que “pouca gente que vem para estudar volta para o interior”.

A trajetória percorrida por alguns jovens explicita o processo de transição que vivenciam, bem como as estratégias e as circunstâncias que acabam resultando na criação de alguns laços com a cidade, ao mesmo tempo em que se afrouxam aqueles que os prendem às suas comunidades, no interior do município. Vejamos como eles descrevem os motivos que fazem com que aqueles que saem para estudar acabem ficando na cidade: “comecei a estudar na cidade, de quinta a oitava, aí o segundo grau fiz magistério. Eu estava mais na cidade do que em casa. Fazia curso, fazia aula de informática, fazia outros cursos à noite, eu morava na cidade e passeava em casa. E a distância da família é que foi difícil quando eu passei a morar longe deles. E foi indo assim, difícil de explicar, aos poucos fui me desprendendo, fui me desligando daqui, da família, e agora totalmente, eu acho” (moça, Linha Pinheiro Baixo).

O estudo passa a ser a preparação para o trabalho urbano, sendo para os jovens sinônimo de curso de ensino médio e, no limite, de faculdade. É visto por alguns pais como possibilidade e esperança de uma melhor remuneração da força de trabalho de seus filhos, inclusive como confiança de que poderão ser amparados por eles em sua velhice, talvez até na cidade. Para alguns colonos, sobretudo os de maior dificuldade econômica, o estudo é pensado como uma estratégia de ressocialização, preparando o adolescente para o engajamento como força de trabalho assalariada no meio urbano. Alguns agricultores parecem ter consciência de que o mercado de trabalho urbano exige cada vez mais o aspecto cognitivo (a valorização do saber e a extração do sobre-saber) (TEDESCO, 1999, p. 91).

No entanto, pondera Renk (1997), a saída não implica as mesmas possibilidades de estudo para rapazes e moças. Para a autora, que faz uma clivagem de gênero na definição das profissões, entre os filhos que saem há, de modo geral, ocupações que lhes são predestinadas, como as de técnico agrícola. Por outro lado, as moças são encaminhadas ao curso de magistério, mais amplamente oferecido que o de técnico agrícola, o que contribui para o inflacionamento do diploma. Seja no âmbito masculino ou feminino, a busca de um título mais raro implica o deslocamento da cidade, o que é sinônimo de retirada da propriedade para dedicação exclusiva ao estudo, demandando, também, um apoio financeiro por parte dos pais, fato que torna difícil a continuidade e a realização de cursos superiores nas principais universidades, sobretudo as federais. No entanto, esse horizonte não deixa de estar

presente nas aspirações dos jovens, particularmente aqueles que, pelo fato de possuírem um maior capital cultural e econômico, traçam um paralelo questionando as escolhas circunscritas aos seus possíveis projetos de vida, balizados pelas informações e experiências do que possa representar a condição de vida na cidade e no interior. Avaliando como andam as coisas aqui e ali, uma moça da comunidade de Linha Pinheiro Alto explica as variáveis que interferem na realização dos seus sonhos:

Eu sempre pensei assim, que se fosse pra mim sair do interior, pra ir lá, trabalhar, ganhar um salário mínimo, ou ganhar muito pouco, eu ia querer ficar no interior. Agora, se fosse para mim sair daqui, para seguir, para fazer uma faculdade, que eu sempre tive vontade de fazer uma faculdade de agronomia, ou de veterinária, já que aqui a gente não tem, e mesmo assim seria caro, e numa federal eu não conseguiria passar, porque estudei num colégio que não era dos melhores, então eu até sairia, se fosse pra mim seguir para ter um conhecimento maior. Pra mim, eu sempre achei que a coisa mais importante que existe não é dinheiro, não é nada. mas é uma condição de cultura, de saber mais, de saber, quanto mais possível, melhor. Se eu pudesse fazer uma pós-graduação...seguir em frente, sempre aprendendo mais, sempre conhecendo tudo o que eu pudesse conhecer, eu sempre tive essa visão. Mas no caso dessa questão que a gente não tem condições financeiras e para passar numa federal é difícil, a gente opta para ficar mesmo no interior. Eu acredito que se for pra ir para a cidade pra ganhar um salário de fome, também não é vida.

Entre aquelas que percebem ser muito difícil transpor os obstáculos para a concretização de um curso universitário mais qualificado, mas que não descartam a possibilidade de realização de um curso superior, percebe-se a elaboração de estratégias buscando a continuidade dos estudos, mesmo que estes se restrinjam a um leque de opções que nem sempre representam um promissor futuro profissional. Para Renk (1997), as mulheres, de modo geral, cursando o magistério, oferecido na própria cidade, podem optar por fazê-lo no período vespertino ou noturno, o que permite compatibilizar atividade laborativa com estudo.

Analisando as desigualdades de gênero verificadas no acesso à formação educacional e no exercício profissional, Bourdieu (1999, p. 106-110) observa um forte aumento do número de mulheres nas profissões intelectuais ou na administração, e nas diferentes formas de venda de serviços simbólicos (jornalismo, televisão, cinema, rádio, relações públicas, publicidade, decoração), bem como uma intensificação de sua participação nas profissões mais próximas da definição tradicional de atividades femininas (ensino, assistência social, atividades paramédicas). Apesar disso, sublinha o autor, as diplomadas encontraram sua principal oferta de trabalho nas profissões intermediárias de nível médio (quadros administrativos de nível médio, técnicos, membros do corpo médico e social, etc.), mas continuam vendo-se praticamente excluídas dos cargos de autoridade e de responsabilidade, sobretudo na economia, nas finanças e na política. Neste sentido, em tudo

iguais, as mulheres ocupam sempre as posições menos favorecidas. Em decorrência, elas são sempre menos bem remuneradas que os homens.

Insera-se aqui aquilo que é caro para os jovens, o dinheiro, pelo simples fato de que sempre foi escasso nas suas vidas, e que poderia, uma vez remunerados os seus esforços nas atividades produtivas e na economia doméstica, amenizar a condição vivida na agricultura familiar e possibilitar o acesso a bens de consumo, lazer, educação, tempo e...liberdade, necessidades sentidas mas pouco usufruídas. Cabe salientar, entretanto, que as representações indicam que este instrumento econômico, isoladamente, não é suficiente para segurar os impulsos juvenis, que se movimentam conflituosamente em direção a outros horizontes, ampliando-se de forma diferenciada as expectativas e os caminhos percorridos por moças e rapazes. Os dados coletados pela pesquisa da Enagri/CPPP (2001) são bastante elucidativos das representações e dos projetos elaborados pelos filhos(as) de agricultores. Segundo os pesquisadores, o dinheiro para utilização própria destina-se, na sua maior parte, a atividades de lazer e aquisição de bens de uso pessoal (71% dos rapazes e 64% das moças). Com relação a investimento em sua formação profissional – principalmente educação formal –, os depoimentos indicam que existe uma diferença significativa e importante no comportamento dos jovens. Enquanto apenas 5% dos rapazes disseram que “*buscam recursos próprios para aplicar no estudo*”, 20% das moças deram esta resposta. Ao serem indagados sobre “onde aplicariam primeiro os recursos disponíveis”, 49% dos rapazes disseram que o aplicariam primeiro na agricultura e 51% das moças disseram que o aplicariam no “estudo e na poupança”. Estes mesmos pesquisadores concluem que, em virtude do viés de gênero verificado na agricultura familiar, o investimento no ensino formal, particularmente para as moças, é visto como uma alternativa para sair da agricultura.

Contudo, esta clivagem de gênero no que diz respeito ao investimento educacional por parte dos jovens evidencia, também, uma visão diferenciada do que representa a educação na vida de rapazes e moças. Para as filhas de agricultores, além da independência familiar propiciada pela formação educacional seguida de emprego na cidade e, com isso, a possibilidade de usufruir de objetos e serviços de uso pessoal, os relatos sugerem que elas apresentam uma maior valorização do que possa representar a formação educacional nos seus planos futuros, orientados, para muitas delas, em direção à “mudança” da sua condição, com amplitudes que se estendem até outras dimensões do campo profissional e da vida, vindo no acesso aos estudos a possibilidade de questionar padrões, conceitos e comportamentos, sobretudo aqueles que restringem a sua liberdade no espaço rural.

No caso dos filhos de agricultores familiares, alguns depoimentos coletados sugerem que o acesso à educação permite a sua maior qualificação profissional para o exercício eficiente do gerenciamento das atividades produtivas, bem como o acesso à independência financeira que o maior nível educacional propicia e, assim, investir na agricultura ou na satisfação de suas necessidades de consumo. Para alguns que buscam ampliar seus planos para além da “profissão” de agricultor, o ensino superior passa a ser incluído entre seus objetivos. Para isso, o emprego e o salário regular constituem instrumentos que permitem a alavancagem e a conquista desses níveis educacionais. Já para parte expressiva daqueles que mudam da propriedade dos seus pais, escolhendo viver na cidade para receber um salário regular num emprego “urbano”, investindo aí os seus esforços e relegando (ou, pelas circunstâncias enfrentadas, sendo obrigado a relegar) a segundo plano a continuidade dos estudos, as representações construídas em torno do significado do conhecimento possuem dimensões bem mais modestas.

De acordo com Bourdieu (1984, p. 146-7), ainda hoje, uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem deixar a escola e entrar no trabalho muito cedo é o desejo de alcançar o mais rápido possível o estatuto de adulto e as capacidades econômicas que lhe são associadas. Assim, ter dinheiro é muito importante para se afirmar *vis-à-vis* aos companheiros, às moças, para poder sair com os amigos e com as namoradas, portanto, para ser reconhecido e se reconhecer como um “homem”. Cabe salientar, também, que as clivagens de gênero que afloram nas representações de rapazes e moças, quanto ao papel da educação nas suas vidas, são construídas socialmente e não se restringem ao imaginário, à vontade e aos atributos pessoais; também manifestam, além do lugar e do papel subjugado ocupado pela agricultura familiar na sociedade, as contradições e os conflitos vivenciados pelos diversos membros do grupo doméstico, que redefinem seus projetos a partir das implicações internas e externas ao espaço social em que vivem e trabalham.

Embora ainda aquém do ímpeto feminino, que se orienta para a ampliação de sua formação escolar, não se pode negligenciar a busca de alguns rapazes pela realização profissional e pelo respeito advindo por se ocupar um lugar “respeitado” na sociedade, na medida em que percebem o não-reconhecimento e a pouca valorização recebida por aqueles que vivem da agricultura. Todavia, a convicção e o orgulho, estampado na feição das moças, de quem vê sua profissão (e a auto-estima) ser projetada para além dos limites meramente produtivos, revela a importância de quem sempre “quis estudar, sempre quis ser professora, e quando eu fiz magistério, eu consegui aula no município, eu trabalhei por dois anos, eu admirava aquilo que eu fazia, achava o máximo, estava super-feliz fazendo aquilo. Aí eu

prestei vestibular, passei, e mais do que nunca eu tinha que continuar, não podia desistir... e não me arrependo disso” (moça, Linha Bonita).

Para algumas moças, qualificadas numa nova profissão e amparadas na possibilidade de vivenciar uma nova condição social no espaço rural, o trabalho nas comunidades do “interior” não deixa de ser uma possibilidade no seu campo de trabalho, ou seja: “como professora eu gostaria de trabalhar no interior, é muito melhor trabalhar com criança do interior do que da cidade, porque as crianças do interior são muito mais bem educadas do que da cidade. Elas respeitam o professor, para elas tudo que vem é novidade, já que elas não vêem muita coisa diferente. Já a criança da cidade ela é muito... não tem respeito pelo colega, pelo professor, você faz de tudo para conseguir, para que a criança goste da aula, mas nunca está bom pra ele. A criança do interior é diferente”.

Mas, ponderam os pesquisadores envolvidos com as expectativas juvenis no espaço rural, “estes conhecimentos, adquiridos até a adolescência, não significam que os jovens organizam seu futuro com os olhos necessariamente voltados para a propriedade paterna” (Epagri/CPPP, 2001). Se até o final dos anos 1960, a continuidade na profissão agrícola podia ainda revestir-se do caráter de uma obrigação moral, hoje, revelam esses pesquisadores, esta pressão deixou de existir. Obviamente, os focos analíticos dos filhos(as) de agricultores familiares visualizam e refletem as condições e as oportunidades existentes aqui e ali, na propriedade e na cidade. A interação e o diálogo propiciados por aqueles cujos caminhos se cruzam, particularmente nos finais de semana nas comunidades rurais, potencializam a redefinição e a elaboração de novos projetos de vida. Estes, para parte expressiva de jovens, vão além das fronteiras da propriedade e da comunidade, alcançando o horizonte da escola. Mais precisamente, “daí eu dizia que não, que eu queria continuar estudando e não ficar lá parada, eu via as minhas amigas lá estudando, já ouvia os papos delas diferente, mais assim espertas né, eu disse eu não vou ficar não, daí eu já comecei a sair nos bailes, festas, já percebia as conversas, e eu sentindo esta vontade, necessidade de voltar a estudar, disse não, vai ser para esse lado e eu vou voltar a estudar...” (moça, Linha Bonita).

Na sua pesquisa envolvendo jovens rurais do Rio Grande do Sul, Brumer (2000) ressalta que, com poucas exceções, a educação exerce no jovem um papel fundamental na perspectiva de permanecer ou não na agricultura. Segundo esta autora, contrariamente ao constatado por Guigou para a França, de um modo geral, se o jovem faz somente o mínimo de estudos necessários, são maiores as perspectivas de tornar-se agricultor, ao mesmo tempo em que diminuem as possibilidades de obter um emprego assalariado com um salário compensador. Neste sentido, a frequência à escola, principalmente em classes assistidas tanto

por filhos de agricultores como por jovens urbanos de classe média, pode acelerar sua visão comparativa entre as condições de vida no meio urbano e no meio rural, e levá-los a preferir a migração. Nagel (1986), estudando as implicações do trabalho dos Clubes 4 S entre os jovens rurais, em Santa Catarina, indica que os migrantes rurais-urbanos têm, geralmente, maior nível educacional do que as pessoas que permanecem em seu local de origem.

Cabe sublinhar as representações elaboradas por este mesmo autor, naquele contexto, por apresentarem algumas constatações que, posteriormente, são confirmadas em outros trabalhos de pesquisas sobre jovens rurais. Neste estudo sobre os aspectos pessoais que influenciaram o jovem a sair do meio rural, o autor conclui terem sido as aspirações educacionais e ocupacionais os aspectos que mais pesaram para que o jovem fizesse sua opção. Para o autor, até um certo ponto, estas expectativas explicam o ingresso dos jovens no clube 4-S, buscando melhorar seu nível educacional e ocupacional, pois esta “é a melhor alternativa que se apresenta no seu meio e ali possa despertar e surgir uma oportunidade que melhor se adapte à sua aspiração, pois as perspectivas que ele encontra no campo são mínimas, aliado ao baixo prestígio social que ao agricultor é conferido”. Visualizando a emergência do problema da juventude rural e a migração para as cidades, esse autor projeta a necessidade de ações concretas e imediatas nessa direção propondo que se “considere o jovem como produtor rural e não como produtor de amanhã”. No entanto, como confirmaram as pesquisas posteriores, constatou-se a recusa (e a saída das comunidades rurais) de grande parte dos filhos(as) de agricultores familiares de se tornarem “os produtores de amanhã”, tendo em vista as dificuldades vividas no âmbito da agricultura, da propriedade e da família, onde suas expectativas são deixadas “para depois”, seja pelos gerenciadores das políticas públicas, seja por aqueles que dirigem o grupo doméstico.

Nesta perspectiva, a formação escolar dos filhos que foram para as cidades é melhor que a dos que ficaram na atividade agropecuária. Só que, segundo os dados da Epagri/CPPP (2001), entre os que foram para as cidades, o nível educacional cresce conforme a renda familiar, o que não se observa entre os que permaneceram na agropecuária. Assim, a expectativa de retorno econômico da educação é relevante quando se trata da migração para as cidades. Por outro lado, a debilidade educacional dos que ficam é apontada como um dos fatores que dificultam um exercício mais qualificado das atividades produtivas no espaço rural. Este fato não deixa de ser reforçado, também, pelas próprias representações dos rapazes, como se constata, por exemplo, no âmbito da pesquisa realizada por essa mesma instituição. Levando em consideração o grau de instrução, 72% dos jovens entrevistados julgaram ter melhores oportunidades “no meio rural, na agricultura”. Para quem não deseja orientar os seus

olhos e o seu futuro para uma propriedade agrícola, desviando-os para a realização de planos na cidade, há a necessidade de elaborar estratégias que possibilitem ultrapassar as dificuldades que se avolumam nesta direção. São vários os relatos que ilustram as interações existentes entre trabalho e estudo na vida dos filhos(as) de agricultores familiares, que se deslocam para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Neste processo, as trajetórias se diferenciam entre os gêneros, bem como segundo a situação econômica antecedente à partida, priorizando-se uma ou outra dimensão que integra a vida cotidiana de moças e rapazes, direcionando-se de forma diferenciada os esforços pessoais (e sociais) seja para o mundo do emprego, seja para o âmbito da faculdade.

As moças explicam como essas dimensões se entrelaçam em seu caminho: “eu vim pra estudar porque o segundo grau era à noite, e daí eu fiquei 20 dias procurando serviço e não encontrava, não podia ficar pagando pensão e sem trabalhar. E meus pais não iam ficar mandando dinheiro de lá, a situação do interior é meio difícil. Aí eu já tava desistindo da idéia, desistindo do colégio, foi que uma mulher me procurou para trabalhar com ela de babá, de empregada doméstica. Aí eu aceitei, e continuei trabalhando e estudando”. Ou mesmo, “daí agora teve a oportunidade de trabalhar para cá, e daí comecei a estudar, foi a minha oportunidade de estudar, com esse emprego. Senão, acho que era meio difícil. Senão, eu tava lá com o pai e a mãe, ainda”.

Assim, o trabalho é utilizado como recurso para se ganhar dinheiro e, assim, poder avançar alguns degraus nos estudos e, de preferência, frequentar uma faculdade. Quanto a estes, “mas que não são muitos do interior, que vêm no caso prá cidade prá fazer faculdade, eu acho que a maioria até vem para trabalhar, e depois que fazem uma faculdade. Tem a questão de mesmo fazendo o segundo grau, ele não vem por causa do estudo. Ele vem para trabalhar. Porque se fosse pro estudo, tem ônibus que passa lá e poderia tranquilamente fazer lá. Aí trabalha, e aí depois acaba o segundo grau, e se tá trabalhando aqui faz uma faculdade. Eu acho que isso acontece” (moça, Linha Pinheiro Baixo).

Trabalhar na cidade para ter independência financeira e com isso poder estudar, e até fazer uma faculdade, é o desejo de diversas moças e rapazes que decidem mudar-se para a cidade. Estudar para ser alguém, para ser reconhecido, para mudar de vida, mesmo que isto represente começar enfrentando enormes dificuldades para adaptação às normas e padrões estabelecidos na indústria, no comércio ou, particularmente para as moças e para grande parte delas, os afazeres e a rotina do emprego como domésticas nas casas das famílias da cidade.

Considerações Finais

Com a crise do modelo urbano-industrial de desenvolvimento, a sociedade brasileira passa a construir um novo olhar sobre o espaço rural, pois cada vez mais as pessoas das cidades percebem sua oportunidade de resolver questões estruturais que abalam segmento expressivo da população de nosso país. Se, antes, ele era visto como “atrasado” ou fonte de problemas sociais, como o êxodo e a miséria, agora é representado como portador de soluções aos aspectos de desemprego, melhoria na qualidade de vida, a partir de contatos mais diretos e intensos com a natureza e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, consideradas como predominantes entre os habitantes do campo.

O rural não é uma ficção ou mistificação: é produto necessário de um modo de construir a realidade social. Mas de onde vêm essas várias construções? De acordo com o enfoque aqui adotado, existem no momento atual várias elaborações do rural que disputam a hegemonia das representações, das idéias e das proposições de políticas e pesquisas direcionados a este espaço da sociedade. Estas construções não são gratuitas, nem isentas de valores e interesses; são forças sociais em conflito, que disputam e condicionam suas diferentes versões; são o resultado de um jogo de forças que expressa visões diversas do que pode vir a ser o rural e dos usos possíveis atribuídos aos seus recursos. Em síntese, um campo de disputas entre distintos atores sociais que buscam controlar os espaços decisórios das instituições e da vida social local. Assim, questiono as abordagens que vêem um *continuum* ou mesmo pólos homogêneos nos espaços sociais identificados ou definidos como “rural” ou “urbano”. No caso dos jovens, eles fazem escolhas vivenciando conflitos pessoais e estruturais. Encontram o diverso e as restrições nas diferentes realidades em que transitam, em que apostam seus projetos visando “mudar” a condição de vida. Por sinal, jogam com uma certa tranqüilidade nos diversos campos de forças sociais que integram a localidade pesquisada.

As representações do rural não são relações sociais livres, mas negociadas pelos atores através de redes, atores que detêm posições de poder, aptos a utilizar diferentes recursos - material, cultural, simbólico, entre outros - para impor seus interesses. Vendo o local, o espaço rural e a agricultura familiar como uma “arena” de representações diversas, muitas vezes com valores divergentes, percebi que o produto das relações estabelecidas entre os grupos sociais é uma resultante, não um consenso, do processo que define os interesses em jogo, afirmando algumas representações em detrimento de outras. Foram justamente as

representações e expectativas daqueles que, normalmente, são deixados de lado que busquei explicitar. À luz da noção de rural como um encontro de construções sociais em conflito, comprova-se mais uma hipótese deste estudo, tornando-se possível desvendar a visão dos “esquecidos” no espaço rural, os “outros” na agricultura familiar, particularmente jovens e mulheres.

Por ser um conceito que se recusa a deixar de ser um instrumento analítico privilegiado para pensar as mudanças nos diferentes espaços sociais, e sobretudo as redefinições em curso na agricultura familiar, por ser um termo que se nega a desaparecer enquanto outros emergem e se dissolvem na neblina do modismo ou da mistificação, pode-se inferir que o rural ainda tem pertinência para integrar o processo de elaboração de pesquisas e políticas direcionadas às iniciativas de desenvolvimento das mais diversas localidades de nosso país. Sua relevância se confirma também na realização deste trabalho, em que a concepção teórica de rural utilizada foi de grande importância para compreender e explicitar as representações dos grupos sociais tradicionalmente excluídos na sociedade rural, como as mulheres e os jovens. No entanto, é preciso redefinir este conceito segundo novos parâmetros, que se renovam com as ações sociais e com os resultados dos estudos de caso.

a) Proposição de novos conceitos para pensar o rural

Tendo em vista a natureza e a significância das mudanças em curso, mas levando também em conta que as discussões sobre o rural têm sido historicamente marginalizadas nas ciências sociais, novos conceitos são elaborados e propostos para pensar as redefinições em curso neste espaço. Após resgatar e abordar os principais conceitos que circulam no pensamento social rural contemporâneo (entre os quais novo rural, continuum rural, pluriatividade e capital social), verifiquei que eles representam um avanço em relação a antigas posturas que viam o fim do rural, ou enfatizavam apenas o sentido migratório rural-urbano, ou viam as populações rurais como retardatárias do desenvolvimento.

No entanto, as tentativas de incorporar conceitos sem problematizar as especificidades e as condições históricas e políticas das diferentes realidades e regiões podem desconsiderar os conflitos e a heterogeneidade que caracterizam os grupos sociais rurais. Neste processo, padrões culturais e problemas estruturais que perpassam o cotidiano dos grupos sociais que enfrentam processos de exclusão social, externa e interna, embora constantemente ressaltados nos seus depoimentos, não são suficientemente enfatizados nas proposições que visam à geração de novas alternativas de emprego e renda no espaço rural. O caso pesquisado e a região circunscrita ao estudo são típicos desse desacordo conceitual.

As atividades não-agrícolas no meio rural não fazem parte da experiência cotidiana dos jovens que vivem no interior dos estabelecimentos agropecuários do oeste catarinense. Contrariando as teorias que afirmam a pluriatividade como característica marcante do “novo” mundo rural, as informações coletadas no presente estudo e os resultados de pesquisas realizadas na região indicam a insignificância das rendas não-agrícolas entre as famílias de agricultores, demonstrando, por um lado, a importância do rendimento dos produtos do campo para a sobrevivência do grupo doméstico e, por outro, a relevância e a permanência, embora diversas teorias projetem o contrário, da agricultura e dos agricultores como fonte de dinamismo da economia e da vida social nas diversas localidades da região.

b) As representações dos “outros” no espaço rural

Importa sublinhar uma constatação importante das consequências oriundas da presença do mercado nas localidades em que são fortes as representações atribuídas ao rural e onde há uma presença expressiva de agricultores familiares, como é o caso da cidade pesquisada. A evolução do “contrato” entre as empresas agroindustriais e os agricultores tende a colocar em primeiro plano a dimensão econômica, deslocando-a do conjunto de relações sociais que conformam as comunidades rurais, resultando no questionamento de importantes instituições, saberes e práticas que fundamentam o ambiente cultural dessas populações.

Ao destacar o declínio das comunidades locais como resultado direto da ruptura das instituições sociais e culturais dessas populações, Polany (1980) afirma que estas organizações são dilaceradas pelo próprio fato de que uma economia de mercado é infligida a uma comunidade organizada de modo inteiramente diverso. Neste processo de embate entre diferentes concepções de rural, apesar de uma certa afinidade de interesses entre os diferentes agentes do processo de integração, sobretudo quando alguns agricultores e interlocutores empresariais afirmam progressos materiais e econômicos nas propriedades agrícolas, percebem-se a elaboração de resistências e a busca de afirmação de uma lógica singular de organização do trabalho, da família, do tempo e da vida pessoal e comunitária. Isto se expressa particularmente no movimento e nas representações formuladas pelos jovens a respeito destas questões.

As pesquisas realizadas recentemente na área das ciências humanas no espaço rural indicam que as relações de sociabilidade, interconhecimento, confiança e cooperação gerados pelos grupos sociais podem se constituir num fator essencial para o sucesso das iniciativas e experiências de desenvolvimento. Pessoas, instituições, a sociedade e o Estado

podem realizar uma intervenção efetiva nos mecanismos que provocam o esvaziamento demográfico, econômico, cultural e político das regiões de predomínio da agricultura familiar e que ocasionam, também, a degradação dos ecossistemas ainda remanescentes nas pequenas localidades. Em algumas áreas, sobretudo na Europa, a preocupação com o esvaziamento de algumas localidades rurais tem motivado a realização de esforços visando à dinamização da sua vida social e econômica, sobretudo fomentando a instalação de novos empreendimentos dirigidos por jovens. No Brasil, ainda que alguns esforços estejam sendo feitos nesta direção, caberia uma ação mais incisiva do poder público nesta área.

Os resultados desta pesquisa, assim como diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo, na agricultura, demonstram que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. No entanto, alguns depoimentos mostram que alguns padrões culturais são questionados por membros do grupo doméstico. As representações que atribuem a hegemonia dos homens e a submissão da mulher nos diferentes espaços sociais começam a ser questionadas pelas filhas de agricultores, seja repensando o casamento e seus valores, seja formulando estratégias vinculadas ao estudo e à migração para a cidade.

c) O sentido do movimento migratório de jovens

Os questionamentos, as expectativas e as reivindicações que emergem das representações dos jovens colidem com problemas estruturais da sociedade rural. Colocam em evidência, também, uma forma diferente de pensar e organizar a vida social, nem sempre percebida por quem a vê de fora, por quem argumenta que sua dinamização resultará exclusivamente das políticas de geração de renda no espaço rural, desconsiderando os problemas de fundo que afetam a renda dos agricultores familiares. Isso num contexto em que se acentua a descapitalização das famílias, aprofundando o processo histórico de apropriação do valor gerado pela pequena exploração por outros segmentos sociais, particularmente as agroindústrias e o sistema financeiro.

Em relação ao problema estrutural do acesso à terra, que os jovens colocam em relevo, importa destacar um ponto que, por sua importância e atualidade, não poderia deixar de ser explicitado. Diferentemente das sociedades modernas avançadas da Europa ou da América do Norte, ou mesmo de algumas sociedades latino-americanas, que fizeram as suas reformas agrárias e realizaram modificações na política de distribuição de terras,

desconcentrando a sua posse, na nossa sociedade, a reforma agrária, não resolvida, é um assunto que vai e vem na história da política brasileira; ainda predomina uma estrutura fundiária concentrada, em que o poder está nas mãos dos grandes fazendeiros. Isto talvez explique o peso e a prioridade políticas atribuídas à produção familiar naqueles países, e a luta histórica dos camponeses e dos agricultores familiares pelo acesso à terra nas diversas regiões do Brasil.

O descontentamento dos filhos(as) de agricultores familiares aparece nas representações elaboradas a respeito do processo sucessório na família, aflorando nos conflitos de gênero e geração presentes nessa questão. A recusa da condição de agricultor(a) se expressa no movimento dos jovens em direção à sede dos municípios da região, em busca de oportunidades de trabalho ou mesmo de acesso a níveis superiores de educação. A não-resolução dessas questões e o débil reconhecimento delas pelas entidades representativas e organizações sociais locais provocam o desestímulo dos jovens e acirram o movimento migratório.

Alguns fatores são ressaltados pelos próprios jovens para explicar o movimento migratório em direção à cidade. Entre eles, cabe destacar a falta de oportunidades para o exercício de atividades produtivas e/ou profissionais, no espaço rural, que propiciem independência econômica, gerencial e tutelar da família e, sobretudo, do pai. Expressam, também, que o esforço dispendido nos processos de trabalhos não são reconhecidos e valorizados como um trabalho passível de ser remunerado, como outro qualquer. Neste aspecto interferem alguns padrões culturais que atribuem ao homem, em prejuízo das mulheres e dos jovens, o papel de controlar e gerir o processo decisório das atividades mais rentáveis financeiramente. Em relação às mulheres, especificamente, elas são as mais prejudicadas pelo fato de serem excluídas também da herança da terra. Estes aspectos, reunidos, participam da produção dos "outros", dos esquecidos no mundo rural.

As filhas de agricultores familiares são mais predispostas a sair das comunidades porque elas se sentem mais prejudicadas no espaço rural. Elas expressam este descontentamento com a sua condição quando se referem à sobrecarga de trabalho exigida pelo sistema de produção integrado de aves e suínos, ou mesmo pela bovinocultura de leite, destinando-se às mulheres o cuidado e o trato cotidiano dos animais, restringindo-se o seu tempo livre e a liberdade de utilizá-lo prazerosamente aos finais de semana. Já os homens possuem mais flexibilidade para se ausentar das atividades produtivas intensivas e usufruir das oportunidades de lazer existentes na comunidade rural. Este fator, além de outros, explica a maior propensão das moças que os rapazes para sair da propriedade dos seus pais, para

procurar por um trabalho e um salário regular na cidade, para continuar os estudos, enfim, para “mudar” de vida.

O fato de trabalhar fora, ter todo final de mês o seu dinheiro, a liberdade e a independência financeira que ele gera, para comprar a sua roupa, ou utensílios de uso pessoal, sem ter que ficar pedindo para o pai dinheiro para a entrada no baile, embora possam parecer coisas simples para quem as vê de fora, revestem-se de grande importância no processo decisório que define as opções de ir ou ficar. Além disso, como testemunham os próprios depoimentos, elas vão para a cidade porque querem algo diferente, para não ter que ficar, casar e viver da maneira como a mãe dela viveu, sem conhecer ou ter uma experiência diferente de vida. Assim, sabendo que serão excluídas na partilha do patrimônio familiar ou que dificilmente encontrarão um emprego estável no meio rural, ou mesmo rejeitando uma situação semelhante à de suas mães, as moças investem mais do que os rapazes em sua educação, uma estratégia de quem visualiza o seu futuro no mundo competitivo do trabalho na cidade. Já entre os rapazes, de maneira geral, saem mais aqueles cujos pais têm menos condições econômicas no “interior”. Muitos deles até ajudam os pais em casa com o dinheiro recebido na cidade.

Estudos especializados sugerem que na agricultura familiar se migra em bloco. Para isso, elaboram-se estratégias para a saída, envolvendo parentes ou conhecidos na cidade; geralmente os que saem já têm alguma coisa “encaminhada”. As moças começam trabalhando de empregada doméstica, posteriormente, estando na cidade e participando de redes de sociabilidade organizadas entre os próprios jovens que saem das comunidades rurais, esperam por oportunidades e apoios com vistas a conseguir um outro emprego. Como se refere uma moça, “a gente foi criada mais para viver na colônia; para fora a gente foi aprendendo, a gente mesmo”.

Alguns mecanismos são utilizados pelos jovens para realizar seus projetos de vida, sendo o trabalho o instrumento para a liberdade financeira; este, por sua vez, possibilita a continuidade dos estudos e a “mudança” de vida. Este processo não está desvinculado daquilo que se passa na família, pois é justamente neste campo que muitas estratégias são elaboradas e cartas são jogadas entre os diferentes integrantes do grupo doméstico. Mesmo com todas as dificuldades estruturais, ela representa o amparo e a certeza de não se ficar completamente no abandono, quando os jovens enfrentam as restrições e os mecanismos seletivos e competitivos do mercado de trabalho, da escola, entre outros.

Os filhos(as) de agricultores familiares que migraram para a sede das cidades de Ouro e Capinzal vivenciam experiências diferenciadas e apresentam também representações e

expectativas diversas no que diz respeito ao trabalho, à educação, ao casamento, à família e, particularmente, aos projetos de vida futuros. De maneira geral, os jovens começam a tomar contato com a cidade quando ingressam na quinta série do primeiro grau, pois, na maior parte, as escolas do interior vão apenas até a quarta série, obrigando os jovens que pretendem continuar estudando a procurar as escolas da cidade.

Os jovens relatam as trajetórias percorridas neste processo, onde se constata que, em decorrência do aumento das trocas simbólicas e culturais com as pessoas e as coisas que se encontram na cidade, a decisão de sair da propriedade dos pais – para “mudar de vida” – não é meramente o resultado de forças externas que impulsionam a atitude das famílias e dos jovens, nem exclusivamente é decorrente de uma ação isolada de indivíduos que num certo dia resolvem migrar. É a síntese de inúmeras e pequenas iniciativas, de descobertas, de vontades e trocas cotidianas entre diferentes espaços sociais, o interior e a cidade, que apresentam continuidades e descontinuidades nos diversos aspectos da vida dos jovens, que os levam a buscar a construção de uma identidade social - redefinida, conflituosa e ampliada. Representa a possibilidade de um filho(a) de agricultor familiar viver com mais plenitude a qualidade de “ser” jovem. Comprova-se, assim, a hipótese de que a saída significa, também, uma das estratégias, senão a principal, para buscar a solução dos problemas vividos pelos diversos integrantes da família, sendo vista, neste sentido, como uma solução e não como um problema.

A partir do momento em que existem as avaliações com a saída e a interação com os jovens que vão e vêm, os jovens desmistificam “a cidade”, indicando que já conhecem o que ela significa em termos de dificuldades para ocupar um lugar digno nesse espaço social. Os depoimentos indicam que seria mais difícil as moças voltarem, exceto quando valorizadas com uma profissão alcançada na cidade, de professora ou outras. Já muitos rapazes, por não estarem se “acostumando com a cidade” indicam a possibilidade de retornar; no entanto, afirmam que isso se daria numa outra condição, voltariam para trabalhar com independência gerencial e financeira em relação aos pais, com autonomia para decidir seus empreendimentos, um “negócio independente”, desde que amparados com recursos de terra, maquinários, formação profissional e, particularmente, com menos esforço nos processos produtivos.

Chama a atenção que a maior parte dos rapazes oriundos de famílias vistas como “descapitalizadas” considera que suas melhores chances estão na agricultura e não na cidade. Em suma, os resultados deste estudo e de pesquisas sociais realizadas na região sugerem um processo em curso de questionamento, feito por uma parcela importante de jovens, das

vantagens efetivas de migrar para a cidade, tendo em vista seu despreparo profissional e educacional para enfrentar a competição por espaço na cidade. Este fato talvez explique a vontade manifesta por estes rapazes de continuar exercendo suas atividades na agricultura familiar. Por outro lado, esta representação não é compartilhada pelas moças, que projetam o seu horizonte profissional e pessoal para além das porteiras de uma propriedade agrícola.

Com a experiência dos jovens migrantes e com a interação de informações sobre o que representa hoje a cidade, complexifica-se muito o sentido da migração. No passado, migrar representava exclusão e trazia ressentimentos; posteriormente, passou a significar melhores condições de vida que na colônia, esperança de colocação para os filhos(as). Hoje, alguns jovens que “experimentaram” as aventuras e as amarguras do movimento migratório redefinem e (re)constróem conceitos e representações que povoam, conflituosamente, sua matriz cultural, passando a valorizar a sociabilidade das comunidades rurais. Alguns até retornariam se as condições fossem diferentes. Assim cabe enfatizar a constatação, neste trabalho, de que o processo migratório de jovens não é decorrente simplesmente de motivações econômicas, envolvendo outras dimensões da vida social e cultural deste grupo social e demandando novos enfoques, procedimentos e conceitos para pensar as mudanças em curso no espaço rural.

d) O mundo rural na perspectiva dos jovens

Ao perceberem que a presença do mercado e do processo de integração agroindustrial no ambiente cultural rural tende a questionar as instituições que dinamizam a vida social nas comunidades rurais, e restringir as oportunidades para a realização de projetos de vida nesse espaço, os jovens elaboram estratégias de resistência, expressas no movimento em direção à cidade visando realizar as suas expectativas e necessidades não resolvidas e sempre proteladas e, de forma complementar, retornando aos finais de semana para o “interior”, em busca da sociabilidade “esquecida” ou “perdida”. Ao transitarem entre diferentes realidades, eles redefinem a noção de rural, fazendo-o adquirir conotações e significados muitas vezes incompatíveis com os conceitos e procedimentos das instituições oficiais, acostumadas a localizar espacialmente as pessoas e a classificá-las a partir de indicadores estatísticos, quantitativos e econômicos.

Numa cidade como Ouro, onde “todo mundo se conhece”, em que os valores atribuídos ao rural são fortes na população residente na sede do município, onde se concentram as oportunidades de emprego fora da agricultura e os serviços públicos, as instituições de saúde, as escolas para continuar os estudos, as agências financeiras, entre

outros indicadores associados à modernidade, é perceptível um sentido interativo e complementar do movimento dos jovens nesta localidade, que não recuam em busca da sua valorização social, mesmo que isto gere problemas a quem busca interpretar ou elaborar conceitos a partir desta realidade. Comprova-se, neste estudo, a hipótese de que, para os jovens, o mundo rural se amplia até a sede das pequenas cidades, para permitir a realização de estratégias que visem “mudar a vida”, incorporando cidadania e conquistas próprias da modernidade.

Diferentes espaços sociais e manifestações culturais que conformam essa localidade são compartilhados pelos jovens que vivem na cidade e por aqueles que residem nas comunidades rurais, onde “todo mundo se encontra”. Para isso as festas, os bailes, os jogos de futebol e os cultos realizados no “interior” propiciam as oportunidades para a troca de experiências, para o contato entre amigos e parentes e para o encontro de namorados, uma espécie de “mercado matrimonial”. Como afirmam os próprios jovens, na cidade de Capinzal e Ouro, no final de semana, você não vê ninguém na rua, todo mundo procura os conhecidos no “interior”, como se fosse “um costume”. Algumas filhas de agricultores casadas e vivendo na cidade dizem que, quando não vão visitar sua mãe ou uma amiga, vão acompanhar o marido que joga futebol nas comunidades, pois, do contrário, ficariam em casa sem ter muito o que fazer. Enfim, afirmam que seu final de semana na cidade não é mais prazeroso que no interior.

As representações em torno do trabalho, do lazer e da vida social na cidade, elaboradas pelos filhos(as) de agricultores familiares que vivem e trabalham nesse espaço social, são particularmente importantes para se interpretar as expectativas e os projetos formulados, bem como para explicitar as avaliações e redefinições resultantes das experiências vivenciadas. Os rapazes que são funcionários das empresas agroindustriais, especificamente, contrapõem a concepção de trabalho atribuída ao ambiente urbano - no caso, o sistema agroindustrial de abate e beneficiamento de aves e suínos produzidos no sistema de integração - caracterizado pelo cumprimento de horários, normas, tarefas e rotinas que integram a divisão social do trabalho industrial, com a lógica de organização do trabalho na agricultura. Para eles, embora as atividades agropecuárias também exijam responsabilidade e dispêndio de esforço físico em condições climáticas muitas vezes desfavoráveis, apresentam maior liberdade e flexibilidade que o trabalho na indústria.

Por outro lado, valorizam o final de semana e o retorno às comunidades rurais, onde podem ser donos do tempo, do corpo e das relações que estabelecem com a natureza, a família, os amigos. Feitas as ressalvas quanto à idealização por parte dos migrantes das

virtudes étnicas e do lado “bom” do “interior”, visualiza-se uma representação da “colônia” que compõe a sua matriz cultural e que se torna uma referência cotidiana na interação da juventude com o modo de vida atribuído ao urbano.

Os jovens que vivem na cidade afirmam que se sentem muito sós. Embora digam que estão numa situação financeira melhor, dizem, por outro lado, que perdem na vida afetiva, na vida pessoal e na sociabilidade, pois estão longe do que “tinham e que você não valorizava, mas que aí você passa a valorizar”. A maioria dos jovens entrevistados expressa este sentimento, esta espécie de vazio cultural vivido na cidade, em contraste com a vida social organizada da comunidade. Assim, comprova-se a hipótese levantada neste estudo de que o fato de os jovens migrantes buscarem mudanças que questionam valores nucleares da agricultura familiar redefine mas não anula o papel do ambiente cultural rural no processo de socialização e no comportamento futuro desta juventude.

Ainda que a diferenciação social esteja presente internamente nos segmentos da sociedade reconhecidos como rurais ou urbanos, os filhos (as) de agricultores familiares, ao se compararem com os “cidadinos”, enfatizam na suas representações aquilo em que são diferentes das pessoas da cidade, nos costumes, na maneira de vestir, de falar, na postura do corpo, entre outros componentes de sua matriz valorativa, não-homogênea e muito menos harmônica, que é a base da elaboração de diferentes identidades - de agricultor familiar, de jovem, de mulher, de homem. Contudo, eles possuem um “jogo de cintura” suficiente para transitar nos diferentes “salões” onde se realiza essa “dança de identidades”. Acostumados a enfrentar o imprevisto numa forma social diversa, acabam lidando bem com as complexidades.

É a partir deste processo que adquirem importância as representações que passam a ser formuladas pelos jovens, através das quais expressam visões conflitantes do que significa a infância, o trabalho, a família, o casamento e a cidade. As moças buscam, em primeiro lugar, estudar, ter uma formação e realização profissional; projetam para mais tarde o casamento e a constituição de uma família. Algumas jovens que buscam a sua realização pessoal numa profissão na cidade, reconhecida por elas mesmo com uma “vocação”, como, por exemplo, a habilitação como professora, como profissional liberal, entre outras, afirmam que se fosse mantida esta conquista e os direitos reservados a quem a exerce, elas até retornariam para trabalhar nas comunidades rurais.

A conquista de alguns direitos sociais por parte das mulheres, decorrentes da luta exercida pelo movimento de mulheres na sociedade contemporânea, que se expande e adquire especificidade no espaço rural, a partir da organização dos movimentos de mulheres

agricultoras, aliada às dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias rurais, entre outros, acaba redefinindo padrões e noções do que deva vir a ser uma família. Se, antigamente, a norma a ser seguida era a constituição de famílias numerosas, recentemente, elaboram-se novos conceitos, um deles a limitação do número de filhos por família.

O questionamento dos padrões matrimoniais na agricultura familiar introduz novas representações, conceitos e expectativas no horizonte dos jovens, colocando para muitos deles, em primeiro plano, a vontade (e, para muitos, a necessidade) de realizar projetos de vida na cidade e o desejo de experimentar diferentes possibilidades nos relacionamentos afetivos, ficando para depois a concretização de outras dimensões que integram a sua vida pessoal, particularmente o casamento e a família.

A visualização, na França, de um número muito maior de mulheres do que de homens deixando as comunidades, seja para trabalhar na cidade, seja em virtude de casamento, bem como a constatação do celibato entre os herdeiros, passaram a chamar a atenção, naquele contexto, de autores como Bourdieu (1962), entre outros analistas do campesinato francês. Lá como aqui, o próprio celibato passa a ser visto, sobretudo pelos próprios jovens, como um destino absurdo e inútil. Por outro lado, pesquisas realizadas nos espaços rurais vêm mostrando que o casamento com um agricultor passa a ser desvalorizado pelas mulheres, em consequência da existência de visões de mundo diversas entre moças e rapazes.

No âmbito da (re)construção conceitual das instituições do casamento e da família na agricultura familiar, percebe-se, a partir das representações e iniciativas dos jovens, que as suas situações são de contradição, pois se deparam com valores conflitivos no horizonte das escolhas, pressionados por uma condição social caracterizada pela complexidade dos problemas enfrentados. Neste contexto, as escolhas dos modelos de família e casamento nem sempre são compartilhadas pelos parceiros, particularmente aqueles que passam a exigir “algo mais” nos relacionamentos afetivos ou nas suas vidas. Este fato torna-se um agravante para os filhos de agricultores familiares; embora suas implicações alcancem principalmente aqueles que não visualizam um futuro promissor no âmbito de uma propriedade agrícola, não deixa de abalar, também, o mercado matrimonial dos jovens capitalizados. Assim, se o casamento, tradicionalmente, assumia um papel fundamental na reprodução social do patrimônio familiar e na organização do processo de trabalho, buscar reproduzi-lo com modelos e padrões típicos de família, de pai, passa a ser questionável para parcela significativa de moças descontentes com o papel e o lugar a elas atribuído neste processo.

As pesquisas realizadas no espaço rural indicam, em comparação com as gerações precedentes, uma maior quantidade de filhos(as) de agricultores familiares freqüentando as escolas nas cidades. Cabe salientar, entretanto, que os conflitos envolvidos pela decisão de priorizar os estudos, muitas vezes em detrimento do trabalho requerido na propriedade, ainda hoje existem nas representações e atitudes do grupo doméstico. Estudos que abordam a importância da educação nas áreas rurais mostram que a educação vem sendo considerada pelas populações rurais da América Latina como um veículo de mobilidade social ascendente, e é o resultado de grandes esforços realizados por toda a família, tanto para conseguir os recursos econômicos, como pelo fato que os jovens, particularmente as moças, devem ausentar-se de suas comunidades e residir na cidade.

e) Inclusão social da juventude rural

De maneira geral, participando apenas de forma consultiva nos projetos e programas de desenvolvimento rural ou referendando decisões tomadas pelos dirigentes das entidades e organizações representativas e associativas a que estão vinculados, os agricultores familiares e, particularmente, os segmentos tradicionalmente “excluídos” no espaço rural (mulheres e jovens) vêem suas expectativas, visões de mundo e interesses relegados a segundo plano, pois, como eles mesmos ressaltam nas entrevistas, o que predomina são as idéias e os interesses dos segmentos hegemônicos na sociedade rural. As entidades representativas, os movimentos sociais e sindicais, ou mesmo a ação de determinadas ONGs e de alguns partidos políticos, vêm buscando ampliar esse espaço de participação e a inclusão social das novas reivindicações; no entanto, ainda persiste uma visão homogênea e harmônica do que representam a agricultura familiar e a juventude rural, gerando um impasse e uma lacuna na representação política dessa população.

Na tentativa de interpretar o sentido do movimento migratório de jovens e propor conceitos e políticas para o espaço rural, algumas abordagens que intervêm nessa questão elaboram idéias equivocadas da natureza essencialmente econômica dos interesses desses grupos sociais, sobretudo dos “esquecidos”. Como lembra Polany (1980), embora a sociedade humana seja naturalmente condicionada por fatores econômicos, as motivações dos indivíduos só excepcionalmente são determinadas pelas necessidades de desejo-satisfação material. O movimento migratório de jovens se generaliza, nestes últimos anos, e se manifesta como uma reação à degradação das condições de vida na sociedade rural pesquisada. Se a economia de mercado foi e continua sendo uma ameaça para o componente humano e natural do tecido social rural, o que mais se poderia esperar senão que uma ampla gama de

agricultores familiares e jovens se movimentem para serem ouvidos e reconhecidos e para ver as suas expectativas e anseios por cidadania serem incluídos na sociedade?

As oportunidades destes jovens rurais que se mobilizam em diferentes espaços sociais, e a valorização pela sociedade das suas reivindicações dependerão de sua habilidade em ganhar apoio fora de sua própria coletividade, e isso também dependerá da possibilidade de executarem as tarefas estabelecidas por interesses mais amplos do que o seu próprio. Neste sentido, nem os seus objetivos, nem o grau em que eles os atingem, nem as suas cooperações ou os seus antagonismos podem ser compreendidos fora da situação da sociedade que os circunda. Os benefícios que podem propiciar à sociedade a resolução dos problemas da juventude rural são inumeráveis e bastante difundidos (embora pouco resolvidos), consistindo sobretudo na possibilidade de serem os principais protagonistas no processo de reversão da erosão social e cultural em curso nas pequenas localidades, na dinamização e ampliação das oportunidades de emprego, educação e lazer, nas iniciativas de desenvolvimento que visam à melhoria das condições de vida nos espaços ditos “urbanos”, na conquista de uma igualdade de direitos entre os gêneros. Os jovens podem se tornar, também, grandes aliados para a viabilização da sustentabilidade ambiental dos empreendimentos econômicos promovidos nas experiências de desenvolvimento local, particularmente para o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos, além de outras possibilidades existentes nos espaços rurais. Essas e outras vantagens resultantes da capacidade dos jovens rurais em realizar grandes aspirações da sociedade justificam e demandam o apoio social, econômico e político das políticas e estratégias que visem à sua inclusão social.

No que se refere às desigualdades e hierarquias sociais na agricultura familiar, somente uma ação política nos mais diferentes espaços sociais, públicos ou privados, que leve em conta todos os mecanismos de dominação (simbólicos, estruturais, econômicos, individuais, etc.) poderá interferir nos padrões culturais que reproduzem os vieses de gênero e geração existentes nos grupos sociais rurais, fazendo aflorar as representações e as identidades daqueles que, tradicionalmente, não têm vez nem voz para expressar suas expectativas e reivindicações.

Os resultados da pesquisa indicam a necessidade de se ampliar os direitos de cidadania no espaço rural, priorizando principalmente os grupos sociais mais prejudicados na agricultura familiar, os jovens e as mulheres. Ainda que os avanços constitucionais tenham garantido conquistas sociais importantes, percebe-se que os jovens, e as moças em particular, reivindicam a extensão dos benefícios trabalhistas “urbanos” à população rural, particularmente, o usufruto de férias, o descanso semanal, um salário que remunere o trabalho

de jovens e mulheres na produção, bem como a valorização da profissão agrícola e dos produtos gerados nos processos de trabalho, acesso à assistência técnica, emprego, educação, saúde, entre outros.

Todos estes aspectos poderiam ser incorporados num estatuto da agricultura familiar, que regulamentasse as reivindicações e os direitos dos diversos integrantes da agricultura familiar, legitimando - legalmente - as aspirações dos segmentos tradicionalmente prejudicados pelos padrões culturais vigentes nessa forma social. Para isso, o apoio das organizações representativas e associativas, das instituições do Estado e da sociedade civil, são fundamentais para concentrar os esforços com vistas à implantação deste estatuto.

Poder-se-ia pensar, também, num direito agrário como um ramo mais autônomo, porque as decisões jurídicas são em grande parte baseadas no código civil, tendo um caráter civilista e individualista, dificultando a interpretação e o tratamento das questões e problemas emergentes na agricultura familiar e no espaço rural, que apresentam importantes especificidades sociais e culturais.

Esta pesquisa e os estudos realizados na região indicam a vontade de parcela importante dos jovens rurais de não se afastar de sua região, realizando seus projetos de vida nas comunidades rurais ou na sede das pequenas cidades, continuando a profissão de agricultor ou formando-se em outras profissões. Neste sentido, torna-se essencial a implementação de políticas e projetos que facilitem a instalação, a formação profissional e a reprodução social dos jovens rurais nas pequenas localidades. A precária situação educacional no espaço rural e a importância que adquire o estudo para os jovens, e para as moças em particular, justificam todos os esforços que venham a ser realizados nesta direção. Estas iniciativas serão mais promissoras se não visarem apenas à capacitação dos jovens para um exercício mais efetivo dos processos produtivos, mas ampliem seus conteúdos e práticas para a busca da cidadania.

Os depoimentos mostram a valorização, pelos filhos(as) de agricultores familiares, das instituições e manifestações culturais das comunidades rurais. Elas se revestem de grande importância no processo de socialização desses jovens, e devem ser valorizadas e envolvidas nas iniciativas e projetos implementados pelas entidades governamentais ou mesmo pelas organizações não-governamentais nessas comunidades. Para isso, os diversos programas deveriam apoiar a instalação de equipamentos e serviços sociais e comunitários, visando à dinamização da vida social rural.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **De camponeses a Agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. UNICAMP, Campinas, 1990.

ABRAMOVAY, R. Caminhos alternativos para a construção da sustentabilidade na agricultura da União Européia. XIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, MG, 1996. Mimeo.

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: **Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, 1997. Texto para discussão, 29.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. IV ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA. Porto Alegre, jun. de 1999.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Campinas: IPEA, 2000.

ABRAMOVAY, R. et alii. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Chapecó/Brasília: FAO/INCRA/EPAGRI-SC/Centro de Pesquisa para Pequena Propriedade, 1997b.

AGUIAR, V. V. P. **Colonos e agroindústria: as múltiplas faces da integração**. Estudo de caso sobre pequenos produtores integrados de suínos no município de Ouro – SC. Dissertação (Mestrado). Campina Grande/PB, 1993.

ALBERT, C. Une image sur papier glacé: l'agricultrice d'Agri-Sept. In: **Celles de La Terre: Agricultrice l'invention politique d'un métier**. Coord. Lagrave, Rose-Marie. Éditions de L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris, 1987.

ALIER, J. M. **De la economia ecológica al ecologismo popular**. Barcelona: Icaria, 1992.

ALMEIDA, A. N. Trabalho feminino e estratégias familiares. **Análise Social**, v. XXI (85), Lisboa, p. 7-44, 1985.

ALVIM, Z. M. F. **Brava Gente! Os italianos em São Paulo**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANJOS, F. S. dos. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: Editora Universitária, 1995. 169 p.

AURAS, M. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis. Editora da UFSC: Assembléia Legislativa/SP: Cordez Editora e Livraria, 1984.

AVILA SANCHES, H. La dinámica actual de los territorios rurales en América Latina. In: **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona, nº 45(40), ago de 1999.

BARTHEZ, A. **Famille, travail et agriculture**. Paris: Economica, 1982.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Caderno Dívida Externa nº 6, São Paulo, set. de 1994.

BECKER, H. S. **Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante**. São Paulo: Hucitec, 1993.

- BENJAMIN, C. et alii. **L'installation dès jeunes agriculteurs en France: perspectives d'évolution et efficacité d'une politique contractuelle.** INRA-Rennes, 1998.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do Século XXI.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- BODIGUEL, M. **Les paysans face au progrès.** Paris: Fondation National des Sciences Politiques, 1975.
- BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. In: **Etudes Rurales.** (5-6): 32-135, avr/set, 1962.
- BOURDIEU, P. Une classe object. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales.** (17-18): 2-5, nov. 1977.
- BOURDIEU, P. **Lá distinction - Critique sociale du jugement -** Les Éditions de Minuit - Paris, 1979.
- BOURDIEU, P. Lá jeunesse n'est qu'un mot. In: **Questions de sociologie,** Paris, Editions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. **Questions de sociologie.** Paris: Éditions de Minuit, 1984.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999.
- BRANCHER, H. M. S. **História Sócio Econômica de Capinzal - SC - 1910/1980.** Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- BRUMER, A. e FREIRE, N. M. S. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. In: **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas** da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. XXII Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA), Hyatt Regency Miami, março/2000.
- BRYCESON, Deborah Fahy. **Disappearing Peasantries? Rural Labour in África, Ásia and Latin América.** In: **Disappearing Peasantries? Rural Labour Redundancy in the Neo-liberal Era and Beyond.** It Publications, Londres, 2000.
- BULLOCK, S. **Women and work.** London: New Zed Books Ltda., 1994.
- CAMPOS, Í. **Os Colonos do Rio Uruguai. Relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense.** Dissertação de Mestrado. Campina Grande: Departamento de Economia/ UFPB, 1987.
- CÂNDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Duas Cidades, 1964.
- CARNEIRO, M. J. Memória, Esquecimento e Etnicidade na Transmissão do Patrimônio Familiar. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, MG, 1996.
- CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do Pronaf. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura,** no. 8, abril 1997.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: a relação campo-cidade no imaginário de jovens rurais. XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 1998.

CARNEIRO, M. J. **Política de Desenvolvimento e o 'Novo Rural'**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.

CARNEIRO, M. J. **Réflexions sur démarche et méthode au tour de la comparaison de localité au Brésil et en France**. Ladyss-Université Paris X-Nanterre, 2001.

CARRARA, S. Entre cientistas e bruxos: ensaio sobre os dilemas e perspectivas da análise antropológica da doença. In: **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

CAZELLA, A. A. **Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude**. Tese (Doutorado) 392 p. Université François Rabelais, 2000.

CAZELLA, A. A. & ROUX, B. **Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional**. Paris, 2000.

CEPAL. **Desarrollo rural sin jóvenes?** LC/R. 1.599, Santiago, 1995, mimeo.

CEPAL - DIVISION DE DESAROLLO SOCIAL. Juventud rural: fuerza de modernidad y democracia. In: CEPAL. **Juventud rural: modernidad y democracia en América Latina**. Santiago do Chile, 1996.

CHAMPAGNE, P. **Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne**. Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales, numero 3 déc. 1986. p. 73-89.

CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy**. American Economic Association, Illinois, 1966.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.

COLEMANN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

COSTA, R & BATTISTEL, A. I. **Assim Vivem os Italianos: religião, musica, trabalho e lazer**. Porto alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1983.

COULERT, C; PECQUEUR, B. Un modèle de développement diffus em mutation; l'exemple du Choletais. Grenoble. In: **Notes et Documents**. IREP-D, n. 29, 1989.

CUPANI, Alberto. **Algumas reflexões sobre a interdisciplinariedade**, Florianópolis, 1998.

DE GRANDI, A. B. **Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a mini-usinas de leite no Estado de Santa Catarina**. Dissertação (mestrado). Florianópolis: PPGSP/UFSC, 1999.

DESER/UNIUI/ASSESSOAR. **Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná**. Curitiba/Ijuí/Francisco Beltrão, mimeo, 1992.

DESER. Perspectivas de vida e trabalho da juventude rural na região sul do Brasil. Curitiba, 2000.

DIRVEN, M. Empleo rural, grupos etários e género. In: ORNAS. **Ocupações rurais não-agrícolas**. Oficina de atualização temática. Londrina: Iapar, 2000. P. 55-65.

DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In: CEPAL. **Juventud rural: modernidad y democracia en América Latina**. Santiago do Chile, 1996.

DURSTON, J. Building Social Capital in Rural Communities (Where it doesn,t exist) – Theoretical and Policy Implications of Peasant Empowerment in Chiquimula, Guatemala –

Latin American Studies Association (LASA), Chicago, IL: The Palmer House Hilton, September 24-26, 1998.

EIZNER, N. **Les paradoxes de l'agriculture française**. Paris: L'Harmattan, 1985.

EPAGRI. **Cadeia produtiva do leite**. 1995, mimeo.

Epagri/CPPP. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Chapecó: Epagri/CPPP, 2001.

FARR, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In: JOVCHELOVITCH, S. e GUARESCHI, P. **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERREIRA, A. D. D et ZANONI, M. **Une autre agriculture et la reconstruction de la ruralité**. In: **Agriculture et ruralité au Brésil: Un autre modele de développement**. Paris: Éditions Karthala, 2001.

FERREIRA, A. D. D. **Agricuiteurs et industries agrc-alimentaires: stratégies, adaptation et conflits**. Tese (Doutorado). Paris, 1995.

FLOKA, C. B.; SANTOS, B. Women in farming systems in Latin America. In: NASH, H. (org.) **Women and change in Latin America**. Massachusetts, Bergin & Garvey, 1986.

FOX, J. The World Bank and social capital: contesting the concept in practice. **Journal of International Development**, 9(7):963-71, 1997.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, vol 6, n° 4, 1990.

FURTADO, F. **The canging development agenda of the world bank and its impacts in Latin America**. Dissertação (Mestrado). The University of Warwick, set. 2001.

GALESKI, B. **Basic concepts of rural society**. Manchester: Manchester University Press, 1975.

GALLAND, O. **Les jeunes**. Paris: Éditions de la Découverte, 1985. (Coll. Repères; 27).

GALLAND, O. **Sociologie de la Jeunesse**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1991.

GALLAND, O. La jeunesse en France. Un nouvel âge de la vie. In: CAVALLI, A. e GALLAND, O. (dir.) **L'allongement de lá jeunesse**. Paris: Actes Sud, 1993. P. 19-39 (Coll. Changement social en Europe occidentale).

GALLAND, O. L'entrée dans la vie adulte en France. Bilan et perspectives sociologiques. In: **Sociologie et Sociétés**, vol. XXVIII, n.1 p.37-46, 1996.

GALLEGO, R. S. **Género y ruralidade**. Las mujeres ante el reto de la desagrarización. Madri: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales – 47, 1996.

GARCIA JR., A. F. **Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1989.

GAULEJAC, V.; TABOADA-LÉONETTI, I. **La lutte des places: insertion et désinsertion**. Marseille: Hommes et Perspectives, 1994.

GAUTHIER, M. & GUILLAUME, J. F. **Definir la jeunesse? D'un bout à l'autre du monde**. Canadá: L'Harmattan Éditeur, 1999.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Editora vozes, 1999.

GERVAIS, M.; SERVOLIN, C.; WEIL, J. **Une France sans paysans**. Paris: ed. du Seuil, 1965.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Nº 14, ano 5, Out. 1990; p. 59-67.

GODELIER, M. **Transitions et subordinations au capitalisme**. Paris: Ed. Maison des Sciences de l'Homme, 1991.

GOODY, Jack. **Production and Reproduction. A comparative study of the domestic domain**. Cambridge University Press, 1976.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (Col. Agricultura e Sociedade).

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. São Paulo: XXIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), Águas de Lindóia, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Campinas: Embrapa/Unicamp, 2000.

GRIGNON, C. **Le paysan inclassable**. Actes de la Recherche in Sciences Sociales (4) 82-87, jul. 1975.

GROSSELI, R. M. **Vencer ou Morrer**. Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 1987.

GUILLAUME, J. F. Les mots de lá jeunesse. Réflexions critiques sur lá utilization d'un concept en Belgique Francophone. In: **Définir lá jeunesse: D'un bout à l'autre du monde**. Paris: L'Harmattan, 1999.

GUIVANT, J. **O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação**. Um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz (SC). Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, 1992.

HAMEL, J. lá jeunesse n'est pas qu'un mot...Petit essai d'épistémologie pratique. In: **Définir lá jeunesse: D'un bout à l'autre du monde**. Paris: L'Harmattan, 1999.

HIGGOT, R. Contested GlobalizationL the changing context and normative challenges. **Review of International Studies** 26, 2000, p. 1-22.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IANNI, O. Aspectos políticos e econômicos da migração italiana. In: **Imigração italiana: estudos**. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Universidade de Caxias do Sul, 1979.

IANNI, O. A crise dos paradigmas na sociologia. **RBCS** nº 13, ano 5, 1990.

IBGE. **Censo Agropecuário de 1996**. Rio de Janeiro, 1996.

ICEPA/SC. **Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense: Aspectos Recentes**. Florianópolis: Icepa/SDA, 1998.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação técnica. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

JANK, M. S. agrobusiness do leite no Brasil: o atual momento e o futuro. **Revista Balde Branco**. Ano XXXI, nº 366, abril de 1995.

JANK, M. S. e MOUTRIGAUD, M. E. B. Entendendo a política leiteira da CEE. **Revista Leite B**. São Paulo, v. 5, nº 55, maio de 1991.

JEAN, B. **Territoires d'avenir: pour une sociologie de la ruralité**. Québec: PUQ, 1997; 318 p. 7-35.

JOLLIVET, M. (dir.) **Vers un rural postindustriel; rural et environnement dans huit pays européens**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1997.

JOLLIVET, M. **Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité, capitalisme (France XX^e Siècle)**. Paris: Éditions arguments, 2001.

JOLLIVET, M. & MENDRAS, H. (dir) **Les collectivités rurales françaises. 1. Étude comparative de changement social**. Paris: A.colin, 1971. 223 p.

JOLLIVET, M. et alii. **Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village?** Paris: Librairie Armand Colin, 1974.

KAYSER, B. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris. Armand Colin. 1990. 316 p.

LACEY, H. Ciência e valores. **Manuscrito**, XX (1), pp 7-8, Abril 1997.

LAGO, P. F. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 1978.

LAMARCHE, H. Introdução Geral. In: **A Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. Vol I. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, H. (org.) **A Agricultura Familiar: do mito à realidade**. Vol II. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

LAPEYRONNIE, D. Socialisation et individualismes. In: MAUGER, G.; BENDIT, R.; VON WOLFFERDORF. **Jeunesse et Sociétés. Perspectives de la recherche en France et en Allemagne**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1994.

LEFF, E. Los problemas des conocimiento y la perspectiva ambiental des desarrollo. Siglo Veintiuno Editores. México, 1993.

LEFF, E. **Ecologia y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1994.

LEVI, G.; SCHMITT, J. C. **Histoire des jeunes en occident**. De l'Antiquité à l'époque moderne (tome 1), L'époque contemporaine (tome 2). Paris: Seuil, 1996. (traduit de l'italien).

LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Campinas: Unicamp, 1989.

MAFESSOLI, M. **O conhecimento do cotidiado**. Lisboa: Veja, 1987.

MANFROI, O. Imigração alemã e italiana – estudo comparativo. **Anais do I e II Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

MARSDEN, T. et alii. **Constructing the countryside**. London, UCL, 1993. (Reconstructing Rural Areas 1).

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. de S. Discurso de encerramento do X CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL. Rio de Janeiro, 2000.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O capital**. São Paulo: Ed. Moraes, 1985.

MATHIEU, N. La notion de rural et les rapports ville-campagne en France; des années cinquante aux années quatre-vingts. In: **Économie Rurale**, Paris, (197):35-41, mai-juin, 1990.

MATOS, A. G. de. **Capital social e autonomia**, NEAD, 2001.

MATTEI, L. **A pluriatividade no contexto de desenvolvimento rural catarinense**. Cepagro, Ano 2, no. 4, Florianópolis, abril/1998.

MAUGER, G. **Les Jeunes en France**. État des recherches, Paris: La documentation française, 1994. 295 p.

MENDRAS, H. **Sociétés paysannes**. Paris: A. Colin, 1976.236 p.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**; suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après. Paris, Actes Sud, 1984. 437 p.

MENDRAS, H.(dir.) **L'agriculture dans le monde rural de demain: a nouveaux enjeux, droit nouveau**. Paris: La Documentations Française, 1986.

MINGIONE, E. e E. PUGLIESE. A Dificil Delimitação do "Urbano" e do "Rural". **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa: 22:83-89(abril), 1989.

MOLGAT, M. De l'intégration à l'insertion...Quelle direction por la sociologie de la jeunesse au Québec. . In: **Définir la jeunesse: D'un bout à l'autre du monde**. Paris: L'Harmattan, 1999.

MORMONT, M. Le rural comme catégorie de lecture du social. In Jollivet, Marcel. EIZNER, Nicole. (dir.) **L'Europe et ses campagnes**. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996. p. 161-176.

MOSER, A. **A violência do Estado Novo brasileiro contra os colonos descendentes de imigrantes italianos em Santa Catarina durante a Segunda Guerra Mundial**. Ravenna : A. Longo Editore, 1998.

MÜLLER, G. Estratégias das corporações transnacionais na indústria oleaginosa brasileira. 1978, mimeo.

MÜLLER, P. et alii. **Les entrepreneurs ruraux**: agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux. Paris: L'Harmattan, 1989.

MURDOCH, J. & PRATT, A. **Rural Studies: Modernism, Postmodernism and the "Post-rural"**. Journal of Rural Studies. Vol.9 No.4, pp. 411-427,1993. Printed in Great Britain.

MURDOCH, J. e MARSDEN, T. **Reconstituting rurality**; class, community and power in the development process. London: UCL, 1994. (Restructuring Rural Areas, 2).

NAGEL, E. **Participação em clubes 4-S e migração rural-urbana no Sul de Santa Catarina -1974/84**. Dissertação (Mestrado). Santa Maria/RS: UFSM. 1986.

NASCIMENTO, H. M. do. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no sertão baiano**: a experiência de organização dos pequenos agricultores do Município de Valente. Campinas/ SP: 2000.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: questões metodológicas. In: **Ensaio e Debates**. Belo Horizonte: PIPSA, 1992.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar, artimanhas da classificação. À Margem, Revista de Ciências Humanas, Ano 1, nº 3, Niterói, 1993.

PAPMA, F. **Contesting the Household Estate. Southern Brazilian Peasants and Modern Agriculture**. Amsterdam: Ceddl - Latin American Studies, 1992.

- PARAZELLI, M. Prévenir l'adolescence? . In: **Définir lá jeunesse: D'un bout à l'autre du monde**. Paris: L'Harmattan, 1999.
- PAULILLO, L. F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora da UFSCAR, 2000;
- PAULILO, M. A. S. **Risco do HIV/AIDS: Representações sociais entre soropositivos e doentes**. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 1998.
- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. In: **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC, 5 (28): 64-70, 1987.
- PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: UFSC/FCC, 1990a.
- PAULILO, M. I. S. O "ser" e o "deveria ser" no conceito da pequena produção. **Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília/DF, SOBER, 1990.
- PAULILO, M. I. S. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996a.
- PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**. Florianópolis: UFSC. Nº 21, jun. 2000, p. 1-17.
- PAULILO, M. I. S.; DE GRANDI, A. e SILVA. M. Mulher e Atividade Leiteira: a dupla face da exclusão. PPGSP/UFSC, **Cadernos de Pesquisa**, nº. 21, jun. 2000.
- PAULILO, M. I. S.; MÜLLER, E. e VALDAMERI, I. C. Organizações de mulheres na América Latina. **Anais da 51ª Reunião Anual da SBPC**, 1999.
- PHILO, C. Neglected rural geographies: a review. In: **Journal of Rural Studies** 8, 193-207, 1992.
- PIAULT, M. H. **Antropologie et cinema**. Paris: Éditions Nathan, 2000.
- POLANY, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- POLI, O. L. **Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense**. Dissertação (Mestrado). Campinas: Departamento de Educação, 1995.
- PRATT, A. C. Discourses of Rurality: Loose Talk or Social Struggle? In: **Journal of Rural Studies**, Vol. 12. No. 1, pp. 69-78. Elsevier Science Ltd. Printed in Great Britain. 1996.
- PUTNAM, R. **Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy**, Princeton: Princeton University Press, 1993.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia - A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- QUINTANA, M. **Apontamentos de história sobrenatural**. Rio de Janeiro: Editora globo. 4 ed., 1987.
- RATIER, H. E. **Rural, ruralidade, nova ruralidade e contraurbanização: um estado da questão**. 2000, mimeo.
- RAVIGNAN, F. **L'avenir d'un désert**. Villelongue d'Aude: Atelier du Gué, 1996.
- REARDON, T.; CRUZ, M. H. ; BERDEGUÉ, J. los pobres en el desarolle del empleo rural no agrícola en América Latina: paradoja y desafios. In: **TERCER SIMPÓSIO LATINOAMERICANO SOBRE INVESTIGACIÓN Y EXTENSION EN SISTEMAS AGROPECUÁRIOS**. Lima, 1998.

REBOUL, C. L'apprentissage familial des métiers de l'agriculture. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 39, 1981.

REDFIELD, R. **The little community**. Peasant society and culture. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.

RENK, A. **A luta da Erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia Social/UFRJ, 1990.

RENK, A. **A reprodução social camponesa e suas representações**: O caso de Palmitos-SC. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, 1997.

ROCHE, J. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROSE, J. Peut-on parler de stratégie d'insertion des jeunes? In: **Définir lá jeunesse: D'un bout à l'autre du monde**. Paris: L'Harmattan, 1999.

ROULLEAU-BERGER, L. Pour une approche constructiviste de la socialisation des jeunes. In: **Définir lá jeunesse: D'un bout à l'autre du monde**. Paris: L'Harmattan, 1999.

ROUX, B. **L'économie de l'agriculture**. Paris: Éditions CLARTÉS, 1998.

SACHS, I. e ABRAMOVAY, R. **Laços rural-urbanos: da oposição à sinergia**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho**; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978. (Ciências Sociais, Realidade Social).

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 4ª Ed., 1996.

SARRACENO, E. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia**. Unine, CRES, 1996. Trad. Angela Kageyama.

SAWADOGO, R. C. Les jeunes et leurs attitudes à l'égard de la famille et de la sexualité. Le cas des Burkinabé. In: **Définir lá jeunesse: D'un bout à l'autre du monde**. Paris: L'Harmattan, 1999.

SCHEIBE, L. F. e PELLERIN, J. **Qualidade ambiental de municípios de Santa Catarina: O município de Sombrio**. Florianópolis: FEPEMA, 1997.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Tese (Doutorado). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH da UFRGS, 1999. 470 p.

SCOTT, J. C. **The Moral Economy of the Peasant**. London: Yale University Press, 1976.

SCOTT, J. C. Everyday forms of peasant resistance. **The Journal of Peasant Studies**, 1986.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajai-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, G. Etnicidade e Cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política. In: **Boletim do Museu Nacional** nº 42, 20 de out/ de 1983. Nova Série, Rio de Janeiro.

SEYFERTH, G. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, v. XXIX, São Paulo, p. 72-96, 1984.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, n. 52, 1985.

SEYFFETH, G. As contradições da liberdade: análise das representações sobre identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, p. 72-96, 1992.

SHANIN, T. **A definição de Camponês: conceituações e desconceituações** – o velho e o novo em uma discussão marxista. São Paulo: Estudos CEBRAP (26), 1980.

SILVA, M. R. G. C. G. da. **Imigração italiana e vocações religiosas no Vale do Itajaí**. Campinas, SP: Editora da FURB/Editora da Unicamp, 2001.

SIQUEIRA, D. E. A organização das mulheres trabalhadoras rurais: o cruzamento de gênero e de classe social. In: TEIXEIRA, J. G. (org.) **Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais**. Brasília: UnB, 1992. p. 57-89.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. (Col. Agricultura e Sociedade).

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 9, n° 3, pp. 300-308, 1993.

STANEK, O. O trabalho familiar e a pluriatividade. In: **Agricultura Familiar**. Vol II. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.

STIGLITZ, J. E. Distribution, efficiency and voice: designing the second generation of reforms. **Conference on Asset Distribution, Poverty, and Economic Growth – Ministry of Land Reform, Brazil and the World Bank**. Brasília, 1998.

STIGLITZ, J. E. **Em Busca de um Novo Paradigma para o Desenvolvimento: Estratégias, Políticas e Processos**. Nead, 10/2001. p. 1-18.

TEDESCO, J. C. **Terra, Trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999.

TEIXEIRA; CARVALHO; SUÁREZ. Perspectiva de gênero na produção rural. **Estudos de Política Agrícola**. Nº 22. Brasília: IPEA, 1994.

TELES, N. Une Réflexion sur les théories de la jeunesse, In: **Définir la jeunesse: D'un bout à l'autre du monde**. Paris: L'Harmattan, 1999.

TEPICHT, T. **Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais**, Paris, Armond Colin, 1973.

TESTA, V. M. et. alii. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense** (Proposta para discussão). Florianópolis: Epagri, 1996.

TOMELIN, V. **Pedagogia do silêncio: o tamanho do medo**. Campinas: Papyrus; Blumenau: Ed. da FURB, 1986.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VARELLA, M. D. **Introdução ao Direito à Reforma Agrária: o direito face os novos conflitos sociais**. São Paulo: LED Ed. de Direito, 1998.

VEIGA, J. E. da. Cinco questões básicas para a elaboração do projeto de desenvolvimento rural do MSTR, In: **O Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas**, São Paulo, 1996.

VIEIRA, P. F. **Problema ambiental e Ciências Sociais no Brasil**, Florianópolis, 1992.

VOLPATO, T. G. **A pírta humana: os mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

WANDERLEY, M de N. B. e LOURENÇO, F. A. O agricultor e a vida local. In: **A agricultura familiar**. Volume II. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

WANDERLEY, M. de N. B. **A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil.** Campinas: Unicamp, 1995 (texto para discussão).

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes Históricas do Camponato Brasileiro.** ANPOCS, Caxambu, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. **A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas: O "Rural" como Espaço Singular e Ator Coletivo.** UFPE, Recife, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. Regards sur le "rural" brésilien. In: **Agriculture et ruralité na Brésil: un autre modèle de développement.** Paris: Éditions Karthala, 2001.

WARNER, W. Keith. Rural Society in a post-industrial age. In: **Rural Sociology.** 39 (3):306-318, 1974.

WEBER, M. **Economia y sociedad.** México: fondo de Cultura Económica, 1977.

WILKINSON, John. O estado, a agroindústria e a pequena produção. In: **Estudos Rurais,** São Paulo-Salvador: Editora Hucitec-CEPA/BA, 1986.

WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres.** Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. Brasília: Eclab; São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, K. A família trabalhadora. **Ciências Sociais Hoje.** São Paulo: Cortez Editora, p. 69-87, 1984.

WOORTMANN, K. **A família das mulheres.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. **Anuário Antropológico/76.** Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1988.

ZOA, A. S. Langages et culture des jeunes dans les villes africaines In: **Définir la jeunesse: D'un bout à l'autre du monde.** Paris: L'Harmattan, 1999.

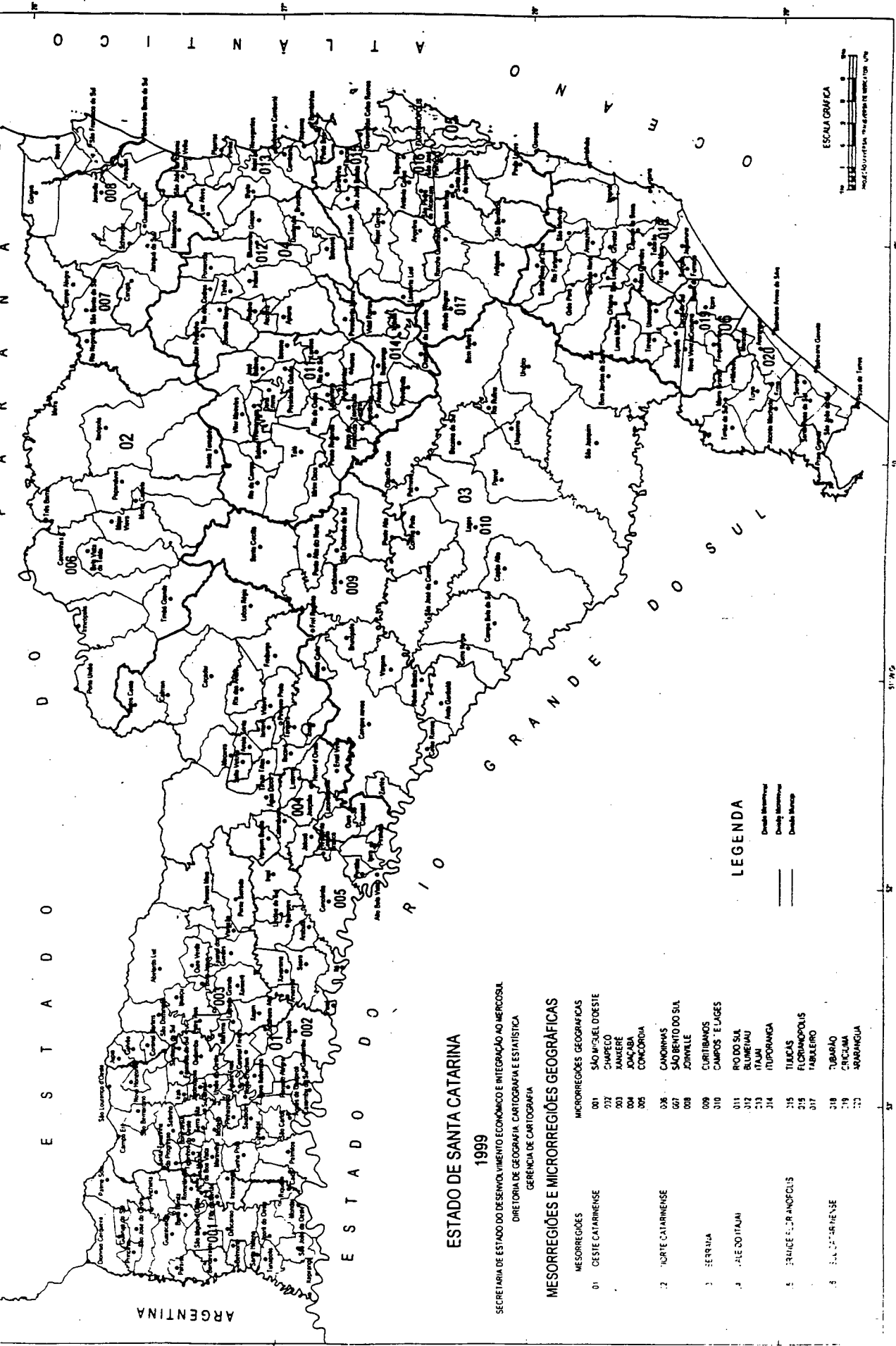
ANEXOS

Mapa Social dos Entrevistados

- 1) Antônio, 24 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside a 4 anos na cidade, trabalha na Empresa Perdigão S.A., solteiro, estudou até o primeiro grau ;
- 2) Pedro, 25 anos, natural de Linha Vitoria, reside a 2 anos na cidade, trabalha na hidrelétrica de Machadinho/RS, solteiro, estudou até o primeiro grau ;
- 3) Marta, 18 anos, natural de Linha Vitoria, reside a 3 anos na cidade, trabalha no comércio, solteira, faz faculdade em Joaçaba/SC ;
- 4) Estevão, 20 anos, natural de Linha Bonita, reside a 2 anos na cidade, trabalha no comércio, solteiro, concluiu o segundo grau ;
- 5) Ivo, 24 anos, natural de Linha Bonita, reside a 4 anos na cidade, trabalha em casa comercial, mora junto com sua namorada, concluiu o segundo grau ;
- 6) Gabriela, 20 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside a 5 anos na cidade, trabalha em casa de comércio, solteira, concluiu o primeiro grau ;
- 7) Maria, 21 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside a 3 anos na cidade, professora, solteira, faz faculdade em Joaçaba/SC ;
- 8) Estela, 22 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside a 3 anos na cidade, funcionária pública, solteira, faz faculdade ;
- 9) Vilma, 23 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside a 4 anos na cidade, trabalha no comércio, solteira, concluiu o segundo grau;
- 10) Augusta, 20 anos, natural de Linha Pinheiro Alto, reside a 3 anos na cidade, trabalha em casa comercial, mora com seu noivo, concluiu o segundo grau ;
- 11) Roberta, 20 anos, natural de Linha Pinheiro alto, reside a 1 ano na cidade, empregada doméstica, solteira, concluiu o segundo grau ;
- 12) Gilberto, 21 anos, natural de Linha Pinheiro Alto, reside a 2 anos na cidade, trabalha na Perdigão S.A., solteiro, concluiu o segundo grau ;
- 13) Sebastião, 17 anos, natural de Linha Bonita, reside a 1 ano na cidade, trabalha no comércio, solteiro, concluiu o primeiro grau ;
- 14) Paulo, 19 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside a 2 anos na cidade, trabalha na Perdigão S.A., solteiro, concluiu o primeiro grau ;

- 15) Carlos, 24 anos, natural de Linha Pinheiro Alto, reside a 4 anos na cidade, trabalha na Perdigão S.A., mora junto com sua namorada, concluiu o primeiro grau ;
- 16) Everaldo, 24 anos, natural de Linha Bonita, reside a 3 anos na cidade, trabalha na Perdigão S.A., solteiro, faz faculdade ;
- 17) Homero, 21 anos, natural de Linha Pinheiro Alto, reside a 2 anos na cidade, trabalha na Perdigão, solteiro, faz faculdade ;
- 18) Fernando, 22 anos, natural de Linha Bonita, reside a 4 anos na cidade, trabalha em instituição pública, solteiro, concluiu o segundo grau ;
- 19) Margarida, 21 anos, natural de Linha Bonita, reside a 2 anos na cidade, empregada doméstica, solteira, concluiu o primeiro grau ;
- 20) Eliza, 19 anos, natural de Linha Bonita, reside a 6 meses na cidade, trabalha no comércio, solteira, concluiu o segundo grau ;
- 21) Carmem, 23 anos, natural de Linha Bonita, reside a 4 anos na cidade, doméstica, solteira, concluiu o segundo grau ;
- 22) Joarez, 21 anos, natural de Linha Bonita, reside a 3 anos na cidade, trabalha na Perdigão S.A., solteiro, concluiu o segundo grau ;
- 23) Miriam, 19 anos, natural de Linha Pinheiro alto, reside nesta mesma comunidade, agricultora, solteira, concluiu o segundo grau ;
- 24) Paula, 22 anos, natural de Linha Pinheiro Alto, reside nesta mesma comunidade, agricultora, solteira, concluiu o segundo grau ;
- 25) Sérgio, 24 anos, natural de Linha Pinheiro alto, reside nesta mesma comunidade, solteiro, agricultor, concluiu o primeiro grau ;
- 26) Isadora, 10 anos, natural de Linha Mazziero, reside nesta mesma comunidade, estuda na quarta série ;
- 27) Vitor, 11 anos, natural de Linha Mazziero, reside nesta mesma comunidade, estuda na quinta série ;
- 28) Margarete, 55 anos, natural de Linha Nossa Senhora da Saúde, reside nesta mesma comunidade, professora, casada, concluiu o segundo grau ;
- 29) Suzana, 18 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside nesta mesma comunidade, agricultora, solteira, concluiu o segundo grau ;
- 30) Ivone, 23 anos, natural de Linha bonita, reside nesta mesma comunidade, professora, solteira, concluiu o segundo grau ;
- 31) Rosa, 68 anos, natural de Linha Bonita, reside nesta mesma comunidade, agricultora, casada, concluiu o primeiro grau ;

- 32) Joana, 20 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside nesta mesma comunidade, professora, solteira, concluiu o segundo grau ;
- 33) Lucas, 20 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside a 3 anos na cidade, trabalha na Perdigão S.A., solteiro, concluiu o segundo grau ;
- 34) Ivete, 55 anos, natural de Linha Mazziere, reside nesta mesma comunidade, agricultora, casada, concluiu o primeiro grau ;
- 35) Salete, 22 anos, natural de Linha Pinheiro Alto, reside nesta mesma comunidade, agricultora, solteira, concluiu o primeiro grau ;
- 36) João, 19 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside a 2 anos na cidade, trabalha no comércio, solteiro, concluiu o primeiro grau ;
- 37) José, 17 anos, natural de Linha Pinheiro Baixo, reside a 1 ano na cidade, trabalha no comércio, solteiro, concluiu o primeiro grau ;
- 38) Juliana, 21 anos, natural de Linha Bonita, reside nesta mesma comunidade, agricultora, solteira, concluiu o primeiro grau ;
- 39) Fernanda, 18 anos, natural de Linha Bonita, mora a 1 ano na cidade, empregada doméstica, solteira, concluiu o primeiro grau ;
- 40) Gabriela, 67 anos, natural de Linha Pinheiro Alto, reside nesta mesma comunidade, agricultora, casada, concluiu o primeiro grau.



ESTADO DE SANTA CATARINA

1999

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL
 DIRETORIA DE GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E ESTATÍSTICA
 GERÊNCIA DE CARTOGRAFIA

MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS

MESORREGIÕES	MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS
01 OESTE CATARINENSE	001 SÃO MIGUEL DOESTE 002 CHAPECO 003 XANXERÊ 004 JOACABA 005 CONCÓRDIA
02 NORTE CATARINENSE	006 CANOINHAS 007 SÃO BENTO DO SUL 008 JOINVILLE
03 SERRA	009 CURITIBANOS 010 CAMPOS DE LAGES
04 VALE DO ITAJAÍ	011 RIO DO SUL 012 BOMASIM 013 ITAIM 014 ITUPORANGA
05 TRAJUCO FLORIANÓPOLIS	015 TUBACAS 016 FLORIANÓPOLIS 017 TAUBALEIRO
06 SUDOESTE CATARINENSE	018 TUBARÃO 019 CRICIUMA 020 ARAQUANGA

LEGENDA

- Dashed line: Divisão Interiores
- Dotted line: Divisão Microrregiões
- Solid line: Divisão Municípios

